



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria Margareth Lins Rossal

**AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E DIGITAIS NA CONSTRUÇÃO
DE ESPAÇOS DE EMANCIPAÇÃO**

CONTEXTOS DOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS EM PORTO
ALEGRE, NO BRASIL E LISBOA, PORTUGAL

Tese no âmbito de Democracia no Século XXI orientada pelo Professor Doutor Giovanni Allegretti e pelo Professor Doutor Jaime Zitkoski e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2022



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

As Tecnologias Sociais e Digitais na construção de espaços de emancipação:

Contextos dos Orçamentos Participativos
em Porto Alegre, no Brasil, e Lisboa, Portugal

Maria Margareth Lins Rossal

Tese de Doutoramento em Democracia no Século XXI apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Giovanni Allegretti e do Professor Doutor Jaime Zitkoski da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Brasil.

Tese de doutoramento em Democracia no Século XXI
Ano 2022



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Universidade de Coimbra

Faculdade de Economia – Centro de Estudos Sociais

Doutoramento em Democracia no Século XXI

Autoria de Maria Margareth Lins Rossal

Tese "As Tecnologias Sociais e Digitais na construção de espaços de Emancipação: Contextos dos Orçamentos Participativos em Porto Alegre, no Brasil, e Lisboa, Portugal".

Ano de 2022

*"...quando a gente acha que tem todas as respostas,
vem a vida e muda todas as perguntas."
(creditada a L. F. Veríssimo).*

Agradecimentos

Ao meu pai, pela garra e amor incondicional à família, e à minha mãe, por sempre acreditar nesse amor.

Ao Flávio Antônio Damiani, meu companheiro, pelo estímulo, carinho e principalmente bom humor.

Ao Professor Boaventura de Sousa Santos, que deu sentido à minha militância e, junto com seu Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, fomenta a união da prática com a teoria, promove a utopia e o questionamento das “zonas de conforto”.

Ao Giovanni Allegretti, pela generosidade e competência na orientação da minha caminhada nas Ciências Sociais, e pela possibilidade de trabalhar no projeto OPtar em Portugal, o que sustentou esta investigação em Portugal.

Aos professores e amigos da UFRGS que me acolheram em Porto Alegre. A minha gratidão e carinho às amigas Maria Elly Genro e Rosane Aragón, e Jaime Zitkoski na filosofia, pela ajuda em encontrar o meu rumo. E aos colegas e amigos Analisa Zorzi, Bernardo Sfredo Miorando e Roseli Pereira pelo apoio no retorno à UFRGS.

À amiga de infância Maria Palma Wolff, hoje professora na Universidade de Barcelona, pela ajuda e afeto de nossa amizade no final da tese.

Ao Carlos Alberto de Castro, que, militante e participante ativo na executiva do PT e da ASL, abriu todas as portas junto à estrutura interna do governo e do OP de Porto Alegre.

Ao Olívio Dutra que me emocionou pela magnitude do processo do Orçamento Participativo em POA.

Aos meus irmãos longe dos olhos, mas juntos do meu coração, Maria Elizabeth, Maria Cristina, Paulo Afonso e Paulo Eduardo, e a toda a grande família de enteados, sobrinhas(os), netas(os), cunhadas(os), genro e noras, que partilham ou não dos mesmos ideais de mundo, em harmonia ou nem tanto, e que fazem parte da minha vida e do meu afeto.

Aos amigos brasileiros de coração e mente, de longe e de perto, do Brasil, de Portugal e do mundo, base essencial da minha vida, em especial às amigas companheiras Vana Goulart e Vera Maria Barth, que nos deixaram em 2020, durante a pandemia.

Às/aos colegas e amigos do doutoramento Andrea Luz, Pedro Almeida, Fernando Goya, Cristiano Gianolla, David Veloso Larraz, Jonas Van Vossole, Amara Thiha, Evandro Martins Neto, Luciana

Antonini e Daniela Duque. Às amigas, companheiras na missão na Universidade de Coimbra no Centro de Estudos Sociais, Neira de Moraes, Aline Mendonça, Élide Lauris, Teresa Cunha, Eladir Nascimento dos Santos, Maisa Lins; às(os) colegas e amigas(os) pesquisadores como bolsista Joana Abrantes e sua filha Ines, Teresa Maneca, Olivier Kalembe, e às(os) funcionárias(os) do CES Rita Serra, Maria José Carvalho, Acácio Machado, Hélia Santos, companheiras/os de uma nova outra vida vivida.

Um agradecimento especial à minha mãe, Julia Lins Rossal, que no exato momento da entrega final desta tese no dia 29 de agosto de 2023, ela se despedia da vida, registrando que sempre admirou minha garra e coragem, complementando “és uma guerreira, não mude, continue sempre assim”. Obrigada minha mãe.

À minha filha Victoria, meu maior projeto de vida, que não me deixa esquecer de sonhar.

Amo vocês.

Financiamento

Esta tese foi desenvolvida e fundamentada no contexto de pesquisa do projeto OPtar – “O Orçamento Participativo como instrumento inovador para reinventar as autarquias em Portugal e Cabo Verde? Uma análise crítica da performance e dos transfers”¹, coordenado por Giovanni Allegretti no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal. O projeto OPtar foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal. Referência do Projecto: PTDC/CS-SOC/099134/2008.



¹ Consultado em 15 de novembro de 2022, em <https://www.ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/optar>

Resumo

Os instrumentos tecnológicos são reflexos e espelhos da sociedade que os criam, desenvolvem e utilizam, pois “não é possível pensar em tecnologia sem pensar na sociedade em que está inserida ou em tecnologia social sem pensar em projeto de sociedade” (Benini *et al.*, 2011:112) e, muito menos, pensar tecnologia social sem participação. Não vincular as tecnologias como tecnologia social às questões políticas, sociais e humanas é, além de tudo, retirar a possibilidade de autonomia e emancipação através desses instrumentos por parte dos cidadãos. O objetivo principal desta tese foi compreender em que medida o processo do Orçamento Participativo pode configurar-se como Tecnologia Social, mas também de que elementos das Tecnologias Sociais esta inovação democrática, e as próprias Tecnologias Digitais empregadas por ela, necessitam para contribuir com a emancipação dos sujeitos nesses cenários. A proposta foi analisar como se desenvolvem as metodologias e as práticas democráticas através das Tecnologias Sociais e Digitais de Informação e Comunicação, em contextos e processos de participação, focando no caso do Orçamento Participativo. Também, a tese procurou verificar em que medida e em quais condições as novas tecnologias podem contribuir, ou não, para que as inovações democráticas que as utilizam alcancem fins emancipatórios. A pesquisa se centrou nos processos de Orçamento Participativo, escolhidos e analisados como tecnologia e metodologia de participação, em duas realidades sociais e políticas diferentes como Porto Alegre, no Brasil, e Lisboa, em Portugal, propiciando um diálogo entre as ciências sociais e as tecnologias da informação. Um dos elementos conclusivos foi que as fundamentações das Tecnologias Sociais conquistadas como autonomia, poder de decisão, formação e domínio do conhecimento, entre outros, se efetivaram como fomentadoras e potencializadoras da emancipação dos participantes e seus coletivos, cujo alcance desta conquista foi possível dimensionar através das metodologias e do suporte teórico utilizado. E, quando essas bases são aplicadas em processos coletivos e cidadãos como os Orçamentos Participativos e suas ferramentas como as TICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, estas se tornam promotoras e gestoras da democracia.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais; Tecnologia Digital de Informação e Comunicação; Participação; Orçamento Participativo; Emancipação.

Abstract

Technological instruments are reflections and mirrors of the society that creates, develops and uses them, because “it is not possible to think about technology without thinking about the society in which it is inserted or about social technology without thinking about a society project” (Benini et al., 2011: 112), much less is possible to think social technology without participation. Failing to link technologies such as social technology to political, social and human issues means, above all, to remove the possibility of autonomy and emancipation through these tools by citizens. The main objective of this thesis was to understand to what extent the Participatory Budgeting process can be configured as Social Technology, and what elements of Social Technologies these family of democratic innovations and the Digital Technologies employed by them need to contribute to the emancipation of the participants in these scenarios. The main proposal of this thesis was to analyze how democratic methodologies and practices are developed through Social and Digital Technologies of Information and Communication, in contexts and processes of participation, focusing on Participatory Budget. Beyond this, the thesis tried to understand how technologies can contribute or not to achieve emancipatory goals. In this research, the focus was on Participatory Budgeting processes, chosen and analyzed as a technology and a methodology of participation, in two different social and political realities such as Porto Alegre, in Brazil, and Lisbon, Portugal, fostering a dialogue between social sciences and information technologies. One of the conclusive elements was that the foundations of the conquered Social Technologies, such as autonomy, decision-making power, formation and mastery of knowledge, among others, became effective as promoters and potentializers of the emancipation of the participants and their collectives, whose scope of this conquest was possible to measure through of the methodologies and theoretical support used. And when these bases are applied in collective and citizen processes such as Participatory Budgets and their tools such as ICTs – Digital Information and Communication Technologies, they become promoters and managers of democracy.

Keywords: Social Technologies; Digital Information and Communication Technology; Participation; Participatory Budgeting; Emancipation.

Lista de quadros

Quadro 1 – Análise dos OPs pesquisados até 2022	22
Quadro 2 – Características e efeitos das bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki	70
Quadro 3 – Composição dos Conselhos Municipais de Porto Alegre – 1971	130
Quadro 4 – Regiões, Totais, Temáticas e Prioridades – OP POA 1989-2014.....	143
Quadro 5 – Totais, Temáticas e Demandas – OP Lisboa 2008-2012.....	155
Quadro 6 – Assembleias Participativas e Distribuição de Questionários – Lisboa 2012.....	160
Quadro 7 – Totais de número de votantes – OP Lisboa 2008-2012.....	176
Quadro 8 – Secretarias, Propostas, Critérios, Prioridades e Demandas Lisboa/Porto Alegre	204
Quadro 9 – Dados demográficos e territoriais – Porto Alegre/Brasil – Lisboa/Portugal.....	207
Quadro 10 – Tabela e destaques explicitados.....	228
Quadro 11 – Conclusões Investigação em 2022.....	243

Lista de figuras

Figura 1 –	Gráfico – Bens duráveis nos domicílios e acesso à tecnologia.....	91
Figura 2 –	Participação feminina OP Lisboa (2012).....	122
Figura 3 –	Histórico de participação feminina no OP Porto Alegre (1993-2009).....	122
Figura 4 –	Divisão em Regiões OP na cidade de Porto Alegre.....	141
Figura 5 –	Ciclo do OP da cidade de Porto Alegre em 2014.....	149
Figura 6 –	Divisão da cidade – Freguesias de Lisboa.....	154
Figura 7 –	Metodologia e Ciclo OP Lisboa 2012-2013.....	162
Figura 8 –	Quadro-resumo OP Porto Alegre – 25 anos.....	164
Figura 9 –	Quadro-resumo OP Lisboa de 2008-2017.....	165
Figura 10 –	Pontos de rede de internet Porto Alegre Livre – Centro do município.....	175
Figura 11 –	Assembleias de Voto em Lisboa – 2012.....	176
Figura 12 –	Modelo de Gestão – Porto Alegre, 2014.....	216
Figura 13 –	Detalhamento Programa Estratégico – Porto Alegre, 2014.....	216
Figura 14 –	Evolução do desemprego em Portugal 1998-2016.....	221
Figura 15 –	Demarcadores de TS nos OPs Lisboa – Porto Alegre.....	233
Figura 16 –	Dimensões do Orçamento Participativo.....	238

Lista de acrônimos

ABC	Academia Brasileira de Ciências (Brasil)
ACAO	Acolhimento, Convivência, Aprendizagem e Oportunidade (Brasil)
AGRECO	Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (SC, Brasil)
AMPA	Associação dos Municípios de Porto Alegre (Brasil)
APs	Assembleias Participativas (Lisboa, Portugal)
AVs	Assembleias de Votação (Lisboa, Portugal)
BIP/ZIP	Programas de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritárias (Lisboa, Portugal)
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BUTANTAN	Centro de Pesquisa Biológica (Brasil)
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Brasil)
CAR	Centro Administrativo Regional (Porto Alegre, Brasil)
CBRTS	Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social
CTBE	Centro de Pesquisas do Bioetanol (Brasil)
CES	Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra (Portugal)
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
CML	Câmara Municipal de Lisboa (Portugal)
CMU	Carnegie Mellon Portugal – cooperação internacional portuguesa para TICs
CNCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Brasil)
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa (Brasil)
COLAB	Co-laboratório Internacional para Tecnologias Emergentes (Portugal)
COP	Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre, Brasil)
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACED	Faculdade de Educação – UFRGS (Brasil)
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCT	Fundação de Ciência e Tecnologia (Portugal)
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos (Brasil)
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil)
FRACAB	Federação Rio Grandense Associações Comunitárias Moradores Bairros (Brasil)
I&D	Investimento e Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INBIO	Instituto Nacional de Biociências (Brasil)
IBPAD	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (Brasil)
INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (Brasil)

IdC	Internet das Coisas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Brasil)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFU	<i>International Female University</i> (Alemanha, 2000)
INE	Instituto Nacional de Estatísticas (Portugal)
INEP	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Estudos Pedagógicos (Brasil)
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Brasil)
IoT	<i>Internet of Things</i>
INPE	Instituto de Pesquisa do Espaço (Brasil)
ITS	Instituto de Tecnologia Social (Brasil)
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Brasil)
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado (Portugal)
JEN	Junta de Educação Nacional (Portugal)
JNICT	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Portugal)
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias (Brasil)
LOA	Lei Orçamentária Anual (Brasil)
LX	De <i>Olisipona</i> acusativo de <i>Olisip</i> , ² (Lisboa, Portugal)
MCT PT	Ministério da Ciência e Tecnologia Portugal
MCT BR	Ministério de Desenvolvimento Tecnológico Brasil
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (Brasil)
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Brasil)
MFA	Movimento das Forças Armadas (Portugal)
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i> (USA)
NVIVO QSR	<i>Qualitative Solutions Research - Software</i> qualitativo de pesquisa e análise de dados
OCDE	<i>Organisation de Coopération et Développement Économiques</i>
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
OIDP	Observatório Internacional de Democracia Participativa
ONG	Organização não governamental (Brasil)
ONID	Observatório Nacional de Inclusão Digital (Brasil)
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OP-Lx	Orçamento Participativo de Lisboa
OPtar	Orçamentos Participativos Transfers Adaptações e Redes (Coimbra, Portugal)

² Lx – Nome talvez de origem ibérica, através das formas *Ulixbona* e *Lixbona*. Dicionários Porto Ed. Consultado em 25 de junho de 2015, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Lisboa>.

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Brasil)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	<i>Participatory Design Methodology</i>
PDT	Partido Democrático Trabalhista (Brasil)
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento (Brasil)
PETROBRÁS	Empresa Brasileira de Petróleo
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Portugal)
PIS	Plano de Investimentos e Serviços (Porto Alegre, Brasil)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Brasil)
PMPOA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Brasil)
POA	Porto Alegre (Brasil)
PORDATA	Estatística sobre Portugal e Europa - Fundação Manuel dos Santos
PPA	Plano Plurianual (Brasil)
PROCEMPA	Processamento de Dados da Cidade de Porto Alegre (Brasil)
PRONEX	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Brasil)
PT	Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro (Brasil)
REPER	Representação Permanente de Portugal junto a União Europeia
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre (Brasil)
SIBRATEC	Sistema Brasileiro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias
SMS	<i>Short Message Service</i>
SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil)
TAC	Tecnologias de Aprendizagem e Convivência (Brasil)
TC-POA	Telecentros de Porto Alegre (Brasil)
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
TS	Tecnologia Social
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Brasil)
UC	Universidade de Coimbra (Portugal)
UCLG	<i>United Cities and Local Governments</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
USP	Universidade de São Paulo (Brasil)
UIT	União Internacional de Telecomunicações (Brasil)
UIT	Unidades de Intervenção Territorial (Portugal)
UTEN	<i>University Technology Enterprise Network</i>

Índice

APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO.....	24
Objetivos de pesquisa	27
Justificativa	29
Pergunta e hipóteses de pesquisa.....	30
Contextualização	32
Estrutura da tese	34
PARTE 1 – ABORDAGEM METODOLÓGICA E TEÓRICA.....	36
1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	37
1.1 Reconhecendo percursos e contextos	39
1.1.1 Descrição do percurso de pesquisa.....	40
1.1.2 Motivação de pesquisa e objetivo.....	42
1.2 Metodologias utilizadas	44
2 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA, TECNOLOGIA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO	52
2.1 A evolução da ciência e da tecnologia	53
2.1.1 Breve evolução das ciências	54
2.1.2 Panorama da Tecnologia da Informação e Comunicação no século XX.....	69
2.2 Uma Tecnologia Social (TS)	79
2.2.1 A tecnologia como instrumento social.....	81
2.2.2 Definição e construção do conceito de Tecnologia Social	87
2.2.3 Evolução do conceito de TS no Brasil.....	93
2.2.4 Relevâncias políticas e estratégicas nas TICs	95
2.3 Emancipações: na Educação, na Política e no Social.....	97
2.3.1 A Emancipação e a Liberdade	99
2.3.2 A Emancipação Política e a autonomia	102
2.3.3 A Emancipação Social.....	104
PARTE 2 – CONTEXTO, JUSTIFICATIVA E RESULTADOS	107
3 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO TECNOLOGIA SOCIAL.....	108
3.1 Democracia, participação e Esfera Pública	110
3.1.1 A Democracia e suas transformações na sociedade	112

3.1.2	A Participação como Processo Democrático	115
3.2	A constituição do OP – história e contextos da pesquisa.....	125
3.2.1	A cidade de Porto Alegre, a história e sua organização comunitária.....	128
3.2.2	A cidade de Lisboa: resumo histórico e revisão da mobilização social	135
3.3	Os Orçamentos Participativos em Porto Alegre e Lisboa.....	204
3.3.1	OP Porto Alegre	138
3.3.2	OP Lisboa	151
3.3.3	Síntese e quadros-resumo dos OPs Porto Alegre e Lisboa.....	163
3.4	Tecnologia digital – inclusão social e construção da Tecnologia Social Digital.....	168
4	IMPACTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NA EMANCIPAÇÃO E NA DEMOCRACIA	179
4.1	A emancipação social no campo de pesquisa do orçamento participativo e de suas ferramentas	180
4.1.1	A Emancipação Social e a Ecologia dos Saberes.....	181
4.1.2	A Emancipação nos contextos dos OPs e de suas tecnologias.....	187
4.1.3	As perspectivas sociais das tecnologias digitais nos OPs	191
4.2	Semelhanças e diferenças nos contextos dos OPs analisados	204
4.2.1	Leitura cruzada dos processos dos OPs nas cidades de Porto Alegre e Lisboa.....	210
4.2.2	Descrição das semelhanças e diferenças nos processos dos OPs analisados como Tecnologias Sociais.....	228
4.3	O orçamento participativo, o poder e a reinvenção da democracia	235
5	CONCLUSÃO.....	243
5.1	Síntese da pesquisa	245
5.2	A pesquisa e a dinâmica das tecnologias sociais no contexto do OP.....	247
5.3	Os contextos estudados e as relações de poder existentes.....	252
5.4	As crises políticas e econômicas e os limites democráticos.....	255
5.5	Indicações de possibilidades futuras.....	260
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266
	ANEXOS.....	290
	ANEXO A – DOCUMENTOS – OP PORTO ALEGRE E OP LISBOA.....	290
	ANEXO B – ENTREVISTAS	297
	ANEXO C – DIÁRIOS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DO OP	298
	ANEXO D – EVENTOS PARA PESQUISA E DOUTORAMENTO	299

APRESENTAÇÃO

Esta tese toma como ponto de partida alguns conflitos sociais que tive a oportunidade de observar durante a minha experiência acadêmica, profissional de Informática e como cidadã. Esses conflitos, relacionados com as tecnologias digitais e os processos coletivos democráticos, foram motivos de angústia e fomento para minha investigação como pesquisadora, especialmente tendo eles gerado dúvidas relacionadas ao poder e ao controle na definição e no compartilhamento social e coletivo das tecnologias digitais. As minhas incertezas se materializaram na realização do mestrado em Ciências da Computação na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha da Informática na Educação, com uma dissertação no campo de pesquisa da Cooperativa de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO)³ em Santa Catarina. A minha surpresa foi quando os agricultores se declararam incapazes de participar da definição de seus processos na criação da base de dados da Cooperativa, preferindo não participar do projeto, sem possibilidade de negociação.

Na realização da pesquisa foi que constatei que teorias, metodologias participativas e espaços de construção de um ambiente mais democrático e deliberativo, utilizado pela Cooperativa Agroecológica e pelas metodologias emancipatórias utilizadas no projeto de pesquisa, não foram suficientes para que indivíduos se apoderassem do conhecimento e das tecnologias digitais utilizadas. Durante toda a investigação de campo recolhi várias declarações e posicionamentos de agricultores, que se consideravam inaptos para trabalhar com estas ferramentas ao ponto de não conseguir nem colaborar nas definições de seus processos cotidianos, delegando esta função para os filhos. Estas atitudes revelaram uma autoestima baixa, descrença e dúvida em suas potencialidades e seus conhecimentos, primordiais para a definição dos processos, tornando-se em impedimento de construção de autonomia e cidadania.

A posição dos agricultores, na pesquisa de campo, levou à uma frustração no objetivo da minha investigação⁴ e à indagação sobre os motivos que os levavam a esta postura quase que generalizada. A questão crucial era descobrir se estes processos em contextos democráticos, e com poder decisório do coletivo, não promoviam a emancipação dos indivíduos. Este comportamento provavelmente já tenha sido modificado nos sujeitos, muito em função da inserção do telefone móvel na vida cotidiana cosmopolita e rural nos dias de hoje, mas que

³ AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral da agricultura familiar – Santa Catarina – Brasil. Consultado em 25 de março de 2015, em <http://www.agreco.com.br/>.

⁴ O objetivo da pesquisa era realizar uma *Modelagem de uma Base de Dados de suporte à uma Organização Cooperativa* de forma colaborativa e deliberativa (Rossal, 2002).

seguramente ainda perdura o desconhecimento desta comunidade sobre o poder que estas tecnologias possuem de facilitar ou subjugar as pessoas.

Uma análise dos acontecimentos reconheceu neste impasse, que o empoderamento⁵ também postula um diálogo do saber científico com o saber popular e laico, definida por Boaventura de Sousa Santos (2007) na proposta da Ecologia dos Saberes, e que aconteceu no contexto da cooperativa, mas que ainda assim não foi suficiente para o objetivo ser alcançado. O propósito de investigar espaços coletivos democráticos e suas tecnologias digitais como tecnologias sociais com possibilidades emancipatórias, surgiu das inquietações geradas em duas situações: (1) na experiência com os agricultores e suas cooperativas no mestrado em relação à emancipação; e (2) na minha vida profissional e acadêmica, onde tive oportunidade de me interrogar sobre a abrangência e o impacto das tecnologias na vida das pessoas. Isto se deu sobretudo a partir dos anos 90, década em que as multinacionais IBM e Burroughs já disputavam o monopólio das tecnologias, quando participei da definição dos processos que substituíam a mão de obra pela automação na área bancária, considerada na época como revolucionária, mas conduzida sem nenhum cuidado com os impactos na vida dos trabalhadores e da sociedade em geral⁶.

Experiências relacionadas com o tema do Design com Participação (DP) me propiciaram uma gradual compreensão do conceito de Tecnologia Social (TS), significando uma tecnologia de cogestão democrática e empenho na emancipação, que represente os diversos protagonistas de um novo pacto social com foco na necessidade das comunidades locais às quais pertencem e na inclusão de todos e todas⁷. A metodologia DP, que foi utilizada junto aos agricultores (Rossal, 2002), veio também a acompanhar-me durante o projeto Jornal Boca de Rua (2000) e do seu reconhecimento e certificação como TS pela Fundação Banco do Brasil⁸, em que elaborei o processo. Em conjunto, estas duas oportunidades contribuíram para a formulação teórica e prática da concepção de TS à qual me apoiarei nesta tese. Nomeadamente devo ao conhecimento aprofundado da metodologia de DP, que ocorreu em seminário

⁵ “Empoderamento é a ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis. Esta consciência possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política”. Consultado em 26 de abril de 2018, em <https://www.significados.com.br/empoderamento/>

⁶ Seminários na UFSC foram realizados para avaliar o impacto da automação bancária nos idosos e deficientes durante o Mestrado (Rossal, 2002).

⁷ Abordado no capítulo 2.2.2 Definição e construção do conceito de Tecnologia Social.

⁸ FBB (2007) – Fundação base e certificadora de TS no Brasil (Jornal Boca de Rua). Consultado em 13 de março de 2015, em <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/boca-de-rua>.

coordenado por Tone Bratteteig (2017) da Universidade de Oslo, durante a realização da pós-graduação na IFU – *International Female University* em 2000 em Hamburgo (Alemanha)⁹.

O conhecimento, adquirido nos estudos e pesquisas com foco na área tecnológica em conjunto com a ação social, não foram abandonados. A práxis, em que Boaventura de Sousa Santos declara que “*para uma teoria cega, a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante*” (Santos, 2007:20), foi efetuada com a utilização das Tecnologias Sociais na área da tecnologia digital definida como uma estratégia para o desenvolvimento (ITS Brasil, 2004). A TS também foi ferramenta propulsora do projeto Boquinha Livre¹⁰ desenvolvido a convite da Associação Software Livre (ASL)¹¹ como parceira e mantenedora.

A aplicação prática como ativista social, do conceito de Tecnologia Social como ferramenta cidadã, foi proporcionada na convivência com uma população de rua e de vulnerabilidade social como voluntária. Os projetos *Jornal Boca de Rua* (adultos) e o encarte infanto-juvenil *Boquinha* (crianças) foram realizados a partir da minha participação na fundação e direção na Ong ALICE de 2002 a 2019¹². A criação do projeto Boquinha Livre de minha autoria em 2015, de formação teórico-prática e de apropriação das tecnologias com possibilidades emancipatórias, atestou a possibilidade de os sujeitos como cidadãos e cidadãs estabelecerem seus direitos básicos. Esta conquista, entre outras, possibilitou a construção de uma autonomia necessária para realizar, também, a reflexão sobre as ferramentas tecnológicas como instrumento de poder.

A ASL, associação da qual sou conselheira, foi quem possibilitou a utilização desta abordagem na prática do projeto, e que se realizou através da ponderação e elaboração dos temas complexos¹³ estabelecidos para os Fóruns Internacionais de Software Livre (FISL)¹⁴. A utilização de uma linguagem adequada e simplificada, para a faixa etária dos participantes na sua execução, foi a partir da experiência que adquiri na realização do encarte infanto-juvenil Boquinha do jornal. As reflexões e resultados das crianças e adolescentes do projeto (Rossal,

⁹ Anexo D – Eventos para pesquisa e doutoramento – IFU – 2000.

¹⁰ Consultado em 25 de maio de 2019, em <https://www.boquinhalivre.org/>

¹¹ Consultado em 17 de dezembro de 2019, em <https://asl.org.br/>

¹² Vale salientar que, o meu desligamento da ONG ALICE em 2019 foi através da mesma prática das empresas privadas, sem justa causa e sem minha participação ou dos componentes quando o encarte Infanto-juvenil Boquinha foi extinto. Estas ocorrências comprovam a tese da “Confluência Perversa” de Avelina Dagnino (2004) praticadas pelas ONGs nos mesmos moldes hierárquicos e neoliberais.

¹³ Temas técnicos do FISL, definidos para cada edição dos Fóruns e utilizados pelo Boquinha como em: 2015: O mundo virado de cabeça para baixo “*Software Livre e do Marco Civil da Internet*”; em 2016 – Inteligência Artificial “*Internet das coisas ou das pessoas?*”; em 2017 – Público e Privado - “*A comunicação aberta para a sociedade*” (Rossal, 2017); e em 2018 e 2019 – Maquete de Porto Alegre e demandas do OP – “*Tecnologia Social – OP em Porto Alegre*” (Rossal, 2017)

¹⁴ Consultado em 05 dezembro de 2019, em <http://fis18softwarelivre.org/>

2017), conquistadas também pela comunidade científica na realização dos fóruns, comprovaram que a educação, não só infante juvenil, mas em todos os níveis, é um dos caminhos para realizar as análises propostas nesta investigação através de uma Tecnologia Digital Social.

A partir desse histórico esta tese foi definida com a certeza que é de primordial importância e urgência, principalmente nos dias de hoje de consolidação e vigília pela democracia, identificar as capacidades e potencialidades das tecnologias digitais e sua utilização, contextualizando principalmente nas esferas públicas do Estado. A escolha de analisar os Orçamentos Participativos (OPs)¹⁵ e suas ferramentas digitais nas cidades de Lisboa e Porto Alegre, como experiências públicas democráticas e como tecnologia social com possibilidades emancipatórias, só foi possível através da Observação Participante e com a minha participação efetiva e presencial nos processos definidos e conduzidos pelas metodologias aplicadas. O poder político e social das tecnologias comprovado pela minha vida profissional e acadêmica é ilimitado em uma sociedade capitalista, cuja desigualdade e exclusão são registradas em áreas coletivas de vital importância como a educação, a saúde ou os orçamentos públicos, entre outros. No meu ver, o fato de desvincular as tecnologias digitais das questões sociais, humanas e políticas representa – antes de tudo – uma maneira de desprezar as possibilidades de autonomia dos participantes através desses instrumentos, ou às implicações que estas podem realizar nas nossas vidas.

A elaboração dessa investigação se realizou até o início de 2020, quando a pandemia COVID começou a interferir de forma impactante no mundo todo, mas principalmente na vida individual das relações familiares, de amizades, dos parceiros e orientadores de trabalho, bem como nas projeções futuras, incluindo esta tese. A maior interferência de tempo nessa pesquisa, no entanto, foi a adaptação na chegada para a realização do campo em Porto Alegre, que culminou na mudança do objetivo da pesquisa de analisar as ferramentas digitais utilizadas no campo do Orçamento Participativo como ferramentas sociais.

Constatou-se no início desta investigação, que as tecnologias digitais - em muitos processos de participação cívica institucionalizadas – não estão a serviço dos participantes de forma que possam ser protagonistas do seu uso – como, mesmo de forma parcial, ocorria em Lisboa (criar cadastro pessoal, definição e proposta de projetos e votação *on-line*) mas que, em sua maioria eram concentradas nas informações administrativas e de transparência pelas

¹⁵ Abordado no capítulo 3.2 A constituição do OP – história e contextos da pesquisa

autarquias¹⁶ – como em Porto Alegre. A partir desta reflexão, o objeto de pesquisa da própria tese modificou-se para avaliar o próprio OP, metodologia, processo e também as ferramentas digitais como tecnologia social. No momento em que esta mudança foi realizada, a adaptação de todo o projeto de pesquisa ao novo objeto resultou indispensável, ocorrendo inclusive a troca de coordenador. A mudança ocorreu da área de Tecnologia na Educação, área das plataformas tecnológicas fomentadoras de emancipação na formação de professores (Aragón, 2015), para a área da Filosofia da Tecnologia Social que conduziu o escopo desta proposta (Zitkoski, 2000).

As mudanças no foco da tese trouxeram consequências também em relação ao tempo de pesquisa – dado que (entretanto) muitas transformações sociais e políticas foram ocorrendo nos campos explorados. A maior mudança que merece registrar foi a interrupção do processo de OP em Porto Alegre, que já há anos vinha a ser reconhecido como exemplo consolidado e de grande qualidade (pelos menos até as mudanças políticas ocorridas no ano de 2014, em que o Orçamento Participativo completou 25 anos de existência). O OP de Porto Alegre mesmo com alguns problemas trazidos pelas mudanças de cor política, nunca havia sido descontinuado desde sua criação. Em 2017, entretanto, veio a ser cancelado passando por fases indefinidas e surpreendentes, como a desatualização e o desmonte dos *sites* de registros históricos do OP que continham as Atas¹⁷ e os Regimentos Internos de vários anos utilizados nesta investigação.

Nesta altura – o desaparecimento de todas as informações online do período anterior (incluindo as de 2014 o ano do campo de pesquisa¹⁸) determinou uma séria ameaça também para a memória de um processo que tinha sido de grande importância para a cidade e de destaque internacional, e que a partir deste período se estabeleceu o seu desmantelamento. E no fecho desta tese, também na cidade de Lisboa, o processo de OP resulta suspenso e congelado desde 2021 (site), mas mantém o registo do histórico dos acontecimentos. Embora tenham ocorrido transições relevantes no governo local – com efeito sobre algumas mudanças no próprio portal web de “Lisboa Participa” – até esta data, não houveram alterações drásticas na autarquia ou na dinâmica organizacional do processo do OP.

A partir desta nova conjuntura registrada em ambos os processos, e no mundo, novas questões e perguntas foram geradas, como,

¹⁶ A definição em Portugal, no artigo 235 da Constituição da República Portuguesa (CRP) que são autarquias no continente, os municípios, as freguesias e as regiões administrativas, e que regiões autónomas (Açores e Madeira) compreendem municípios e freguesias. Consultado em 6 de junho de 2018, em <https://www.juonline.pt/politica/artigo/22254/autarquias-locais-portugal.aspx>

¹⁷ Foram avaliadas todas as 22 atas/ 450 páginas de 2014 em Porto Alegre. Consultado em 5 de abril de 2019, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=42

¹⁸ Consultado em 11 de novembro de 2021, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=42

- O que aconteceu com os participantes emancipados através do Orçamento Participativo?
- Que outros motivos, além dos políticos ideológicos, provocaram a **extinção dos processos**?
- Como provocar rupturas epistemológicas para a construção de apoderamento, emancipação, poder e domínio sobre o conhecimento e as tecnologias?
- Que procedimentos são necessários para retomar **processos** como o OP, e para contruir **canais** de informação e **comunicação** através das ferramentas tecnológica **como Tecnologias Sociais**?



Quadro 1 – Análise dos OPs pesquisados até 2022
Elaborado pela pesquisadora.

Após esta *Apresentação* com relatos e reflexões pessoais e profissionais, que expõe a origem e o contexto desta pesquisa, seguir-se-á uma *Introdução* com a conceituação e o planejamento dos principais objetivos e da estrutura definida no projeto da tese.

INTRODUÇÃO

O conceito de democracia virtual ou *e-democracy* utilizado e difundido por governos e suas administrações no mundo, ao utilizar tecnologias digitais e TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação, vincula valores como participação, transparência, preservação de direitos e liberdades, entre outros, a essa concepção. O conceito de governo democrático definido detalhadamente pela organização OGP¹⁹ (*Open Government Partnership*) se constitui a partir do reforço da governança, do direito à informação, dos direitos digitais, de gênero, de inclusão, de controle da corrupção, de proteção do espaço cívico e de recursos naturais.

O Orçamento Participativo (OP) surge como uma ferramenta (família de ferramentas²⁰) que possibilita a participação dos habitantes de um determinado território na discussão do orçamento público²¹. De acordo com Ubiratan de Souza, um dos responsáveis pela formação do OP em Porto Alegre,

O Orçamento Participativo é um processo democrático direto, voluntário e universal, onde [sic] as pessoas (crianças e adultos) podem discutir e decidir sobre orçamentos e políticas públicas. A participação do cidadão não se limita ao ato de votar, para eleger o poder executivo ou legislativo, mas envolve também as prioridades para os gastos públicos e o controle da administração do governo. (UN-Habitat, 2004:21).

A partir dessa definição foram escolhidos os OPs nas cidades de Lisboa /Portugal em 2012/2013 e de Porto Alegre / Brasil em 2014/2015, cujos processos são atemporais e singulares. Estas esferas tornaram-se em espaço de deliberação e prestação de contas para sua população (Sintomer *et al.*, 2010; Allegretti, 2011; Baierle, 2011; Gadotti, 2014; UNDESA, 2022), e de discussão dos processos e das ferramentas digitais como ferramenta social.

Os princípios da máxima Transparência possível, divulgados pelas Administrações Públicas, foram princípios concebidos pela Constituição Federal de 1988²² no Brasil, por

¹⁹ *Open Government Partnership* – OGP, organização criada por líderes governamentais e defensores da sociedade civil em 2011 para promover um governo aberto, uma governança transparente, participativa e responsável. Consultado em 5 de maio de 2021, em <https://www.opengovpartnership.org/es/about/>

²⁰ Ver UNDESA (2022)

²¹ A administração pública trabalha com o orçamento, de receitas (arrecadação) e despesas (gastos) para demandas da sociedade. Conceito utilizado pelo CES em cursos de formação sobre o OP (Anexo D – Eventos)

²² **Art. 37.** § 3º. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: **I** – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica da qualidade dos serviços; **II** – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, **III** – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. Consultado 30 de agosto em 2019, em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_37_.asp

exemplo, a participação dos cidadãos de forma direta e indireta nas administrações públicas, com representação perante a negligência e o abuso da função pública, na qualidade do serviço, e o acesso aos atos de governo (Silva C., 2003). A transparência em Portugal é mencionada na Constituição de 1976 (1997) como princípio para reger a ação dos partidos políticos (art. 51.5 e art. 113), as campanhas eleitorais e seus saldos contábeis (art. 26). O conceito é raramente utilizado nas Constituições europeias (Allegretti, 2020: 87), pressupondo a transparência como um valor consolidado.

O principal objetivo nessa investigação é descobrir possibilidades de libertação dos e das participantes (Freire, 1974), para além de pesquisar a construção de espaços democráticos e de suas ferramentas como exercício de autonomia. A análise da utilização das ferramentas digitais de comunicação e informação nesse campo, busca responder sobre qual emancipação está se discutindo, como decorre e que fatores são necessários para que esta aconteça nos Orçamentos Participativos como Tecnologia Social²³. A definição da certificadora da TS no Brasil (FBB), registra o conceito histórico de Gandhi e da Tecnologia Social adotada no Brasil²⁴.

Na Índia do Século XIX, Gandhi usou a roca de fiar para valorizar as práticas e costumes tradicionais como instrumentos contra o domínio colonial inglês. Este uso faz com que a roca seja considerada a primeira Tecnologia Apropriada²⁵ do mundo. No Brasil o movimento da Tecnologia Apropriada é conhecido como Tecnologia Social. Que enquanto Tecnologias implicam em aplicação de conhecimentos, sejam científicos ou populares. E enquanto sociais, geram impactos sociais, como redução das desigualdades, e melhoria das condições de vida, sendo que as Tecnologias Sociais são instrumentos para a construção de um Brasil, e de um planeta, mais justo, resiliente e sustentável. (FBB, 2017).

A conceituação científica das Tecnologias Sociais (Feenberg, 2002; Dagnino, 2014; Bratteteig, 2017), a concepção se constitui a partir de um contexto de gestão social, cuja propagação se realiza com a participação e o poder de decisão da comunidade envolvida, definida pelos vínculos de confiança e motivada por relações e princípios ideológicos semelhantes (ITS Brasil, 2004). A proposição, que avança a Tecnociência Solidária, é definida como um diálogo com a Tecnologia Social de espaços constituídos, segundo Renato Dagnino,

²³ Abordado no Capítulo 2.2 – Uma Tecnologia Social.

²⁴ Definição da FBB “O que é Tecnologia Social”. Consultado 13 de julho em 2019, em <https://transforma.fbb.org.br/>

²⁵ Tecnologia Apropriada (Schumacher, 1977).

por redes de produção e consumo da propriedade dos meios de produção e na autogestão para adquirir sustentabilidade em uma economia capitalista periférica (Dagnino, 2020).

A intensa concentração das tecnologias no fórum político de gestão e controle orçamentário, designada como *e-government* ou governo eletrônico²⁶, é justificada pelo poder público como exercício de cidadania, democracia e transparência. A tecnologia digital em contextos de participação democrática com deliberação e cidadania pode significar o empoderamento da sociedade como um todo. O Estado de Direito²⁷, por definição, foca no poder de expressão e de exercício de direitos com liberdade, definidos pelas Tecnologias Sociais possibilitando a emancipação dos sujeitos individual e coletivamente. A introdução às TSs ocorreu através da metodologia de DP - Design Participativo/ *Participatory Design*²⁸, que provoca quebra de paradigmas e novas dimensões, capacidades e fragilidades do poder da informação, em contextos de relações sociais e em colaboração (Rossal, 2002).

A metodologia Design Participativo introduziu a representação dos sindicatos com poder de decisão, o que concretizou a participação dos trabalhadores na discussão da substituição do trabalho humano por ferramentas tecnológicas. A metodologia iniciou nos anos 60, em que Kristen Nygaard elaborou questões sobre autonomia e controle da automação do trabalho (Bratteteig, 2017:9; Nygaard *et al.*, 2011); Kira & Merkle, 2016).

O estabelecimento de uma Tecnologia que não é neutra, pois envolve e atinge a sociedade, gera poder sobre o conhecimento e submissão às tecnologias adotadas. As ferramentas, entretanto, são constituídas de possibilidades de reagrupamento e “reumanização” social e de contribuição à soberania dos sujeitos e da sociedade através de tecnologias digitais, destacando aqui a Internet.

²⁶ O termo governo eletrônico (do inglês *eletronic government ou e-gov*) se refere ao uso de TICs para informar e divulgar produtos e serviços do governo à população, conceito que surgiu após 1993, com o então vice-presidente do EUA Al Gore, no primeiro Fórum Mundial de Reinvenção do Governo. Postado por Anna Adami. Consultado em 05 de novembro de 2020, em <https://www.infoescola.com/informatica/governo-eletronico/>

²⁷ A ideia de Estado de Direito surgiu na Idade Média como forma de contenção do poder absoluto, ressurgindo nas últimas décadas como um ideal poderoso na luta contra o autoritarismo e o totalitarismo, transformando-se num dos principais pilares do regime democrático. Postado por Oscar Vilhena em 01/04/2017. Consultado em 06 de julho de 2018, em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/78/edicao-1/estado-de-direito> e em <https://www.scielo.br/j/sur/a/6b8m4wkLXMwkv8KQFmW8Nsy/?lang=pt&format=pdf>

²⁸ Metodologia participatória aplicada no campo de pesquisa do Mestrado com os agricultores agroecológico na área das Ciências da Computação da UFSC (Rossal, 2002).

Objetivos de pesquisa

O objetivo central da presente pesquisa aborda, pela tecnologia digital, temas do ponto de vista de administração do poder público como *e-democracy*, interface digital, governo e governança eletrônica²⁹ (Guerra, 2006:10). As práticas, designadas como governo eletrônico, utilizam-se das tecnologias digitais de comunicação, principalmente a Internet³⁰ (Carvalho & Santos S., 2017), para informar e dar transparência à administração. A abordagem é concomitante à aplicação e utilização das tecnologias digitais com e pela sociedade, com novas possibilidades e disfunções, que se refletem na criação de espaços de discussão ou novas *esferas públicas* (Chadwick, 2009).

O âmbito do conceito da tecnologia digital e das esferas públicas (Habermas, 2014), e sob o ponto de vista do cidadão, possibilita reconhecer a internet como espaço de debate, mas também de conflitos (Cardon, 2012). As tecnologias digitais nos espaços de deliberação, se tornam vínculo de processos em espaços públicos, nas funções de transparência e fiscalização das administrações e identificar a atuação dessas como fomento de democracia deliberativa das estruturas políticas digitais³¹.

Os elementos avaliados, também essenciais, são as estruturas de poder e responsabilidade na limitação ao acesso das informações e de intervenção na liberdade e possibilidades de emancipação da sociedade. As ingerências foram realizadas, pelos popularmente chamados “guardiões da alforria”, ou *gatekeepers* como designavam jornalistas e editores àqueles que controlavam as fronteiras entre a sociabilidade e o espaço público da informação (Cardon, 2012:4).

O controle, que é exercido pelo poder de quem decide o que é ou não publicado, são acordados através de diversos critérios como linha editorial, ideologia, valor da notícia, patrocinadores etc. Nos OPs, que são processos institucionalizados “por convite” (Blas e Ibarra, 2006; Gaventa, 2005), portanto abertos e organizados por instituições, se instalam *gatekeepers* que são os responsáveis pela liberação e regulação de fases ou do processo como um todo, pelo fluxo e divulgação das informações, pela avaliação técnica de demandas, mas principalmente pelo comando político direto ou implícito do processo e das suas dimensões financeiras

²⁹ Isabel Guerra - governança do francês e inglês – *gouvernance/governance* – em que não existe formalmente, mas em contextos de debate científico designando novas formas de governo com a participação pública.

³⁰ Internet é uma “rede informática digital gigante composta por milhões de sub-redes que são interligadas entre si de acordo com um conjunto de protocolos de comunicação designado TCP/IP (*Transmission control protocol/ Internet Protocol*). Estas sub-redes são formadas por computadores individuais ou por redes de computadores de habitações, empresas, universidades, ONGs, organizações políticas, entidades e organismos estatais, etc.” Alexandre de Carvalho e Sofia Santos (2017:693),

³¹ Abordado no Capítulo 2.2.1 – A tecnologia como instrumento social.

A institucionalização da decisão um caminho para a autonomia, pode ocorrer tanto pelo poder público como pela sociedade civil, ou mesmo através de representação externa e elemento neutro, como o Banco Mundial (Alsop, Bertelsen & Holland, 2006) ou ainda, estar presente e representada em todos os espaços envolvidos pelos cidadãos. A Emancipação, segundo Evelina Dagnino (2004), se relaciona com três conceitos importantes que são Sociedade Civil, Participação e Cidadania, que também sofrem especificidades de crise e dilema do sistema liberal.

Os três fundamentos citados, para Evelina Dagnino, estão gerando uma “confluência perversa” como resultado da crise discursiva entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante participativo, que são projetos distintos e antagônicos. A perversidade emerge a partir das crises dos regimes autoritários do passado, e diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático desde então, e é marcada pela disputa político-cultural e por deslocamentos de sentido que operam nos três conceitos também definidos por outros autores (Polanyi, 1996; Santos, 2001; Santos e Avritzer, 2003)³².

A perversidade insurge também quando ambos os projetos participativos e neoliberais reivindicam uma sociedade dinâmica e participante atribuindo valores e objetivos diferentes a esse envolvimento cívico. As reivindicações, que ocorrem em um modelo neoliberal, distorcem os três fundamentos desse corpo social quando obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. O contexto dessas distorções possibilita que, a prática política, provoque um desvio que leva para o campo inimigo instaurando tensão na dinâmica do avanço democrático (E. Dagnino, 2004).

O encolhimento do Estado e a progressiva transferência das responsabilidades sociais a jovens experiências, como as ONGs, segundo a autora é acentuado pela nebulosidade que cerca as diferentes intenções que orientam a participação. As orientações adotadas servem a objetivos de um projeto incompatível à sua definição democrática e às administrações geralmente autocráticas, em que para a autora, não levam à autonomia e emancipação dos sujeitos. Essas diretrizes utilizam-se de conceitos progressistas, mas na prática constroem estruturas hierárquicas, sem critérios justos e democráticos da organização, também registradas na experiência da investigadora junto a Ong ALICE de Porto Alegre, que foi fundadora³³.

A alternativa visualizada por Evelina Dagnino para essa conjuntura, entre outras, seria explorar a noção de direitos, cerne da participação, para que se possa, talvez, resistir às ressignificações neoliberais. Essa opção só se garante pela efetiva pluralidade e diversidade dos

³² Abordado no Capítulo 3.1.1 – A Democracia e suas transformações na sociedade.

³³ Abordado na Apresentação.

participantes, pela equivalência de recursos de informação, e pelo compartilhamento do conhecimento e do poder (Evelina Dagnino, 1994, 2004), e também pela reformulação das práticas de trabalho propostas no Consórcio Social (Castro & Jacques, 2015)³⁴, base da Tecnologia Social definida nesta investigação.

Justificativa

A análise das Tecnologias Digitais e a leitura do OP como Tecnologia Social constitui um tópico de relevância, principalmente porque a sociedade neoliberal institucionalizada nas áreas de poder, tende a conceber as suas demandas numa ordem de prioridade que dá centralidade primeiro à dimensão econômica, depois àquela política e por último ao aspecto social. O contexto do neoliberalismo, estabelecido em quase todo o mundo, refere-se a “um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”, e que estabelece “o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington” (Dagnino, E., 2004:140-142). A ponderação das tecnologias em suas capacidades, potencialidades e poder é inadiável como ferramenta potencial para manter a democracia, principalmente na utilização em esferas públicas.

Na definição de Antoni Aguiló, a democracia não é somente um método político ou sistema de governo, mas sim um processo em constante mutação que consiste em transformar relações desiguais de poder em relações de autoridade partilhada em todos os âmbitos da vida (CES, 2012:72). A importância das experiências recentes de democracia participativa, e das novas instâncias instauradas nas estruturas formais políticas, também deve ser registrada. A evidência a ser destacada, entretanto, é que análises acadêmicas realizadas sobre os espaços de decisão pública e de inovação democrática (Smith, 2009) como os OPs, concentram-se na pesquisa, também essencial, das questões macros relacionadas à democracia, às relações de poder político existentes, à criação de novas esferas públicas ou às análises da investigação quantitativa desses processos (Pateman, 1970; Gutmann & Thompson, 2004; Baierle, 2011; Fedozzi et al., 2013). A soberania proporcionada pela emancipação, e referenciada nessa

³⁴ Abordado no Capítulo 2.1.2 Panorama da Tecnologia da Informação e Comunicação no século XX.

pesquisa, é abordada de forma generalizada tornando esse escopo em objetivo fundamental de investigação, o que a torna específica e singular.

A emancipação e a acentuada utilização de tecnologias digitais em experiências cidadãs, por diferentes motivos, requerem estruturas de deliberação pública ampliada e o adensamento da participação social, o que indica a relevância deste plano de estudos. Os processos participativos e deliberativos, significativos para este novo caminho da democracia no mundo, devem ser estudados em contextos em que a decisão política não seja exclusivamente prerrogativa de decisão de estruturas formais, mas que possibilite a instauração de novas instâncias democráticas (Santos & Avritzer, 2003:35).

Pergunta e hipóteses de pesquisa

A hipótese de pesquisa envolve a capacidade das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TICs, de fomentar “novas esferas públicas” e espaços públicos de cidadania criados através de decisão democrática (Fraser, 1990), e também de promover elementos emancipatórios em seus participantes. A capacidade administrativa e política das tecnologias digitais deve ser agregada ao conceito da TS, que tem a capacidade de potencializar e fomentar a deliberação, o controle e o compartilhamento das ferramentas e do conhecimento. A falta do viés social, na relação do conhecimento das tecnologias apresentadas aos agricultores, foi o impedimento na utilização das ferramentas tecnológicas. As tecnologias não eram reconhecidas como objeto de sua natureza, gerando uma impossibilidade naquele espaço de tempo e geográfico, pois ainda não havia sido apropriada nem assimilada pelos sujeitos. Neste processo, o conhecimento cognitivo adquirido é o que proporciona vislumbrar uma autonomia no domínio de ferramentas tecnológicas, primeiro passo para libertação (Freire, 1974) como também a democratização do sistema (Santos, 2003).

Esta tese considera que aprofundar o conhecimento obtido na construção e composição dos processos participativos em curso no mundo contemporâneo, é urgente e necessário. Um maior entendimento torna-se indispensável para avaliar se os processos de participação que se apresentam em forma de Tecnologias Sociais, como os Orçamentos Participativos e suas ferramentas tecnológicas analisados nesta pesquisa, podem realmente promover a emancipação e a inovação nas instituições encarregadas da gestão pública local ou em maior escala.

A pergunta orientadora da pesquisa foi sendo formulada com o objetivo geral de verificar as possibilidades dos processos participativos de gestão pública como os OPs, constituírem ferramentas que possam contribuir para uma emancipação da sociedade, a partir do questionamento

- Em que medida o Orçamento Participativo e suas ferramentas digitais podem configurar-se como Tecnologia Social?

A pergunta central pode ser desdobrada em duas sub-perguntas relativas às Tecnologias Digitais e à Gestão Pública, desta forma:

- 1) De que forma o viés da Tecnologia Social pode ser aplicado às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação usadas no âmbito dos OPs, para contribuir na sua transformação em instrumento de emancipação da sociedade civil?
- 2) Qual é o papel das comunicações e das novas tecnologias digitais de informação junto aos processos de participação na gestão pública?

A resposta à estas perguntas de pesquisa será dada por etapas, analisando um conjunto de questões que tem a ver com (a) a fase em que a formação dos canais digitais forjados no âmbito desses processos pode ser considerada participativa e democrática; (b) as perspectivas e possibilidades detectadas em relação ao reforço da intensidade democrática na tomada de decisão com o emprego desses instrumentos; (c) a eficácia e probabilidade na competência e formação do cidadão participante nos processos em si.

As questões acima mencionadas servirão de base para diagnosticar as possibilidades de contribuição dos OP para a emancipação, nos contextos escolhidos de Lisboa, Portugal, e de Porto Alegre no Brasil.

Em apoio ao acompanhamento do trabalho de pesquisa foram formuladas duas hipóteses principais:

- 1) A primeira é que – apesar de alguns limites “estruturais”, os Orçamentos Participativos tem demonstrado a capacidade e o potencial de fomentar a educação para a cidadania de múltiplas formas (Abers, 2000; Schimidt, 2000; Talpin, 2011). A qualidade de um processo de OP, portanto, está principalmente ligada aos seus eventuais limites “conjunturais” (Allegretti, 2022), ou seja, à capacidade de cada território e das suas instituições de estruturar localmente um processo com alto grau de eficácia e intensidade democrática, ou – por contra – mais retorico e ritual do que substantivo nos seus desdobramentos.
- 2) A segunda hipótese tem a ver com a gradual penetração do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no âmbito dos OPs, que tem passado de uma relação

inicial tensa até uma relação gradual de cooperação (Cunha *et al.*, 2007, 2010; Allegretti, 2012) que tem vindo a completar a sua capacidade de estruturar formas de apoio mutuo (Dias *et al.*, 2021) como no período COVID. Isso acontece apesar de os OPs terem mantido um atraso no uso dos instrumentos digitais mais avançados, conforme comprovado pelos estudos pioneiros de Nitzsche *et al.* (2012), Sampaio (2018), Sampaio *et al.* (2019).

Contextualização

A principal motivação das escolhas dos contextos em Portugal e no Brasil prende-se, por um lado, às origens do Orçamento Participativo – com o modelo da cidade brasileira de Porto Alegre, que se tornou referência para o mundo todo; e a escolha de Portugal foi pela oportunidade de trabalhar no projeto OPtar de 2011 a 2013, financiado pela FCT³⁵ – e que estudo de caso foi a cidade de Lisboa. O projeto OPtar proporcionou, através da observação participante, a construção de documentos de análise, grelhas de observação e registos presenciais³⁶ de sua execução³⁷ e em vários sítios e documentos³⁸, centralizando esta pesquisa na autarquia de Lisboa de 2012 a 2013.

A escolha do ciclo do OP de 2014/2015 em Porto Alegre na continuidade da pesquisa de campo, realizada sem subsídio de bolsas ou financiamentos externos, proporcionou a oportunidade de registrar em diários as observações realizadas nas assembleias presenciais, para além da análise dos registos institucionais - a partir dos documentos e das Atas do OP de Porto Alegre – RS (COP_PMPOA, 2000) e dos conteúdos do livro histórico comemorativo e documental da criação do Orçamento Participativo em Porto Alegre em seus 25 anos (Campos e Silveira, 2015), disponibilizados nas páginas web da prefeitura³⁹.

³⁵ FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia Portugal – <https://www.fct.pt/>.

³⁶ Anexo A, B e C.

³⁷ Grelha: *Quadro que representa um conjunto de fatos, de informações obtidas*. Consulta “grelha”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [*on-line*], 2008-2013. Consultado em 09 de dezembro de 2018, em <https://dicionario.priberam.org/grelha>

³⁸ Consultado em 25 de junho de 2014, em <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos/5703739b1780520900a73030>

³⁹ Consultado em 25 junho de 2014, em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg1/default.php?psecao=86#:~:text=O%20Or%C3%A7amento%20Participativo%20de%20Porto,ser%C3%A3o%20executados%20pela%20administradora%20municipal>

Ambas as cidades escolhidas foram pioneiras nesse processo, tanto local como globalmente. A cidade de Porto Alegre foi experiência pioneira como processo institucionalizado desde 1989 e referência registrada como “Prática Bem-sucedida de Gestão Local” pela ONU⁴⁰, enquanto Lisboa foi a primeira capital europeia⁴¹ a concretizar o processo – em forma “co-decisória” - desde 2008. Entre as razões das escolhas não deve ser considerado secundário o fato de que ambas as cidades, para além de possuírem importância geográfica e demográficas nos seu contexto, elas acabaram tendo um peso na criação de processos parecidos (inspirados por elas) quer na sua área envolvente, quer em territórios de outras regiões ou países.

O objetivo da análise dos dois processos participativos foi também de contribuir ao debate e à reflexão sobre a relação Norte/Sul instaurada entre os dois casos, olhando para como esses processos se estabeleceram em realidades tão diferentes como a América Latina e Europa. A análise ajudou a elaborar subsídios para identificar movimentos emancipatórios, tanto nos contextos dos OPs como na utilização das ferramentas digitais, muitas vezes ausentes nesses contextos. Segundo Maria Paula Meneses,

A constituição mútua do Norte e do Sul globais e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem cativas da racionalidade moderna, geradora não apenas da ciência e da técnica, mas também da lógica capitalista, impessoal e devastadora e causadora de uma ordem política e econômica desigual (CES, 2012:200).

A perspectiva do norte e sul global nos locais escolhidos com base na observação dos espaços de forma participativa, permitiu a análise do OP e das tecnologias digitais como possibilidades de Tecnologias Sociais, pois ambas foram constituídas como instrumentos públicos e democráticos de participação, de deliberação, e de comunicação sucessivamente.

O contexto dos Orçamentos Participativos não foi analisado somente na tipologia de “processos por convite” (Ibarra, 2003), como se verifica em sua maioria na Europa – (Norte Global), mas também através do encontro entre instituições interessadas à autorreforma e movimentos sociais de base, como ainda ocorre em vários contextos do Sul. A experiência estabeleceu similaridades e diferenças que possibilitam refletir sobre práticas e ensaios da aplicação.

⁴⁰ Conferência Habitat II ou Cúpula das Cidades da ONU, 1996 em Istambul. Site da Fundação Perseu Abramo. Consultado em 18 dezembro de 2014, em <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/01/o-brasil-e-o-habitat-ii/>

⁴¹ De acordo com o site da Câmara Municipal (LisboaParticipa.pt., 2013), “Lisboa foi a primeira capital europeia a implementar o Orçamento Participativo (OP), com o objetivo de aprofundar a ligação da autarquia com os seus municípios, inspirado nos valores da Democracia Participativa, tal como inscrito no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa”. Consultado em 25 de dezembro de 2013, em LisboaParticipa.pt

A análise das tecnologias digitais registrou em Lisboa a definição como meio de participação cidadã, votação, comunicação e informação, mas que foi utilizada de forma hierárquica pelo poder público cuja definição foi sem participação do coletivo. A cidade de Porto Alegre localizada no sul do país, também registrou a mesma utilização das tecnologias digitais administrativamente, mas a participação comunitária e efetiva foi centralizada nas assembleias presencias e deliberativas.

A reflexão e conclusão sobre as tecnologias utilizadas, em ambas as cidades, aconteceu sem explorar as potencialidades como canais agregadores de comunicação e como agentes sociais de comunicação cidadã. A pesquisa também identificou que, quando ocorre uma integração das tecnologias no cotidiano como canal de participação desses atores, a comunicação se estabelece tanto ou mais por caminhos paralelos e independentes, geralmente através de redes de celulares/telemóveis formadas por afinidades ou objetivos comuns, do que por comunicações institucionais disponíveis.

Estrutura da tese

A estrutura da tese proposta é composta por uma **Apresentação** já exposta anteriormente, seguida pela presente **Introdução** com os objetivos, justificativas, hipóteses e perguntas definidas no projeto de pesquisa. A estrutura de tese é agrupada em duas partes com uma divisão dos capítulos.

- **Parte 1 – Abordagem Metodológica e Teórica (capítulos 1 e 2).**

Capítulo 1 - Percorso metodológico de pesquisa, com a descrição do caminho e a motivação dos contextos escolhidos e a descrição das metodologias utilizadas.

Capítulo 2 - Concepção de Tecnologia, Tecnologia Social e Emancipação, com os aportes teóricos dos três objetos de pesquisa: *Na Tecnologia uma Breve evolução das ciências e a Cibernética e a Sociedade* de Norbert Wiener. *Na Filosofia com a Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg*. E na *Emancipação*, a partir da *Educação* de Paulo Freire, *A Emancipação Política e a autonomia* de Karl Marx e *A Emancipação Social* de Boaventura de Sousa Santos.

- **Parte 2 – Contexto, justificativa e resultados (capítulos 3, 4, 5)**

Capítulo 3 - Orçamento Participativo como Tecnologia Social. Abordando a *Democracia, Participação e Esfera Pública*, e a *Democracia e a Participação incluindo uma análise de gênero feminino*; a *Constituição do OP – história e contextos de pesquisa*, e o *Histórico de Construção dos movimentos comunitários*; os *Orçamentos Participativos em Porto Alegre e Lisboa com os Quadros Resumos comparativos das cidades de Porto Alegre e Lisboa*; a *Tecnologia Digital, a Inclusão Social e construção da Tecnologia Social Digital*.

Capítulo 4 - Impacto das Tecnologias Sociais na emancipação e na democracia. Abordando a *Emancipação Social* a partir da *Ecologia dos Saberes* de Santos, e das *perspectivas sociais das tecnologias digitais nos OPs*. A partir da pesquisa de campo, analisar as *semelhanças e diferenças e as leituras cruzadas dos OPs em Porto Alegre e Lisboa*; *O orçamento participativo, o poder e a reinvenção da democracia*,

O capítulo 5 - Conclusão. Resumindo a pesquisa com uma *Síntese da pesquisa*; a *pesquisa e a dinâmica das tecnologias sociais no contexto do OP*; os *Contextos estudados e as relações de poder existentes*; as *Crises políticas e econômicas e os limites democráticos e as Possibilidades Futuras*.

PARTE 1 – ABORDAGEM METODOLÓGICA E TEÓRICA

1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A Introdução desta pesquisa apresenta a constituição da Estrutura de Tese em que o percurso aqui desenvolvido é formado pelos itens 1.1 *Reconhecendo percursos e contextos* e 1.2 *Metodologias utilizadas*. Os contextos escolhidos foram dos Orçamentos Participativos nas cidades de Lisboa, em Portugal e Porto Alegre no Brasil, em ciclos completos dos OPs, sendo 2012/2013 em Lisboa, 2014/2015 em Porto Alegre. As metodologias utilizadas foram os métodos de observação participante e de investigação documental junto aos processos OP durante a pesquisa de campo, e do *Extended Case* na avaliação micro e macro em dois continentes.

A finalidade da pesquisa empírica foi avaliar esses espaços democráticos e suas ferramentas como tecnologias sociais junto ao seu contexto histórico, político e social. Objetivo análogo foi analisar as identidades e diversidades que podem influenciar de forma direta ou subjetiva os processos de participação e, principalmente de emancipação por meio desses instrumentos. A intenção foi focar o olhar nesses contextos com realidades geográficas, sociais e políticas diferentes, fazendo um diálogo e reflexão entre processos de participação social das Ciências Sociais e as Ciências da Computação.

As orientações e as metodologias utilizadas na investigação, em ambas as cidades⁴², foram sendo aplicadas nas interações, na vivência das assembleias presenciais e na análise documental dos processos. Em Lisboa, Portugal, a investigação foi conduzida junto ao projeto OPtar de 2012 a 2013, com a participação em reuniões de administradores e coordenadores, aplicação de pesquisa através de grelhas, de entrevistas, e de anotações de depoimentos dos participantes.

As ações em Porto Alegre foram realizadas nas assembleias presenciais de 2014-2015, das regiões e do COP - Conselho do Orçamento Participativo, e através das informações registradas no Regimento Interno e atas certificadas das assembleias. As fontes foram fundamentais para avaliação através da pesquisa documental (Piana, 2004) e qualitativa que trabalha, não com os sujeitos, mas com “representações, conhecimentos, práticas e atitudes” (Minayo *et al.* 2007:48), ou seja, dados não quantificáveis.

A análise qualitativa foi aplicada após o recolhimento das informações obtidas na pesquisa de campo e do encerramento dos ciclos dos OPs em 2012 e 2014. A sistematização

⁴² Anexo C – Diários da Observação Participante do OP.

foi realizada utilizando-se o *software* NVivo⁴³ como ferramenta (Leite & Pinho, 2015) que facilita técnicas para organizar dados não estruturados. A execução dessa tarefa requisiu primeiramente, a definição de categorias e objetos de pesquisa que centralizam os temas principais abordados, Emancipação, Tecnologia e Democracia, para assim realizar a análise de imagens, entrevistas e textos como documentos, atas, grelhas e diários em detalhe.

Na pesquisa de campo a metodologia central foi a Observação Participante, que, de acordo com Andrés Aubry, não é uma pesquisa neutra visto que durante o recolhimento das informações ou de uma intervenção, o pesquisador já está criando responsabilidade que afeta a interlocução da ciência com a realidade (Aubry, 2011:13). Essa avaliação utilizou também a metodologia *Extended Case* (Estudo de Caso Alargado/ Estendido) inspirado em Michael Burawoy (2014), método que possibilita movimentos inversos de extrair o geral do único e mover do micro para o macro, empregando recursos da etnografia descritivos das etnias. O método Caso Alargado foi utilizado também, para buscar uma projeção das teorias aplicadas e leituras realizadas em suas influências locais, em um processo que ainda se propaga pelo mundo todo.

A relevância desse diagnóstico intenciona perceber as contribuições dos espaços e as possibilidades das tecnologias sociais como o OP, como potencial social na formação da cidadania e na contribuição de emancipação de suas populações. Nesse horizonte, como afirma o professor Moacir Gadotti presidente de honra do Instituto Paulo Freire, o OP não é um programa conjuntural de governo, mas um programa estratégico de Estado, portanto, de longo prazo, e por esse motivo discute estrategicamente o futuro de uma cidade. A discussão do orçamento do território possibilita “também discutir o nosso futuro, discutir como intervir no governo das coisas, no nosso rumo, no mundo como possibilidade, e não como fatalidade como dizia Paulo Freire” (Gadotti, 2014:10-11).

A complementação da pesquisa de campo foi realizada através do recurso da entrevista, que proporciona a obtenção de aspectos que a observação participante não permite, visto que possibilita uma visão da localização social do entrevistado. As seis entrevistas realizadas pelo projeto OPtar em Lisboa estão inseridas no relatório do projeto (OPtar, 2009) e nos diários de campo realizados em 2012⁴⁴. As sete entrevistas realizadas em Porto Alegre⁴⁵ além dos participantes e líderes do COP, incluíram também ativistas, técnicos administrativos e políticos em cargos pontuais em 2014-2015. A localização, oportunizada pela posição que o entrevistado

⁴³ Anexo D – Eventos para Pesquisa e Doutorado – 2015 – Formação no *Software* NVivo-QSR.

⁴⁴ Anexo C1 – OP Lisboa – cronograma e grelhas 2012.

⁴⁵ Anexo B2 – OP Porto Alegre – 2014 – Entrevistas.

ocupa, possibilita a circulação em diferentes mundos e locais de trabalho (Mendes, 2003:9), e no caso dos OPs, uma interação e circulação também com o poder público, que até então eram inacessíveis para a população em geral, principalmente de periferia.

1.1 Reconhecendo percursos e contextos

Os processos dos Orçamentos Participativos de Lisboa e Porto Alegre, e as metodologias definidas reconhecidas como percursos e contextos, se estabeleceram como campos de pesquisa durante a realização do doutoramento, concomitante ao trabalho como bolsista/*bolseira* de 2011 a 2013 em Portugal. Embates do poder público com os cidadãos, em ambos os municípios observados, refletiram-se nos processos realizados e conseqüentemente em suas ferramentas. A finalidade em reconhecer as cidades era realizar uma exploração dos espaços e contextos de participação dos Orçamentos Participativos, além de verificar os percursos e transformações que ocorreram, principalmente por influência das situações políticas durante os processos dos OPs.

O contexto mundial neoliberal, que se destacava na política naquele período, interviu nos procedimentos de OP como os promovidos e incentivados pelo Banco Mundial, cujo processo foi utilizado para fiscalizar os financiamentos concedidos, utilizando-se da população para controlar os subsídios disponibilizados. A partir dessa conjuntura, e período da observação realizada em Porto Alegre, verificou-se que processos foram revertidos exatamente no que o OP representou de inusitado e mesmo revolucionário em seu princípio. O OP revolucionou a relação da circulação do poder (Baierle, 2011:431) que foram identificados nos *labirintos* do poder classificados por Fernando Ruivo em *O Estado Labiríntico*.

Parte do controlo que o Poder Central exerce sobre o poder das localidades não se realiza, no entanto, de uma forma explícita, estabelecida na letra da lei. É de forma indirecta, invocando-se razões pragmáticas, nomeadamente de oportunidade financeira, que os obstáculos se materializam nos orçamentos camarários. (Ruivo, 2000:49)

1.1.1 Descrição do percurso de pesquisa

O percurso de pesquisa utilizando as metodologias Documental, Observação Participante e *Extended Case* (Caso Estendido ou Alargado), foi utilizado como recurso para uma análise completa das estruturas definidas para o OP e a repercussão social e política local e global, bem como dos contextos históricos e caminhos percorridos. A observação de campo realizada nas assembleias em Lisboa (2012) e em Porto Alegre (2014), ratificou que esses espaços de exercício democrático da deliberação e suas ferramentas, podem tornar-se canais institucionalizados de comunicação entre a sociedade civil e o poder público.

O estabelecimento desses canais, não só de comunicação, se constitui nas assembleias realizadas periodicamente entre os representantes do poder público e os participantes – cidadãos e/ou representantes designados pela população em suas regiões – que transformam seus territórios e ferramentas em suporte para debates, definições e cobranças administrativas de execução e pendências das autarquias e dos OPs em todos os tempos, passado e presente.

O objetivo geral da pesquisa do Projeto OPtar (2009), em Portugal, foi acompanhar e analisar 9 cidades com Orçamentos Participativos, em que os municípios de Lisboa, Condeixa, Trofa, Leça da Palmeira e Guimarães, e a Freguesia de Benfica localizada em Lisboa, foram de responsabilidade da pesquisadora/bolsista. O recolhimento de dados se realizou principalmente com a aplicação de inquéritos aos participantes para posterior análise *quantitativa* do projeto através do Software SSPS⁴⁶.

As alterações definidas, em reunião administrativa do OP de Lisboa no início do ano de 2012 junto ao OPtar e membros da autarquia, modificou o formato de suas assembleias. As assembleias que eram realizadas por bairros e freguesias⁴⁷ até 2011, modificaram-se para territórios definidos como locais de interesse e diversidades específicas. O bairro Boavista, apesar das alterações de formato, convocou a autarquia para a realização de uma assembleia específica no seu local de representação da classe média baixa, de imigrantes, população vulnerável, em que o calendário do ano está registrado no capítulo sobre o OP Lisboa⁴⁸.

O projeto OPtar encerrou ao final do ano de 2013, e com o projeto de pesquisa qualificado junto ao CES, a pesquisadora se estabeleceu em Porto Alegre para iniciar a pesquisa

⁴⁶ Anexo D – Eventos para Pesquisa e Doutorado - 2013. – Formação SPSS (*Statistical Package for the Social Science*).

⁴⁷ A freguesia em Portugal teve sentido socioinstitucional antes de significar território, pois deriva de freguês (*filius ecclesiae* – filho da Igreja). Na designação territorial, Paróquia e Freguesia se fundiram, onde o significado de paróquia desde o século V designava locais de culto religioso na periferia rural de Roma e outras cidades (Santos J., 1995).

⁴⁸ Abordado no Capítulo 3.3.2 OP Lisboa.

de campo junto ao processo de OP de 2014-2015. O objetivo, também realizado em Lisboa, foi acompanhar o ciclo de um ano do OP através da participação e observação das assembleias na cidade de Porto Alegre. A pesquisa documental foi garantida pelo Atestado de *Pleno e Regular Funcionamento do OP*⁴⁹ em Porto Alegre, que determinava que as atas, os regimentos e os estatutos do processo fossem registrados em Cartório de Documentos Especiais como documentos necessários para obtenção do Atestado. A partir do decreto, quase a totalidade das atas das Assembleias do Conselho do Orçamento Participativo (COP) até 2014 estavam disponíveis no *site* da Prefeitura, que foram incorporados aos documentos obtidos, aos registros dos diários de campo e às entrevistas realizadas⁵⁰.

A pesquisadora realizou a coleta de informações e de dados de acordo com o seguinte calendário: reuniões e entrevistas iniciais do campo de pesquisa de Porto Alegre no mês de março de 2014, reuniões de acompanhamento dos Centros Administrativos Regionais (CAR) de abril a junho, e um roteiro de assembleias regionais para definição das demandas locais (Centro Sul) e temáticas (temática Financeira). A participação nos eventos foi realizada por seleção pois os calendários de 2014-2015 se realizaram concomitantemente nas regionais como também a outros eventos.

A partir de outubro de 2014, no segundo semestre, as assembleias do Conselho do Orçamento Participativo (COP) registradas em atas oficializadas, foram acompanhadas em Porto Alegre. O processo encerrou no mês de outubro, com assembleias de finalização e votação do ciclo. A assembleia final do OP incluiu: a Apuração das Prioridades e votação por tema, a eleição dos novos conselheiros, e a festa de comemoração dos 25 anos de OP em Porto Alegre.

A investigação registra também, que no ano de 2014 o OP de Porto Alegre concorreu com grandes eventos de impacto no calendário local, nacional e internacional. Os acontecimentos incluíram: as eleições Presidenciais e das Câmaras de Deputados Estaduais, Federais e Senado; a realização da Copa Mundial de Futebol no Brasil, durante a qual Porto Alegre sediou jogos classificatórios; e as festividades de comemoração aos 25 anos de Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre. As atividades em função da Copa do Mundo impactaram política, econômica, e socialmente a cidade e o país, como os desalojamentos de população de risco social em áreas nas obras realizadas, as restrições nos orçamentos das cidades, e alterações no calendário do OP.

⁴⁹ Atestado instituído através do Decreto Municipal nº 12.931 de 2000, sob responsabilidade da Gerência do Orçamento Participativo. Consultado em 15 de abril de 2019, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=42

⁵⁰ Anexo C2 – OP Porto Alegre – cronograma e diários de campo – 2014.

1.1.2 Motivação de pesquisa e objetivo

A motivação para a averiguação foi firmada no percurso da pesquisadora, tanto profissional como acadêmico e pela práxis no ativismo social, que conduziram a investigação. A pergunta básica da pesquisa foi buscar saber em que medida os Orçamentos Participativos, experiências públicas democráticas, poderiam configurar-se como Tecnologia Social⁵¹. O propósito incluiu também, utilizando este conceito, verificar como construir Tecnologias Digitais como sociais, e como ferramentas tecnológicas podem contribuir na construção emancipatória dos processos democráticos e participativos. A avaliação das circunstâncias históricas, da conjuntura social, política e econômica, também foi necessária, pois todos foram protagonistas e coadjuvantes dos processos e contextos pesquisados.

A necessidade de ruptura epistemológica⁵², em contextos democráticos e participativos, foi uma temática que tinha relação com o projeto de pesquisa realizada em contexto de cooperativas agroecológicas, e que utilizava metodologias democráticas e participativas na sua execução. As tentativas de envolver os atores nas definições dos seus processos de comercialização envolvendo tecnologia, que, mesmo com metodologias e em contextos de deliberação coletiva participatória, foram frustradas com a alegação de incapacidade pelos agricultores.

A metodologia junto à cooperativa foi aplicada através de “adaptação e união de técnicas da engenharia de *software* e da ergonomia, a partir de princípios metodológicos da pesquisa ação, do projeto participativo (*Participatory Design – PD*) e da pedagogia da libertação de Paulo Freire” (Ramos *et al.*, 2002:84-93). Os mesmos princípios foram utilizados neste projeto de pesquisa como interconexão e aplicação teórica na avaliação dos eventos em dois continentes em planos locais e globais (Burawoy, 2014), e também para coparticipar em ciclos completos dos processos de OP em cada contexto definido através da Observação Participante.

A justificativa para realização desta pesquisa, junto aos Orçamentos Participativos, foi resultado dos questionamentos e demandas pendentes no trajeto da pesquisadora em todos os contextos, principalmente nas esferas participativas:

⁵¹ Abordado no Capítulo 2.2 Uma Tecnologia Social – TS. “O desenvolvimento de uma TS, de forma resumida, só é possível a partir de um contexto de gestão social, cuja propagação se realiza com a participação e o poder de decisão da comunidade envolvida”.

⁵² Epistemologia: 1. [Filosofia] Ramo da filosofia que se ocupa dos problemas que se relacionam com o conhecimento humano, refletindo sobre a sua natureza e validade. Teoria do conhecimento que consiste em descrever os processos pelos quais se produz o conhecimento científico. Consultado em 23 de abril de 2017, em <https://www.priberam.pt/dlpo/epistemologia>

- O que impediu o desenvolvimento coletivo de um processo informatizado em uma comunidade que trabalhava de forma deliberativa e democrática, como foi o caso da AGRECO⁵³?
- Que formas de opressão as tecnologias digitais ou seus contextos provocam?
- A falta de acesso às ferramentas tecnológicas é apenas um problema de ordem econômica e política? (Rossal, 2002).

As conjunções de participação, de cooperação e de poder de decisão comunitária, proporcionadas pela associação de agricultores, não fomentaram a autonomia e a apropriação das tecnologias digitais naquelas circunstâncias. A hipótese foi que epistemologicamente, os atores envolvidos ainda não eram sujeitos autônomos ou emancipados nos contextos político, social, geográfico e naquele espaço de tempo. Os impedimentos relacionados e as dificuldades de aprendizagem das ferramentas e tecnologias digitais apresentadas, confirmavam a existência de obstáculos introjetados e personificados na natureza e na validade dos conhecimentos adquiridos pelo sistema vigente.

De acordo com Piaget, os processos de desenvolvimento intelectual são atos biológicos de adaptação ao meio físico e às organizações do meio ambiente, tentando sempre atingir um equilíbrio. A ocorrência de um desequilíbrio entre o sujeito e um objeto é o que principia um processo de construção do conhecimento. A estruturação do conhecimento envolve dois processos que são complementares de um único mecanismo: a organização, que é um processo interno, e a adaptação no aspecto externo, em que a adaptação atua como essência do funcionamento intelectual bem como do funcionamento biológico (Piaget, 1976). A construção do conhecimento de forma individual e coletiva, naquele contexto, foi bloqueada pelo sistema social e político vigente, que determinava de forma subliminar que a tecnologia digital era inatingível.

⁵³ AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina – Brasil, Consultado em 04 de julho de 2014, em <http://www.agreco.com.br/>

1.2 Metodologias utilizadas

O percurso de pesquisa realizado para identificar o que é substancial na construção da auto estima e da autonomia individual e coletiva, base para a emancipação, foi realizado através das metodologias adotadas.

a) Metodologia documental

A pesquisa documental é realizada baseada nos registros contemporâneos ou retrospectivos que não exigem contato com os sujeitos da pesquisa, sendo uma fonte de dados rica e estável, que possibilita leitura aprofundada, e que pode ser reelaborada de acordo com o objetivo da pesquisa (Piana, 2009:122). Os pesquisadores Jackson Sá-Silva, Cristóvão Almeida e Joel Guindani (2009:3) registram várias citações que identificam outras definições e denominações para a análise documental arroladas abaixo:

- Lüdke & Andre - *A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (Lüdke & André, 1986);*
- Cellard - *Uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes (Cellard, 2012: 298);*
- Helder - *A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] e que é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas (Helder, 2006:1-2);*
- Gautier - *Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – no conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação (Kelly, 1984: 296).*

Os documentos desse método de pesquisa constituem fontes preciosas nas ciências sociais, principalmente quando o entendimento dos objetos necessita de compreensão da contextualização histórica e sociocultural. Segundo André Cellard, a importância ocorre igualmente quando os dados são testemunhos de passado recente, e quando a análise documental favorece a observação da maturação e evolução de processos de indivíduos, grupos, conhecimentos e práticas, entre outros.

Vários tipos de documentos também podem ser utilizados como fonte de pesquisa, impressos ou não, como filmes, vídeos, *slides*, fotografias ou pôsteres, utilizados como fontes para elucidar questões, ou, servir de provas de acordo com o interesse do pesquisador. Uma avaliação de documentos (Cellard, 2012: 295-313), constitui a primeira etapa da análise documental aplicada em cinco dimensões consolidadas nesta pesquisa:

O contexto – Análise do cenário histórico e atual de produção do documento realizada em todas as etapas da pesquisa, bem como do universo sociopolítico do autor e daqueles a quem foi destinado.

- A avaliação sociopolítica dos contextos e dos participantes do processo foi realizada a partir da análise histórica e da situação social e política atual em todas as esferas, e nas reuniões com políticos e administradores envolvidos, e nas assembleias coletivas e presenciais.

O autor (ou os autores) – Obtenção prévia da identidade de quem se expressa, os interesses e motivos para gerar-o documento, e questão fundamental é se “esse indivíduo fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social?”.

- Os documentos foram obtidos com representantes, oficiais do poder público ou designados pelo coletivo, que foram autores, coadjuvantes e agenciadores dos processos de OP.

A autenticidade e a confiabilidade do texto – Assegurar-se da qualidade da informação transmitida e verificar a procedência do documento.

- Os textos foram autenticados e referendados publicamente pelas autarquias, e disponibilizados nos meios de comunicação utilizados.

A natureza do texto – Considerar a natureza do texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões, pois, na abertura do autor e subentendidos, a estrutura de um texto pode variar conforme o contexto de redação.

- A maioria dos textos e documentos utilizados tais como regimentos, atas, normas e princípios, foram elaborados em reuniões políticas, administrativas e assembleias presenciais e disponibilizadas nos sites oficiais das autarquias.

Os conceitos-chave e a lógica interna do texto – Avaliar a importância e o sentido, segundo o contexto em que são empregados, examinando a lógica interna, o esquema ou o plano do texto. A contextualização pode ser um apoio muito importante, quando se comparam vários documentos da mesma natureza.

-A contextualização dos textos gerados foi realizada e acompanhada pela pesquisadora na observação e participação das assembleias presenciais.

Na análise documental, o investigador deve interpretar, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer a inferência. Os documentos não existem isoladamente segundo Tim May (2004), mas precisam ser situados em uma estrutura teórica

para que o seu conteúdo seja entendido (Cellard, 2012: 295-313), um aporte teórico que foi realizado nesta pesquisa⁵⁴.

Essas dimensões foram aplicadas nos documentos dos Orçamentos Participativos de Porto Alegre e de Lisboa utilizando as estratégias de campo - documentos, contextos e seus sujeitos – de acordo com o registro abaixo:

Normalmente, as pesquisas possuem duas categorias de estratégias de coleta de dados: a primeira refere-se ao local onde os dados são coletados (estratégia-local) e, neste item, há duas possibilidades: campo ou laboratório. [...] A segunda estratégia refere-se à fonte dos dados: documental ou campo. Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica), diz-se que a pesquisa possui estratégia documental. Quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos (humanos ou não), diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo. (Appolinário, 2012:149-163).

As etapas da pesquisa documental, discriminadas por Fábio Appolinário, também foram utilizadas nesta pesquisa. Os dados foram coletados no campo e, mesmo que em Lisboa tenham sido utilizadas grelhas ou formulários formatados como guias, as notas narrativas possibilitaram obter informações relevantes em sua descrição. Coletas também foram realizadas em fontes na estratégia documental, como livros, *sites* oficiais das autarquias, arquivos em mídia eletrônica, sendo complementadas com entrevistas tanto de representantes como de participantes na estratégia de campo.

A observação participante, como uma estratégia presencial, possibilitou uma interação direta no campo de pesquisa sincronizada com o método documental, sendo que,

A) A observação participante e a metodologia qualitativa

De acordo com Lícia Valladares a *observação participante* aplicada na atuação de campo dos contextos de pesquisa e de exercício de cidadania, tem como base dez mandamentos que são,

1) Processo longo: inserção, aceitação, exploração, avaliação do grupo na área pesquisada. 2) Desconhecimento: do grupo, das inter-relações, hierarquias de poder e estruturas sociais locais. 3) Interação pesquisador-pesquisado: informações dependentes da interação e a presença do pesquisador tem que ser justificada. 4) Afirmação como pesquisador: pesquisador afirmar e reafirmar seu papel de pessoa externa. 5) Intermediário: necessita para abrir as portas e apresentar o pesquisador e o trabalho, torna-se assistente informal à medida que se envolve. 6) Observação: o pesquisador é um observador que também está sendo observado. 7) Ferramentas: saber ouvir, ver, fazer uso de todos os sentidos. 8) Autodisciplina: rotina de trabalho com manutenção de diário de campo. Presença constante gera confiança. 9) Refletir sobre os erros: recusa,

⁵⁴ Abordado na Parte 1 – Abordagem Metodológica e Teórica.

desacerto, silêncios. 10) Contrapartida: apresentar retorno mesmo que poucos se sirvam do resultado final. As relações de amizade é o que permanece. (Valladares, 2007:63).

Na observação participante, tudo precisa ser observado com curiosidade, diretamente e, se possível, fazendo e experimentando o modo de vida e as atividades diárias. O resultado da observação participante é um relato escrito sobre o aprendizado do que foi visto ou contado, sobre conversas, descobertas e o que foi vivenciado. Outros três focos são registrados que constituem na observação: a) a estrutura ou *anatomia do lugar* (o que tem nele, como está organizado e como funciona?); b) os *comportamentos típicos das pessoas do lugar* (como elas fazem as coisas que fazem?); c) as *ideias importantes* (o que as pessoas pensam sobre o que fazem?) e também histórias, contos, folclore, ditados populares, palavras ou frases típicas etc., ou seja, a mentalidade ou a alma do lugar⁵⁵. Esses aprendizados também são referendados por Umberto Eco em seu livro *Como se faz uma tese* (Eco, 2005).

A *pesquisa qualitativa* confere o protagonismo ao grupo e à comunidade recolhendo aspectos subjetivos como narrativas, opiniões, registros ou conceitos da realidade social que está sendo pesquisada. O *software* NVivo foi utilizado para organizar e avaliar as informações obtidas em textos e documentos, nos registros das entrevistas, depoimentos e diários de campo em ambas as cidades. Em Lisboa, a apreciação abarcou os relatórios de Avaliação do OP gerados pela autarquia de Lisboa (OPLx, 2012) também disponíveis no *site* oficial⁵⁶ e as grelhas de observação realizadas no campo de pesquisa. Em Porto Alegre, as atas das Assembleias do OP documentadas e taquigrafadas oficialmente, disponibilizadas no *site* do OP de Porto Alegre⁵⁷, e que os diários de participação e entrevistas da pesquisadora também foram fontes.

As informações foram classificadas em categorias de análise para utilização do *software* qualitativo NVivo, com as definições de funções descritas abaixo:

1. Nós – que são as Categorias de Pesquisa escolhidas e definidas (OP, emancipação, democracia, tecnologia social etc.).
2. Fontes – que são inseridas no NVivo para suporte teórico às categorias definidas e classificadas em: *Internas* (entrevistas, diários, grelhas, documentos oficiais, atas, fotografias, vídeos e observações), e *Externas* que são os *links* de referência aos sites

⁵⁵ Apostila compilada pelos professores Flávio Marcos Silva Sarandy e Alberto Tosi Rodrigues. Fonte: *Como se faz uma tese*, de Umberto Eco, *Métodos e técnicas de pesquisa social*, de Antônio Carlos Gil, e texto de circulação interna ao IUPERJ. Consultado em 25 de maio de 2018, em <http://www.schwartzman.org.br>

⁵⁶ Consultado em 25 de agosto de 2017, em <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos>

⁵⁷ Consultado em 25 de agosto de 2017, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1134

oficiais dos OPs de Lisboa e de Porto Alegre, em que os sites também são fontes de informação.

3. Memos – são comentários relevantes registrados junto aos documentos que entram para avaliação.
4. Classificações – são atributos criados de forma a agrupar os dados junto às categorias: OP – Assembleias (presenciais, virtuais), Democracia (Representativa, Deliberativa, Participativa), Emancipação (educação, social, política), Tecnologia Social (inclusão, capacitação, TICs).

As ferramentas de apoio à pesquisa ajudam a realizar tarefas, a sistematizar os processos, encurtar o tempo para a realização de serviços, a documentar o trabalho realizado, a elaborar os relatórios e a cumprir os prazos. Uma proposta de análise qualitativa estabelece as seguintes diretrizes: Organização da Análise – entrevistas, documentos oficiais (atas), fotografias, notas de campo, vídeos, observações etc.; Codificação – tratar o material para atingir uma melhor representação do seu conteúdo; Categorização - para fornecer uma representação simplificada dos dados (com as categorias aplicadas: Emancipação, Tecnologias e Democracia); Dados brutos e Dados organizados - Atas, Relatórios, grelhas de observação, dados quantitativos; e Inferência - dedução sobre o que pode incidir esse tipo de interpretação de análise (Leite & Pinho, 2015).

B) Metodologia caso alargado/*extended case*

A Metodologia de caso alargado/*extended case* foi utilizada para mensurar a aplicação das teorias divulgadas na definição dos OPs, considerando a amplitude e repercussão teórica nas definições locais e globais das esferas constituídas. A ciência reflexiva no Caso Alargado definida por Michael Burawoy, valoriza a intervenção, a estruturação e a reconstrução teórica, e defende a confiabilidade, a replicabilidade e a representatividade. A intersubjetividade dos atores nesse processo reflete uma postura ao mesmo tempo crítica e reflexiva e que aponta que "Classe social se torna o efeito combinado de um sistema de estruturas políticas, econômicas e ideológicas encontrada em todas as arenas da atividade social" (Burawoy, 2014:4).

Analisar presencialmente Lisboa e Porto Alegre, dois polos supostamente diferentes, foi o que possibilitou alargar a visão para questões globais. O método, segundo seu criador, aplica a ciência reflexiva da etnografia com a função de extrair o geral do único, e conectar o presente ao passado em antecipação do futuro, tudo pela construção de uma teoria preexistente, neste contexto de pesquisa das democracias representativas, participativas e deliberativas. Segundo Burawoy, as pesquisas etnográficas

[...] nutrem-se de um amplo cabedal teórico, do marxismo ao feminismo e ao pós-colonialismo; do positivismo à sociologia reflexiva, do interacionismo simbólico à história comparativa. Como etnógrafo, o que todos nós temos em comum é um compromisso em pesquisar a alteridade no espaço e no tempo. (Burawoy, 2014:11)

A etnografia pode ser definida também, como uma descrição de comunidades e grupos sociais observados em seus diferentes contextos, utilizando-se de alguns princípios, que, de acordo com o IBPAD⁵⁸, são:

- pesquisa de campo (conduzido no local onde as pessoas convivem e socializam);
 - esta pesquisa foi realizada no campo de execução dos OPs através das assembleias presenciais.
- multifatorial (conduzido pelo uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados);
 - a coleta de dados foi realizada pelas metodologias adotadas e definidas para essa investigação.
- indutivo (acúmulo descritivo de detalhe);
 - o detalhamento foi realizado e registrado nos diários de pesquisa.
- holístico (retrato mais completo possível do grupo em estudo);
 - este perfil foi constituído a partir da participação nos processos realizados.

Michael Burawoy, um dos mais importantes sociólogos marxistas em exercício na atualidade, segundo José Manuel Mendes, em sua metodologia inaugura uma nova possibilidade para a pesquisa, que possui quatro questões centrais com aproximações entre teorias, mas também com a formação de uma nova maneira de desenvolvimento de estudos qualitativos nas Ciências Sociais.

Segundo Burawoy, os seus quatro princípios de regulação são: a intersubjetividade entre analista e os sujeitos de estudo; a entrada no mundo vivido da pessoa que se está a estudar; a relação dos processos locais com as forças externas; e o objetivo de reconstruir uma teoria já existente, atendendo à ligação entre teoria e ideologia. (Mendes, 2003:4).

O pesquisador Michael Burawoy deixou os espaços fechados da academia e passou a ingressar nos espaços que pretendia estudar. A criação de uma nova possibilidade de pesquisa

⁵⁸ IBPAD – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados – centro independente de pesquisa e formação de analistas e pesquisadores nas áreas de Pesquisa e Opinião Pública, Política e Relações Governamentais e Comunicação Digital. Consultado em 03 de julho de 2017, em <http://www.ibpad.com.br/blog/comunicacao-digital/o-que-e-pesquisa-etnografica/>

gerou a busca, não apenas de olhar de fora do objeto de estudo, mas de relacionar-se com ele e de compartilhar momentos e vivências para melhor compreensão da realidade. As suas fontes foram os resultados de várias vivências como trabalhador nas minas de cobre na Zâmbia, como ferramenteiro na Hungria, como operador de máquinas em Chicago e como marceneiro em uma fábrica de móveis na Rússia. Os vinte anos como operário nesses espaços foram quando observou, viveu e desenvolveu seus estudos sobre o mundo do trabalho (Burawoy, 2014). A entrevista do autor com Ruy Braga (2010), resume as linhas da teoria do sociólogo, que estuda

[...] as grandes transformações do mundo do trabalho por meio do método do estudo de caso ampliado, isto é, uma tentativa de aplicar a ciência reflexiva à etnografia. Trata-se de uma técnica capaz de mostrar que a experiência de trabalhadores em seus locais de trabalho reflete a estrutura social mais geral da sociedade na qual se encontram inseridos. (Braga, 2010)

A utilização da metodologia de estudo de caso alargado possibilitou, a partir do OP pioneiro de Porto Alegre, analisar a sua aplicação em contextos diversos como o de Lisboa, em Portugal, em que surge a perspectiva de contribuição para uma compreensão de contexto global. A proposta do estudo alargado no contexto de participação dos Orçamentos Participativos, centrada em Porto Alegre, deve-se ao fato de que, além de ser um caso virtuoso e consolidado e sua continuidade ir além da posição política instalada, se propagou no mundo em estruturas e contextos diferentes refletindo a estrutura social local de cada sociedade. O estudo em Porto Alegre, comparando seus reflexos observados em Lisboa, produziram-se de forma direta pela participação considerando os históricos e as informações obtidas em Portugal no projeto OPtar realizado entre 2011 e 2013 e no Brasil nos movimentos sociais e nas atas registradas até 2014.

A investigação das TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação, ferramentas utilizadas nesses processos, se coloca na mesma perspectiva de análise do OP, pois as são vitais para o processo nos contextos atuais. As TICs, portanto, necessitam ser avaliadas como uma Tecnologia Social que se instala nos seus espaços e em suas relações coletivas. A avaliação das ferramentas tecnológicas, na verificação de quem se beneficia e quem tem seu controle, é necessária pela existência de diferentes espaços liberados para a comunidade, como também de sua criação de forma paralela (Bobbio, 2004), como as redes virtuais formadas dentro dos processos do OP por grupos com interesses comuns.

O encontro com uma globalização que não “globaliza” o conhecimento, Pedro Georgen (2014) definiu que, para a formação tecnológica, o pensamento crítico transgressor é essencial e que acesso ao conhecimento é sinônimo de poder, de privilégio, de acesso ao trabalho e à

sobrevivência. A importância do conhecimento para a emancipação, segundo José Santos, tem como base “a aceitação e reavaliação do caos a partir de uma subjetividade baseada na reciprocidade, que só ocorre através do exercício de uma ciência baseada na participação, na solidariedade e no prazer” (Santos, 1995:23).

2 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA, TECNOLOGIA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO

As metodologias observação participante e documental, aplicadas nos campos dessa pesquisa, possibilitaram o recolhimento e organização de dados necessários para que as avaliações pretendidas ocorressem no âmbito da investigação. A continuidade das avaliações nos contextos definidos necessitou de aporte teórico para Tecnologia e Tecnologia Social, em conjunto com uma análise sobre a Emancipação investigada. Essa reflexão foi realizada através do diálogo entre os diversos campos das ciências tecnológicas, da filosofia, das ciências sociais e da história, articulando-os nos contextos da pesquisa nos campos empíricos no Brasil e Portugal. O estudo da evolução das Tecnologias, cujo percurso está registrado desde o século XVII aos dias atuais, possibilitou verificar os cenários sociais, políticos e econômicos que perpassam essas ferramentas numa avaliação dos contextos de pesquisa dos espaços participativos, como o OP, como possíveis construções de Tecnologias Sociais e de emancipação.

As indagações em relação às tecnologias digitais como sociais foram realizadas a partir das dicotomias das tecnologias proprietárias versus *softwares* livres⁵⁹, do controle versus compartilhamento de decisões, do poder de decisão ao poder da deliberação, e da autonomia e participação na construção tecnológica através do conceito da Tecnologia Social. A pergunta de pesquisa regulou a revisão de vários temas: *Os Orçamentos Participativos podem configurar-se como Tecnologia Social e de que elementos das Tecnologias Sociais os espaços democráticos e as Tecnologias Digitais necessitam para contribuir para a emancipação dos sujeitos nesses cenários?*

Para o advogado especialista em propriedade intelectual e direito da Tecnologia de Informação na abertura de congresso em Sevilha⁶⁰, David Bravo, surgem novos conceitos como inteligência coletiva e cultural que estão se estabelecendo a partir do compartilhamento do conhecimento:

Las nuevas tecnologías junto con el intento de convertir en una propiedad tradicional algo etéreo e inapropiable como es la propiedad intelectual han acelerado el choque de las leyes con prácticas cotidianas y socialmente aceptadas. Mientras la industria

⁵⁹ Movimento *Software Livre* surge junto com os microcomputadores nos anos 1980, revolucionando os sistemas institucionalizados de grande porte, em que *hardware* e *software* eram comercializados em bloco, com códigos proprietários fechados. Consultado em 05 de maio de 2015, em <http://softwarelivre.org/>

⁶⁰ Anexo D – Eventos para Pesquisa e Doutorado – 2017 – Artigo aceite no *II International Congress “Move.net on TIC and Social Movements”*.

discográfica y cinematográfica luchan por mantener los planteamientos clásicos de la propiedad intelectual, nuevas corrientes buscan reformularla removiendo sus cimientos. Las descargas de Internet desde redes P2P⁶¹, las licencias Copyleft y conceptos como ‘inteligencia colectiva’ comienzan a ser un lenguaje habitual en ciertos sectores concienciados de que la cultura se defiende compartiéndola.⁶²

A partir de movimentos como, o de direito a uma cultura da tecnologia compartilhada e da liberdade de definição e escolha em relação às tecnologias, é que nos permitimos pensar na possibilidade de emancipação humana e social através das Tecnologias Sociais Digitais, definidas e apropriadas pelos sujeitos e pelos coletivos. O desafio é construir processos em direção a uma emancipação conjunta elaborada nas teorias emancipatórias da educação, das ciências sociais e das humanidades, para desenvolver o conceito de Tecnologia Social a partir da evolução histórica da tecnologia.

2.1 A evolução da ciência e da tecnologia

O histórico da evolução das Ciências Sociais e Tecnológicas foi realizado com base nos propósitos da pesquisa e na discussão de novos conceitos como inteligência coletiva e cultural. A concepção de Tecnologia, Tecnologia Social e Emancipação realizada, utilizou-se das abordagens teóricas de emancipação na Educação, na Política e no Social, com os aportes teóricos nas três áreas : A) na tecnologia com a *Cibernética de Wiener (1968)*, que coloca a física como precursora no questionamento da existência de um universo organizado e determinista, ao admitir componentes irracionais na conduta humana e introduzir a probabilidade da física como uma medida da incerteza; B) na filosofia com a *Teoria Crítica da*

⁶¹ Descargas de Internet: P2P – *Peer to peer*, do inglês, par a par ou simplesmente comunicação ponto a ponto; é uma rede de computadores que compartilha arquivos pela internet. Não há um servidor geral que os armazene, e sim usuários que simultaneamente ao *download* os disponibilizam para que outros busquem arquivos em sua máquina. Nesse sistema, cada computador funciona como servidor e cliente ao mesmo tempo (Licença *Copyleft* - do Software Livre no sentido da liberdade e não de “preço zero”). Consultado em 09 de setembro de 2018, em <https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/05/o-que-e-p2p.ghtml>

⁶² Tradução própria: “As novas tecnologias, juntamente com a intenção de transformar em uma propriedade tradicional algo etéreo e inapropriado como é a propriedade intelectual, tem acelerado o choque das leis com práticas cotidianas e socialmente aceitas. Enquanto a indústria discográfica e cinematográfica lutam para manter a bordagem clássica da propriedade intelectual, novas correntes buscam reformulá-las removendo suas fundações. As transferências na internet de redes P2P, as licenças de *copyleft* e conceitos como ‘inteligência coletiva’ começam a ser uma língua habitual em certos setores conscientes de que a cultura se defende compartilhando” (Bravo, 2015).

Tecnologia de Feenberg (1991, 2010), em que se elaboram questões sobre tipo de mundo e modo de vida, além do utilitarismo da sociedade moderna e das consequências da tecnologia na vida e na percepção humana; C) na *Ciência e a Filosofia dos Modernos de Paolo Rossi (1992)*, investigando a ciência através da decadência e apogeu na história social humana; e D) na evolução da ciência e na análise dos contextos do Brasil e de Portugal.

2.1.1 Breve evolução das ciências

a) Na Cibernética e *O uso humano dos seres humanos de Norbert Wiener*⁶³.

O estudo e conceituação de sistemas e mecanismos de comunicação e de regulação, nos seres vivos e nas máquinas, foi a essência das pesquisas resumidas no livro *The Human Beings* de Norbert Wiener (1968). Segundo o autor, do século XVII aos fins do século XIX, o mundo fundamentado na Física newtoniana dominou afirmando que tudo acontecia de acordo com a lei de “um universo compacto, cerradamente organizado, no qual todo futuro depende restritamente do passado” (Wiener, 1968:9). Essa teoria foi sustentada por Einstein e De Broglie, que afirmavam ser mais aceitável um mundo rigidamente determinista⁶⁴ que um mundo contingente, incerto e casual. Com a introdução da teoria probabilística, cujas perguntas apresentavam grande número de respostas, a Física acaba admitindo um componente irracional na conduta e no pensamento humano análogo à admissão freudiana da época, e não apenas como instrumento matemático (Wiener, 1968).

Neste contexto, a inovação de Gibbs e Bozmann, segundo o autor, foi introduzir na Física a probabilidade e a estatística, medidas que envolvem a incerteza, válida não só para sistemas complexos, mas também para sistemas de uma única partícula. A restrição ignorada ainda em Newton, de que nenhuma medição é precisa, levou à conclusão de que a parte funcional da Física não poderia furtar-se da incerteza e imprevisibilidade dos eventos. A partir dessa constatação, a Física não se restringiu mais apenas ao que sempre irá acontecer, *mas ao*

⁶³ Norbert Wiener – Professor de Matemática do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (M.I.T.). *The use of Human Beings*, publicado nos Estados Unidos da América por Houghton Mifflin Company em 1950. Esta tradução foi feita a partir do texto revisto pelo autor (1954). Copyright 1950, 1954, by Norbert Wiener.

⁶⁴ Determinismo – Princípio de acordo com o qual o universo, especialmente falando da vontade e dos desejos humanos, está subordinado a leis inalteráveis, sendo o comportamento predeterminado pela natureza, e a liberdade, uma ilusão (Aurélio, 1993). Consultado em 05 de agosto de 2018, em <https://www.dicio.com.br/determinismo/>

que irá acontecer com esmagadora probabilidade. E pela primeira vez foi apresentado um método científico para levar em consideração essa contingência.

A inovação de Gibbs foi a de considerar não um mundo, mas todos os mundos, que sejam respostas possíveis a um grupo limitado de perguntas referentes ao meio ambiente. Sua noção fundamental dizia respeito à extensão em que as respostas que possamos dar a perguntas acerca de um grupo de mundos são prováveis em meio a um grupo maior de mundos. Além disso, Gibbs formulou a teoria de que essa probabilidade tendia naturalmente a aumentar conforme o universo envelhecesse. A medida de tal probabilidade se denomina entropia⁶⁵, e a tendência característica da entropia é a de aumentar (Wiener, 1968:14).

No entanto, enquanto o universo pela lei da Física tende a deteriorar-se, existem espaços opostos ao universo em geral com tendência à organização, em que a vida encontra seu território, e uma ciência principia a desenvolver-se. A Cibernética, conceito criado por Norbert Wiener derivada do grego *kubernetes* (ou arte do piloto de governar), surge para definir esse complexo de ideias colocando comunicação e controle na mesma classe. “Assim como a entropia é uma medida de desorganização, a informação conduzida por um grupo de mensagens é uma medida de organização” (Wiener, 1968:21).

O propósito da Cibernética foi desenvolver linguagens e técnicas para monitorar o problema do controle e da comunicação em geral. Na teoria da propagação de mensagens, e de comunicação para pessoas ou para máquinas, existe a transmissão da mensagem e um retorno de entendimento da mensagem recebida acrescida de informações originadas no receptor, produzindo assim a realimentação. Essas ordens estão sujeitas a desorganização no trânsito, como toda espécie de informação, e por isso a atenção à tendência de a entropia aumentar. Para Gibbs, que originou a teoria probabilística das mensagens, “em comunicação e controle, a luta é contra a Natureza degradar o orgânico, e destruir o significativo” (Wiener, 1968:17).

Segundo Wiener, não somos seres isolados, visto que assimilamos fontes de vitalidade e energia através dos alimentos do mundo exterior, mas também percebemos informações através dos órgãos sensórios, reagindo de acordo com a informação recebida. O conteúdo e a percepção da informação, que permutamos com o mundo exterior, fazem da comunicação e do controle essências da vida interior humana mesmo que pertençam à sua vida em sociedade. A sociedade humana é constituída no conhecimento e no aprendizado, o que difere da natureza, que se baseia num padrão herdado.

Para Norbert Wiener, o ser humano vive num universo contingente como todos os demais organismos, com a vantagem de possuir mecanismo fisiológico intelectual, necessário

⁶⁵ Entropia é um conceito da termodinâmica que mede o grau de desordem das partículas de um sistema físico. Consultado em 05 agosto de 2018, em <https://fia.com.br/blog/entropia-o-que-e-como-funciona>

para adaptar-se às mudanças do seu meio ambiente. A espécie humana é forte na medida em que se aproveita das faculdades de adaptação, de comunicação, de aprendizagem e da realimentação de aprendizagem que sua estrutura fisiológica torna possível. Para ele,

[...] a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que disponha, e de que, no futuro desenvolvimento dessas mensagens e facilidades de comunicação, as mensagens entre os homens e as máquinas, entre as máquinas e o homem, e entre máquina, e a máquina, estão destinadas a desempenhar papel cada vez mais importante. (Wiener, 1968:16)

A suposição de Wiener (1968), antevendo a Inteligência Artificial, é que a realimentação é um método de controle de um sistema através da reintrodução dos resultados de seu desempenho no passado. Os resultados, se forem usados apenas como dados numéricos para crítica e regulação do sistema, geram a realimentação simples de um técnico de controle. A informação, entretanto, remonta o desempenho com capacidade de mudar o método e o padrão geral, então teremos um processo a que poderemos denominar aprendizagem. A elaboração, similar ao sistema nervoso e sua propagação através de conexões dos impulsos nervosos, as sinapses, é o que permite às mensagens avançarem ou não.

Essa formulação, a partir da concepção do sistema nervoso, corresponde à teoria das máquinas chamadas digitais, que inicialmente consistiam numa sequência de dispositivos de comutação, em que a ação posterior dependia da ação de combinações precisas anteriores, que levam a ela e que abrem novas combinações ao mesmo tempo. O autor afirma, que essa ação conduz para que um processo de aprendizagem possa ser limitado por condições mecânicas que não corresponde ao processo normal de aprendizagem humana, mas que a aprendizagem de espécie complexa pode, sim, ser mecanizada (Wiener, 1968:63-64).

As conclusões de Norbert Wiener em seu contexto, constataram que a ciência digital foi baseada na formação do conhecimento dos seres humanos, e que as condições mecânicas não superam *ainda*, a sua aprendizagem. A ressalva é que estas definições, que ocorreram nos anos 60 com a previsão sobre a necessidade de a tecnologia estar sob o controle da sociedade, sempre estiverem em discussão (Marx, 1996; Feenberg, 1991; Dagnino, 2002), e que hoje, mais do que nunca, as ciências alertam para o controle humano sobre a Inteligência Artificial (Rushkoff, 2011).

b) Na Filosofia e a Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg⁶⁶

⁶⁶ Andrew Feenberg nasceu em 1943 em Nova York, nos EUA. O estudo de filosofia o levou a Cátedra de Pesquisa do Canadá na Universidade Simon Fraser em Vancouver) e à Universidade da Califórnia em São Diego com Herbert Marcuse, onde concluiu doutorado em 1972. No mesmo período estava ativo na Nova

As conclusões de Norbert Wiener, de que o conhecimento humano é a base para a ciência humana, mas que, entretanto, a mecânica, não supera a sua aprendizagem, nos remete à pensamentos filosóficos. Na Filosofia, segundo Feenberg (1991), a Grécia começou interpretando o mundo na perspectiva histórica de suas origens, em que a humanidade é um tipo de animal que trabalha constantemente para transformar a natureza. Com essa asserção, formam-se duas evidências: a primeira é definida pelos gregos como *physis* – traduzida como natureza que cria a si mesma e emerge de si mesma – e *poiêsis* – como a atividade prática de fazer e de produzir dos seres humanos. Na disciplina associada à *poiêsis*/atividade surge a palavra *techne*, significando o conhecimento – em que cada *techne* inclui um propósito de fazer as coisas de maneira correta, e com um significado para os artefatos cuja produção ela orienta.

Segundo a definição de Andrew Feenberg, na perspectiva dos gregos, a segunda evidência é entre *existência* – se algo é ou não é – e a *essência* – que define o que é. Ou seja, uma coisa só existe primeiro na essência, como ideia ou realidade independente, e só depois é fabricada. A *techne*, portanto, abrange a ideia de que a essência é que antecede o fazer cujo conhecimento ativo é essencial ao objeto. Isto é, o que é feito pelo ser humano é de acordo com um plano e com uma finalidade do mundo.

Não obstante, na natureza – *physis* –, a essência e as coisas emergem juntas: a flor emerge simultaneamente à essência que a torna flor. A definição, portanto, da essência da natureza, a *episteme* – conhecimento das coisas na ciência –, é uma concepção nossa, e é convencional, não real. A certificação, com isso, é de que “os gregos interpretam o ser como tal através do conceito de fabricação técnica, e isto é irônico, pois sendo a tecnologia de posição inferior na cultura moderna, sua origem na cultura grega é a chave da compreensão do ser como um todo” (Feenberg, 2003:3).

Os costumes e mitos, que formavam o sistema de crenças de sociedades tradicionais, foram postos em questão quando surgiu o Iluminismo europeu do século XVIII. Ciência e tecnologia tornam-se base das novas crenças transformando racionalmente a sociedade cultural. Situando o campo de estudo, Andrew Feenberg relaciona a Filosofia das Ciências com as verdades da ciência, da teoria e da experimentação, que são as questões epistemológicas que pertencem à teoria do conhecimento.

No contexto moderno, Ciência e Tecnologia “partem do mesmo pensamento racional baseado na observação empírica e no conhecimento da causalidade natural, porém a tecnologia não está preocupada com a verdade, mas com a utilidade, onde a ciência busca o saber, a

Esquerda, fundando uma revista intitulada *Alternatives* e participando dos eventos de maio de 68 em Paris. Consultado em 20 de junho de 2014, em <https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/1969>

tecnologia busca o controle” (Feenberg, 2003:1). A cultura “útil” hoje está em todos os detalhes e é tão abrangente que se torna urgente abordar questões mais profundas sobre seu valor e viabilidade como um todo. Questões como o tipo de mundo e modo de vida para além da utilidade e que emergem em uma sociedade moderna, se referem ao campo da Filosofia da Tecnologia como “pertencente à autoconsciência de uma sociedade como a nossa e que ensina a refletir sobre o que tomamos como certo, especificamente a modernidade racional” (Feenberg, 2003:2).

A discussão de Feenberg (2015) é implementada pela base de uma Teoria Crítica da Tecnologia, em que a ideia chave hoje é a tecnologia ser condicionada por valores de determinados grupos, atrofiando os aspectos emancipatórios da ação humana no mundo, em que o caminho coerente seria o controle democrático da tecnologia. Para Andrew Feenberg, de acordo com Wendell Evangelista Lopes, a tecnologia foi mal concebida em sua essência, uma vez que não se percebeu seu aspecto bidimensional, que seria o fato de não ser apenas um projeto abstrato, mas composto de um momento social contingente, cuja transcendência histórica é parte inevitável do processo tecnológico (Feenberg, 2015:112-115).

Em relação às implicações filosóficas da Teoria Crítica da Tecnologia, Feenberg (2010) posiciona Marcuse (1991) e Foucault (1999) como seus precursores, em que estes argumentam que a racionalidade tecnológica é pertinente com o sistema de dominação, em que a tecnologia não é inocente ou apenas um meio para atender os fins, mas um sistema próprio de dominação. A partir de seus estudos realizados nas prisões, Michel Foucault constatou que relações assimétricas são reforçadas e fortalecidas pela tecnologia. Os prédios prisionais, determinados pelas ciências sociais e ciências da criminologia, são definidos pela tecnologia do controle e da informação, com o objetivo de controlar/dominar os prisioneiros, numa relação política direta de poder através da ciência.

A Filosofia na história e na sua verdade positivista, de acordo com Lopes (2015), representou a afirmação instrumentalista sobre a técnica, que trata a tecnologia sujeita à esfera social e seus valores, como uma ferramenta de caráter racional. A racionalidade definindo a constituição de uma ferramenta neutra e indiferente a fins sociais e políticos, e controlada pelo capital, acaba se instalando como norma legítima de uma eficiência relativa a metas de desenvolvimento.

As inquições de Andrew Feenberg, a partir do histórico da Filosofia, são de questionamento filosófico em suas teorias, textos, debates e conferências, onde lança questões fundamentais sobre as tecnologias como: Eficiência de quê? Qual meta? Quem define se a eficiência é determinada unicamente pelo mercado? As consequências da regulamentação pelas

normas proporcionam que, a natureza, a cultura, a tradição em todas as áreas, e a própria humanidade, sejam substituídas e transformadas pela eficiência. A produção dos alimentos, para Feenberg (2010), é um exemplo de determinação pela tecnologia, em que a agricultura familiar foi substituída pela industrialização dos alimentos, e pessoas, natureza e a vida em si foram afetadas, tornando-se irrelevantes de forma implacável.

As polêmicas sobre a eficiência relativa do desenvolvimento, conduziu o autor a questionar: Onde localizamos a tecnologia? Na natureza, na guerra, no progresso? A crença nessa eficiência, neste contexto, é exemplificada com a visão reduzida da Associação Nacional dos Rifles nos Estados Unidos da América (EUA), que justifica a arma como algo natural e apolítico, argumentando que “as armas não matam as pessoas, as pessoas matam as pessoas”⁶⁷. Sendo que o autor complementa que a “a filosofia instrumentalista da tecnologia é um tipo de produto espontâneo de nossa civilização, irrefletidamente assumido pela maioria das pessoas.” (Feenberg, 2003:5).

Seguindo essa lógica do raciocínio decisões, na esfera do meio ambiente, ocorrem em um mundo contemporâneo de enchentes, deslizamentos, desmatamentos ou tragédias provocadas por usinas (Chernobyl), represas (Companhia da Vale do Rio Doce), e hoje empresas como a Braskem de exploração mineral⁶⁸. A reafirmação na crença da eficiência das tecnologias é assim ratificada independente da vida do próprio planeta. Numa era de desastres ambientais definidos como efeitos colaterais, e do aquecimento global como consequência, as destruições e ruínas tornam-se pauta diária.

O sentido de tempo, como o que ocorreu em consequência das ferrovias que precisavam ser eficientes para evitar colisões no século XIX, para Feenberg (2002), também foi alterado refletindo-se no ser humano “moderno”, e que, contudo, não foi um efeito colateral. A centralidade do carro hoje, na definição da eficiência moderna e do mercado, se reflete na significação das cidades, na mobilidade urbana, na economia, no trabalho, na família, nas vidas das pessoas e na natureza. O que comprova que os impactos das tecnologias mudam profundamente todas as dimensões da vida como fenômeno político, social, cultural, local e global.

⁶⁷ A *National Rifle Association of America* ou NRA (Associação Nacional de Rifles da América) foi estabelecida em 1871 em Nova Iorque com o objetivo de proteção da segunda emenda da Constituição e dos direitos dos proprietários de armas de fogo na autodefesa e na proteção da caça. Consultado em 15 de junho de 2019, em <https://www.saladearmas.com/noticia/associacao-nacional-de-rifles-a-nra>

⁶⁸ O caso Pinheiro/Braskem iniciou com um tremor de terra em março de 2018, que segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) desde esta data 60 mil pessoas abandonaram as suas residências. Consultado em 11 de dezembro de 2023, em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/dramas-humanos-se-acumulam-em-tragedia-da-braskem-em-maceio>

Uma globalização que, de acordo com o autor, ocorreu em três níveis – na Tecnologia, nas Finanças e na Informação –, não se referindo somente à acessibilidade em escala crescente, ou facilidade de uso, ou ainda produtividade ou abrangência. A discussão do autor desloca-se ao campo filosófico quando analisa como a humanidade e a própria vida são afetadas pela Tecnologia. -Um debate em que se segue argumentando: A tecnologia pode ser controlada ou moldada, ou é ela que nos controla? Quem define nosso futuro? Os especialistas vão determinar o nosso futuro? Seremos servos obedientes? O certo é que a tecnologia não é neutra, mas sim que está fora de controle e transfigura a humanidade e a vida como um todo (Feenberg, 2002).

Uma forma de controle da tecnologia significa não aceitar especialistas definindo a direção do progresso, pois essa definição tem a ver com democracia, com políticas públicas, e por isso é necessária uma teoria que justifique essa posição. Segundo Andrew Feenberg, o público não pode decidir questões relativas aos especialistas, pois esta é uma posição tecnocrata, contudo, a despolitização do Estado não reflete o debate político, mas somente o debate técnico em que “a esfera pública parece estar se abrindo lentamente para abranger os assuntos técnicos que eram vistos antigamente como esfera exclusiva dos peritos” (Feenberg, 2003:11). A sociedade moderna pode evoluir em diferentes direções, mas a tecnologia tem que estar sob controle social democrático, para repolitizar a tecnologia e modificá-la (Feenberg, 2010; Dagnino, 2010).

Outra questão, que a filósofa Marcia Tílburi também examina, é a subjetividade de uma tecnologia que nos atinge sem percebermos, de forma artilosa e não direta. As diferenças sutis, segundo a filósofa, são ainda mais difíceis de se perceber, porque a percepção foi invadida e colonizada pelas novas tecnologias em um processo histórico acelerado, em que a própria ideia de rapidez se torna um valor. A Revolução Industrial implicou em uma revolução na percepção, em que o desenvolvimento orgânico, esforço que era obrigatório para a percepção de algo, hoje é enfraquecido por aparatos técnicos e inteligências artificiais que atuam por nós. Isso implica na atrofia da capacidade de discernimento, da experiência, do conhecimento vivido sem a interferência da máquina, tornando-se um valor próprio no mesmo sentido de um valor moral, eliminando a experiência básica que transforma um ser humano em um ser cultural (Tiburi, 2019).

A despreocupação em perceber ou pensar se estabelece porque sempre haverá um algoritmo que resolve por nós, pensa por nós e, assustadoramente, pode realizar um trabalho relacionado a difundir o ódio, com a possibilidade de sequer precisarmos odiar, pois tem um “robô” que odeia por nós. De acordo com Marcia Tiburi é como se o exercício e uso da própria inteligência fosse agora exercido por uma inteligência artificial, gerando uma alienação quase

sem solução, porque não se pode retornar à experiência orgânica, pois tudo já está tecnologicamente pronto. A diferença da criatividade das novas tecnologias é desigual, pois nem temos mais o discernimento para perceber a própria diferença (Tiburi, 2019:7).

c) Na Sociedade e A ciência e a filosofia dos modernos de Paolo Rossi⁶⁹.

A análise filosófica, e o controle ético nas áreas das ciências, deve ser explorada a partir de todas as vertentes do conhecimento, particularmente nesses tempos de evolução gigantesca das ferramentas tecnológicas. O primeiro aporte de uma ética científica moderna, segundo Paolo Rossi, apresenta tanto o pensamento dos filósofos e humanistas de natureza matemática e lógica, como o da ciência de técnicos e inventores ao reconhecer a polêmica tanto da cultura acadêmica, como da magia dos alquimistas. Em seus livros, o autor analisa a Revolução Científica na visão da sociedade intelectual, contestando a imagem negativa da ciência e da comunidade industrial no período entre meados do século XV e XVII. Nessa revolução, que permanece na raiz da civilização moderna, ocorreram embates significativos e cruciais do conhecimento e da humanidade discriminados pelo autor como

[...] o declínio do mundo mágico e da tradição hermética⁷⁰; as estreitas conexões entre o nascimento da nova ciência e os problemas da teologia; as discussões de física e de cosmologia que acompanharam e determinaram o fim da visão aristotélico-ptolomaica do Universo⁷¹; a disputa sobre infinitude e a habitabilidade dos mundos e sobre a posição do homem no cosmo; o problema das classificações naturais e a formação de uma linguagem rigorosa na botânica, na zoologia, na química; as grandes alternativas, presentes na discussão sobre a história da Terra e o peso exercido sobre elas pelas perspectivas cartesiana e newtoniana⁷². (Rossi, 1992:9)

A recusa da ciência pelas diferentes quebras de paradigmas é analisada por Paolo Rossi, a partir de vários autores como “Galileu no século XX”, e Edmund Husserl⁷³ que é definido

⁶⁹ Paolo Rossi, de Urbino, Itália (1923-2012). Professor de história da filosofia na Universidade de Florença, estudou a memória, entendida na tradição filosófica como persistência, e a reminiscência, que é a capacidade de recuperar algo que se possuía e que se perdeu. Paolo Rossi analisa as imagens da memória e das “artes da memória” na cultura europeia. Consultado em 12 de dezembro de 2016, em <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788539300372,o-passado-a-memoria-o-esquecimento>

⁷⁰ **Hermetismo** ou **hermeticismo** é o conjunto de doutrinas esotéricas, filosóficas e religiosas associada a Hermes Trismegisto (figura mítica egípcia de origem sincrética - fusão de diferentes doutrinas) relacionado pelos gregos ao Deus Hermes. Consultado em 05 de abril de 2014, em <https://dicionario.priberam.org/hermetismo>

⁷¹ **Cosmos aristotélico-ptolomaico** ordenado segundo critérios metafísicos, foi substituído por um novo Universo, regido por uma causalidade mecânica expressa através de leis matemáticas e destituído de conceitos como finalidade e valor. (Porto & Porto, 2008). Consultado 25 em novembro de 2015, em www.scielo.br/j/rbef/a/KmH6PRLNwhVd4gCchSkDLzb/?format=pdf&lang=pt

⁷² O **Paradigma Cartesiano ou Newtoniano** é um modelo mecanicista e materialista do conhecimento e da vida, em que para conhecer o todo deve-se dividi-lo em várias partes e estudá-los individualmente (Barros, 2020).

⁷³ Segundo Edmund Husserl (século XX e XXI), a **Fenomenologia** é um dispositivo de sempre dar um passo atrás, em que você se transforme em observador, pois sem uma certa desconexão a atitude teórica é impossível. (Sloterdijk, 2019).

como o iniciador da crise que leva à dissolução da Filosofia e do sentido da existência humana. Uma recusa e resistência, também registrada por Max Horkheimer (1947), identifica a ciência moderna como uma forma de imperialismo que se desenvolve pelo desejo de domínio e de uma vontade prepotente.

A natureza é objeto de uma exploração total [...] a sede de poder do homem é insaciável. [...]. O desejo insaciável do homem de estender o seu poder para dois infinitos, o microcosmo e o Universo, não tem raízes na sua natureza mas na estrutura da sociedade [...]. A luta contínua do homem contra o homem explica a insaciabilidade da espécie, as atitudes práticas que são sua consequência e também as categorias e os métodos do saber científico. (Rossi, 1992:15)

Segundo Rossi, para Horkheimer (1947) e Adorno (1995), a *matematização* da natureza de Galileu “reflete coação e hierarquia” em que “ao longo do caminho para a nova ciência, os homens renunciam ao significado” (Rossi, 1992:19). A nostalgia de Karl Lowith - filósofo alemão aluno de Martin Heidegger - segundo o autor, provoca um retorno para a natureza ainda virgem dos gregos, não alterada e violentada pela intervenção sem meta e sem sentido dos seres humanos. Um desalento também presente no ensaio *Vida ativa* de Hannah Arendt (2001), que vê na civilização moderna "uma progressiva sujeição do homem às condições de *animal laborans*⁷⁴", cujo *homo faber* criador do mundo artificial humano "sempre foi um destruidor da natureza". (Rossi, 1992: 19).

O Iluminismo europeu do século XVIII, nesse processo de racionalização da vida humana, estabeleceu que costumes e instituições se revelassem úteis para a humanidade, em que, ciência e tecnologia tornam-se base para as novas concepções conduzidas para ser o que pensamos como “racional”, segundo Feenberg (2003). A construção de ferramentas, na evolução da história das ciências e das tecnologias, foi surgindo para criar coisas práticas da vida cotidiana a partir da observação e adaptação da natureza. O fogo como descoberta primitiva à utilização da pedra como ferramenta da agricultura e à invenção da roda, tudo se relaciona com ciência e conhecimento.

⁷⁴ Segundo a autora de *A Condição Humana*, a *Vida Ativa* está relacionada a três atividades fundamentais: **labor** (no original, em inglês, *labor*- processo biológico ligado as necessidades vitais, de sobrevivência), **trabalho** (*work* - permite a criação de objetos e transformação da natureza) e **ação** [*action* - atividade que independe da mediação da matéria e se relaciona com a condição humana da pluralidade, deixando de ser escravo das necessidades, e podendo ser livre). As três atividades são relacionadas às condições básicas da vida, e se desenvolvem em quatro campos possíveis - o político, o social, o público e o privado. Arendt explica como os gregos antigos relacionavam cada uma dessas atividades a um dos campos. Historicamente, conforme as atividades são equacionadas e desempenhadas nesses campos, o homem, ou melhor, a sociedade é alterada (Harendt, 2001). Consulta em 10 de setembro de 2015, em https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Condi%C3%A7%C3%A3o_Humana

De acordo com Marx a criação da primeira máquina de fiar em 1735 por John Wyatt, a partir da reprodução das formas básicas do movimento do fazer produtivo humano, provocou a Revolução Industrial do século XVIII afetando não somente a produção, mas diretamente as relações da sociedade como um todo. O lucro obtido com a redução de mão de obra adulta, consequência imediata provocada pela mecanização do trabalho, é aplaudido pelo mundo do capital. Um “restabelecimento” da ordem ocorre entre as classes industriais junto com a rendição incondicional dos trabalhadores, cujas defesas foram aniquiladas pela moderna tática mecânica. Uma ordem corroborada por escritos como os de Andrew Ure, que afirmava que o capital *com a ajuda da ciência* “sempre compele à docilidade o braço rebelde do trabalho”. Uma afirmação de apoio ao despotismo capitalista como instrumento de opressão das classes pobres, que provocam acusações da classe científica na época e o repúdio de Karl Marx⁷⁵.

Embora o escrito de Ure tenha sido publicado em 1835, à época, portanto, de um sistema fabril ainda relativamente pouco desenvolvido, ele continua sendo a expressão clássica do espírito fabril, não só por causa de seu franco cinismo, mas também por causa da ingenuidade com que deixa escapar as contradições impensadas da mente do capital (Marx, 1996, II: XIII – XXV).

O processo de mudança constante na correlação de forças das classes sociais foi um marco da revolução social em todos os tempos e da história e evolução da tecnologia. A convergência de forças, entretanto, não foi o único precedente de expropriação objetiva, visto que desponta uma nova categoria de poder, que tem o saber, o conhecimento e a informação como novo instrumento de controle político, um conhecimento vinculado simbioticamente às tecnologias.

A expropriação do conhecimento cultural, do século XV a XVII, se processou à revelia dos expropriados que, sem saber e por não poder saber, seriam excluídos não só da própria terra, mas também da História, de acordo com Edison Luís dos Santos. A partir daí, o que se viu como resultado foi uma construção remodelada da realidade do outro, para justificar a escravidão. A imposição de conhecimentos e códigos socioculturais, segundo o autor, fez parte dos arranjos de sistemas simbólicos, que se expressaram em novas relações de poder. A apropriação e/ou privação desses códigos denuncia uma operação “subterrânea” de expropriação do saber, uma expropriação simbólica, e uma categoria de análise do conhecimento que põe em evidência as complexas relações da linguagem (Santos, 2009:14).

⁷⁵ Ure, Andrew (1778-1857): químico inglês, economista vulgar, partidário do livre-câmbio. Fonte: O Capital – Crítica da Economia Política de Karl Marx (1996). Consultado em 05 de abril de 2014, em https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/u/ure_andrew.htm

Esses códigos são moldados por conceitos sociais, segundo David Goldberg, em que a auto concepção dos sujeitos formatada por práticas dominantes vai incorporando e articulando valores, regras de interação e princípios sociais de organização. Com isso, vão criando esquemas conceituais, cujo controle define quem está no comando e no poder (Goldberg, 1993:193-194), em que, ao longo do tempo, as tecnologias se tornam produtos e agentes institucionalizados.

d) Nos Campos de Pesquisa – Brasil e Portugal

No Brasil

O controle do conhecimento, e de códigos socioculturais definidores do comando e do poder, é o que determina o domínio e o desenvolvimento das tecnologias produzidas. Desde o período iluminista, segundo Maria Amélia Dantes, os países colonialistas como Espanha, França, Inglaterra e Portugal, incorporaram práticas científicas em suas políticas ao realizar explorações dos recursos naturais das colônias. O período colonial no Brasil registra a expedição de 1785 a 1792 de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista brasileiro formado na Universidade de Coimbra e que explorou a região amazônica (Dantes, 2005, não paginada).

A chegada da família real portuguesa, em 1808 ao Brasil, propiciou o incentivo a um clima de exploração, indagação e de incentivo à arte, com a promoção de viagens de exploração da cultura e línguas indígenas, investigações incorporadas por especialistas em flora e fauna e observações astronômicas realizadas pelos jesuítas. Para Maria Amélia Dantes fica evidente o Estado como financiador das práticas científicas no século XIX, pois as ciências estavam presentes, sob o comando das políticas governamentais da Coroa e depois, do Império. O único registro, de atuação de uma sociedade civil privada, ocorreu com o estabelecimento em 1825 da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, mas com objetivo de estimular o progresso material do Império do Brasil.

Contudo, é importante registrar, que foi após o fim do Brasil Império que o aparato institucional para as ciências foi se constituir. A Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil só se definiu, portanto, na primeira metade do século XX, mas ainda de forma não substancial e não alinhada com um desenvolvimento autônomo, científico e tecnológico do país. Um dos motivos desse desalinhamento científico, segundo Fausto Azevedo (1996), foi que o fluxo de conhecimento e de novas tecnologias, sempre ajustadas à política vigente, tinha a propensão de ser desenvolvida de forma hierárquica de interesses com a seguinte ordem de importância: forças armadas, saúde, empresas e, por fim, a educação. As questões sociais visivelmente não tinham prioridade nem relevância.

A expansão significativa da Ciência e da Tecnologia estabeleceu-se no Brasil somente na década de 1950 incentivada pelo movimento internacional, com a criação de órgãos estratégicos na educação, como o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nas áreas das pesquisas científicas no âmbito federal em 1951 (Azevedo, 1996:37-52). A independência relativa de nossos cientistas, por vários motivos, segundo Dantes (2005), percebe-se em registros significativos a partir do século XVIII/XIX e através da evolução de Instituições de Ciência e Tecnologia no Brasil, que são aqui listados e separados em três períodos:

- 1) Até 1900: Academia Real da Marinha – 1779; Academia Real Guardas-Marinhas, que se tornou na Escola Naval do Brasil em 1808-1822; Museu Nacional de História e Museu Real – 1818; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1838; USP 1886- 1934.
- 2) Até 2000: Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Diretoria de Saúde Pública de RJ – 1900; BUTANTAN –1901; ABC – 1916; INEP – 1937; CNPq – 1951; CAPES – 1951; Petrobras – 1953; SNDCT – 1964; PED – 1967; FINEP – 1969; FNDCT – 1969; EMBRAER – 1969; EMBRAPA – 1973; INPE – 1971; Lei de Reserva de Mercado para Informática – 1984⁷⁶; MCT - BR e Inovação (MCTI + FINEP + CNPQ) – 1985; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) – 1995; CNCT – 1996.
- 3) A partir de 2000: PRONEX⁷⁷ – 1999-2002; MCT-FINEP-CNPQ – 2002-2006; Conselho de Ciência e Tecnologia – 2003; SIBRATEC – 2007; INCTs⁷⁸ – 2008; INBIO e CTBE– 2009; MCTI -MCTIC⁷⁹ – 2016.

De acordo com o relatório de 2012/2015 da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) do Brasil, as áreas da Tecnologia da Informação e Comunicação necessitaram de uma estratégia própria e visão de futuro para vencer desafios e evoluir em qualidade internacional. Essas áreas foram classificadas em quatro setores: 1) *software*/programas; 2) *hardware*/máquinas e sistemas; 3) semicondutores e microeletrônica e 4) infraestrutura de TI.

⁷⁶ “À época, o governo investia apenas 0,74% do PIB em C&T, em 1985 aplicavam-se 4,1% dos recursos orçamentários em C&T; e em 1991, aplicam-se somente 1,5%,” (Cf.: CGEE, 2002:274). Consultado em 18 de março de 2017, em <https://www.cgee.org.br/documents/>

⁷⁷ Financiamento CNPQ, editais universais, redes de pesquisa, Institutos do Milênio e Fundos Setoriais de C&T e recuperação do FNDTC. Consultado em 20 de julho de 2017, em <https://sbfisica.org.br/v1/sbf/>

⁷⁸ Criação 123 Institutos de Ciência e Tecnologia. Consultado em 25 de julho de 2017, em <https://sbfisica.org.br/v1/sbf/>

⁷⁹ Após o *impeachment* em 2016, o MC é extinto e agregado ao MCTI e cortado R\$ 1,41 bi dos projetos de pesquisa e inovação (Correio Braziliense, 2016). Consultado em 05 de agosto de 2019, em <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/governo-cortara-r-141-bi-dos-projetos-de-pesquisa-e-inovacao/>

Segundo o mesmo relatório, essas áreas empregavam 600 mil pessoas diretamente no Brasil na época, sendo que, na indústria de semicondutores e *hardwares*, o Brasil se colocava como terceiro maior mercado global, cujos planos futuros visavam a uma verticalização da indústria, usando mais conteúdo nacional e articulando metas de exportação para o futuro⁸⁰.

Em Portugal⁸¹

A evolução da Ciência e Tecnologia (CT) em Portugal perpassa sua história de monarquias dependentes da Europa, em que, em 1140 é declarada sua independência e criação do estado nacional. Quase um século depois, D. Dinis, rei de Portugal e do Algarve, criou uma identidade nacional enquanto Estado-nação, definindo as fronteiras e instituindo a língua oficial portuguesa, entre outros. Em 1312, funda a Marinha Portuguesa e, em finais do século XII, cria a primeira Universidade em Lisboa, depois transferida para Coimbra. Em 1385, os filhos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre seriam referenciados em *Os Lusíadas*, de Luiz Vaz de Camões, de “Ínclita geração, altos Infantes” pela instrução, humanismo e qualidades administrativas (REPER, 2018).

Segundo registros da Representação Permanente de Portugal – REPER junto à União Europeia, graças ao ímpeto do Infante D. Henrique, conhecido como “Henrique o Navegador”, as caravelas portuguesas cruzaram os mares fazendo uso dos melhores conhecimentos científicos e práticas da navegação. A partir da expansão marítima com conhecimentos adquiridos de correntes, ventos, rotas e caminhos, alargaram-se os territórios até África, Oriente e continente sul-americano. A história, em consequência, registra a chegada de Vasco da Gama às Índias em 1498 e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500. A criação da Marinha com tecnologia marítima significativa torna-se fator relevante para o renascimento europeu⁸².

A deterioração do reino, entretanto, se processa em vários episódios posteriores como as guerras muçulmanas, a recuperação da independência, os erros de gestão como gastos em consumo *versus* investimentos produtivos, e quase nenhum investimento na educação. O século XIX completa os erros da gestão colonial findando a monarquia em 1910. Portugal segue em uma posição de país semiperiférico e de situações substanciais e radicais, como uma ditadura que durou quase 50 anos, culminando com a Revolução de 25 de Abril de 1974, seguindo um

⁸⁰ Consultado em 07 de setembro de 2016, em http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf

⁸¹ Nunes & Freire. A, 2013; Rollo *et al.*, 2012; FCT, 2017).

⁸² Consultado em 20 de maio de 2015, em <https://ue.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal/sobre-portugal/historia>

regime democrático e alinhado ao posicionamento neoliberal geral. Nas áreas da educação, das tecnologias e ciências, Nunes & Freire (2013) resumem:

Durante o seu longo período de estruturação e reprodução, o "historicismo neo-metódico" significou, nomeadamente, empirismo factualista e valorativo (dicotômico); delimitação de objectos de estudo de curto e médio prazo, ignorando-se as análises de longo prazo; nacionalismo e eurocentrismo; preferência pelas idades clássica, medieval ou moderna e "esquecimento" da época contemporânea; valorização das vertentes político-institucional, militar e diplomática, religiosa e da cultura erudita, com a inerente desvalorização das questões econômicas, sociais e das "culturas heterodoxas"; atribuição de relevância explicativa à actuação das "grandes personalidades" – responsáveis pelas "grandes ideias" e pelos "grandes acontecimentos" – e silenciamento do papel desempenhado por determinadas camadas da população (pobres, mulheres e crianças, minorias, membros de "raças inferiores", etc.); identificação de "períodos de apogeu", "épocas de decadência" e "etapas indignas" ("invasão muçulmana" e "domínio filipino", por exemplo); limitação dos contactos com estudos e investigadores de diversos outros países e diabolização/perseguição dos proponentes de historiografias alternativas.). (Nunes & Freire, 2013:63-67)

A contextualização da história de Portugal certifica que, os quadros ideológicos e as opções políticas, influenciaram de forma relevante no desenvolvimento e na produção de ciência e tecnologia – neste caso, de ciências e tecnologias sociais. O desenvolvimento das ciências e tecnologias no contexto do Estado é registrado no Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, com a criação da Junta de Educação Nacional (JEN) através do Decreto nº 16 381 de 16 de janeiro de 1929, ainda em contexto de Ditadura Militar. A JEN era claramente herança republicana que englobava as pesquisas e ciências às vastas funções da pedagogia nacional e cultura. A Junta, mesmo cerceada da autonomia e com idiossincrasias autoritárias e redutoras da política vigente, teve papel importante na criação de centros de investigação e de bolsas de estudos e pesquisa no exterior (FCT, 2017).

Os novos historiadores que surgem em Portugal, após a Segunda Guerra Mundial junto a um movimento global, defendem a responsabilidade social da ciência e da tecnologia em relação à sua produção e divulgação de conhecimento de forma objetiva, autocrítica e teoricamente fundada quanto possível na realidade (Nunes & Freire, 2013:67). Em 1950, mesmo período do Brasil, iniciam as discussões e propostas na Assembleia Nacional sobre a investigação científica. Em 1967, por Decreto-Lei, processa-se a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), com as funções de planejamento e coordenação

da investigação científica e tecnologia em Portugal (Rollo *et al.*, 2012). Com estes antecedentes, regista-se a relevante evolução⁸³ das Ciências e das Tecnologias, na história de Portugal:

- 1) Até 1900: Estudo Geral de Lisboa – Universidade mais antiga do país criada por D. Dinis – 1290; Marinha Portuguesa – 1312; Universidade de Coimbra – transferência definitiva de Lisboa por D. João III – 1537; Academia Real Portuguesa da História – D. João V – 1720.
- 2) Até 1970: Universidade Clássica de Lisboa – 1911; FLUL e FLUC – Faculdades de Letras em Lisboa e Coimbra – 1911; JEN – 1929; Academia Portuguesa da História – Estado Novo – 1936-1938; Junta de Investigações Coloniais – 1945; Instituto de Alta Cultura (IAC) – 1950; Instituto Nacional de Investigação Industrial – 1957-1979⁸⁴; Junta de Energia Nuclear – 1954-1979; Fundação Calouste Gulbenkian⁸⁵ – 1956; Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique – 1957; JNICT – 1967.
- 3) A partir de 1970: Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior (INOVOTAN) – 1970; Comissão Nacional com as Comunidades Europeias – OCDE-COCEDE – 1971; Instituto Nacional de Investigação Científica – 1972-1992; Plano Tecnológico Nacional – PTN – 1983; Integração Europeia – Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia pelo JNICT – 1987; MCT – 1995; Programa Ciência Viva – 1996; FCT – 1997; MIT-CMU Portugal – 2006.

A despesa de I&D, em percentagem do PIB, é uma das principais medidas usadas internacionalmente para aferir o grau de relevância da Ciência e Tecnologia no conjunto da atividade econômica de um país. Esse indicador conheceu um aumento impressionante desde o ano da entrada de Portugal na União Europeia (1986), de apenas 0,5%, para 1,0% no ano de 1995, data em que foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia. O indicador em 2011 chegou a 1,5% (em valor absoluto de 2 748 milhões de euros), aproximando-se da média de 27 países da EU, de 2,0 % (Vieira & Fiolhais, 2015).

⁸³ Consultado em 20 de março de 2016, em <https://ue.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal/sobre-portugal/historia> e em https://escolanaval.marinha.pt/pt/aescolanaval_web/Paginas/historia.aspx e em <https://www.uc.pt/sobrenos/historia>

⁸⁴ Consultado em 01 de agosto de 2014, em <https://www.dn.pt/lusa/interior/historia-da-ciencia-em-portugal-vai-ser-contada-na-primeira-pessoa-8808699.html>

⁸⁵ Calouste Gulbenkian – cidadão estrangeiro da Turquia, autorizado pelo Estado Novo. Apoio a perseguidos e exilados, ao acesso a bibliografias, eventos científicos e debates culturais estrangeiros. Consultado em 25 de agosto de 2016, em <https://gulbenkian.pt/>

Seguindo essa linha de investimentos e de acordo com a OEI⁸⁶, parcerias internacionais foram realizadas pelo governo português a partir de 2006, financiadas pelo FCT com os principais participantes em ciência e tecnologia globais, como: o Instituto de Tecnologia do Massachusetts (EUA)– Parceria MIT-Portugal, nas áreas dos sistemas de engenharia para programas de doutoramentos e mestrados profissionais de âmbito internacional; a Universidade Carnegie Mellon nos EUA – Parceria CMU-Portugal com programas em Tecnologias de Informação e Comunicação; o instituto virtual de Tecnologias de Informação e Comunicação (ICTI); o Co-Laboratório Internacional para Tecnologias Emergentes (CoLab) e a rede de comercialização de ciência e tecnologia UTEN.

O tratado internacional, também em 2006 entre Portugal e Espanha, estabeleceu o programa de instalação do Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia, como uma iniciativa científica da primeira Organização Internacional de Investigação instalada na Península Ibérica. O governo português celebrou também um Memorando de Cooperação com a Sociedade *Fraunhofer Gesellschaft*, contemplando o estabelecimento do primeiro Instituto *Fraunhofer* fora da Alemanha. O programa *GoPortugal – Parcerias Globais de Ciência e Tecnologia para Portugal* foi renovado em 2018 até 2030, junto com o estímulo ao desenvolvimento do AIR Centre – Centro de Investigação Internacional do Atlântico, nos Açores, conforme divulgação da imprensa⁸⁷.

2.1.2 Panorama da Tecnologia da Informação e Comunicação no século XX

Contexto histórico

O histórico realizado anteriormente das ciências no Brasil e em Portugal, contextos da pesquisa, nos leva a realizar um panorama no século XX e seus reflexos no mundo. O ano de 1957 se coloca como um marco internacional na reestruturação das ciências, seguindo uma linha histórica do ponto de vista institucional, após as rupturas ocorridas nas duas guerras mundiais. O lançamento do primeiro satélite artificial *Sputnik* pela União Soviética, em outubro

⁸⁶ OEI – Organização de Estados Ibero-americanos. Consultado em 05 de junho de 2017, em <https://www.oei.es/historico/divulgacioncientifica/reportajes042.html>

⁸⁷ Consultado em 07 de agosto de 2018, em <https://www.publico.pt/2018/02/15/ciencia/noticia/portugal-renova-parcerias-internacionais-na-ciencia-1803244#gs.1UgZbdsL>

do mesmo ano, chama a atenção para a importância estratégica das ciências e das tecnologias, comprovado segundo Rollo *et al.*, (2012), neste rol de criações de instituições tecnológicas em países centrais:

- Nos Estados Unidos: em 1957, o *Special Assistant for Science and Technology*; em 1959, o *Federal Council for Science and Technology*; e em 1962 o *Office of Science and Technology* no gabinete executivo do Presidente.
- Na Grã-Bretanha: em 1959 criava-se o Ministério para a Ciência, que não viria a contar com ministério, mas apenas com ministro.
- Na França: em 1960 houve a criação do *Comité Interministériel de la Recherche Scientifique (CIRS)*; em 1962, o *Comité Consultatif de la Recherche scientifique et technique (CCRST)*; e em 1961, a *Délégation Générale de la Recherche Scientifique et Technique (DGRST)*.

Os registros que marcam a evolução e institucionalização das ciências e tecnologias internacionalmente, incluindo Brasil e Portugal, se concretizam após a Segunda Guerra Mundial e período da Guerra Fria. O relatório *Science, The Endless Frontiers* de Vannevar Bush para o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt na sequência de 1945, introduziu conceitos e paradigmas de orientação científica e tecnológica que foram seguidos por vários países (Morel, 2005). Uma dessas indicações foi que, a responsabilidade em áreas de investigação científica e tecnologia deveriam ser de responsabilidade do governo federal, culminando em 1950, com a criação da *National Science Foundation (NSF)* nos Estados Unidos.

A história da evolução das ciências e da tecnologia no século XX é marcada pelo conceito do Determinismo Tecnológico, que presume que a tecnologia determina a evolução social e cultural de uma sociedade. A concepção que ratifica a tecnologia como determinante da sociedade, emergiu após a Segunda Guerra Mundial, como possível justificativa para a perplexidade causada pela capacidade de destruição causada pelas bombas atômicas. A criação de um artefato com tamanho poder de destruição, um desastre histórico, obrigou o mundo todo parar para “discutir a ciência do bem e do mal”⁸⁸, cujos resultados e efeitos de uma tragédia se confirmaram. Os resultados desta fatalidade eram do projeto de pesquisa intitulado Manhattan, que produziram as primeiras bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial, um trabalho coletivo desenvolvido pelos EUA desde 1940, e executado por cerca de 130 mil pessoas de

⁸⁸ A árvore da Ciência do Bem e do Mal em que, ao desprezar os decretos de Deus o resultado seria a queda do homem, é importante elemento da criação na crença judaico-cristã, descrita no livro do Gênesis 2:9; 2:16-17; 3:1-24. Consultado em 05 de setembro de 2018, em <https://www.biblionline.com.br/acf/gn/2>

vários países, sendo a maioria cientistas com 21 Prêmios Nobel, principalmente de Física (Okuno, 2015).

As características das bombas, e os efeitos devastadores causados nas populações de Hiroshima (em torno de 345 mil pessoas) e Nagasaki (260 mil pessoas na ocasião), são resumidos no quadro da professora Emico Okuno do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

Características das bombas	Hiroshima (Little Boy)	Nagasaki (Fat Man)
Comprimento	3,0 m	3,2 m
Diâmetro	0,7 m	1.5 m
Massa	$4,4 \times 10^3$ kg	$4,5 \times 10^3$ kg
Elemento físsil	urânio*235	plutônio*239
Rendimento (equivalente a)	16×10^3 kg de TNT	21×10^3 kg de TNT
Altura de explosão	600 m do solo	503 m do solo
Destruição das construções	92%	35%
Número de mortes até dez/1945	Entre 90 mil e 166 mil pessoas	Entre 60 mil e 80 mil pessoas
Principal causa morte imediata	queimadura (60%)	queimadura (95%)

Quadro 2 – Características e efeitos das bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki
Fonte: Okuno (2015).

As principais causas das mortes imediatas ou em curto espaço de tempo após a explosão das bombas em Hiroshima e Nagasaki, segundo a autora, foram: 1) Ondas de calor: 20 a 30% das mortes de seres humanos num raio de 1,2 km são atribuídas a queimaduras fatais; 2) Ondas de choque: pessoas lançadas a vários metros no ar, com ferimento grave ou morte; 3) Radiação ionizante: raios gama e nêutrons emitidos além da radiação por átomos de césio-137 e iodo-131 com contaminação interna e externa. A explosão em Hiroshima, após 20 minutos, gerou uma chuva negra que durou 12 horas e 45 minutos, contaminando uma área ovalada de 11 km por 19 km (Okuno, 2015: não paginada).

A veiculação de informações com determinação e foco na Tecnologia, como as notícias indicando que “a Bomba dizimou” e não os homens que a fabricaram, se repete na tragédia de Chernobyl em 1986 com a ocultação de informações em um desastre que liberou na atmosfera o equivalente a 500 bombas de Hiroshima⁸⁹. Essa determinação permanece até hoje, como se registrou na “Tragédia da Barragem de Brumadinho ou de Mariana⁹⁰” em 25 de janeiro de 2019 no Brasil, divulgada como consequência da natureza e não da empresa Vale S.A. e seus responsáveis. As notícias propagadas pelas mídias, empresas e governos responsáveis provocam situações em que, a confiança na tecnologia e negação das evidências baseadas na sonegação, mentira e sigilo de informações, não é segura para ninguém.

O Determinismo Tecnológico ressurgiu nesse cenário, em que define a tecnologia como base e causa para as mudanças na sociedade e condição principal das transformações sociais a partir de uma significação reducionista, segundo diversos autores (Dickson, 1980, McLuhan 1965, Friedman, 2009, Dagnino, 2002 e 2008). O conceito “determinismo tecnológico”, criado pelo sociólogo americano Thorstein Veblen (1857-1929), foi desenvolvido e aperfeiçoado por Robert Ezra Park, da Universidade de Chicago, servindo de base para uma corrente teórica ao definir, em 1940, que a tecnologia *modificava a estrutura e a organização da sociedade* (Lima, 2001).

O teórico Herbert Marshall McLuhan, seguindo essa linha, particulariza as comunicações e a mídia como mantenedoras do padrão da organização social, institucional e individual, sustentando que o poder transformador da mídia é a própria mídia. O autor também discorda com os que defendiam que as tecnologias seriam neutras por si próprias e que a discussão seria o uso que se faz delas (McLuhan, 1965). As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, atualmente, tornaram-se instrumentos essenciais e integrantes de nossas vidas, e o poder e a capacidade controladora dessas tecnologias na política, na economia, ou no domínio individual e social, emergem como uma questão extraordinária e apreensiva.

O exemplo do potencial das tecnologias a ser controlado, além da Inteligência Artificial que se *constrói* a partir do conhecimento absorvido do ser humano, é o armazenamento de grandes massas de dados chamado *Big Data* com possibilidades de manipulação e de poder sobre a sociedade. Estas tecnologias necessitam de permanente avaliação e controle, pois assim como possui utilização benéfica incontestável, também produz consequências danosas na sua utilização. Como positivo é a utilização para controle de doenças ou previsões e manejo de catástrofes da natureza, como negativo com o poder da vigilância e interceptação das

⁸⁹ Consultado em 06 de maio de 2019, em <https://www.bbc.com/portuguese/amp/geral-48477868>

⁹⁰ Consultado em 06 de maio de 2019, em https://site.veracruz.edu.br/doc/ef/ef3_ensaios_minas_2019_9b.pdf

comunicações e da utilização de informações para controle social, político e econômico⁹¹, ou seja, como ferramenta de manipulação da vida das pessoas, de instituições. De forma explícita, as capacidades registram uma sensação de impotência e temor similar à da bomba atômica e da energia nuclear, gerando uma urgência na definição de suas fronteiras e de vigilância permanente.

O conceito de Determinismo Tecnológico, e a indicação de uma tecnologia incontrolável evidenciada por Karina Lima a partir de vários autores (Asimov, 1982; Ellul, 1964; Postman, 1993), em que Neil Postman utiliza “A Síndrome de Frankenstein” para também expor a imprevisibilidade dos efeitos da tecnologia. A contraposição a esta dinâmica surge a partir de um movimento, em que o sociólogo Stuart Hall afirma em relação às tecnologias, que “os meios reproduzem a estrutura de dominação e subordinação que caracteriza o sistema social como um todo” e que, segundo Lima, “alguns estudiosos usam o termo “super determinação”, que significa que um fenômeno pode ser atribuído a vários fatores determinantes” (Lima, 2001).

A partir do entendimento de que a tecnologia não é fator fundamental das transformações sociais, como afirma o determinismo, a conclusão é que esta deve estar sob o domínio da sociedade. O controle das tecnologias, de acordo com o que esta tese propõe, deve ser realizado através dos conceitos e procedimentos de uma Tecnologia Social, por uma sociedade soberana e emancipada propiciando a liberdade de escolha e de deliberação sobre suas ferramentas.

Contexto atual: econômico, social e político

A análise das tecnologias instituídas, abordadas anteriormente, deve considerar a história e o contexto em todas as esferas para seu estabelecimento. O Estado Liberal hoje instituído, se estabeleceu após a Revolução Francesa de 1789, quando novas relações econômicas foram compostas na revolta social promovida pela burguesia. De acordo com Leonardo La Bradbury, uma sociedade composta pelos burgueses (capitalistas), pela monarquia (realeza) e pelos senhores feudais (os nobres), em que o lema “liberdade, igualdade e fraternidade” resumia os reais desejos da burguesia: “liberdade individual para a expansão dos seus empreendimentos e a obtenção do lucro; igualdade jurídica com a aristocracia visando à

⁹¹ Anexo D – Eventos para Pesquisa e Doutorado – 2013 – Bienale Democrazia – Utopico Possible. (Big Data).

abolição das discriminações; e a fraternidade representando os camponeses e *sans-cullote*⁹² com o intuito de que apoiassem a revolução e lutassem por ela” (La Bradbury, 2006: não paginado).

A partir dessa definição, o poder econômico se estabelece sob o controle da classe burguesa e o poder político sob o domínio da realeza e da nobreza. O princípio da não intervenção do Estado na economia defendido pelo Estado Liberal, de acordo com o autor, foi na verdade, garantia de liberdade na expansão dos empreendimentos e obtenção do lucro sem controle. Nesse contexto, a igualdade formal definida e o absentismo do Estado Liberal nas questões sociais, serviram para expandir o capitalismo e agravar a situação da classe trabalhadora com condições miseráveis, chegando à Revolução Industrial, à Revolução Russa e a uma proposta de Estado Social e de bem-estar social. (La Bradbury, 2006).

O cenário do Estado Liberal de hoje é de um “novo” capitalismo econômico, social e político, que renasceu juntamente com um novo tipo de vida e de relação em sociedade, só que em ordem global. O Estado de bem-estar social, definido como um modelo marcado pela autoridade do Estado na condução da política e da economia, segundo Diego de Mello Conti, foi se transformando e se desconstituindo sem abrir espaço para uma renegociação do pacto social. As transformações sob o comando de um capital sem regras, ocorrem em detrimento dos vínculos sociais, da organização da sociedade e principalmente das relações do trabalho (Conti, 2010).

O Estado de bem-estar-social (*welfare*) ou estado-providência, segundo o autor, se estabeleceu como “provedor” de valores sociais, sobretudo os que geram bens para a sociedade como a saúde, a educação e o trabalho. O princípio era que todo o indivíduo teria direito, do nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços com fornecimento garantido diretamente através do Estado ou, indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil (Conti, 2010:164-167). Mas, o abandono deliberado da sociedade e a transformação da relação definida como Estado mínimo pelo neoliberalismo, propiciou o surgimento de novas constituições de espaços e novos modelos de relações coletivas e democráticas.

As novas esferas constituídas surgiram questionando a estrutura hierárquica das relações em que o Estado de bem-estar social se firmara. A nova condição facultou a criação de agentes não econômicos e não estatais classificados como Terceiro Setor ou Organizações Não

⁹² *Sans-cullote* – Expressão utilizada na revolução francesa para designar quem não utilizava um tipo de calça curta típica dos nobres e burgueses, pois usavam calças compridas e boinas vermelhas simbolizando que defendia o aprofundamento das reformas políticas. Consultado em 25 de maio de 2015, em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/sansculottes.htm>

Governamentais (ONGs), em que a ação coletiva dessas entidades pressupunha participação democrática horizontal e criação de espaços para o exercício da cidadania. De acordo com Conti (2010), esses novos modelos de parceria demandariam uma reorganização e remodelação das relações da sociedade, da cadeia de trabalho e dos serviços com a relação Estado-social. A consequência deste contexto é que as novas tecnologias⁹³, incluindo as digitais, deveriam ser reconceituadas para a construção desse novo Estado-social. A reestruturação de novos pactos de trabalho e de parceria, a partir destes conceitos, começam a ser ponderadas em que pessoas, e não os objetos ou produtos, são os protagonistas. Um novo pacto social, em discussão e definição pela área da Tecnologia Livre, é a proposta de novas relações de trabalho como um Consórcio Social que surge junto ao novo conceito tecnológico denominado *everyware*. O conceito do Consórcio Social (Castro e Jacques, 2015) define a relevância da contribuição dos trabalhadores e componentes no empreendimento, na constituição do poder de decisão e da divisão dos resultados de forma justa⁹⁴. O conceito das tecnologias das coisas ou das pessoas⁹⁵ – *Internet das Coisas (IdC) / Internet of Things (IoT)* – área que insere o conceito de *everyware* como apenas mais uma questão técnica, mas que deveria ser abordada como questão filosófica, pois esse novo conceito abre caminho para uma nova organização social que se estabelece (Lacerda *et al.*, 2015: 160). Uma necessidade também surge de as tecnologias serem desenvolvidas com gestão coletiva e participativa, que represente os diversos protagonistas de um novo pacto social, com a inclusão de todos a partir do conceito de Tecnologia Social Digital.

A tecnologia das coisas e das pessoas é um processo realizado por meio de inteligências que possibilitam acesso à rede por qualquer pessoa, de qualquer lugar, a qualquer tempo e utilizando quaisquer dispositivos. Um sistema que inclui equipamentos multifuncionais com sensores inteligentes em eletrodomésticos, automóveis, roupas etc. (coisas) e de aplicações (sistemas) que se adaptam dinamicamente às necessidades dos usuários (Davis, 2020). O significado deste recurso é um novo conceito fundamentado pela conectividade e interatividade entre pessoas, informações, processos e objetos.

⁹³ Novas Tecnologias: envolve o conhecimento técnico e científico, e a aplicação desse conhecimento através do uso de ferramentas, processos e materiais criados a partir de tal conhecimento. Consultado em 13 de agosto de 2018, em <https://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tecnologia/tecnologias-texto.html>

⁹⁴ Consórcio Social – proposta de Carlos Castro e Sady Jacques para criar um *organograma* das instituições a partir da definição e discriminação da participação de seus componentes, pontuados a partir do grau de importância das funções como, poder de decisão, definição e /ou execução de funções administrativas, realização de tarefas para alcançar os objetivos, a importância da participação na linha de produção, e para definição do poder de decisão, dos salários, da participação nos lucros e nos benefícios, etc.

⁹⁵ Tema do FISL - 17^o Fórum Internacional de Software Livre – a tecnologia que liberta. Consultado em 15 de junho de 2019, em <http://softwarelivre.org/fisl17>

A questão, entretanto, não é simples, pois *everyware* é um conceito de poder de processamento tão distribuído, que os computadores provavelmente irão desaparecer. A dificuldade, segundo Greenfeld, está em compreender o significado das escolhas de futuros possíveis em um curto intervalo de tempo, e fazer opções conscientes considerando os impactos de uma “vida colonizada pela tecnologia da informação”. Entretanto, dependendo de como for definido, *everyware* pode ser uma questão imediata ou um desafio técnico, social, ético e político de extraordinária sutileza e dificuldade (Greenfield, 2006:171). O reflexo e consequência desta questão, atualmente, está relacionado ao embate dos limites de desenvolvimento pela Inteligência Artificial com as prioridades do ser humano (Rushkoff, 2022).

A necessidade de informação e a contínua expansão de investimentos sociais, dessa forma, deixa de ser algo supérfluo e eventual para ser encarado como meio e fim de uma vida coletiva. Para Diego Conti é necessário repensar o desenho institucional das organizações públicas e privadas a fim de uma adequação ao modelo emergente de gestão social. As incoerências da globalização devem ser coordenadas entre os protagonistas, com a intenção de reinventar uma gestão social de Estado entre, o setor produtivo privado – trabalhador e empresários - sociedade civil organizada (Conti, 2010:164-167).

A redução do Estado-nação⁹⁶, no qual as sociedades atualmente estão sendo baseadas, ocorre em um cenário de sociedade do risco global que se materializa e se transforma no conflito político atual, que é de contexto de uma “irresponsabilidade organizada”. A sociedade mundial de riscos possui uma estrutura básica que divide os que produzem e se beneficiam com os riscos e aqueles que são afetados por eles. O risco surge, nesse contexto, como enfoque moderno de previsão e controle das consequências futuras da ação humana e os resultados não desejados de uma modernização radicalizada segundo Ulrich Beck.

O risco também surge como uma intenção da ordem global institucionalizada e de colonização do futuro, que invalida as regras antigas que definiam os fins, as causas e os efeitos, em que “a ciência do risco, sem a imaginação sociológica do risco construído e contestado, é cega” (Beck, 2002:2-6). Em época de incertezas fabricadas, ninguém responde pela segurança, pela confiança e pela responsabilidade do risco intencionado. Essa condição, segundo Diego Conti, significa nenhuma responsabilidade pelos riscos de um produto, de uma tecnologia, ou

⁹⁶ Proveniente do conceito “Estado da Razão” do Iluminismo, em que a Razão passou a ser a força constituidora da dinâmica do Estado-nação, principalmente na administração dos povos. Ao mesmo tempo que confere um efeito psicológico de pertença do indivíduo, de segurança, enquadramento e referência civilizacional. Consultado em 15 de novembro de 2018, em [https://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao](https://www.infopedia.pt/$estado-nacao)

mesmo pela definição de seus critérios, que pode ser uma semente transgênica, uma invasão premeditada de dados e informações, ou mesmo uma violação da democracia. A questão mais grave é que, a ciência do risco oportuniza desprezar valores éticos e morais básicos, propiciando uma regressão da humanidade e da vida (Conti, 2010), uma situação de rompimento com a democracia nos dias de hoje, em que a extrema direita vem se estabelecendo.

Em paralelo a essa sociedade do risco global, que atua fisicamente sem atuar moral e politicamente, surge também uma sociedade autocrítica e política em um sentido novo. Uma sociedade com necessidade de reinventar o diálogo transnacional da política, da democracia e da sociologia. Um contexto em que individualização não significa individualismo, e sim um Estado de bem-estar que pende mais para indivíduos que para famílias, mas que, de forma paradoxal, também implica em um estilo coletivo de vida (Beck, 2002:39).

Outros autores avaliam, que está a despertar um indivíduo consumidor mais consciente, um cidadão que acorda para seus direitos e produz novas e inovadoras relações de participação, de colaboração, de vida coletiva, e questionador da representação na democracia vigente. As relações que não são construídas de forma fácil ou tranquilas, segundo Azevedo (1996), se realizam de baixo para cima, mesmo com a fragmentação provocada pela internacionalização e pelas relações de globalização econômica. Essa fragmentação, gerada nesse contexto, centraliza uma pirâmide cada vez mais significativa, provocando uma ação direta na formação de blocos de mercado comum.

De acordo com Fausto Antonio de Azevedo, Euro, Nafta, Mercosul e Tigres Asiáticos foram engolidos pelo superpoderoso e o renascido capital, e de um poder econômico posicionado cada vez mais no topo desse pedestal. Com velhos e novos paradigmas se revezando a cada década, junto com as contradições de nosso tempo, cresce uma despolarização político-ideológica anunciada a partir dos protestos no mundo todo que provocam um esfacelamento de instituições e apresentam uma cara reposicionada do conservadorismo em várias partes do mundo (Azevedo, 1996:37-52), provocando novamente e assustadoramente a fragilização da democracia.

A revolução das tecnologias e da informação, agregada a esse cenário do capital, além de tudo possibilita que o fluxo de fundos financeiros seja rápido e instantâneo, sem nenhum controle do risco do mercado financeiro global e que determina quem prospera ou quem sucumbe. Segundo Fausto Azevedo, se o desenvolvimento é dependente da tecnologia, o subdesenvolvimento é o caminho direto para quem não tem acesso a ela, ou seja, grande parte da população. A conclusão do autor é que não há soberania sem tecnologia adequada e dominada, o que também significa que, se o país permanecer em eterno desenvolvimento com

as potências determinando formas, naturezas de mercado, modelos e o desenvolvimento de países periféricos, a polarização entre rico e pobre tenderá a se criar e se manter indefinidamente (Azevedo, 1996:37-52).

A conclusão, neste cenário, é que novos vícios e sistemas vão se regenerando, como o capital, colaborando para a degradação da sociedade. A tecnologia, entretanto, para o autor, que de uma forma faz desaparecer empregos e também cria novos, igualmente promove novas formas de sutil de perversidades como os empregos gerados pelas tecnologias aplicadas exigindo mão de obra qualificada, e que tendem a reforçar o desequilíbrio. Estas improbidades no trabalho também provocam a concentração de atividades de alta tecnologia nos países de vanguarda, enquanto atividades com tecnologia de tarefas repetitivas e que ocupam mão de obra com menor especialização migram ou permanecem em países periféricos, novamente alimentando a centralização da pirâmide, segundo Azevedo (1996).

A perversidade não se restringe às relações de trabalho, mas também e mais grave, se encontra na própria geração do conhecimento como ocorre através das universidades, nas pesquisas e nas investigações. De acordo com Sami Mahroum, o que se verifica é que estruturas criadas para incentivo das áreas de pesquisa e investigação científica, além de estarem montadas no capital produtivista, criam empecilhos para países em desenvolvimento, que vão desde a dificuldade de produzir dados até a exigência da língua inglesa para publicação. Uma conjuntura que provoca uma contradição aos pesquisadores: ou trabalham problemas do mundo rico onde existem dados abundantes e relevantes, ou arriscam esquecer a carreira ao realizar trabalhos que não chegarão a ser publicados em revistas nível A (Mahroum, 2016), uma avaliação realizada apenas pelo mundo acadêmico.

Esse contexto revela que no plano científico de pesquisa, de avaliações acadêmicas e publicações, “problemas e métodos de investigação gravitam em torno da epistemologia positivista dominante em detrimento de todas as alternativas” (Mahroum, 2016). O que se estabelece é uma discriminação do saber em plena *Era do Conhecimento*, diferente da dispersão das atividades econômicas. Em outras palavras, de acordo com Azevedo *et al.* (1996), são definidas categorias especiais de conhecimento “globalizáveis” e “não globalizáveis”, incluindo na última, a categoria tecnológica. A internacionalização desperta mais um curioso interesse, pois segundo o autor,

[...] se as fronteiras internacionais se tornam permeáveis, até fluidas, para a economia e a cultura, tal fato não se repete para os conhecimentos científicos e tecnológicos portadores de futuro, como química fina, informática, biotecnologia, etc. Nesses casos

o caminho países desenvolvidos ==> países em desenvolvimento sofre severa interrupção (Azevedo, 1996:38).

A fragilização do trabalho técnico ou intelectual, em um capital global, coloca a população ativa em trabalho incerto. À medida que o emprego se torna mais precário, as bases de bem-estar se deterioram, e à medida que há impedimentos para projeção intelectual local, “nova fuga de cérebros ocorrerá na esfera científica” (Mahroum, 2016). Ou seja, quanto maior a flexibilização do trabalho, mais o trabalhador se torna sociedade de risco e mais frágil é a sua autonomia e liberdade. A finalidade de uma república, vale a pena lembrar, seria capacitar os cidadãos para discutir os modelos de vida que preferem e praticá-los, de acordo com Sami Mahroum.

O conflito transnacional-nacional estabelecido, de acordo com Ulrich Beck, pode e deve ser rediscutido. Pois, assim como o Manifesto Comunista trabalha o conflito de classes, outro tratado, o Cosmopolita, trabalharia um diálogo transnacional-nacional definindo metas, valores e estruturas para essa sociedade que se define, em que, ocorrendo uma quebra de regulamentação, uma regulação transnacional deveria se impor. O caminho para uma democratização cosmopolita como dos partidos ecológicos e feministas no mundo, já se definem a partir de valores e objetivos que são fundamentados com alternativas estabelecidas e guiadas pela esfera nacional. “Ou isto, ou estaremos nos encaminhando pra uma sociedade mundial tecnocrática pós-política” (Beck, 2002:16-26). O contexto, nesse panorama do século XXI, produz a necessidade política da tecnologia digital ser conduzida em conjunto como Tecnologia Social, para a potencialização e fortalecimento da democracia e da sociedade como um todo.

2.2 Uma Tecnologia Social (TS)

Uma sociedade tecnocrata é designada antidemocrática quando o poder de decisão não é realizado *por todos e para todos*, mas por uma parcela que detém conhecimentos específicos como especialistas, cientistas e técnicos. A elaboração nesta pesquisa, de um caminho para contrapor a tecnocracia, é o desenvolvimento de políticas e tecnologias que regem a sociedade no conceito da Tecnologia Social. O poder da TS está na capacidade de seu estabelecimento

em todas as fronteiras da sociedade e poder de decisão em todas as esferas, como também, na questão ética de geração e utilização da informação, no controle social, político e econômico pela população, e na autonomia e emancipação dos cidadãos. As fronteiras que nos levam a debruçar sobre esse assunto de forma profunda e cautelosa, nos leva a perceber a importância da discussão e da avaliação das Tecnologias Digitais sob o viés das Ciências Sociais, delineando suas possibilidades como verdadeira Tecnologia Social.

Segundo Renato Dagnino, na abordagem marxista, o conceito de tecnociência foi uma decorrência cognitiva da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que ele modifica para melhorar, controlar e se apropriar do recurso. A especialização do trabalhador, entretanto, em tarefas manuais, repetitivas e desprovidas de atributos intelectuais, deu início ao conhecimento capitalista e à expropriação do saber do trabalhador, agregados à segmentação e à hierarquização do processo de trabalho. A tecnociência capitalista, “se torna uma “ação do capitalista sobre um processo de trabalho que permite um aumento do valor de troca do produto gerado (produção) passível de ser por ele apropriado (mais valia relativa), e aumento que pode ser de quantidade (tecnologia do processo) ou qualidade (tecnologia do produto)” (Dagnino, Renato, 2014:113-152).

A necessidade e a utilização de tecnologias para suporte a processos de decisão, de outro modo, aumentaram na mesma progressão das demandas, das metodologias e das instituições participativas. A evolução da participação surgiu através dos movimentos sociais no Brasil na década de 1980, e a sua expansão em todos os continentes também se realizou a partir do apoio das Nações Unidas e do fomento do Banco Mundial, no caso dos Orçamentos Participativos aqui analisados. O surgimento desse novo processo do OP provocou uma coexistência com outras práticas democráticas, bem como de valores liberais e inter-relação entre Democracia Deliberativa e Representativa (Allegretti, 2011:147).

A criação e multiplicação de contextos de participação, com a crescente prática da Democracia Deliberativa (Faria, 2000), permite-nos abordar o Orçamento Participativo não só como campo de investigação relacionado com as Inovações Democráticas (Smith, 2009), mas como uma Tecnologia Social constituída pela população. O poder de definição e de decisão da população, na aplicação de recursos públicos e deliberação de obras e serviços executados pelo poder público nos contextos escolhidos, é base de definição e construção de uma Tecnologia Social.

A participação e decisão de todos os atores envolvidos nos OPs, proporciona a escuta e troca entre poder público e cidadãos, fundamentais para uma relação, não hierárquica da representação, mas horizontalizada da decisão deliberativa. Nessa perspectiva delineada surge

a necessidade de destacar o processo inovador do OP, a partir da manifestação dessas esferas públicas e da avaliação das Tecnologias Sociais. Esses espaços, definidos como exercício da democracia e de participação cidadã, se concretizam também como zonas de formação e definição da administração e das políticas públicas, e de emancipação cidadã.

O desenvolvimento de uma TS, em uma definição básica, só é possível a partir de um contexto de gestão social, cuja propagação se realiza com a participação e autonomia da comunidade envolvida. Uma gestão social definida pelos vínculos de confiança e motivada por relações e princípios ideológicos semelhantes. A gestão social, para Fernando Tenório, é determinada pela solidariedade e pela inclusão, cuja motivação é o diálogo e o coletivo. A diferença com a gestão estratégica capitalista é que, esta é determinada pelo mercado e pela competição, em que a concorrência do mais forte e o lucro são as motivações (Tenório, 2007). A reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento das tecnologias como Tecnologias Sociais, torna essencial confrontar a conjuntura para verificar *como as tecnologias são influenciadas pelo contexto político*.

2.2.1 A tecnologia como instrumento social

As tecnologias, inclusive seu significado, sempre foram influenciadas pelo contexto social e político corrente, quando vinculadas à produção industrial e ao trabalho. O termo tecnologia, segundo Nicola Abbagnano, tem origem do grego como o estudo (*logia*) da técnica, arte e ofício (*tecno*). Entretanto, em uma definição mais abrangente, a tecnologia envolve o conhecimento, as técnicas, os métodos, os processos de construção e trabalho e a sua aplicação como recurso, ferramenta e produto para a solução, facilitação ou minimização de um problema. O *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (1998)⁹⁷, define tecnologia (in. Technology, fr. Technologie; al. Technologie; it. Tecnologia) como:

1. Estudo dos processos técnicos de determinado ramo da produção industrial ou de vários ramos.
2. O mesmo que técnica.
3. O mesmo que tecnocracia.

⁹⁷ Nicola Abbagnano (1901-1990). Filósofo italiano professor na Universidade de Turim, considerado um dos representantes do existencialismo italiano. Consultado em 15 de dezembro de 2018, em [https://www.infopedia.pt/\\$nicola-abbagnano](https://www.infopedia.pt/$nicola-abbagnano)

O autor define tecnologia relacionando-a à técnica e tecnocracia, em que o conceito mais utilizado para tecnocracia⁹⁸ é o da técnica como instrumento de poder por parte de dirigentes econômicos, militares e políticos em defesa de seus interesses, considerados concordantes ou unificados e com vistas ao controle da sociedade. Da mesma forma o autor alerta, citando Herbert Marcuse, para uma tecnologia que pode se transformar em instrumento de controle social totalitário efetivo.

O aparato produtivo tende a tornar-se totalitário na medida em que determina não só as ocupações, as habilidades e os comportamentos socialmente necessários, mas também as necessidades e as aspirações individuais. [...] A tecnologia serve para instituir novas formas de controle e coerção social mais eficaz e mais agradável. (Marcuse, 1991)

O autor, admite também, a possibilidade de que “a própria racionalidade pós-tecnológica possa transformar a técnica em meio de pacificação e em instrumento para a *arte de viver*, nesse caso, a função da razão – cujo uso instrumental deu origem à Tecnologia – convergiria para a função da arte” (Abbagnano, 1998:942). Uma tecnologia definida em suas diversas facetas por diversos teóricos, mas com a afirmação para uma tecnologia mais humana, e, portanto, uma tecnologia social.

Um conceito distinto para técnica e tecnologia, segundo Manuel Laranja, Vitor Simões e Margarida Fontes, é a definição que coloca ambas como domínios cognitivos mais próximos da ação, relacionados com o “saber-fazer”, em que podemos definir a técnica como um “saber-fazer” tácito e a tecnologia como um “saber-fazer” explícito. Uma definição de uma técnica tácita no sentido de velada ou subentendida, e de uma tecnologia explícita no sentido de ser exposta e manifesta (Laranja *et al.*, 1997). Esse conceito ratifica a tecnologia e a técnica como instrumento ambíguo, pois podem ser definidas e utilizadas tanto para controle e coerção social, como em instrumentos para a arte, autonomia e emancipação.

A formulação de Tecnologia, pelo Instituto de Tecnologia Social – ITS, define como conjunto de métodos técnicos e conhecimentos científicos ou empíricos, que asseguram o funcionamento dos mecanismos da produção, da melhoria de bens, serviços e lazer, assim como de todas as atividades da pesquisa, da artística à científica (ITS Brasil, 2004). A Tecnologia Social possui uma definição ampliada que inclui um apoderamento coletivo, não apenas do seu uso, mas também definição do seu uso, como um aprendizado e exercício de cidadania.

⁹⁸ Conceito que se encontra nos escritores mais qualificados que permite defini-la como "a filosofia autocrática das técnicas" (Abbagnano, 1998:942).

No contexto político, entretanto, as tecnologias quase não sofrem interferências da criação à sua implementação, sob outro viés que não seja o do capital, refletindo as relações estabelecidas pelo capitalismo. Essa dependência em relação à sua formação social capitalista, segundo Renato Dagnino, se converte em impedimento para que a ciência e a tecnologia produzidas sob essa orientação enfraqueçam a acumulação do capital. A investigação sob esse contexto, analisa a possibilidade de uma mudança de regras e de organização do trabalho, cujo objetivo seria a geração de uma sociedade diferente. A tecnologia tem que ser concebida para proporcionar inclusão social e, nestas circunstâncias, a tecnologia hoje existente não é a mais adequada (Dagnino, 2014:31).

A área da formação do conhecimento igualmente confirma que, da educação acadêmica à aplicação profissional, a tecnologia ainda é centrada quase que exclusivamente como ferramenta e instrumento soberano e determinista, com uma lógica autônoma, regida pela eficácia e eficiência (Benini *et al.*, 2011:101-121). Um fundamento da tecnocracia que provoca um vácuo na avaliação e nas possibilidades sociais ou mesmo humanas do processo. Esse contexto social e político constituído define e regula também seus instrumentos e as ferramentas tecnológicas. E, apesar de as tecnologias instrumentalizarem a vida moderna, elas refletem e também impactam a vida social e política da sociedade.

The salient point here is that the technological determinism evident in so many revolutionary accounts has sometimes distracted researchers from focusing on the actual impact of technology upon politics. The revolutionary potential of technology does not lie in some innate quality that forces human beings to behave in a particular way. The revolutionary potential lies, instead, in how technologies are designed, exploited and adopted (or not) by humans in particular social and political contexts. (Wright, 2011:244)⁹⁹

Consonante à concepção das Tecnologias Digitais como sociais, o educador popular Tião Rocha¹⁰⁰ define as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs), enriquecidas pelo conceito das Tecnologias de Aprendizagem e Convivência na Educação

⁹⁹ Tradução própria: “O ponto importante aqui é que o determinismo tecnológico evidente em tantas ocasiões revolucionárias tem, às vezes, distraído pesquisadores em focar no impacto real da tecnologia sobre a política. O potencial revolucionário da tecnologia não está em alguma qualidade inata que obriga os seres humanos a comportar-se de uma maneira particular. O potencial revolucionário reside, em vez disso, em como as tecnologias são projetadas, exploradas e adotadas (ou não) por seres humanos em determinados contextos sociais e políticos” (Wright, 2011).

¹⁰⁰ Tião Rocha, antropólogo, trabalha projetos inovadores de transformação social e Diretor-Presidente em 1984, do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), e Diretor-Presidente do Banco de Êxitos S/A – Solidariedade e Autonomia – em 2003. Consultado em 02 de maio de 2018, em <http://www.cpcd.org.br/tiao-rocha/>

(TACs). Segundo o autor as TICs, na educação, são exemplos de determinismo e funcionalismo mercadológico, pois determinam desde a aprendizagem até o sentido da escola. E pensando “mais do que nunca, em sobrevivência humana num planeta agonizante”, as TACs possuem a chance de dar sentido e significado para a vida humana, pois vão além da escola e do mercado que não dão conta da complexidade que é a Vida (Rocha, 2014).

A ótica negativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador na construção de políticas públicas e também das tecnologias digitais, segundo Tião Rocha, deveria ser composta também pelo Indicador de Potencial de Desenvolvimento Humano (IPDH), que mede a capacidade de Acolhimento, Convivência, Aprendizagem e Oportunidade (ACAO) (Rocha, 2014). Esta definição deveria ser utilizada na construção de novas políticas e plataformas sociais e de novas tecnologias de informação e comunicação digitais, as Tecnologias Sociais Digitais, para práticas sociais e coletivas.

Os canais abertos dos meios de comunicação e informação, representados principalmente pela televisão, desde a sua criação são instrumentos sociais que impactam na vida comunitária e política, e por este motivo devem controlados, pois, são fundamentais para a concentração de poder do “conhecimento” na pirâmide dos controles sociais. As relações consolidadas através desses meios, televisão das massas, são centradas no consumo pelo mercado que bloqueiam a capacidade de discernimento, questionamento ou mesmo de enfrentamento da população, mesmo com a definição na Constituição que o controle é do Estado. Essa cultura das massas vincula-se às definições de Marilena Chauí que destaca o desmanche da comunicação cidadão/Estado, que iniciou quando o Estado começou a utilizar a expressão “sociedade de massa”, nos anos 1960 e 1970. Esse movimento “levou o pensamento liberal a imaginar livrar-se do fantasma marxista da luta de classes”, cuja ideologia liberal e de cultura de “massa” foi reforçada por questões epistemológicas, de manipulação e controle dos meios de comunicação (Chauí, 1994:25).

O surgimento nas últimas décadas do telefone móvel, que se define como uma ferramenta que promove a autonomia dos sujeitos, mas que atualmente é utilizado para desconstruir o conceito de verdade e da mentira através das *fake news*¹⁰¹ revivendo o conceito de pós verdade (Guareschi *et al.*, 2017). Mas como instrumento de auto determinação, a ferramenta gera um indivíduo que se apodera da tecnologia inicialmente de forma privada e depois coletivamente, usufruindo do poder que a ferramenta proporciona. A partir desse sujeito

¹⁰¹ Software que seleciona o público alvo a partir de interesses coletivos (feminista, ecológico, bairro com problema) utilizados para “disparos” de *fake news*, manipulando e conduzindo a opinião pública. Consultado em 26 de outubro de 2018, em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45767478>

empoderado, o pertencimento social se efetiva e esta tecnologia se torna elo de comunicação e informação entre indivíduos, entre comunidades, conexão de espaços residenciais ou de trabalho, de locais públicos ou privados, espaços de lazer, de informações de todos e com o mundo todo, e também meio essencial nas vidas das pessoas.

A conexão individual e coletiva à comunicação e à informação, por outro lado, também é alvo de poder e controle através da geração de notícias falsas, utilizada principalmente em pleitos públicos de decisões sociais e políticas e em eleições de grandes repercussões.¹⁰² A geração de sistemas que dominam as informações, e a utilização de *fake News*, são tão ou mais prejudiciais que a comunicação de massa definida por Marilena Chauí. Essas informações falsificadas, geralmente possuem o objetivo de causar medo e emergência em um público-alvo alienado e analfabeto digital, popularizado e alimentado pela internet e aplicativos como o *WhatsApp*¹⁰³.

A história de luta pelo controle de uma informação livre e de uma comunicação democrática pela sociedade, aponta várias mobilizações desde os anos de 1980. Um exemplo foi o movimento *Software Livre*¹⁰⁴, bandeira pela liberdade na área do *software* digital e caminho para a abordagem das ferramentas tecnológicas como Tecnologias Sociais. O movimento como o *Software Livre*, com fundamentos éticos, legais e financeiros, permite direitos de copiar, redistribuir e modificar o *software*,¹⁰⁵ em oposição ao poder do código-fonte, código proprietário de propriedade privada, ainda vigente. Outros movimentos foram pela liberdade à informação, deflagradas por ativistas e protagonistas na luta por informações abertas e de controle social, que atualmente estão presos ou exilados como punição coordenada pelos Estados Unidos.

O primeiro a destacar é Paul Assange¹⁰⁶ criador do website *Wikileaks* em 2006, com o objetivo de *publicar envios de denunciante anônimos*, envolvendo informações de grandes

¹⁰² Proposta PL 3.813/2021 – Projeto de Lei do Senado Nº, de 2017, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – tipificando o crime de divulgação de notícia falsa. Consultado em 25 maio de 2023, em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-25getter/documento?dm=7312821&disposition=inline#:~:text=de%20not%C3%ADcia%20falsa-Art.,que%20afetem%20interesse%20p%C3%BABlico%20relevante>

¹⁰³ O *WhatsApp* foi fundado em 2009 nos Estados Unidos por Brian Acton e Jan Koum, e adquirido pelo Facebook em 2014 com o monopólio dessas ferramentas. Consultado em 02 de abril de 2018, em <https://canaltech.com.br/empresa/whatsapp/>.

¹⁰⁴ O *Software Livre* (Richard M. Stallman, 1980), é baseado na liberdade da livre troca em programas de computador/*software*, que podem ser copiados, alterados e modificados. Consultado em 05 de julho de 2014, em <https://ansol.org/filosofia>

¹⁰⁵ Movimento criado por Richard Stallman. Consultado em 05 de julho de 2014 em <https://ansol.org/filosofia>

¹⁰⁶ Julian Paul Assange, ativista do movimento *Wikileaks*, Wiki: *website* de texto compartilhado colaborativamente na *web*. *Leak*: vazamento de informações. Consultado em 24 de agosto de 2016, em <https://wikileaks.org/What-is-WikiLeaks.html>

instituições que atingem a sociedade como um todo. O *site* surgiu com três regras principais: “Compartilhar informações”, “Não danificar sistemas de computador” e “Não alterar informações nestes sistemas”. O ativista descreve a internet como potencial perigo e possível facilitadora de totalitarismo, está preso desde 2019 em Londres com extradição requerida pelos EUA com pena crime de 175 anos já decretada¹⁰⁷.

O segundo ativista a se notabilizar é Edward Snowden¹⁰⁸ que tornou público em 2013, a vigilância global e o tráfego de informações realizadas pelos Estados Unidos, e que perseguido fugiu para a Rússia, obtendo em 2020 autorização de residência permanente. As relações com as TICs indicam um colonialismo político, social e econômico através das tecnologias digitais como instrumentos de poder e de dominação, a partir das denúncias de Edward Snowden e de Julian Paul Assange.

A concentração de ativistas militantes dos movimentos sociais de Taiwan em 2014, uniu estudantes e grupos civis junto ao movimento *g0v*, realizado para supervisionar diretamente as políticas públicas. A mobilização reivindicava a disponibilização do conhecimento e ampliação da transparência das informações com potencial de moldar políticas públicas. A intervenção, transformando consumidores passivos em agentes efetivos de justiça social, foi constituída combinando informações *on-line* e *off-line* por meio de intervenções das TICs a partir da colaboração do público ou *crowdsourcing* (crowd – multidão; outsourcing- terceirização). A mobilização culminou no movimento Girassol (*Sunflower*), em que manifestantes, estudantes e grupos civis, ocuparam o parlamento de Taiwan, com o apoio dos voluntários do *g0v*, para decisão de projeto de interesse nacional (Allegretti, Tang & Secchi, 2016).

Em 2017, trabalhadores se organizaram através de formas de Cooperativismo de Plataforma¹⁰⁹, aliando o melhor das tecnologias com o melhor do cooperativismo. A cooperativa surgiu a partir de reivindicações de trabalhadores das plataformas de mobilidade urbana denominada UBER, e se expandiu para outros fornecedores do serviço. Atualmente a luta urgente é o movimento pela criminalização das *Fake News*, estabelecendo estas ações como

¹⁰⁷ Consultado em 30 de junho de 2023, em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/16/debatedores-defendem-liberdade-para-assange-e-exaltam-papel-da-imprensa-na-democracia>

¹⁰⁸ Edward Snowden, funcionário da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA) que expôs os programas de espionagem da agência, inclusive de Estados soberanos, através de telefones e internet no mundo todo. Consultado em 03 de setembro de 2015, em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130610_snowden_perfil_cc

¹⁰⁹ Termo popularizado no livro *Cooperativismo de Plataforma: Os perigos da uberização*¹⁰⁹ (2017), por Trebor Scholz da New School (EUA). Consultado em 12 de novembro de 2020, em <https://coonecta.me/cooperativismo-de-plataforma-a-democratizacao-dos-servicos-digitais/> e <http://cooperativismodeplataforma.com.br/>

nocivas, utilizadas para manipular, alterar ou corromper a verdade, atingindo indivíduos, organizações e até nações. A manipulação da verdade e da mentira em divulgações de notícias falsas, tornou a pós-verdade, segundo o Dicionário Oxford, a palavra do ano em 2016¹¹⁰.

Todos esses movimentos incorporam os movimentos macros, como a democratização e humanização dos sistemas tecnológicos, tensionando também para o fortalecimento e concepção de uma plataforma cognitiva da Economia Solidária. As plataformas da Tecnociência Solidária efetivam o fortalecimento do conhecimento e a construção de uma cognição, que sempre foi hegemonicamente controlada pela elite capitalista privilegiando um ensino e pesquisa liderada pelas multinacionais (Dagnino, 2019:23-25).

Nessa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos registra que, a partir do momento em que as tecnologias criam oportunidades para desenvolver competência cidadã para o uso da tecnologia para a deliberação e tomada de decisão política, e não apenas a escolha de decisores políticos, o problema político central passa a ser o de como juntar os interesses a exercitar a essas competências (Santos, 2005:82). O domínio dessas competências, necessariamente, só se realiza através de sujeitos livres e autônomos, em que a apropriação coletiva possibilitará sua transformação em tecnologia social, uma tecnologia com possibilidade de emancipação.

2.2.2 Definição e construção do conceito de Tecnologia Social

O controle da informação e das tecnologias digitais perpassa pela competência cidadã na construção de ferramentas baseadas nas Tecnologias Sociais. Esse controle está inserido na constituição da Tecnologia Social, que compreende produtos, técnicas ou metodologias desenvolvidas e reaplicáveis na interação com a comunidade que representem efetivas soluções de transformação social, aliado ao saber popular e ao conhecimento técnico-científico, com abordagem de princípios de autogestão, protagonismo social, respeito cultural, cuidado ambiental e solidariedade econômica (FBB, 2017).

O requisito substancial, para o desenvolvimento dessas ferramentas com esse novo paradigma, é o espaço democrático de decisão e participação da comunidade diretamente envolvida em sua construção e desenvolvimento. De acordo com o secretário geral em 1996 da Agência do Sistema das Nações Unidas, Pekka Tajore, “se a comunidade mundial não intervém,

¹¹⁰ Consultado em 25 de maio de 2023, em <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>

existe o perigo real de que a sociedade mundial da informação só seja mundial por sua dominação; de que o mundo se divida em duas categorias: os ‘ricos em informação’ e os ‘pobres em informação’ [...] um abismo insuperável” (Santos, 2009:21).

A definição e certificação da Tecnologia Social no Brasil, realizada pela Fundação Banco do Brasil (FBB), criou o Prêmio Fundação Banco do Brasil de TS e com ele, o Banco de Tecnologias Sociais¹¹¹. A base de dados contempla as TSs certificadas, abrangendo “o problema solucionado, a solução adotada, a forma de envolvimento da comunidade, os municípios atendidos, os recursos necessários para implementação de uma unidade da Tecnologia Social, entre outros detalhamentos” (FBB, 2017).

Na discussão crítica de uma tecnologia mais social estão inseridos os exemplos concretos de caminhos já percorridos e de pesquisas desenvolvidas. O exemplo do Software Livre definido como “uma concepção de vida, onde o compartilhamento de ideias e projetos substitui a lógica da confidencialidade e da competição” (Mazoni, 2017), se concretiza com o envolvimento da sociedade em processos como o *Participatory Design*, descrito como:

[...] a diverse collection of principles and practices aimed at making technologies, tools, environments, businesses, and social institutions more responsive to human needs. A central tenet of Participatory Design is the direct involvement of people in the co-design of things and technologies they use. (PDC, 2002)¹¹²

A consolidação desses movimentos, cuja participação é elemento essencial na sua definição e implementação, se constitui com as características e conceitos da Tecnologia Social em diversas áreas e países desde os anos 1980.

Um exemplo local de Tecnologia Social, concretizado também pela pesquisadora, foi o *Jornal Boca de Rua (2000)* certificado pela FBB (2017) e seu *Encarte Infante Juvenil Boquinha (2003)*. Um jornal da população das ruas de Porto Alegre de produção comunitária, com nome, logo, decisões, regras, normas, e pautas definidas coletivamente. As regras surgiram na execução do jornal por decisão e definição dos próprios componentes, seguindo as linhas da TS, a metodologia Paulo Freire e a economia solidária¹¹³ de Paul Singer, cujo pensamento resume seu encontro emocionado com o *Boquinha Livre* junto ao FISL 2015.

¹¹¹ Consultado em 15 de junho de 2015, em <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/banco-de-tecnologias-sociais>.

¹¹² Tradução própria para Design Participativo: “... conjunto diversificado de princípios e práticas destinadas a tornar as tecnologias, ferramentas, ambientes, empresas e instituições sociais mais responsivas às necessidades humanas. Um princípio central do *Design Participativo* é o envolvimento direto das pessoas no *co-design* das coisas e tecnologias que elas usam” (PDC, 2002).

¹¹³ Resumo conceito Economia Solidária - Paul Singer: “Uma economia centrada na valorização do humano, ao invés da busca incessante pelo capital ... que prevê uma luta contra as desigualdades sociais e o desemprego e

“Não deve surpreender que as organizações sociais e econômicas inventadas e mantidas por pobres (desprovidos de propriedade) sejam regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição” (Singer, 2001:105).

O jornal neste formato tornou-se ferramenta de comunicação e identificação das pessoas em situação de rua e risco social, que vivem na cidade de Porto Alegre, consolidado e conquistado na prática coletiva de sua comunidade. O periódico confirma mais um aspecto de discussão das Tecnologias da Informação, pois além de retirar esta população da invisibilidade, reforça a importância de uma avaliação sob o viés das Ciências Sociais e da Tecnociência Solidária. De acordo com Renato Dagnino,

“Tecnociência Solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (auto gestor) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo ganho material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário)” (Dagnino, 2019:18).

As Tecnologias Sociais conciliam conceitos do conhecimento, da metodologia e das tecnologias e técnicas aplicadas para políticas sociais, incluindo o exercício do trabalho coletivo e a autonomia da economia solidária. De acordo com Ivaldo Gehlen, desde as tecnologias greco-romanas, como pontes e viadutos, o conhecimento abstrato foi controlado e centralizado por quem o produziu ou financiou. Os conceitos da igualdade e da liberdade individuais introduzidos pelo cristianismo, e a tecnologia como mediadora de interesse social, não operacionalizaram a transferência do controle do conhecimento para a sociedade. A diretriz se perpetua pois na sociedade contemporânea, a transferência de conhecimento também não se efetiva, mesmo com um indivíduo autônomo e com reconhecimento de sua existência que lhe possibilita ser igual (Gehlen, 2015).

No final do século XIX, surge uma nova utilização da tecnologia, agora como ferramenta de luta e conquista social. O empoderamento acontece quando, Mahatma Gandhi constrói na Índia, programas para popularizar a fiação manual realizada em roca de fiar, a Charka. A tecnologia, na verdade, estava sendo utilizada como estratégia de luta contra o

uma autonomia das ações coletivas do empreendimento, fundamentais para o crescimento desse que já pode ser considerado um movimento”. Consultado em 20 de maio de 2023, em <https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/o-que-e-economia-solidaria>

domínio britânico e, conseqüentemente, contra a injustiça social e o sistema de castas. As ferramentas, neste sentido, despertaram a consciência política para a necessidade de autodeterminação da população e renovação da indústria nativa hindu, cunhando a frase “Produção pelas massas, não produção em massa” (Dagnino *et al.*, 2004:5), ideias que se propagaram para a China e também para a Europa.

O termo Tecnologia Intermediária, na sequência histórica em 1963, foi utilizado pela primeira vez por Ernst Friedrich Schumacher em relatório para a Comissão de Planejamento Indiano, em que propunha esta tecnologia para países do Terceiro Mundo. O economista alemão, radicado na Inglaterra, criou o Grupo de Desenvolvimento da Tecnologia Intermediária em 1966. A Tecnologia definia uma “tecnologia de baixo custo, com simplicidade, pequena escala e respeito à dimensão ambiental” voltada para solucionar o desemprego (Schumacher, 1974), e que a publicação do livro *Small is beautiful*¹¹⁴ em 1977, abriu essa discussão em várias áreas.

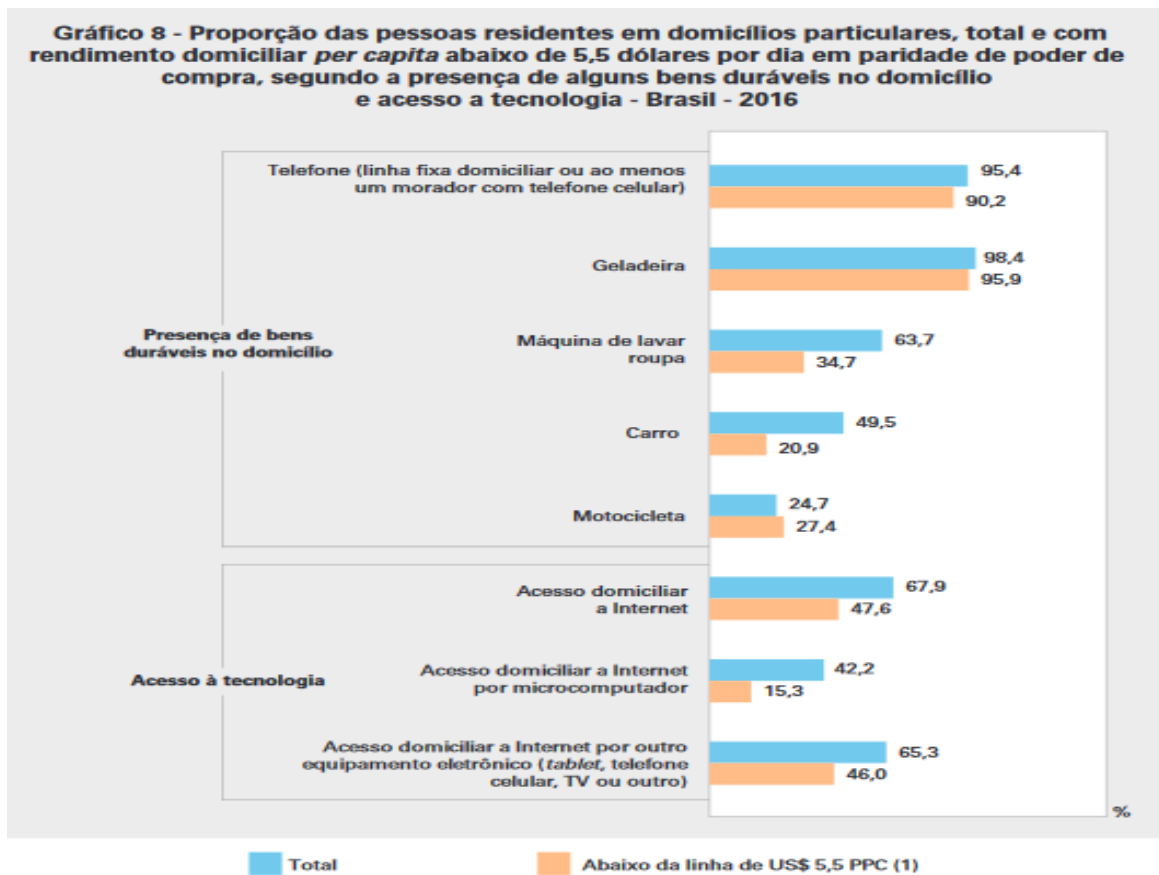
O pluralismo¹¹⁵ da proposta, porém, foi percebido como conservadorismo pela esquerda, pois não questionava as estruturas de poder injustas impostas no plano local e internacional aos países periféricos. As reflexões e o movimento em torno do conceito ficaram sendo designado como Tecnologia Apropriada (TA), pois incluíram também aspectos culturais, sociais e políticos, agregando características como: a participação comunitária no processo decisório da escolha das tecnologias, o baixo custo dos produtos e serviços finais, o investimento para utilização de recursos renováveis, entre outros (Dagnino *et al.*, 2004).

No livro *Tecnologia Alternativa* de 1978, David Dickson fez críticas à Tecnologia e Ciência e retomou o determinismo tecnológico. A argumentação era que problemas associados à tecnologia não provêm apenas do seu uso, mas também de sua própria natureza. O debate reforça que, no nível material, a tecnologia mantém e promove os interesses dos grupos sociais dominantes, e no simbólico apoia e propaga a ideologia legitimadora da sociedade, sua interpretação do mundo e a posição que nele ocupam. E, mais grave, é a utilização dessa tecnologia como indicador do progresso e desenvolvimento social, na classificação das sociedades como avançadas ou atrasadas (Dagnino *et al.*, 2004). Pesquisas e estatísticas realizadas pelo IBGE (2017:79) ainda caracterizavam, por exemplo, número de máquinas de

¹¹⁴ Traduzido em português como “O negócio é ser pequeno”, e subtítulo “um estudo de economia que leva em conta as pessoas”.

¹¹⁵ “Pluralismo é um conceito que tem aplicações em diversos âmbitos e que está associado à pluralidade e à convivência de coisas bastante diferentes umas das outras”. Consultado em 20 de junho de 2023, em <https://conceito.de/pluralismo>

uso doméstico, televisores etc. como indicadores de desenvolvimento, com a ressalva atualizada que ferramentas domésticas colaboram para a libertação feminina.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Exclusivo as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente.

Figura 1 – Gráfico – Bens duráveis nos domicílios e acesso à tecnologia

Fonte: IBGE (2017).

No início de 1980 com a expansão do pensamento neoliberal, de acordo com Renato Dagnino, foi descartada a ideia de uma Tecnologia e Ciência vinculada a alternativas sociais de desenvolvimento. O surgimento simultâneo do conceito de inovação, no Primeiro Mundo, tem como objetivo e definição a competitividade dos países. Nesse contexto, contudo, no Brasil, surgem movimentos como as Redes de Economia Solidária, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a concepção de Inovação Social que se aproxima da Tecnologia Social. A Inovação Social engloba desde o desenvolvimento de uma máquina (*hardware*) até o sistema e programas de processamento de informação (*software*) ou de uma tecnologia de gestão – organização ou governo – de instituições públicas e privadas (*orgware*) (Dagnino *et al.* 2004).

A formulação de Construtivismo Social surge definindo que, na solução de qualquer problema, os atores sociais são os responsáveis pela decisão final da solução. Os construtivistas sociais Wieber Bijker e Trevor Pinch (1984), a partir da construção da Teoria Social da Tecnologia – *Social Construction of Technology (SCOT)*, registram que deve ser assinalado quem define os critérios técnicos e quem está incluído ou excluído deste grupo.

A utilização desses critérios aponta, como exemplo, a criação e adaptação do artefato tecnológico como a bicicleta, que passou por formas e adaptações distintas. A adoção do formato atual, que abriu mão da velocidade (roda dianteira grande) pela segurança, foi o que determinou e assegurou que o sentido social seria o mais relevante (Dagnino *et al.*, 2004). O Construtivismo Social se aproxima da teoria Construtivista de Jean Piaget (1976) na Educação, que define que o conhecimento do indivíduo se constrói na interação do sujeito com o meio em que vive, reforçando os princípios da cooperação na formação de indivíduos autônomos e solidários.

A interpretação do construtivismo social de Andrew Feenberg abrange ainda alguns conceitos. Um significado é a ideia de subdeterminação, ou seja, quando existe mais de uma solução a escolha será técnica e política, pois as implicações políticas estarão incorporadas/subdeterminadas na tecnologia resultante. Outro conceito é o de poder tecnocrático, que reforça o controle capitalista sobre o trabalho nas novas organizações sociais criadas (Dagnino, 2014:25). Uma temática que Marx (1996) já registrava em 1830, que se poderiam listar inventos criados apenas para dominar o operariado. A mesma tecnocracia é replicada e muito bem representada hoje pela burocracia, na medida em que se estabelece sistemas determinantes de rotinas, autoridades, responsabilidades e linhas hierárquicas.

O enfoque de adequação sociotécnica surge para acrescentar ao construtivismo social a visão de processo e operacionalidade junto a uma interpretação ideológica. A partir do princípio de que Tecnologia Social não é apenas um produto, mas um processo social e político, a construção sociotécnica se torna

[...] um processo pelo qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas por meio de uma negociação entre “grupos sociais relevantes”, com preferências e interesses diferentes, no qual critérios de natureza distinta, inclusive técnicos, vão sendo empregados até chegar a uma situação de “estabilização” e “fechamento”. (Pinch & Bijker, 1984: 399-441).

A partir da intervenção das novas Tecnologias Sociais estabelece-se também a possibilidade de reverter o jugo histórico da emancipação ao Estado e à regulação jurídica, que, de acordo com

Santos, é a legalidade ou ilegalidade que centralizam a discussão atualmente (Santos, 2003).

2.2.3 Evolução do conceito de TS no Brasil

A possibilidade de reverter a interferência política e jurídica do Estado na emancipação dos cidadãos (Santos, 2003), nos leva à chance de controle do conhecimento e das tecnologias pela sociedade através da estrutura e definição da Tecnologia Social. A construção do conceito de TS no Brasil surgiu na década de 80 na sequência das Tecnologias Apropriadas. O Instituto de Tecnologia Social foi criado em 2001, como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹¹⁶ com a missão de “promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população” (ITS, 2004:118-119).

A promoção da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada em Brasília em 2001, apresentou um estudo em que um grande número de empresas do terceiro setor indicavam, nos estatutos e missões definidas, serem produtoras de conhecimento, de ciência e tecnologia. A partir dessa indicação é que se definiu a necessidade de identificação e localização desses conhecimentos, bem como de definição, adaptação e aplicação a partir das demandas e necessidades da população.

O Instituto de Tecnologia Social, em 2003, registra a aprovação do projeto *Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS)*, que tinha como objetivo “identificar, conhecer, sistematizar e disseminar a prática da tecnologia social”. Duas linhas de ação foram definidas para o desenvolvimento do conceito de TS: o Mapeamento Nacional de TS e a definição de Encontros de Discussão e Sistematização do Conhecimento. O objetivo desta estruturação, no projeto, foi refletir e construir um conceito de TS com capacidade de melhorar

¹¹⁶ “Lei 9790/99 das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), cria uma entidade adequada à identificação de organizações do terceiro setor; articula uma heterogeneidade de organizações voluntárias sem fins lucrativos, incluindo desde associações comunitárias e micro locais de entre ajuda, até organizações articuladas em redes globais, atuantes no plano dos direitos humanos, na defesa de minorias, na defesa do meio ambiente, no desenvolvimento local, entre outras.” (Santos, 2009:44).

práticas sociais na construção de novos significados, na produção de conhecimento, na aproximação dos problemas sociais das soluções e na ampliação dos limites da cidadania.

O reconhecimento do termo Tecnologia Social, identificando práticas de intervenções sociais e cidadania, ocorreu nos encontros promovidos pelo Instituto com as ONGs. Essas intervenções se destacaram, pela construção de soluções práticas relacionadas ao sucesso na melhoria das condições de vida da população, conquistadas na realidade de seus territórios. A construção do conceito de TS, transitando entre teoria e prática deu sentido à ITS que, além da capacidade dessas tecnologias de ampliar os limites da cidadania ao aproximar os problemas sociais das soluções, criou também a habilidade de aperfeiçoar as práticas sociais, e de contribuir para que novos significados para a produção de conhecimento fossem construídos (ITS, 2004:121-123). A instituição, da Política Nacional de Tecnologia Social¹¹⁷ em 2011, foi o que referendou a TS como um processo de ações práticas, de constituição conceitual, e como uma metodologia, cuja trajetória de definição do próprio conceito se tornou parte significativa do trabalho.

Para Edison Luís dos Santos, a cidadania plena não pode ser assegurada sem os direitos consolidados que são definidos em quatro concepções: 1) dos direitos civis e das liberdades individuais, como o direito de ir e vir, de propriedade, de segurança e integridade física, justiça, expressão e opinião; 2) direitos sociais, econômicos e culturais como, os de caráter trabalhista – salário justo, férias, previdência e seguridade social, e os de caráter social – saúde, educação, habitação, acesso aos bens culturais, igualdade material etc.; 3) direitos coletivos da humanidade como solidariedade e fraternidade, paz, desenvolvimento, autodeterminação dos povos, patrimônio científico, tecnológico e cultural, e um meio ambiente ecologicamente preservado; 4) direito da humanidade à democracia, à informação e ao pluralismo (Santos, 2009:44).

Os componentes definidos de que “aprendizagem e participação são processos que caminham juntos, que a transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica, que a transformação social ocorre na medida em que há respeito às identidades locais, e que qualquer indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender” (ITS, 2004:131), nortearam e fortaleceram a definição de Tecnologia Social. Além disso, o Instituto acrescentou outros componentes nos objetivos da TS como: a solução de demandas sociais concretas

¹¹⁷ Projeto de Lei nº 111 de 2011 promulgado pelo Senado Federal. Consultado em 25 de junho de 2023, em https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html#:~:text=Tem%20como%20base%20a%20dissemina%C3%A7%C3%A3o,que%20sejam%20efetivas%20e%20reaplic%C3%A1veis

vividas e identificadas pela população, as decisões a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população, a apropriação e aprendizagem definidas e abarcadas pela população e outros atores, ao planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada, e também à produção de novos conhecimentos a partir da prática.

A TS, a partir dessa definição e da prática consolidada, alcançou a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como a geração de aprendizagens, referências para novas experiências replicáveis. Os requisitos, das tecnologias sociais geradas, criaram soluções de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las de forma permanente (ITS, 2004:131-132). O objetivo do instituto, portanto, não se restringiu apenas a uma definição do conceito de TS, pois englobou também *princípios, parâmetros e implicações* das tecnologias identificadas, definindo um caráter de transformação e participação às técnicas, metodologias e objetivos como a inclusão social e a melhoria das condições de vida. Entretanto, as prerrogativas aqui definidas e determinadas registram que, a definição de TS está em construção permanente não sendo irrevogável nem imutável, em que atualmente compõe e legitima o conceito de Tecnociência Solidária (Dagnino, 2019).

A definição de TS ficou estabelecida, em linhas gerais, como “um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e que apropriadas por ela, representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004:130). Com a teoria e a práxis consolidadas, a instalação do conceito de Tecnologia Social em todas as instâncias no Brasil, referendadas por Lei Federal desde 2011, está posta e passível de implementação através de Políticas Públicas, para fortalecimento dos direitos dos cidadãos. O processo deve levar em conta que, as variáveis que compõem este conceito, são passíveis de mudanças pois se efetivam como um organismo social e vivo provocador de transformações políticas que atingem, de modo direto, a sociedade, o coletivo, e principalmente a democracia.

2.2.4 Relevâncias políticas e estratégicas nas TICs

As definições realizadas das Tecnologias Sociais chamam a atenção sobre as estratégias políticas dos contextos que são de extrema relevância, pois as TICs são ferramentas de poder

com capacidades efetivas já diagnosticadas. Essas estratégias, como instrumentos de poder concreto, constituem potencial considerável para gerar novos instrumentos de colonização econômica, política e ideológica.

O poder e o controle das ferramentas tecnológicas, como os meios de comunicação e de informação¹¹⁸, centralizado por poucas empresas e fabricantes e concentrando minorias no comando, em sua maioria são os responsáveis pela geração de informações falsas, invasões e manipulações através de marketing político e comercial, e obtenção de informações individuais ou coletivas denunciadas quase que diariamente. Essa é uma realidade que engloba o *hardware* – máquinas na sua evolução tecnológica –, e os *softwares* – programas das redes virtuais e também dos meios de comunicação de entretenimento como televisão, cinema ou música, e informações e projetos concretizados na cultura, educação ou jornalismo diário, entre outros.

As invasões da soberania dos Estados realizadas com a utilização de tecnologias da informação, despertam para novas hipóteses de colonialismo e submissão. As apropriações reportam às Epistemologias do Sul, em que os autores refletem sobre um colonialismo passado que se superou em suas formas de dominação, ao determinar a eliminação dos saberes de povos e civilizações colonizadas, tornando-os subalternos ao saber-poder instituído (Santos & Meneses, 2010). A compreensão de hipóteses de novas formas de colonização, neste caso sob o prisma da tecnologia digital, é criar possibilidades de resistir a novas intervenções e submissões em que, novamente, saberes e conhecimentos, locais ou não, estão sob intervenção e ataque.

As invasões tecnológicas realizadas pelos Estados Unidos, divulgadas por Edward Snowden e denunciadas em 2013 na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), e em seu princípio *ignoradas* pela maioria, são exemplos atuais dessa nova forma de colonialismo. Os membros do BRICS¹¹⁹ – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul entre poucos países, apoiaram a proposta brasileira de criação de normas internacionais para garantir o sigilo de dados na internet e evitar espionagem entre nações “amigas”. A Europa somente se posicionou quando novas informações denunciaram a violação da privacidade das comunicações da França e da Alemanha, entre outros¹²⁰.

As estratégias de invasões de informações, não determinam somente possibilidades colonialistas, mas também de ditaduras e controle em decisões políticas cruciais. As ocorrências

¹¹⁸ Abordado na Introdução – Justificativas e Hipóteses.

¹¹⁹ A ideia dos BRICs de Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs foi registrado em um estudo em 2001 intitulado *Building Better Global Economic*. Consultado em 03 de março de 2014, em <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>

¹²⁰ Consultado em 03 de março de 2013, em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/294149/espionagem>

examinadas por Pedrinho Guareschi no ano de 2016, de vários acontecimentos políticos internacionais, estão relacionadas de forma direta à manipulação pela Internet de informações e de processos políticos de nações soberanas, como o Brexit do Reino Unido, o plebiscito do Acordo de Paz da Colômbia, o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, e as eleições de Donald Trump nos EUA (Guareschi, 2018).

As semelhanças dos episódios das eleições de 2018 e 2022 no Brasil com o ex-presidente Bolsonaro, com as que foram elaboradas nos EUA por Donald Trump nas eleições de 2016, confirmam que todos os casos corroboram com o significado da Era da Pós-Verdade, em que o autor questiona se a “indiferença aos fatos, não seria um adjetivo de um mundo sem verdade e sem mentira, de um mundo sem limites éticos” (Guareschi, 2018:21). Na área da Tecnologia Digital, os controles “colonialistas” atuam, tanto nas imposições proprietárias de *hardwares* e *softwares* internacionais, com permanentes atualizações que beneficiam diretamente empresas do Norte, quanto nas manifestações e inserção de saberes globais das tecnologias, em detrimento do saber local e oral, aprofundando a exclusão que a divisão digital provoca.

A possibilidade de reverter o poder dessas tecnologias pela sociedade civil é, portanto, discussão crucial. A investigação das tecnologias digitais de comunicação e informação como possíveis Tecnologias Sociais e instrumentos emancipatórios, também surge e se torna possível a partir de sua utilização em espaços de organização e debate de novas esferas públicas, principalmente por uma sociedade civil livre. Essa possibilidade significa, antes de tudo, chance de horizontalizar e estabelecer o controle social de todos esses instrumentos conduzindo seus sujeitos para um a conquista da emancipação social.

2.3 Emancipações: na Educação, na Política e no Social

A urgência e constatação do controle da sociedade, na condução das ferramentas tecnológicas e das novas esferas participativas, nos conduziu ao debate sobre as Tecnologias Sociais e a emancipação requerida para a sua implementação. O aporte teórico na abordagem da Emancipação se realizou junto à discussão da Democracia e de Espaços Públicos como o OP e suas ferramentas TICs. A Filosofia define a Emancipação como a luta de sujeitos autônomos pelos direitos de igualdade social e política enquanto cidadãos. O significado

sociológico define que um sujeito é emancipado quando possui liberdade de expressão, compreensão do contexto social, capacidade de relacionar-se e se recompor exercendo sua humanidade. Segundo Luiz Silva, a emancipação se define como a “capacidade de o homem desvelar e exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e se restituir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar sua condição humana” (Silva, 2013:753).

A abordagem ponderada do conceito de emancipação humana, na sua história, foi se definindo com seus filósofos desde a Revolução Francesa (1789) e discutida desde então. O artigo iluminista de Immanuel Kant (2009) estabelece o princípio do uso da razão definindo autonomia como a utilização da racionalidade para dominar e quantificar a realidade, sem se deixar afetar por crenças ou preconceitos. A crítica de Karl Marx a essa emancipação que, baseada em um sujeito autônomo e garantida pelo Estado com um contrato social entre cidadãos, representou apenas uma Emancipação política, pois, a categoria de Emancipação Humana tem um sentido político-social, na perspectiva de transformação das estruturas da sociedade através da organização social do proletariado (Marx, 1843).

A emancipação abordada por Theodor Adorno (1995), posteriormente, revela sua importância na educação, numa concepção crítica da sociedade industrial e superação da perspectiva individualista para uma visão de sociedade. A interpretação de sociedade, para Paulo Freire (1996), ocorre através de uma realidade latino-americana de humanização do sujeito oprimido e subordinado historicamente. De acordo com Tiago Ambrosini “essa reconstrução filosófica conduz a um sentido coletivo e político da emancipação humana, reafirmando uma concepção de educação capaz de construir no ser humano a sua humanidade plena” (Ambrosini, 2012:378).

As teorias consolidadas, como a Reinvenção da Emancipação Social de Boaventura de Sousa Santos, contribuíram para a análise da democracia e suas influências nos contextos desta pesquisa. A investigação da construção do OP e das tecnologias digitais como Tecnologias Sociais, por esse motivo, foi realizada junto a processos democráticos efetivados. Para Santos (2007), a reinvenção da emancipação social necessita de uma revisão cultural, visto que, atualmente, o liberal se conduz por caminhos definidos como únicos utilizando-se da fonte eurocêntrica. A proposta abrangente da Ecologia dos Saberes e das formas de emancipação aqui abordadas, em conjunto com a proposta das Tecnologias Sociais, pode conduzir a uma Emancipação pela Tecnologia, a uma Emancipação Científica, em que as Tecnologias Sociais digitais se tornam fundamentais para o exercício da democracia.

2.3.1 A Emancipação e a Liberdade

A abordagem da Emancipação na área da Educação, um dos pilares deste debate, centraliza no aporte teórico de Paulo Freire (1974, 1992, 1996). O contexto histórico indica, que a democracia é considerada como maior conquista da civilização a partir da metade do século XX, final da Segunda Guerra Mundial, com a convicção da maioria da humanidade tanto no foro individual como coletivo. A condicionante fundamental dessa conquista, sua sobrevivência e seu fortalecimento necessita ser valorizada e cultivada diariamente por indivíduos emancipados.-No entanto, mesmo em contexto adverso, a Emancipação, seja social, política, econômica ou da humanidade, é o horizonte de futuro para a humanidade.

Os posicionamentos no âmbito da Educação de Adorno (1995), Piaget (1976) e Freire (1974), entre outros, reafirmam que só a partir de uma sociedade de emancipados, autônomos e livres, é que se vislumbra uma verdadeira democracia. Os indivíduos, que se enquadram no coletivo sem uma identidade, anulam-se como sujeitos sem motivação própria, evidenciando que *sujeitos que não são protagonistas* tornam-se como que objeto material. A emancipação, por princípio, perpassa uma educação de sujeitos, em que Theodor Adorno define como uma educação para a contestação e para a resistência, pois indivíduos incentivados por uma educação com motivação já constituem uma forma particular de desenvolver a emancipação (Adorno, 1995:105).

O pensamento pedagógico de Paulo Freire define em sua trilogia – *Pedagogia do Oprimido* (1974), *da Autonomia* (1996) e *da Esperança - Reencontro com a Teoria do Oprimido* (1992) – que, a partir de um modelo horizontal e democrático, a emancipação tem a capacidade de transformar cada ser humano em sujeito, através do processo de conscientização e organização política, na qual a educação como prática da liberdade não termina no objeto estudado, mas na práxis social transformadora. A partir dessa base, Paulo Freire formulou sua proposição fundamental de que a educação, na verdade, constitui-se também como um processo de comunicação e ação política para intervir no mundo, gerada através de relações dialéticas entre os seres humanos e com o mundo, em uma construção compartilhada de conhecimentos.

Uma educação geradora de reflexão, de consciência crítica e de transformação da realidade, como retrata Paulo Freire, é que se visualiza a educação/comunicação como prática da liberdade emancipatória. A inclusão da comunicação é necessária, porque a educação se *comunica* a outros sujeitos também abertos ao conhecimento. A educação e comunicação, por esse viés, contribuem de maneira decisiva para a emancipação (Freire, 1977). Ainda segundo

Freire, escolhas não traçam somente os caminhos do indivíduo, mas definem também o coletivo e o político, pois não existe pensamento isolado na medida em que não há ser humano isolado.

Nessa concepção antropológica de Freire, a busca é de uma existência concreta com as limitações e a superação de situações-limite e construção do inédito viável. A indagação de humanização é determinada por uma consciência de inconclusão, de ser mais, o somos um “vir a Ser”. O diálogo, a troca, a palavra e a humanidade, tratadas por Paulo Freire, como sentido maior, definem que as relações, o coletivo, o *Nós pensamos* é que fundamenta e explica o indivíduo, e não o contrário. E mesmo que o diálogo não elimine o conflito, o conflito não pode eliminar o diálogo.

"O sentido último que Freire expressa em sua proposta pedagógica é a humanização da espécie humana como um todo, que deve ser materializada na dignidade da vida concreta das pessoas a partir da superação das realidades sociais que oprimem e atrofiam o SER MAIS de todos e qualquer ser humano enquanto CORPO CONSCIENTE situado em um mundo histórico e socialmente construído" (Zitkoski, 2000:175).

Na perspectiva de Marx (1843), a religião foi fator determinante para o impedimento de uma emancipação humana em um contexto de estabelecimento do capital, sendo que no panorama atual, o próprio capital se tornou o maior impedimento da soberania humana, individual e coletivamente. O Estado neoliberal atual, segundo Guareschi (2018), caracteriza o sujeito como um ser político que só existe como tal na esfera do público, o que torna necessário pensar a distinção entre o público e o privado. Uma esfera em que os sujeitos estão em trânsito entre um cidadão já desprovido de seu conteúdo quando passa a ser contribuinte e eleitor, e um trabalhador que passa a ser consumidor ou empresa. Os espaços das relações humanas, portanto estão sendo transformados em mercados.

A construção de uma falsa igualdade, no paradigma de Estado de Foucault, as diferenças eram excluídas, pois “pertenciam” à esfera do privado, em que sujeitos, cidadãos, trabalhadores são transformados em objetos, uma construção e transformação das próprias relações privadas em mercadoria (Foucault, 1999:239). Através da pressão de privatizar o público, provoca-se uma ruptura da divisão público/privado, surgindo novas identidades globais autônomas que não se preocupam com a publicização¹²¹ e mercantilização do privado, já que todos, cidadãos e trabalhadores, estão se tornando *empreendedores/empresas de si mesmos* (Guareschi *et al.*,

¹²¹ Publicização: “Intervenção legislativa em áreas que eram do âmbito privado” (Dicionário Priberam Língua Portuguesa). Consultado em 17 de setembro de 2017, em <https://www.priberam.pt/dlpo/publiciza%C3%A7%C3%A3o>

2014). A sociedade de controle nessa ruptura do cidadão/mercado, incluindo aqui a sociedade da informação, se transforma não atuando mais por confinamento, mas “por controle contínuo e comunicação instantânea” (Deleuze, 1990:71) em que o sujeito livre é inexistente. Uma sociedade em que Santos define como uma democracia de baixa intensidade, que se funde em dois mercados que se confundem, pois “estamos entrando em um processo no qual somente tem valor o que tem preço, e, portanto, o mercado econômico e o mercado político se confundem” (Santos, 2007:91).

Nesse contexto, e também por pressão e oposição a esse Estado, surgem os espaços de decisão e participação coletivos que se disseminam no mundo todo. Os Orçamentos Participativos e os Conselhos Paritários, originados no Brasil a partir da promulgação da Constituição de 1988, vão se delineando como novas Esferas Públicas de discussão e diálogo com possibilidades do exercício de liberdade.

“O atual ordenamento do Estado Democrático de Direito do Brasil [...] tem a participação popular como um dos eixos de transformação e de consolidação da nova institucionalidade política. A partir de 1988 [...] foram experimentados vários canais de participação da população e da sociedade civil organizada às decisões políticas, desde a proposição de normas jurídicas de iniciativa popular, até o orçamento participativo, passando pela organização de audiências públicas, conferências de políticas públicas e, enfim, pela criação de conselhos paritários, fóruns de diálogo, ou colegiados gestores setoriais da coisa pública, nos quais a sociedade civil organizada ganhou um espaço significativo para contribuir de forma mais direta nas decisões políticas em vários campos de atuação governamental” (Deluchey, 2012:78).

A Esfera Pública, segundo Nancy Fraser, na medida que se define como um espaço distinto do Estado na aproximação para a solução de problemas, também permite a crítica ao próprio Estado distinguindo-se de outros espaços, como o de transações da economia oficial de compra e venda. Por ser local para relações, essa esfera se torna um espaço mais organizado na democracia, não somente de debate e de deliberação, mas também de construção de consenso, de interação discursiva e de inclusão (Fraser, 1990:77).

A importância das experiências recentes de democracia participativa, e das novas instâncias instauradas nas estruturas formais políticas, espaços coletivos como os Orçamentos Participativos se constituem como caminhos e canais de descentralização e de democratização da gestão pública. Esses espaços, em muitas situações, são o único canal de comunicação entre a população de periferia mais pobre e o Estado, entre o público e o privado, e de diálogo entre todos, que, de acordo com Paulo Freire, é princípio fundamental para avançar em uma perspectiva social emancipatória.

A ruptura epistemológica intrínseca de acordo com Boaventura de Sousa Santos, que deveria abranger todos os componentes da ação humana, coloca o conhecimento como não sendo o único centro dessa descontinuidade. A interrupção, segundo o autor, ocorre em duas instâncias: na primeira, entre o sujeito e o mundo, determinando as práticas humanas entre si e a natureza, e na segunda entre sujeito e objeto, no dualismo de produtor do conhecimento com os objetos e produtos de sua atividade cognitiva (Santos, 1989:180).

Uma evidência realizada pela pesquisa junto aos agricultores foi que, a tecnologia ainda não era reconhecida como objeto de sua natureza, naquele tempo e espaço geográfico, pois não havia sido apropriada pelos sujeitos, em relação à cooperativa e ao mercado de comercialização dos produtos. Esse processo provavelmente já tenha sido modificado, muito em função da inserção do telefone móvel na vida cotidiana cosmopolita e rural contemporânea de forma quase que definitiva, o que possibilita vislumbrar uma autonomia no domínio das ferramentas, primeiro passo para libertação de acordo com Freire.

2.3.2 A Emancipação Política e a autonomia

A absorção do conhecimento e a identificação de Autonomia e Emancipação através da Educação, tem prosseguimento na política. A concepção ampla, definida por Immanuel Kant, buscou determinar os princípios da moral como conceitos ligados à Autonomia. Em *Crítica da Razão Prática* elaborada ainda em 1788, o autor foi aprofundando o estudo, designando Autonomia como a capacidade de autodeterminação em conformidade com uma lei interna, a lei da razão (Kant, 1959).

Na *Razão Dialógica* de Paulo Freire (1974), a moral na ordem capitalista atual, implica uma escala de valores que estão fundamentados nos bens materiais, no consumo, no rótulo, na aparência e na embalagem. Segundo o autor, a moral é de cada indivíduo, mas compõe e participa da moral da sociedade. Por conseguinte, em uma sociedade com os valores vinculados a essa moral capitalista, a autonomia fica em segundo plano.

A lógica capitalista de construção *moderna*, superficial, passiva e fatalista, de acordo com Freire (1996), transforma o indivíduo em um sujeito isolado, com medo, deprimido, opressivo e desumano. Uma opressão que enfraquece o indivíduo, e faz surgir a competição, a

conquista e a divisão confirmando a lógica maquiavélica do dividir para conquistar¹²², impossibilitando gerar um coletivo com autonomia, colaboração, muito menos libertação. O capitalismo em exercício se revela como uma cultura do indivíduo, determinado pelo superficial, em que os espaços (públicos, privados e a natureza) são mercados e todos (sujeitos e relações) são mercadorias.

A educação progressista de Freire não só denuncia essa lógica da manipulação, mas também anuncia a libertação como uma forma de superação. Esse libertar significa quebrar a moral e cultura vigente, de ser oprimido e opressor ao mesmo tempo, tal como o operário ser premido no trabalho e ser opressor em casa. A forma de ultrapassar o medo, a repressão e a angústia gerados por essa lógica é através do diálogo, da ousadia, da autoria, da autodeterminação (Freire, 1996). O ousar e o arriscar geram autonomia, colaboração, conquista e libertação, estimulando para a emancipação.

Na perspectiva Política, Karl Marx (1843) abordou a emancipação em seu ensaio *Sobre a questão judaica (On the Jewish Question)*, reiterando a emancipação humana. Uma emancipação elaborada, ao analisar a questão judaica e a religião em relação ao Estado, afirmando que toda religião, não somente a judaica, indica o reconhecimento do ser humano através de um mediador. O Estado, como mediador entre o sujeito e a sua liberdade, que de modo peculiar se emancipa ao não professar nenhuma religião, visto que a religiosidade se torna de fórum privado.

O limite da emancipação política manifesta-se, para Karl Marx, pelo fato que o Estado pode ser um Estado livre, sem que o ser humano seja livre. A emancipação política humana está relacionada com a Emancipação do Estado, e a do Estado com a emancipação em relação a qualquer religião, pois o ser humano se liberta por meio de um Estado livre. A crítica da emancipação política não deve indagar apenas quem deveria emancipar ou ser emancipado, mas ir além, e indagar que espécie de emancipação se trata e que condição reivindica (Marx, 1843), principalmente em tempos atuais em que o mercado-Estado substituiu a religião-Estado do contexto de Marx.

Every emancipation is a restoration of the human world and of human relationships to man himself. Human emancipation will only be complete when the real individual man has absorbed into himself the abstract citizen; when as an individual man, in his everyday life, in his work, and in his relationships, he has become a species-being; and when he has recognized and organized his own powers (forces propres) as social

¹²² Nicolau Maquiavel (1469-1527) com *A Arte da Guerra* (1519-1520) junto com *O Príncipe* (1513) e *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1513- 1521), escreveu um dos mais importantes tratados sobre estratégia militar, e base do seu pensamento político (Maquiavel, 1955).

powers so that he no longer separated his social power from himself as political power. (Schmied-Kowarzik, 1983)¹²³

Em contrapartida, críticas de Boaventura de Sousa Santos à teoria marxista colocam que, além de problemas em relação ao futuro vinculado a uma ideia de progresso, Karl Marx também realiza fraca abordagem do colonialismo e da questão de aceitar a ideia de uma unidade e universalidade do saber com primazia do saber científico, não destacando a possibilidade e necessidade de renovar essa teoria. Uma teoria que Gramsci, já nos anos 1930, advertia para a necessidade de pensar o ser humano hoje, nas condições de hoje, não de uma vida qualquer ou de um sujeito qualquer (Santos, 2007:10).

2.3.3 A Emancipação Social

A definição de Karl Marx, na esfera política relacionada ao Estado Livre, nos conduz a discutir a emancipação relativa às relações sociais em sociedade. Na concepção da Emancipação Social e Epistemológica realizada por Santos (2007), a crise do pensamento hegemônico das Ciências Sociais está centrada em uma razão eurocêntrica e indolente, incapaz de renovar e reinventar a Emancipação Social e sua teoria.

A racionalidade que domina o Norte tem influência direta sobre nossa forma de pensar as ciências, as concepções de vida e de mundo. Essa racionalidade, de acordo com Gottfried Leibniz¹²⁴, classificada por Santos como indolente e preguiçosa, considera-se única, exclusiva, e não se exercita para ver a diversidade epistemológica inesgotável para categorias tão reducionistas. No Oriente não há condições objetivas se a vontade é forte, ao contrário do Ocidente, onde nossa vontade está ligada às condições objetivas (Santos, 2007:25).

No Plano Epistemológico, o eurocentrismo em que a Europa é designada protagonista da história da humanidade, se torna um fator de impedimento à renovação da emancipação

¹²³ Tradução própria: “Toda emancipação é uma restauração do mundo humano e das relações humanas ao próprio ser humano. A emancipação humana só será completa quando o sujeito individual real tiver absorvido em si o cidadão abstrato; quando como um sujeito individual, em sua vida cotidiana, em seu trabalho e em seus relacionamentos, ele se tornou um ser-espécie; e quando ele tiver reconhecido e organizado seus próprios poderes (próprias forças) como forças sociais de modo que ele não mais terá afastado seu poder social de si mesmo como poder político”. (Schmied-Kowarzik, 1983 - *Karl Marx as a Philosopher of Human Emancipation*).

¹²⁴ Gottfried Wilhelm Leibniz, matemático, físico e filósofo racionalista. Nasceu em Leipzig (1646) e faleceu em Hanover (1716), Alemanha. Consultado em 09 de junho de 2022, em <https://www.infoescola.com/biografias/gottfried-leibniz/>

social. A elaboração de uma Epistemologia do Sul (Santos e Meneses, 2010) aponta desafios, contradições e confrontos para sua superação. Os desafios são relacionados aos silêncios e desrezos resultantes do contato da cultura soberana e hegemônica colonial, segundo Santos (2007), com outras culturas, semânticas legítimas da convivência política e social, como a Legalidade, a Democracia e os Direitos Humanos, instrumentos hegemônicos no plano teórico e epistemológico. O autor estabelece também, como trabalhar esses instrumentos de forma contra hegemônica para tentar perceber, nas culturas e políticas marginalizadas pela modernidade ocidental, indícios, sementes e embriões do novo. As contradições e confrontos, pós-coloniais e transnacionais entre Norte e Sul, são indicadas por Santos (2007) através de cinco categorias:

1- Democracia: muita inovação democrática no Sul mas a teoria está sendo produzida no Norte; 2- Produções não capitalistas: formas de economia solidária, economia social, economia popular de suma importância para o Sul; 3- Multiculturalismo: diversidade e cidadania cultural, direitos indígenas, quilombolas, etc. 4- Conhecimentos Rivalis: negação da validade ou existência de conhecimentos alternativos (populares, indígenas, camponeses...) ao conhecimento científico, de transformá-los em matéria prima para o conhecimento científico. Ex: biodiversidade. 5- Novo Internacionalismo Operário: o capital é internacional e não o trabalho, surgindo articulações entre sindicatos ou comissões operárias de trabalhadores de uma mesma multinacional. (Santos, 2007:22)

A distinção entre ação rebelde e ação conformista é também ignorada pelas Ciências Sociais em que, segundo o autor, criar subjetividades rebeldes é bem mais produtivo do que ficar discutindo conceitos de estrutura. Uma renovação da teoria democrática necessita, na prática, da criação de novas oportunidades para o exercício da cidadania e da democracia, e da reformulação dos critérios de participação política para além do ato de votar. Uma outra reestruturação proposta é a de repolitizar as práticas sociais dando visibilidade e exposição às novas formas de opressão e dominação. A democracia de alta intensidade, de acordo com Santos (2007), tem a capacidade de promover o exercício de uma emancipação social plena, traduzidas em ações e desafios como:

- *Produzir subjetividades rebeldes, evitando o viés do subjetivismo conformista e a falsa visão da neutralidade das teorias liberais ou conservadoras;*
- *Avançar no plano da luta prática das transformações sociais, vinculada à renovação da teoria crítica e a reinvenção da emancipação social, reivindicando uma objetividade engajada;*
- *Descobrir formas, conteúdo, limites e (im)possibilidades;*
- *Trabalhar os conceitos hegemônicos de forma contra hegemônica;*

- *Buscar indícios de superação das relações sociais capitalistas, fortalecendo movimentos e lutas sociais concretas construídas nas sociedades colonizadas e nas periferias capitalistas;*
- *Construir na teoria e na práxis, subjetividades rebeldes capazes de produzir uma alternativa à hegemonia conservadora e neoconservadora e seus efeitos na ampliação da barbárie humano-social (Santos, 2007: 83).*

Os conflitos, entretanto, se agravam com a reiterada crise e tensão entre a regulação e a emancipação social geradas pelas experiências e expectativas da sociedade moderna ocidental, pela regressão e perdas de direitos e pela previsão de possibilidades futuras desanimadoras. A definição de ações emancipatórias foi elaborada por Boaventura de Sousa Santos, na proposição de uma Reinvenção da Emancipação Social, a partir da Sociologia das Ausências e das Emergências. O objetivo democrático de reconhecer a pluralidade, a necessidade de valorização dos saberes, e a superação das relações de poder sobre o conhecimento foi registrado pelo autor e pelos processos dos OPs. A proposta é identificar a discrepância nociva entre teoria e prática social desafiando a busca em países, cidades e bairros periféricos. A execução dessas novas relações deflagrada nos contextos do OP indica caminhos e canais para a descentralização e democratização do Estado.

PARTE 2 – CONTEXTO, JUSTIFICATIVA E RESULTADOS

3 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO TECNOLOGIA SOCIAL

As possibilidades de Emancipação social elaboradas a partir dos aportes teóricos utilizados, nos remete à análise dos contextos das esferas democráticas dos Orçamentos Participativos escolhidos, e sua constituição em canais democráticos de descentralização e de comunicação entre a gestão pública e o cidadão. A partir do primeiro processo de OP, que se institucionalizou em Porto Alegre em 1989, muitas experiências foram sendo constituídas nos mais diferentes espaços, regiões e continentes produzindo no mundo até 2010, em torno de 2800 processos do OP (Sintomer *et al.*, 2010) sendo a América Latina protagonista. Os dados atualizados em 2018 (Dias, 2018:31) apontam mais de 4000 processos, centralizados, principalmente na Europa, com diferentes propostas e formatos adaptados ao contexto social e político em que se realizaram.

A participação na discussão do orçamento público de forma coletiva, didática e deliberativa, valida um exercício de emancipação no processo e contexto do Orçamento Participativo. O OP, além de ser espaço emancipatório, torna-se um processo que se consolida como alternativa para descentralização, transparência e controle da gestão pública. O relatório sobre os 30 anos de OP no mundo, intitulado como *Esperança para a Democracia* (Dias, 2018), registra que Peru, Indonésia, República Dominicana, Coreia do Sul e Portugal criaram legislação tornando obrigatório o desenvolvimento do OP em seus países.

O Fórum Internacional dos BRICS, promovido pelo Ministério das Finanças da Federação Russa e pelo Banco Mundial em Moscou em setembro de 2017, retratou que o controle da administração pública pelo cidadão é um motivador para o incentivo aos processos de OP em nível mundial. O Banco Mundial, para sua segurança, transparência e controle, vem condicionando seu envolvimento em projetos e financiamentos públicos, à participação cidadã através dos OPs. Segundo Tarson Núñez, representante de Porto Alegre, foi ratificado no fórum a utilização das ferramentas dos OPs pelos países do BRICS, como ferramentas dos OPs para fortalecer o poder de decisão dos cidadãos nas deliberações de investimentos dos governos locais e regionais. No relato de Núñez,

[...] na Rússia, através do LISP¹²⁵, os cidadãos de regiões rurais e de algumas cidades são convidados a debater e decidir onde devem ser aplicados recursos que são transferidos pelo governo central para as suas localidades. Os cidadãos escolhem os

¹²⁵ LISP – Local Initiatives Support Program.

projetos a serem financiados, mas também são convidados a co-financiar os projetos com recursos próprios, aportando de 5 a 15% do montante dos investimentos do governo. Na China, desde o início dos anos 2000 muitos governos locais, alguns em cidades de grande porte como Chengdu, que tem 14 milhões de habitantes, vêm realizando experiências de discussão e decisão pública sobre os orçamentos. Outras cidades como Shanghai, Harbin, Wuxi e Jiauzuo têm experiências de OP. Na Índia, vários estados da federação têm sistemas de planejamento participativo e existe toda uma estrutura de capacitação dos gestores públicos para lidarem com os temas relacionados com a participação cidadã. Na Rússia os cidadãos de regiões rurais e de algumas cidades são convidados a debater e decidir onde devem ser aplicados recursos que são transferidos pelo governo central para as suas localidades. (Núñez, 2017: não paginado)

Ainda segundo Tarson Núñez, a grande participação de especialistas internacionais no evento, demonstrou que o processo vai além dos BRICS ou de incentivar a participação cidadã. Um exemplo é a Europa e os Estados Unidos que estão disseminando esse processo para outras instâncias, como Vallejo, na Califórnia (primeira cidade com OP nos Estados Unidos) que abriu a discussão das receitas com a população, devido à situação de crise financeira no município. A receita que segundo Olívio Dutra (2017) ficou como projeto futuro em Porto Alegre.

A exploração do Orçamento Participativo e de suas ferramentas como tecnologias sociais foi realizada nesta pesquisa, a partir dos registros e históricos documentais, da observação participante dos OPs em Porto Alegre e Lisboa, e de suas repercussões no mundo nesses 30 anos de existência registrados por Dias (2018). A relevância dessa revisão foi identificar esses movimentos como instrumentos de transformação, exercício da cidadania e provocadores de emancipação nos dias atuais, além de registrar sua instalação como tecnologia social democrática e coletiva.

O movimento de consolidação de processos participativos como Tecnologia Social ocorre junto à Democracia Representativa vigente, concomitante a um movimento de Democracia Deliberativa e Participativa, e da utilização de Espaços Públicos como novas Esferas Públicas. “Pensar em tecnologia social sem pensar em projeto de sociedade é se restringir a soluções pontuais e paliativas que não dão respostas para a superação de suas causas.” (Benini *et al.*, 2011:112).

A TS, na definição conceitual do Instituto de Tecnologia Social, é identificada como uma prática de intervenção social, construída e/ou assimilada pelo coletivo, que se distingue pela construção de soluções na realidade local e principalmente na melhoria da vida comunitária (ITS, 2004:122-125). A prática consolidada pelo Orçamento Participativo confirma essa teoria, em que, a transformação social caminha junto com a aprendizagem, a participação e a

compreensão da realidade de maneira sistêmica, com respeito às identidades locais e com indivíduos capacitados para gerar e absorver conhecimento.

A análise do contexto social, econômico e político do processo, envolvendo a construção e o uso de ferramentas tecnológicas, caracteriza o Orçamento Participativo como uma TS. A conclusão foi constituída a partir da adaptação e criação do OP por grupos sociais como uma construção social, e de sua operacionalização em ambientes consolidados pela deliberação coletiva. A interação dos atores envolvidos é o que definirá seu aperfeiçoamento e sucesso, ou sua manipulação e fracasso, reafirmando a formulação de Construtivismo Social, de que os atores sociais são os responsáveis pela resolução de qualquer problema e por sua solução final.

3.1 Democracia, participação e Esfera Pública

A sistematização da Tecnologia Social em processos participativos como o OP, entretanto, depende diretamente de uma democracia fortalecida e em vigilância. A relevância da Democracia é comprovada pela permanente discussão por sua manutenção e consolidação, em que, o século passado decorreu debatendo a manutenção da democracia a partir do fortalecimento da participação da sociedade, como também considerando a discussão marxista sobre (in)compatibilidade da democracia com o capitalismo.

Os marxistas, nesse embate, declaram que “as virtudes redistributivas sociais democratas” descaracterizam a democracia, uma vez que não se democratiza o fundamento do capitalismo, que é a produção material da relação capital e trabalho. A irrelevância ou desconsideração do coletivo e do social, nos princípios do sistema capitalista neoliberal, além de fragilizar e deteriorar a democracia viabiliza a volta de uma extrema direita ao poder e às ruas.

A formulação de procedimentos e regras para a administração pública e o procedimentalismo (Bobbio, 1997; Kelsen, 1995; Schumpeter, 1961), questionava a capacidade do governo excluir sua participação elevando a concepção de gestão participativa do *Contrato Social* de Rousseau (1757) ¹²⁶. A argumentação procedimental formulada colaborava para que,

¹²⁶ De acordo com Vilalba (2013), no Livro 3 (cap. 3), Rousseau (1757) admitia a impossibilidade efetiva da democracia verdadeira pela inviabilidade de manter uma assembleia popular permanente ou de um governo simultâneo de muitas pessoas. Mas, mesmo assim, reforçava um modelo ideal de governo conciliando

na emergência de formas complexas de administração estatal, estas fossem consolidadas nas burocracias especializadas. A concepção de Norberto Bobbio (1997), em relação ao procedimentalismo e regras para a formação do governo representativo, deixa aberta duas questões: o esgotamento dos procedimentos de autorização pelos cidadãos nas eleições e o esgotamento da representação das diferenças. A democracia de baixa intensidade, mesmo hoje, não explica o paradoxo da degradação total da democracia em suas práticas, que também gera a patologia do abstencionismo nas eleições na participação e na representação (Santos & Avritzer, 2003:40-46).

A discussão da complexidade e da inevitabilidade da burocracia, crescente na segunda metade do século XX, surge junto às funções do *welfare State*¹²⁷ nos países europeus, em que para Norberto Bobbio os cidadãos eram conscientes de que, com a opção pela sociedade de consumo e Estado de bem-estar social, estariam abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por eles exercidas, em favor de burocracias privadas e públicas (Bobbio, 2003:47). A definição de “opção” pela sociedade ou da “consciência” das consequências da sociedade de consumo ficou esvaziada, também, a partir do controle dos sistemas de informação e comunicação exercidos por quem até hoje detém o poder.

A continuidade da discussão definiu que a pluralidade das jurisdições, dos problemas e das soluções, que exigiu o acesso ao conhecimento pelos atores sociais, que passa a ser elemento central não apropriável pelas burocracias, que não abarcaram a execução de políticas complexas nas áreas social, cultural ou ambiental. O conhecimento adquirido, segundo os autores, foi o que reinseriu no debate democrático os “arranjos participativos”. A concepção hegemônica, a capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma e idealização, neste caso, da democracia, e de ligar o problema da representação exclusivamente ao problema de escala ou tamanho dos Estados, ignorou três dimensões: a da autorização, a da representação de múltiplas identidades e a da prestação de contas (Santos & Avritzer, 2003:48-49).

A concepção contra hegemônica, segundo os autores, em oposição ao elitismo democrático instalado no pós-guerra pela hegemonia democrática estabelecida, não contrapôs

liberdade, direito e soberania popular em um pacto entre cidadãos interessados no bem comum e no respeito à vontade da maioria.

¹²⁷ O Estado de bem-estar social moderno nasceu na década de 1880 na Alemanha, com Otto von Bismarck, que defendia que o Estado deveria prover um bem-estar mínimo para a população em geral. O Estado de bem-estar social é uma concepção que abrange as áreas social, política e econômica e que enxerga o Estado como a instituição que tem por obrigação organizar a economia de uma nação e prover aos cidadãos o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança. Artigo de Francisco Porfirio. Consultado em 08 de abril de 2015, em <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/estado-bem-estar-social.htm#Cria%C3%A7%C3%A3o+do+Estado+de+bem-estar+social%C2%A0>

a regulação procedimental ao definir a democracia como uma gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e sociedade em oposição ao totalitarismo. A democracia, entretanto, implica ruptura de tradições estabelecidas e instituição de novas determinações, normas e leis, em que Jürgen Habermas (2014) abre espaço para definir o procedimentalismo como prática social, e não como método de concepção de governo.

A prática social é que define a esfera pública de Jürgen Habermas, como espaço com possibilidades de emancipação humana e social, em que processos como o Orçamento Participativo pode ser identificados como renovada esfera pública. O processo do OP, além de ser ferramenta política, metodológica, promotora da participação e de estabelecer o diálogo entre sociedade e Estado, possibilita que sua população delibere em decisões políticas de seu interesse imediato, de forma e formato plural. Os *gatekeepers*, controles ou regulações entre Estado, cidadãos e processos, são obstáculos que podem ser contornados pela estrutura coletiva da TS, e que não impedem o Orçamento Participativo de se qualificar e se estabelecer como uma esfera pública emancipatória.

3.1.1 A Democracia e suas transformações na sociedade

A discussão sobre os espaços democráticos e de diálogo definidos como nova esferas públicas emancipatórias, na visão geral da origem do conceito de Democracia e seus modelos, inicia com a definição grega de exercício de Democracia Direta em que todo cidadão participava diretamente sem representantes (à exceção dos escravos e mulheres), e da palavra Democracia – “*demo*” /povo e “*kratia*” /poder –, o poder do povo. As heranças, também da Grécia, foram as definições de pólis de Atenas (V a.c.) (com conceitos, regras e instrumentos de participação democrática), as Ágoras (praças públicas de espaços públicos), as Eclesias (encontros, reuniões, debates ou assembleias), a Isegoria (direito igual de falar) e a Isonomia (igualdade perante a lei)¹²⁸.

A Democracia, no decorrer da História, foi se constituindo com características diferenciadas ou adaptadas. As revoluções e os movimentos de independência colonial foram se instalando no enfrentamento contra o absolutismo e a monarquia, definindo e estabelecendo

¹²⁸ Consultado em 07 de julho de 2017, em <https://www.infoescola.com/grecia-antiga/democracia-ateniense/>

a representação como modelo. A Revolução Inglesa de 1688, referêcia como primeiro movimento revolucionário contra o absolutismo, com uma monarquia parlamentar que deliberava na esfera financeira que o orçamento anual fosse definido pelo parlamento, o tesouro administrado por funcionários, e as contas reais controladas por inspetores profissionais. Os limites, também determinantes que reis não poderiam interferir no Parlamento e a decisão na sucessão do trono seria do Parlamento, cunhou a expressão de Thiers¹²⁹ na França, que “o Rei reina, mas não governa”.

A monarquia parlamentar inglesa, que se estabeleceu cem anos antes da independência dos Estados Unidos (1776), se consolidou como primeira nação livre da América que adotou o sistema político republicano e federalista, cujas características originais foram: assegurar os direitos e garantias individuais das pessoas declaradas cidadãs e manter a propriedade privada e a escravidão, cuja abolição só ocorreu em 1863. A Revolução Francesa em 1789 surgiu quinze anos depois, em que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi inspirada pelo movimento iluminista, determinando a liberdade e a igualdade de todos perante a lei e estabelecendo a presunção de inocência e liberdade de opinião. A revolução na colônia francesa do Haiti (1791-1804), concomitante com a Revolução Francesa, instalou a primeira república no Novo Mundo governada por descendentes africanos e eliminando a escravidão¹³⁰.

A Democracia Representativa do século XVIII, na sua evolução, é definida por Joseph Schumpeter como um “arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” (Schumpeter, 1961:300). A suposição, para essa definição, é de que existe um bem comum que implica em soluções e medidas tomadas que podem ser tachadas de boas ou ruins, e que há também uma vontade coletiva que corresponde a um bem-estar ou felicidade compartilhada. Ou, ainda, que todos os membros da comunidade, nesse consenso, tomam parte no incremento do bom e controlam os negócios públicos. O limiar do terceiro milênio, entretanto, nos trouxe “um sistema representativo pré-Revolução Francesa, onde o princípio de que a cada cidadão corresponde um voto era inquestionável e um parlamento que deixaria John Locke e outros liberais envergonhados” (Pont, 2003:12).

A história do combate às monarquias absolutas incluiu a imposição do poder soberano do parlamento pelos liberais, cujo mercado e capital hoje, definem o sistema e exercem o

¹²⁹ Adolphe Thiers (1797-1877), político, escritor e apoiador da monarquia parlamentar. Consultado em 08 de agosto de 2017, em <http://www.artehistoria.com/v2/personajes/6576.htm>

¹³⁰ Referência apostila do Curso de Licenciatura em História da Universidade de Viçosa (Brasil). Consultado em 27 de outubro de 2017, em <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Hist%C3%B3ria%20Moderna%20II%20Luiz%20Lima%20Vallati%202012.pdf>

mesmo papel das monarquias. A maior consequência na organização da sociedade, de acordo com Karl Polanyi, foi o controle econômico do sistema realizado pelo mercado como uma esfera autônoma e autorregulável que transformou o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadoria, e resultou em constituir uma sociedade como um produto do mercado. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi, 1996:77).

A regra em que o sistema econômico seria absorvido pelo sistema social se transfigura, e a economia se impõe conforme *A grande transformação* de Karl Polanyi, originalmente em 1944. A economia se estabelece como fator preponderante para o convívio social antecedendo qualquer outro critério. O mercado, simultaneamente regulando regras e normas da sociedade, só validará as ações e as medidas políticas certificadas pela normatização.

O objetivo era tornar o mercado centro organizador no âmbito econômico exigindo a separação da sociedade em esferas políticas e econômicas. Isso ocasionou uma sociedade competitiva na qual o objetivo sempre é o maior lucro. A invenção das máquinas influenciou fortemente a relação entre mercado e produção, tanto que “a produção industrial deixou de ser um acessório do comércio organizado pelo mercador como proposição de compra e venda” (Polanyi, 1996:96).

A exploração desumana, com isto, ficou exposta, pois, aplicada na organização do mercado de trabalho, fez emergir um problema crucial em que “as vantagens econômicas de um mercado livre de trabalho não podiam compensar a destruição social que ele acarretaria” (Polanyi, 1996:99). O Estado, portanto, fica a serviço do capital, mobilizando-se politicamente para criar condições para que a sociedade seja submetida ao mercado. A desarticulação do sistema social, causada pela máquina e suas circunstâncias, torna os indivíduos parte de uma engrenagem, que, de fato, era uma nova máquina à qual o ser humano estava condenado a servir (Polanyi, 1996:122).

A partir do final do século XX, histórias e crises principalmente na esfera econômica, demonstraram as distorções que o modelo revelou. O surgimento de novas competências de decisão, mesmo não ocorrendo mudanças estruturais concretas, colocou em discussão e contradição a democracia representativa e formal que dá sustentação ao sistema econômico vigente. A interrupção da tensão entre o capitalismo e a democracia característica da modernidade implicou, para Santos, nas lutas pela redistribuição social que o capitalismo sempre foi desfavorável. “A grande luta será entre dois modelos de democracia, a de baixa intensidade, a que temos, e outra ausência, que é exatamente uma luta por democracias de mais altas intensidades, democracias tipo participativas” (Santos, 2001).

O conflito democrático, contudo, registra diferentes formas de exclusão construídas pela representatividade como a parcela da população desinformada por omissão, alienação, sem representatividade e sem acesso à informação. A falta de organização em grupos sociais gera a falta de interesse na discussão, na tomada de decisão em legislaturas, nos conselhos e comissões, que também se reflete na omissão das coberturas pelos meios de comunicação (Young, 2006:140). Dessa forma, os meios de comunicação e informação, se tornam implícitos coadjuvantes na reprodução de formas de exclusões diferenciadas.

A Democracia Representativa, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, relega a participação democrática dos cidadãos à escolha de seus representantes políticos consolidada na forma, na regra e nos procedimentos para assegurar a ordem social. A obra de teoria política liberal publicada, reforçada durante a Segunda Guerra Mundial por Joseph Schumpeter (Santos, 2005:84) e complementada por Hans Kelsen, que esses seriam os métodos ou os procedimentos para aplicação da ordem social, em relação à participação direta, indireta, ou representativa em um sistema político designado como democracia que

*“whether this participation is direct or indirect, that is to say, whether there is a director a representative democracy, it is in both cases a procedure, a specific method for creating and applying the social order constituting the community, which is the criterion of that political system which is properly called democracy”*¹³¹ (Kelsen, 1995:3).

A partir dessas definições, confirma-se o distanciamento entre poder e cidadão na democracia vigente da representação.

3.1.2 A Participação como Processo Democrático

A Representação em seu princípio, além de ser designada para assegurar a ordem social ao delegar aos cidadãos apenas o ato de votar, distanciou o governo da sociedade ao impossibilitar a participação direta dos cidadãos nos processos de decisão. O sociólogo Herbert

¹³¹ Tradução própria: “quer essa participação seja direta ou indireta, ou seja, quer exista uma direção para a democracia representativa, significa que em ambos os casos um procedimento, um método específico criando e aplicando a ordem social constituindo a comunidade, que é o critério desse sistema político propriamente chamado democracia” (Kelsen, 1995:3).

de Souza (o Betinho)¹³² define a Participação como um dos cinco princípios da democracia pois sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade (Souza, 2005). A definição de Carole Pateman estabelece que “the theory of participatory democracy is built round the central assertion that individuals and their institutions cannot be considered in isolation from another”¹³³ (Pateman, 1970:42).

A participação e interação dos indivíduos em processos coletivos, segundo a autora, é requisito básico para a democracia, pois é na ação da participação que grupos locais se reúnem por objetivos, necessidades ou desejos comuns, através de contratos implícitos ou explícitos estabelecidos entre seus participantes. A palavra processo¹³⁴ é utilizada para designar iniciativas de ação, que em sua definição derivada do latim “*procedere*”, indica a ação de avançar, ir para frente, ou para designar um conjunto sequencial e particular de ações com objetivo comum. Os processos participativos são conhecidos dessa forma pois indicam a ação da comunidade de avançar, de ir em frente, de modificar as formas institucionais de poder e de aperfeiçoar o próprio processo de participação.

a) Na democracia deliberativa

A participação e o poder de decisão, portanto, são as novas ferramentas de avaliação e evolução da democracia. O debate sobre representação e deliberação, entretanto, gera algumas discussões, que colocam processos participativos e deliberativos como confronto e questionamento à representação, num contexto em que a característica fundamental da democracia vigente ainda é a eleição. As eleições ainda se classificam como ferramentas de escolha democrática de representantes, mas também de defesa e mandatária da sociedade civil (Avritzer, 2007).

A argumentação centrada na democracia deliberativa é crucial aos movimentos de participação cidadã, que no Brasil expressam poder de decisão, mas algumas definições remetem ao debate e poder de argumentação, e de organização do coletivo. A participação efetiva dos cidadãos coloca em questão, o princípio da maioria aplicado na democracia

¹³² Sociólogo e ativista dos Direitos Humanos, Betinho (1935-1997), em 1980 no retorno do exílio político, fundou o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Nos anos 90, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a campanha Fome Zero. Consultado em 16 de outubro de 2017, em <http://ibase.br/pt/betinho/>

¹³³ Tradução própria: “A teoria da democracia participativa é construída ao redor da afirmativa central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados de forma isolada uma da outra” (Pateman, 1970: 42).

¹³⁴ Consultado em 18 de dezembro de 2012, em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo>

representativa, cujo poder é centralizador. Uma participação em que, prevalece os preceitos do vencedor, assegura a todos os participantes as decisões coletivas e democráticas, a autodeterminação, a escolha livre e a liberdade individual¹³⁵.

Segundo Norberto Bobbio, a representação pelo voto garante uma liberdade individual na qual “o grupo social está obrigado a tomar decisões [...] com o objetivo de prover a própria sobrevivência”, pois “[...] as decisões de grupos são tomadas por indivíduos” (Bobbio, 2004), e que a democracia deliberativa seria

“[...] a form of government in which free and equal citizens (and their representatives) justify decisions in a process in which they give one another reasons that are mutually acceptable and generally accessible, with the aim of reaching conclusions that are binding in the present on all citizens but open to challenge in the future.” (Gutmann & Thompson, 2004:7)¹³⁶.

Para Amy Gutmann e Dennis Thompson, quatro características são indicadas para a deliberação, sendo a primeira, a justificação e a fundamentação por parte dos governantes para as razões das decisões aos cidadãos e seus representantes. Os cidadãos e representantes participam no governo com o objetivo de justificar e definir as leis que regulam a convivência mútua. A justificação de um governo eleito é falsa, quando as razões da decisão são questionadas, e quando não há respeito do governo pela população.

Um exemplo é a justificativa falsa na declaração de guerra contra o Iraque pelos Estados Unidos da América em 2003 (Gutmann & Thompson, 2004). Por outro lado, a aquiescência por parte dos cidadãos e representantes das justificações falsas através de manipulação de políticas de interesse privado, neste caso a indústria de armamentos estadunidense, comprova uma incapacidade de discernimento e falta de informações necessárias para pressionar o poder instituído.

A segunda característica da deliberação, de acordo com os autores, é que as razões das decisões tomadas devem ser acessíveis e compreensíveis por todos os cidadãos envolvidos. O que significa, que as razões devem ser públicas em dois sentidos, pois, para serem consentidas,

¹³⁵ Seminário “Teoria da Democracia” junto ao Doutorado Democracia no Séc. XXI – Universidade de Coimbra, em outubro de 2011.

¹³⁶ Tradução própria: [...] uma forma de governo em que os cidadãos livres e iguais (e seus representantes), justificam as decisões tomadas em um processo no qual eles dão um ao outro, razões que sejam mutuamente aceitáveis e, geralmente, acessíveis, com o objetivo de chegar a conclusões que sejam vinculativas no presente a todos os cidadãos, mas abertos ao desafio no futuro. (Gutmann & Thompson, 2004:7).

devem antes ser entendidas. O que difere de Rousseau (1757) que argumenta, que indivíduos podem entender e refletir, mas em grupo decidem com a vontade geral.

A terceira característica é a vinculação com um período de tempo, em que o processo deliberativo cessa e os líderes decidem, e mesmo assim são decisões imperfeitas, pois o que vale para hoje pode não valer para amanhã, considerando que a maior parte das decisões que são irreversíveis não é consensual. Um lapso de tempo que demanda a economia do desacordo moral¹³⁷ difundida para descrever o comportamento econômico a partir dos valores morais ou normas culturais coletivas, que se pressupõe que não seja da ciência econômica, mas que promove o valor do respeito mútuo, núcleo da democracia deliberativa. A quarta característica, seguindo os autores, define que a deliberação é um processo dinâmico com manutenção da possibilidade de um diálogo contínuo, mas provisório, no sentido de que pode ser reavaliada.

A fusão das quatro características define a democracia deliberativa como uma configuração formada por cidadãos livres e iguais (e seus representantes), que fundamentam suas decisões (aceitáveis e acessíveis) com conclusões vinculadas ao presente e a todos os cidadãos (abertas à reavaliação futura). A democracia deliberativa, no entanto, pode ser melhorada ao “defender os seus pressupostos avaliando em que medida a democracia deliberativa é democrática; para que serve; por que é melhor que as alternativas disponíveis; que tipos de democracia deliberativa são justificáveis; e como podemos responder aos críticos” (Gutmann & Thompson, 2004:3-7). O exercício de deliberação e o poder de decisão em que se distinguem os OPs originários também podem ser acrescentados nas melhorias.

Os processos de deliberação, construídos no OP, são uma abertura das instâncias de poder ao diálogo tanto político quanto social. Uma abertura de categorias de poder, segundo Giovanni Allegretti, é suscitada pelo comportamento de desconfiança das instâncias representativas, cujo círculo vicioso das democracias modernas é analisado. Essa suspeita provoca, além de um desinteresse pela participação ativa, a característica de ser considerada “inócua” e incapaz de transformar a gestão pública.

De acordo com o autor, a participação compreendida dessa forma “não teme o debate ou o conflito, pois a própria prática participativa valoriza os pontos de vista diferentes e a liberdade de expressão”. A invenção de práticas de participação que propiciam “sair do domínio discursivo e influenciar diretamente as escolhas governamentais” (Allegretti, 2011: não

¹³⁷ O desacordo moral foi um conceito usado pelas Ciências Sociais, cunhado pelo historiador inglês de orientação marxista Edward Palmer Thompson em 1979, como economia moral da multidão, para explicar o comportamento popular nos motins de subsistência do século XVIII. Consultado em 15 de abril de 2019, em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_moral

paginada), são processos que favorecem e possibilitam o envolvimento das camadas de população antes excluídas e que se encontram em estado de apatia, sem reação.

b) Na representação e na Esfera Pública

A participação coletiva, promovida pela deliberação, abrange e determina os processos dos Orçamentos Participativos proporcionando a definição de uma nova Esfera Pública. A complementação de vários autores (Fraser, 1990; Habermas, 2014; Pateman, 1970; Young, 2006) atestam essas descrições a partir da composição dessa esfera, do tempo e teor das discussões, e do próprio espaço que é definido como “the space in which citizens deliberate about their common affairs, hence, an institutionalized arena of discursive interaction”¹³⁸ (Fraser, 1990:57). Os OPs, entretanto, também são espaços de confronto com as hierarquias institucionalizadas e consolidadas pela democracia representativa. Esses espaços ainda encontram dificuldades intrínsecas do relacionar-se do ser humano, em que, entre o discurso e a exposição de ideias, questões individuais como a autoestima impedem o indivíduo de se posicionar em fóruns deliberativos. Segundo Jürgen Habermas,

A esfera pública está baseada na transformação do Estado e da economia que institucionaliza o poder público através de um governo da lei, com o objetivo de garantir as liberdades, coexistindo com uma sociedade econômica que se mantém organizada de modo privado, fortalecida por formas de autolimitação como os direitos individuais fundamentais, civis e políticos. (Habermas, 2014:27)

A esfera pública de coexistência com a sociedade econômica de Jürgen Habermas se desfez, quando entre outros, Polanyi (1996) coloca que as transformações provocadas pela sociedade econômica transformaram as relações humanas em produtos. A definição (Young, 2006, Freire, 1977), além disso, determina a democracia “[...] como um processo de comunicação que vise chegar a decisões, não condiz com a necessidade de conceituar a democracia descentralizada da grande sociedade de massa” segundo Iris Young.

Mesmo com as contradições atuais, representação e participação não devem ser excludentes, pois “nas grandes sociedades de massa a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática” (Young, 2006:140-143). Nesse sentido, para esfera pública se consolidar como uma democracia forte, é inevitável o encontro, o diálogo e a discussão entre as autoridades públicas e os cidadãos.

¹³⁸ Tradução própria: “o espaço no qual os cidadãos deliberam sobre seus assuntos comuns, portanto, uma arena institucionalizada de interação discursiva”¹³⁸ (Fraser, 1990:57)

A participação, para muitos autores, é tecnicamente impossível numa sociedade de massas, pois um corpo amplo e complexo como esse não é unânime, e problema maior ainda, é construir e se instrumentalizar tecnicamente para a possibilidade de substituição da unanimidade (Young, 2006). A afirmação da impossibilidade de instrumentalizar tecnicamente a deliberação para grandes populações, no entanto, pode ser questionada atualmente, a partir da utilização de urnas eletrônicas para votação em vários países.

Nos contextos desta pesquisa, Portugal está com o processo em experimentação¹³⁹ e no Brasil em que a eleição eletrônica está em evolução a 25 anos, atualmente está consolidado e automatizado 100%¹⁴⁰. A manipulação de grandes massas através do chamado da participação, por outro lado, situa questões como o receio e o medo, em que Carole Pateman (1970) remete ao descontrolo das massas que levaram ao totalitarismo e à Segunda Guerra Mundial. Uma “manipulação das massas” também fortemente fortificado através do comando e poder da informação e da comunicação, que hoje se repete com formatos e tecnologias diferentes, mas da mesma forma controladora e impositiva.

The collapse of the Weimar Republic, with its high rates of mass participation, into fascism, and the post-war establishment of totalitarian regimes based on mass participation backed by intimidation and coercion, underlay the tendency for “participation” to become linked to the concept of totalitarianism rather than that of democracy. (Pateman, 1970:2)¹⁴¹

As posições contra a Democracia Representativa colocam em oposição erroneamente, a representação e a participação, ignorando realidades complexas do processo democrático. De acordo com o pensamento de Iris Young, “a representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local, a processos que se dão em muitos outros locais e instituições” (Young, 2006:144). O caráter de exclusão, porém, de parte da população ao acesso à representação, e também à processos especialistas digitais (ex. governos eletrônicos/*e-government*), ainda necessitam de formação dos cidadãos.

¹³⁹ Em Portugal o voto eletrônico foi testado pela Comissão Nacional de Votação em “quatro experiências de voto electrónico, respectivamente em 1997, 2001, 2004 e 2005, todas elas não vinculativas”. Consultado em 05 junho de 2023, em <https://www.cne.pt/content/voto-electronico>

¹⁴⁰ Consultado em 05 junho de 2023, em <https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/>

¹⁴¹ Tradução própria: “O colapso da República de Weimar, com suas altas taxas de participação em massa, para o fascismo, e o estabelecimento dos regimes totalitários no pós-guerra que se baseavam na participação maciça apoiada por intimidação e coerção, sustentam a tendência de a ‘participação’ tornar-se ligada ao conceito de totalitarismo ao invés da democracia” (Pateman, 1970:2).

As regras e modelos de representação de minorias, nos processos políticos, são sempre alvo de revogação nas trocas de governos se não se forem transformadas em políticas públicas e, mesmo assim, necessitam de vigilância permanente. Essas definições incentivam as diferenças sociais em vez de reduzi-las, pois, “este processo unificador requerido pela representação de grupos buscaria congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões expressivas” (Young, 2006:140-143). Nesse contexto, também se encontra a análise do exercício de equilíbrio do poder, no qual o público só é incluído com finalidade de aclamação das decisões tomadas (Habermas, 2014:386).

O contexto de exclusão, também reforça formas de eliminação e exclusão instituídas, como as experiências citadas por Nancy Fraser nas exposições em espaços públicos, em que as poucas as mulheres que se expressam, além de serem em menor número e menos ouvidas, também sofrem mais intervenções que os homens. Nessa exclusão sutil, as feministas reiteram que “in response to the sorts of experiences documented in this research, an important strand of feminist political theory has claimed that deliberation can serve as a mask for domination”¹⁴² (Fraser, 1990:64).

As informações, sobre a superação feminina nos espaços do OP, estão registradas nas entrevistas realizadas em Lisboa (2012) e Porto Alegre (2014), nos relatórios OPLx de 2008 a 2012, nas pesquisas de Matos (2009) e Fedozzi *et al.* (2013), bem como nos diários de campo da Observação Participante em todas as assembleias dos OPs em ambas as cidades, de 2012 a 2014. Os registros no relatório do OPLx (2012:08) em Lisboa colocam uma maioria feminina na frequência de 59%, enquanto os homens representam 32%, mesmo que na apresentação de propostas presencial ou *on-line* o percentual seja menor.

Em Porto Alegre, a comparação dos percentuais de participação de mulheres e homens, oscilam entre os 50% para mais ou para menos, em que as mulheres se tornam maioria a partir de 1999. Os dados foram coletados por vários autores e instituições, para compor o gráfico - Histórico de participação feminina no OP Porto Alegre (1993 a 2009).

¹⁴² Tradução própria: “em resposta aos tipos de experiências documentadas nesta pesquisa, uma vertente importante da teoria política feminista tem reivindicado que a deliberação pode servir como uma máscara para a dominação” (Fraser, 1990:64).

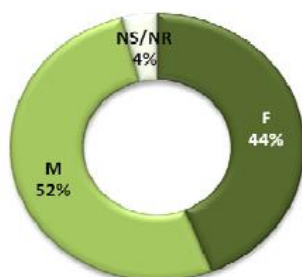


Gráfico 1 - Distribuição por gênero na apresentação de propostas

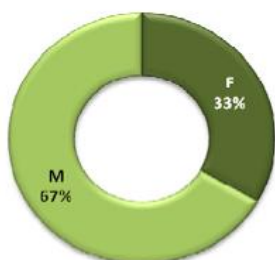


Gráfico 2 - Distribuição por gênero online

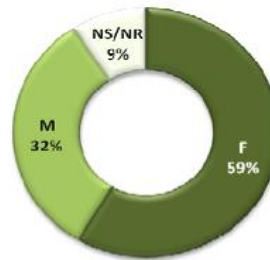
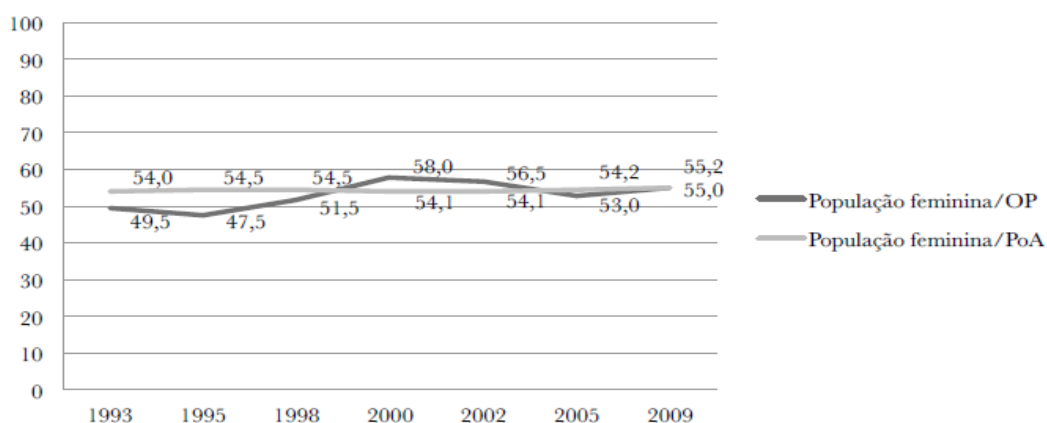


Gráfico 3 - Distribuição por gênero assembleia participativa

Figura 2 – Participação feminina OP Lisboa (2012)

Fonte: (OPLx, 2012:8).

O gráfico histórico de 1993 a 2009 (Fedozzi *et al.*, 2013:25-26) registra que o público do OP em Porto Alegre constitui-se com relativa paridade entre mulheres e homens, em que neste registro, não é apresentado uma reflexão da paridade nas instâncias representativas do Conselho do Orçamento Participativo (COP). No ano de 1998 iniciou-se a reversão do processo e, em 2005, as mulheres tornaram-se maioria como participantes (52,8%), como conselheiras (53,5%) e como delegadas (52,4%).



Fontes: Nuñez e Fedozzi (1993); Fase, PMPA, Cidade e Abers (1995); Cidade (1999, 2002, 2003); Fedozzi (2007); Fedozzi *et al.* (2013); PED/FEE (2009).

Figura 3 – Histórico de participação feminina no OP Porto Alegre (1993-2009)

A pesquisa de Liziane Matos, além da participação, registra uma emancipação feminina que também se expressa em entrevistas com testemunhos das conquistas realizadas e autonomia apoderada, aqui resumidas nos registros de depoimentos como: o OP mudou a minha vida, de pela primeira estar sendo ouvida em um espaço pois nem em casa isto acontecia, de entrar pela primeira vez na prefeitura e ser respeitada, no aumento da autoestima ao sentar com o prefeito e secretários, de se sentir importante, de adquirir conhecimento e formação, de saber como funciona, de agora acreditar que tem senso de administração e organização, de saber fazer. (Matos,2009:38-69).

As entrevistas, em sua totalidade, foram realizadas com mulheres comuns, líderes comunitárias, residentes de periferias e representantes no OP de Porto Alegre. O registro relevante, realizado pela a autora, é a informação de uma situação civil desvencilhada de seus compromissos domésticos (separação, viuvez, filhos adultos, solteiras). A liberdade alcançada, palavra utilizada pelas entrevistadas, torna-se aqui base e fator primordial, para que junto ao conhecimento e conseqüente atuação política, uma Emancipação Social individual, coletiva e feminina fosse conquistada (Marx,1843; Fraser, 1992; Adorno, 1998; Freire, 1996; Santos, 2007; Ambrosini, 2012).

Os processos nos espaços de participação atuais, tanto podem concentrar-se em questões de interesse pessoal e local como casa própria, problemas da rua, da escola, segurança, e lazer para os filhos, do orçamento de uma cidade (OP), como também podem considerar questões de violência relevância que abrangem a vida humana. Os interesses sociais e de sobrevivência, se referem tanto à exclusão e à miséria (desigualdade social), às questões de moradia coletiva (ocupações de terra e casa própria), à alimentação (transgênicos e agrotóxicos), à saúde (medicamentos e patentes), quanto às questões globais da vida do próprio planeta, como água, ecologia, segurança (energia nuclear), entre outros.

A descrição de esfera pública em Jürgen Habermas “as a conceptual resource, it can help overcome problems of definition, where dialogue is the creative and connecting factor in modern political participation”¹⁴³ (Fraser, 1990:57) mas sempre com o conflito presente. Segundo Marcondes,

A questão do conflito é tratada desde os autores clássicos que reforçam o argumento de que, contrários entram em embate para se chegar a um acordo, que o desacordo significa estar vivo, e que é a dialética que gera movimento, a ação. Fragmentos em Heráclito, filósofo pré-socrático considerado o pai da dialética, definem que a questão

¹⁴³ Tradução própria: “como um recurso conceitual, pode ajudar a superar problemas de definição, em que o diálogo é o fator de criação e conexão na participação da política moderna” (Fraser, 1990:57).

da justiça é colocada como intrinsecamente ligada ao conflito em que a guerra, Polemos (polêmica) é “[...] pai de todas as coisas, rei de tudo, de uns fez deuses, de outros homens; de uns escravos de outros homens livres.” (Marcondes, 1999:11)

A questão do conflito foi explicitada além dos autores clássicos, pois Marx (1996) no seu contexto, também insere a questão da teoria do conflito ético e das diferenças, e Chantal Mouffe segundo Bobbio (2004), sustenta a permanência do conflito e do antagonismo como fundamental na articulação de uma democracia radical e plural e assim por diante. O autor Norberto Bobbio, citando Machiavelli, coloca o conflito como forma inerente da atividade social humana, numa concepção de ordem não hierárquica, resultante do confronto.

Maquiavel faz uma afirmativa destinada a ser considerada como uma antecipação da noção moderna de sociedade civil, segundo a qual a condição de saúde dos Estados não reside na harmonia forçada, mas sim na luta, no conflito, no antagonismo (mais tarde, dir-se-á: no processo histórico) – que correspondem à primeira proteção da liberdade. (Bobbio, 1997:158)

A observação aqui é sobre a relevância do conflito, pois se apresenta como um dos empecilhos sutis e não desejosos na participação aberta e democrática, principalmente em questões de poder de decisão. O conflito de decisões, entretanto, além do problema em si, exige e necessita de uma gerência muito mais sofisticada, politicamente falando, do que uma tomada de decisão autoritária e autocrática, pois é no conflito e no embate que se possibilita o exercício de cidadania e do pensamento político.¹⁴⁴ Nessas circunstâncias, também a comunicação, a informação e suas tecnologias digitais são bens necessários e substanciais nos espaços de discussão e debate democrático, em que se transformam em instrumentos indispensáveis na comunidade envolvida.

A discussão, em torno de uma definição de espaços coletivos e democráticos, insere Nancy Fraser estabelecendo a esfera pública de Jürgen Habermas, que “designates a theater in modern societies in which political participation is enacted through the medium of talk” (Fraser, 1990:57)¹⁴⁵. Um recurso, segundo Habermas (2014), seria a criação de um meio de diálogo público através da publicidade nos meios de comunicação, com prestação de contas do Estado ao cidadão estabelecendo acesso à informação e formas de transparência de divulgação dessas informações, no sentido de uma análise crítica do Estado.

¹⁴⁴ Seminário “Teoria da Democracia” junto ao Doutorado Democracia no Séc. XXI – Universidade de Coimbra, outubro de 2011.

¹⁴⁵ Tradução própria: “designa um fórum nas sociedades modernas no qual a participação política é promulgada por meio de conversa.” (Fraser, 1990:57).

Entretanto, o diálogo público através da publicidade “[...] in the sense of critical scrutiny of the state gave way to public relations, mass-mediated staged displays, and the manufacture and manipulation of public opinion” (Fraser, 1990:59)¹⁴⁶. A constituição do monopólio dos meios comunicação pelo capitalismo, através da publicidade é catastrófica para a manutenção da democracia, pois oportunizou transformar os sujeitos em produto, e encobrir ou manipular informações em qualquer assunto, tempo ou lugar no âmbito da opinião pública.

O poder de controle e manipulação das mídias, através de publicidade ou opiniões oficiais das emissoras, atingem áreas vitais como a Saúde, Meio Ambiente, etc. As incriminações no mundo todo são denunciadas por órgãos institucionais, indústrias e países contra as indústrias químicas, farmacêuticas, entre outras, relacionados ao ecossistema como MSF - Médicos sem Fronteiras, 2019 (Internacional); FIOCRUZ, 2020 (Brasil); Rede contra Agrotóxicos, 2021 (Brasil); Monsanto/Bayer em 2018 (EUA)¹⁴⁷, Tragédia de Bopal em 1984 (Índia)¹⁴⁸. Órgãos sociais e políticos também denunciam o poder e controle praticado pela omissão das mídias com reflexos na democracia, na sociedade e no planeta. Um exemplo do controle das mídias, que definiu as eleições democrática em 2008 no Brasil, foi a *edição* registrada do último debate televisivo dos candidatos para presidente (Sousa *et al.*, 2019), que serviram de base nos dias de hoje para a geração, através das mídias digitais e disseminação das *fake news*, no Brasil e em diversos países.

3.2 A constituição do OP – história e contextos da pesquisa

A participação e o movimento político dos OPs.

A Participação como movimento político em Portugal e Brasil se consolidou através de ambas as constituições. As constituições garantiam a participação e a articulação das lutas sociais, provocando uma multiplicação de reivindicações, demandas de metodologias e instituições participativas em todas as escalas. A partir da nova constituinte definida em 1988

¹⁴⁶ Tradução própria: “[...] no sentido de escrutínio crítico do estado deu lugar às relações públicas, exibições encenadas pela mídia de massa e à fabricação e manipulação da opinião pública.” (Fraser, 1990:59).

¹⁴⁷ Artigo da condenação das multinacionais Montesanato/ Bayer nos EUA pelo uso de herbicida Roundup, de João Arriscado Nuners (2018). Consultado em 30 maio de 2023, em <https://www.publico.pt/2018/08/24/sociedade/opiniao/agrotoxicos-uma-batalha-em-varias-frentes-1841904>

¹⁴⁸ Desastre de Bopal em 1984 na fábrica Union Carbide India Limited (UCIL) com total de 3787 mortes e exposição de mais de 500 mil pessoas ao gás isocianato de metila (MIC). Consultado em 16 maio de 2023, em https://pt.wikipedia.org/wiki/Desastre_de_Bopal

no Brasil foram instalados conselhos, comissões e organizações com poder de decisão consolidados por lei ou políticas públicas, a partir de consubstanciações progressistas, numa perspectiva de formatos paritários, participativos e, principalmente, dialógicos.

O Orçamento Participativo (OP), nesse contexto, surgiu institucionalmente em Porto Alegre, ao sul do Brasil, em 1989, constituindo-se canal de descentralização e de democratização da gestão pública. A cidade de Lisboa, como primeira capital europeia a adotar o processo, se estabeleceu como referência em Portugal e ponto de reflexão dessa pesquisa sobre o OP entre dois continentes. O objetivo do OP de Lisboa, definido na Carta de Princípios pela Câmara, foi aprofundar a ligação da autarquia com os seus municípios, inspirado nos valores da democracia participativa, tal como inscrito no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa¹⁴⁹.

Os espaços de decisão e participação dos Orçamentos Participativos, na sequência de mais de 30 anos, disseminaram-se no mundo todo, estabelecendo-se como Esfera Pública de discussão e diálogo entre o público e os cidadãos, e alternativa deliberativa e participativa da sociedade. A capacidade de instalação de espaços de discussão, reivindicação, ou mesmo conflito também significa gerar ação. As discussões e confrontos que ocorrem nesses processos, possibilitam o embate entre a ordem e o conflito, o acordo e desacordo, o consenso e a contraposição, bases para o exercício do pensamento político e de cidadania.¹⁵⁰

A definição no *site* do Observatório da Cidade de Porto Alegre (Observa POA)¹⁵¹, define que “a participação sociopolítica está presente no pensamento clássico, moderno e contemporâneo como um dos fenômenos constituintes das formas de organização e da dinâmica societária”¹⁵². O histórico, portanto, determinou a importância das experiências conjuntas de democracia participativa e deliberativa e das instâncias instauradas nas estruturas formais políticas, em que, em muitas circunstâncias, o OP transforma-se em único canal de

¹⁴⁹ Artigo 2º – A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa. Consultado em 15 abril de 2014, em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#:~:text=perante%20a%20lei-2.,condi%C3%A7%C3%A3o%20social%20ou%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual>

¹⁵⁰ Seminário “Teoria da Democracia” junto ao Doutorado Democracia no Séc. XXI – Universidade de Coimbra, outubro de 2011.

¹⁵¹ O Observatório ObservaPOA, criado em 2006, insere-se no contexto referente aos objetivos do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP), da Rede 3 – Urb-AI e da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), que representa cidades de todos os continentes para o cumprimento das metas do milênio da ONU de 2015. Consultado em 10 de setembro de 2017, em http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=3

¹⁵² Consultado em 14 de setembro de 2017, em <http://www.ufrgs.br/democraciaparticipativa/>

comunicação entre uma população carente e de periferia e o poder público, tornando o diálogo princípio fundamental para avançar em uma perspectiva libertadora de Paulo Freire.

A análise, junto aos delegados e à população de diversas regiões do OP tanto em Lisboa como em Porto Alegre, foi realizada na perspectiva do conceito da Nova Cultura Política (NCP) em que “A difusão internacional da NCP capitaneada por Terry N. Clark e seus pares (Clark *et alii*, 1998, 2007a, 2007b) – que formam uma rede de pesquisa internacional – parte do pressuposto de que importantes mudanças nas culturas políticas encontram-se associadas ao processo de globalização, que envolve as transformações tecnológicas na comunicação digital e a expansão do sistema educacional” (Azevedo *et al.*, 2012).

Um conceito utilizado para designar processos que possam ter surgido e alterado as estruturas das relações sociais, em que Luciano Fedozzi complementa, que o OP proporciona “contato permanente entre o tecido social mobilizado por milhares de indivíduos e organizações sociais que passaram a compartilhar as decisões sobre gestão socio urbana com os administradores da cidade” (Fedozzi, 2009:411).

O OP, portanto, torna-se ambiente para o aprendizado democrático e catalisador de parte da ação coletiva, mesmo com questões pendentes de análise relativas ao associativismo, assim como das formas de cooperação e de movimentos sociais que constituem o capital social da cidade. O OP, entretanto, não é apenas um processo que abre a possibilidade de participação da sociedade junto à governação urbana.

O OP, segundo o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), é também espaço de aprendizado cidadão permanente e, principalmente, um processo de significação e identificação concreta do cidadão como componente de uma comunidade a que pertence. E, através de uma de suas características principais e sem dúvida extremamente positiva, Os resultados e consequências imediatas dessa participação, e também, através desta característica extremamente positiva, se refletem em resultados concretos e palpáveis vinculados aos processos democráticos realizados (UN-Habitat, 2004).

O Orçamento Participativo é sintetizado por Yves Cabannes como “um mecanismo (ou processo) através do qual a população decide ou contribui para a tomada de decisão sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis” (UN-Habitat, 2004:21). Os benefícios do OP, portanto, atingem tanto a sociedade civil como o governo local, quando se transforma numa ferramenta que pode

[...] promover a transparência das despesas municipais e estimular o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão sobre os recursos públicos [...] impulsionar o

crescimento da receita municipal [...] redirecionar o investimento municipal para a satisfação de necessidades ao nível de infra-estruturas básicas em zonas mais pobres [...] fortalecer as redes sociais e ajudar a mediar as diferenças entre os líderes eleitos e os grupos da sociedade civil. (UN-Habitat, 2004:13)

O sucesso na realização do OP, portanto, depende resumidamente de quatro condições, que são: (1) vontade política; (2) capacidade de organização social de um território; (3) autonomia, capacidade financeira e determinação política da autoridade promotora; e (4) construção metodológica do processo participativo. (Avritzer & Navarro, 2003; Santos, 2003; Sintomer & Allegretti, 2009; Wampler, 2007), registrando que a capacidade política de um território também está condicionada à história de organização social dessa jurisdição.

3.2.1 A cidade de Porto Alegre, a história e sua organização comunitária

A história de Porto Alegre¹⁵³, capital do estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, registra sua fundação 26 de março de 1772 com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. O povoamento começou em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri¹⁵⁴ para se instalar na região do Noroeste do Estado das Missões. A demora na demarcação de terras resultou na permanência dos açorianos no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre (Porto Alegre, 2014).

A chegada dos negros para o trabalho escravo ocorreu no início do século XVIII¹⁵⁵, concentrados principalmente nas charqueadas ao sul do estado, tornando-se peça-chave (e traída) na Revolução Farroupilha de 1835-1845 dos fazendeiros contra a monarquia. A partir

¹⁵³ Consultado em 12 de setembro de 2017, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257

¹⁵⁴ O Tratado de Madri foi firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, definindo os limites na colônias sul-americanas, encerrando as disputas e substituindo o Tratado de Tordesilhas, que na prática não era mais respeitado. Consultado em 15 de abril de 2016, em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid_\(1750\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid_(1750))

¹⁵⁵ “Em 1780 foram registrados 5.102 escravos no estado, cerca de 29% da população total, não incluindo os forros. A partir da primeira década do século XIX sua presença mais que dobrou, quando a cultura das charqueadas ganhava corpo como a principal atividade econômica da então província e exigia maior mão de obra” (Bento, 1976). Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) desempenharam papel relevante, destacando-se especialmente os Lanceiros Negros, batalhões formados por forros, que foram traídos e dizimados no Massacre de Porongos, episódio emblemático e alimentado em polêmica. Consultado em 05 de maio de 2017, em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_afro-ga%C3%BAcha

do século XIX, o Rio Grande do Sul recebeu imigrantes do mundo todo, como alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses e judeus, constituindo um mosaico de múltiplas expressões, faces e origens étnicas, religiosas e linguísticas.

O gaúcho¹⁵⁶ surge na cidade de Porto Alegre, chamada também capital dos Pampas por se localizar em região de fauna e flora com extensas planícies, como um lendário nas disputas de fronteiras entre os reinos de Portugal e Espanha e figura histórica dotada de bravura e espírito guerreiro. A partir do século XVI as revoltas se sucederam, mas a mais longa e marcante guerra ocorreu no século XIX, com o enfrentamento do povo gaúcho por independência do Império Português, na chamada Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, que iniciou na atual ponte do Bairro Azenha da capital, no dia 20 de setembro de 1835, e foi sufocada dez anos depois, em 1845.

No curso da história de Porto Alegre, a organização política de coletividade e participação se registra em 1930, em uma Lei Orgânica que já pressupunha a existência de Conselhos Consultivos do Plano Diretor (1939), de Contribuintes (1948) e de Serviços Públicos (1951). Segundo Fonseca (2005), o histórico e expressivo movimento comunitário de Porto Alegre manifestou-se na capital gaúcha em 1946, na ascensão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado pelo presidente Getúlio Vargas e reprimido no golpe de 1964 com a cassação do prefeito de Porto Alegre (PTB). O surgimento da presença e atuação de entidades comunitárias em Porto Alegre, tem como referência a segunda metade dos anos 1940, possivelmente associado à conjuntura de redemocratização no fim do Estado Novo¹⁵⁷.

Assim, em 1945 é fundada, de acordo com a documentação consultada, a primeira associação de bairro de Porto Alegre: a Associação dos Amigos do 4º Distrito. Esta é seguida no ano de 1946 pela constituição das seguintes entidades: Sociedade dos Amigos do Belém Novo, Associação dos Amigos da Vila Leão, Associação dos Amigos da Vila São Borja, Associação dos Amigos do Bairro Nonoai e Associação dos Amigos do Bairro Camaquã. [...]. Em 1953, é fundada a Sociedade dos Amigos da Bom Jesus e Chácara das Pedras, com o objetivo de reivindicar melhorias urbanas para os moradores dos bairros abrangidos pela entidade. Prefeitura de Porto Alegre, 1998, extraído de Silva, 2001: 93. (Fonseca, 2005:44)

¹⁵⁶ De acordo com o *Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis*, gaúcho é a designação dos habitantes da zona de fronteira no Rio Grande do Sul e, por extensão, dos habitantes e naturais desse estado. Consultado em 20 de junho de 2014, em <https://michaelis.uol.com.br/>

¹⁵⁷ O Estado Novo ou Era Vargas foi o regime político brasileiro instituído através de um golpe de Estado por Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1946. Consultado em 05 de agosto de 2014, em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/era-vargas-estado-novo.htm>

A relação em Porto Alegre entre o poder público e sua população, apesar de ter sido em geral autoritária, protagonizou a criação e o surgimento de associações, clubes, federações e uniões de diversos tipos. A Federação das Associações de Bairro de Porto Alegre, criada em 1959, se tornou a Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairros – a FRACAB.

No ciclo da ditadura, de 1964 a 1985, iniciou-se o que definiu a relação de governos locais com suas populações desfavorecidas, “a expulsão por programas de erradicação” de agrupamentos irregulares para áreas periféricas e sem infraestrutura urbana e sempre realizada com uso da força policial¹⁵⁸. Os assentamentos populacionais urbanos irregulares e clandestinos, que se definiram como favelas segundo o IBGE em 1980, cresceram 9% ao ano, enquanto a parte legal e formal dotada de infraestrutura e de serviços públicos cresceu apenas 1,9% ao ano-(PMPOA, 2009).

O Executivo municipal durante o período de intervenção em 1971, buscou construir legitimação ao introduzir os “Conselhos Municipais” com a intenção de formalizar um canal entre população e poder público (Silva, 2003). A ausência de decisão por parte da população e a composição majoritária de representantes da própria prefeitura na formação dos Conselhos, entretanto, demonstravam uma manutenção do controle e poder, de acordo com a Composição dos Conselhos Municipais de Porto Alegre abaixo, instituídos pela Lei 3607/71 (Zenker *et al*, 2021).

¹⁵⁸ Registra-se que a reação coletiva às agressões incluía “barricadas nas ruas, assembleias nos locais de moradia, abaixo-assinados, concentrações em frente à Prefeitura, manifestos dirigidos à população em geral, denúncias nos meios de comunicação, mutirões dos moradores para realizar obras por conta própria” (PMPOA, 2009).

Nome do Conselho	Vínculo Institucional	Nº de Componentes	Composição
Conselho Municipal do Plano Diretor	Secretaria do Planejamento	21	9 representantes da Prefeitura 8 representantes de entidades – Sociedade de Engenharia, Ordem dos Advogados, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Secretaria da Saúde do RS, Fundação de Economia e Estatística, Associação Rio Grandense de Imprensa, Metroplan. 4 representantes da Comunidade
Conselho Municipal de Transporte Urbanos	Secretaria de Transportes	15	8 representantes da Prefeitura 7 representantes de entidades – Departamento de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul, FRACAB, Touring Club do Brasil, Associação Rio Grandense de Imprensa, Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Porto Alegre, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do RS.
Conselho Municipal de Contribuintes	Secretaria Municipal da Fazenda	9	5 representantes da Prefeitura 4 representantes de entidade – Associação Comercial de Porto Alegre, Centro das Indústrias do RS, Associação dos Proprietários de Imóveis de Porto Alegre, Associação Riograndense de Imprensa
Conselho Municipal de Turismo	Secretaria do Governo Municipal	15	9 representantes da Prefeitura 6 representantes de entidades – Associação Brasileira de Agências de Viagens, Associação Riograndense de Imprensa, Clube dos Diretores Lojistas de

			Porto Alegre, Sindicato das Empresas de Turismo, Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, Associação Riograndense de Propaganda
Conselho Municipal de Saúde e Bem-Estar Social	Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social	15	11 representantes da Prefeitura 4 representantes de entidades – Secretaria da Saúde do Estado do RS, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Previdência Social, Legião Brasileira de Assistência
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	13	8 representantes da Prefeitura 5 representantes de entidades – Instituto Histórico e Geográfico do RS, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação Riograndense de Imprensa, Sociedade de Engenharia do RS, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Conselho Municipal de Compras	Secretaria Municipal da Fazenda	9	6 representantes da Prefeitura 3 representantes de entidades – Associação Comercial de Porto Alegre, Federação da Indústria do Estado do RS, Federação do Comércio Atacadista do Estado do RS
Conselho Municipal de Administração de Pessoal	Secretaria Municipal de Administração	11	8 representantes da Prefeitura 3 representantes de entidades – Faculdade de Economia da UFRGS, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional dos Técnicos de Administração

Quadro 3 – Composição dos Conselhos Municipais de Porto Alegre – 1971
Fonte: Silva (2001:79-80)

A cidade de Porto Alegre, no decorrer de sua biografia, se estabelece no século XX como uma sociedade politizada e uma das metrópoles brasileiras com melhor qualidade de vida e de exercício de cidadania¹⁵⁹. A modernização conservadora na década de 80, entretanto, não passou despercebida pela capital do Rio Grande do Sul, e a desigualdade social das metrópoles brasileiras se repete em Porto Alegre, com o surgimento de uma cidade irregular e desigual.

A migração do meio rural e das cidades do interior, em busca de empregos e de renda, elevou significativamente sua população e a da Região Metropolitana (RMPA). No período em que o país se tornou urbano-industrial (décadas de 1960-70), o crescimento demográfico da cidade e da RMPA foram respectivamente de 27,1% e de 45,8%, acima da taxa média do Estado, de 16,6%. O número de habitantes passou de 635 mil nos anos 1960, para 1,125 milhão na década de 1980. Atualmente sua população é de cerca de 1,4 milhão. (PMPOA, 2009)

A expansão dos Conselhos Populares e das Uniões de Vilas, de acordo com Marcelo Kunrath Silva, ocorreu na década de 1980 em que em 1983, já existiam na capital gaúcha 170 associações de moradores. A fundação da União das Associações de Moradores de Porto Alegre

¹⁵⁹ A expressão *cidadania* ganhou espaço jamais visto na sociedade brasileira, cuja apropriação por discursos políticos ideologicamente antagônicos, denota o caráter polissêmico do termo e determina uma disputa histórica pela fixação do seu significado e dos seus limites (Dagnino, E. 1994; Telles, 1994).

(UAMPA), tem registro nesse ano, cujo documento intitulado *A participação popular na administração municipal*, elaborado pela diretoria em março de 1986, já propunha a participação da população na decisão orçamentária da cidade. Os termos do documento já definiam as linhas básicas para um orçamento participativo:

Participar de quê? 1. O mais importante na prefeitura é a arrecadação e a definição para onde vai o dinheiro público. É a partir daí que vamos ter ou não verbas para o atendimento das reivindicações das vilas e bairros populares. Por isso, queremos interferir diretamente na definição do orçamento municipal e queremos controlar sua aplicação. 2. Queremos decidir sobre as prioridades de investimento de cada vila, bairro e da cidade em geral [...]. Ao executivo cabe acatar e implementar as propostas [...]. (Silva, 2001:96)

A UAMPA, com este documento de 1986, cria uma proposta de participação do movimento na definição do orçamento. A identificação no discurso petista de transferência absoluta do poder de deliberação para organizações comunitárias, segundo Marcelo Kunrath Silva, agrega e reforça o movimento. O Orçamento Municipal, em outro ponto do documento, indica uma primeira formulação de um canal institucional, o Conselho Municipal do Orçamento, que seria base para o Orçamento Participativo:

- 1) Formação de um Conselho Municipal do Orçamento com membros de outros Conselhos Municipais e da AMPA (Associação dos Municípios de Porto Alegre).*
- 2) Fiscalização da aplicação do orçamento municipal pela UAMPA, AMPA e Câmara de Vereadores.*
- 3) Destinação de 0,5% do orçamento municipal para a UAMPA repassar às AMs – Associações de Moradores filiadas (definição dos critérios para os repasses a partir de uma discussão do MC – Movimento Comunitário).*
- 4) Que a UAMPA esclareça e divulgue para as associações tudo sobre o orçamento e realize um levantamento das prioridades em termos de investimento da prefeitura. (Silva, 2001:98)*

As propostas da UAMPA, de acordo com Marcelo Kunrath Silva, não foram contempladas na reformulação dos Conselhos Municipais do governo Alceu Collares (PTB), partido que foi reorganizado por Leonel Brizola após crise interna, criando a nova sigla PDT¹⁶⁰. A UAMPA registra o conflito com a posição governamental, em novo documento, especificando que “o sistema de participação proposto não inclui a participação popular na elaboração do orçamento e na definição de sua destinação, o que constitui o aspecto mais importante da administração municipal” (Silva, 2001).

¹⁶⁰ Consultado em 30 de maio de 2022, em <https://pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>

A consolidação da organização social e cidadã, a partir da Constituição Brasileira de 1988, surge com o fortalecimento não só de movimentos sindicais, mas também de movimentos comunitários e associações de moradores embalados na bandeira da participação popular nas decisões do Estado. A conquista da renovação da Constituição acontece após o regime militar com a sociedade e a classe trabalhadora imersa em grande crise inflacionária e condições precárias de vida, e uma crise do sistema tributário e suas competências refletindo em todos os âmbitos federativos.

A descentralização administrativa e tributária dos municípios e estados foi contemplada na constituição nas suas autonomias e competências tributárias, quando em 1991, os municípios ficaram com 16,5% dos tributos disponíveis, os estados com 28,2 e a União com 55,3. O Orçamento Participativo de Porto Alegre, surgiu em 1989 nesse contexto, a partir da conjugação de três fatores que propiciarem a sua criação que foram

[...] o expressivo movimento comunitário existente na cidade, o processo de descentralização e de reformas tributárias proporcionadas pela Constituição de 1988, desenvolvendo autonomia financeira e política aos municípios, permitindo-lhes elaborar a própria lei orgânica, aumentar a arrecadação e administrar as próprias receitas, e a disposição do Partido dos Trabalhadores (PT) em democratizar a distribuição dos recursos orçamentários. (Campos & Silveira, 2015:26)

A distribuição tributária, entretanto, seria alterada quando o presidente neoliberal Fernando Henrique Cardoso sancionou em 2000, a lei complementar 102 ratificando a Lei Kandir e outros requisitos¹⁶¹, e de acordo com Raul Pont, “transferindo unilateralmente encargos e serviços aos municípios e estados, disponibilidades que pela constituição era de competência da União, como a habitação popular, a macrodrenagem (DNOS), da Assistência Social (LBA), planejamento e transporte coletivo metropolitano, fiscalização de trânsito, etc.” (Pont, 2003:12-13).

Os progressos e retrocessos ocorreram na relação entre Estado e sociedade, apesar da efetivação dos avanços trazidos pela Constituição de 1988, e da criação do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre em 1989. O OP consolidava-se no final dos anos 1990, enquanto no início do ano 2000 os Conselhos Municipais e Conferências das Cidades nacionais e locais eram instituídos, sinalizando a necessidade de renovação e integração dos diversos

¹⁶¹ Renúncia fiscal do IPI que compõe o Fundo de Participação dos Estados (FP) e dos municípios (FPM), criação ou aumento de contribuições não partilhadas, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Detalhado no texto ‘Uma abordagem estruturada da renúncia de Receita Pública Federal de Francisco Carlos Ribeiro de Almeida. Consultado em 30 junho de 2023, em <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/984/1045>

instrumentos participativos existentes, mas com seus impasses em constante avaliação (Benelli & Costa-Rosa, 2012). A criação do Ministério das Cidades¹⁶² em 2003 definiu as necessidades de renovação e integração dos diversos instrumentos participativos existentes, princípios e objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano¹⁶³ e do Conselho das Cidades¹⁶⁴, conselho eleito pela primeira vez na Conferência Nacional das Cidades no mesmo ano.

3.2.2 A cidade de Lisboa: resumo histórico e revisão da mobilização social

A cidade de Lisboa, de acordo com o arquivo Histórico Municipal, nasceu de uma “citânia”¹⁶⁵ localizada a norte do atual castelo de S. Jorge, um dos muitos núcleos humanos desenvolvidos no período pré-histórico. Os seus habitantes lutaram ao lado das legiões romanas contra tribos célticas e, em troca, receberam título de cidadãos romanos e autonomia como município. A ação povoadora dos romanos (195 A.C.) e o desenvolvimento socioeconômico da região, lhe atribuíram a classificação de “município” da província romana da Lusitânia, designada Olisipo (CM-Lisboa, 2013).

A crise do século II, com sucessivas invasões de novos povos em 500 d.C. e dos árabes em 700 d.C., segundo o registro no site da Câmara, fragilizou a sociedade, provocando a transferência de habitantes muçulmanos para o interior das muralhas, fugindo do avanço dos exércitos cristãos. O movimento por segurança torna as cidades mais opulentas, junto com o comércio com África e Ásia até o período da Reconquista Cristã e a ocupação em 1000 d.C. de Castela, região histórica espanhola. O primeiro rei de Portugal D. Afonso Henriques, em 1147,

¹⁶² Em 1º de janeiro de 2003, sancionada a lei que oficializava o Ministério das Cidades, com a finalidade de tratar da política de desenvolvimento urbano em três pontos das políticas setoriais urbanas – habitação, saneamento e transporte. Consultado em 13 de maio de 2019, em <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1395>

¹⁶³ Ensaio de Ermínia Maricato (2006) - Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Consultado em 20 de maio de 2017, em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4508/1/bps_n.12_ensaio2_ministerio12.pdf

¹⁶⁴ Conselho Nacional de Cidades (Concidadas) – órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, integrante do Ministério das Cidades. Instituído em 2004 pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Consultado em 07 de maio de 2017, em <http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/134-conselho-nacional-das-cidades/270-conselho-nacional-das-cidades>

¹⁶⁵ Uma **cividade** (substantivo feminino antigo de cidade) ou **citânia** é um castro (ruínas ou restos arqueológicos de um tipo de povoado da Idade do Cobre com estruturas predominantemente circulares). A designação “citânia” é comparada com o *Cytian* dos povoados fortificados nas ilhas britânicas. Consultado em 05 de junho de 2014, em pt.wikipedia.org/wiki/Castro

conquista a cidade de Lisboa com a participação cristã. A conquista possibilitou a expansão da cidade para além das suas muralhas e dos 16 ha do período mourisco, a nova cidade passa para 101,65 ha, ou seja, 6,5 vezes maior.

A corte de D. Manuel I em 1500, de acordo com o registo histórico, abandona o castelo e centra a vida comercial na cidade, surgindo o Paço Real no Terreiro do Paço, considerada símbolo histórico do poder político em Portugal. O terremoto de primeiro de novembro de 1755, junto com um incêndio devastador, destruiu três mil das vinte mil casas existentes nas zonas mais urbanas da cidade. A destruição dá origem à Lisboa Pombalina, impulsionada por Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei D. José, e coadjuvada pelos arquitetos e engenheiros Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (1755-1776).

O plano, sem dúvida inovador, baseia-se numa direcção planificada de ruas alinhadas, cujas opções arquitectónicas assentam em regulamentos de construção, tendo em atenção conceitos básicos de resistência às acções sísmicas. O sistema urbanístico obedecia a traçados de eixos de composição em que a simetria era tema obrigatório, pretendendo-se usualmente destacar nos extremos, monumentos ou estátuas: a Rua Augusta com o arco triunfal, através do qual, no seu eixo, se colocou a estátua de D. José. Pombal criou incentivos de interesse à nova classe da burguesia comercial. (CM-Lisboa, 2013)

O edifício dos Paços do Concelho, após o terremoto de 1755, é construído no atual local onde se encontra, mas, em novembro de 1863, foi destruído devido a um incêndio. O edifício além do valor arquitetônico e artístico, de acordo com o *site*, reflete a imagem da cidade de Lisboa e de Portugal, ambos como Liberais, Regeneradores e Republicanos, e local de importantes acontecimentos como a Proclamação da República em 5 de outubro de 1910¹⁶⁶ com a instalação da República Parlamentar em Portugal.

O golpe militar, de 1926, foi deflagrado pelas forças armadas, instalando-se formalmente em 1928. A influência do ministro da Fazenda António de Oliveira Salazar, cujo objetivo era fazer crescer seu prestígio e influência nacional, contribuiu para instalar a ditadura. A ditadura de Salazar durou até o ano de 1968, quando problemas de saúde o obrigaram a passar o poder para outro ditador, Marcelo Caetano, que deu continuidade à ditadura salazarista até 1974. O movimento conhecido como a Revolução dos Cravos de 25 de abril, um movimento

¹⁶⁶ A Constituição republicana foi aprovada em 1911, inaugurando um regime parlamentar com poderes presidenciais reduzidos e duas câmaras do parlamento. Consultado em 08 de setembro de 2014, em https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Rep%C3%BAblica_Portuguesa

democrático e popular, colocou fim a 42 anos de ditadura no país, conduzindo Portugal novamente na direção da democracia¹⁶⁷.

O dia de 25 de abril de 1974 registrou, segundo Raquel Varela, um golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA) que põe fim à ditadura portuguesa. Com o fim da ditadura, milhares de pessoas saíram às ruas a gritar “morte ao fascismo”, contrariando o apelo dos militares que dirigiram o golpe e que insistiam pelo rádio que as pessoas ficassem em casa. O governo, instalado no Quartel do Carmo em Lisboa, foi cercado, as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se liberando todos os presos políticos, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), aparelho de repressão foi desmantelada, a sede do jornal do regime *A Época* foi atacada, e a censura foi abolida no dia 28 de abril (Varela, 2014).

Uma revolução popular teve prosseguimento, que de acordo com Raquel Varela, os moradores do bairro da Boavista em Lisboa ocuparam casas vagas recusando-se a sair, apesar de intimados pelos militares e pela polícia. O país, entre março e maio de 1975 por decisão dos trabalhadores, declarou a nacionalização de bancos, seguros, empresas e fábricas portuguesas, imposta aos partidos políticos e ao MFA na dinâmica da revolução. O Conselho da Revolução e o IV Governo Provisório foram obrigados a nacionalizar, primeiro, bancos e seguradoras e a seguir várias empresas estratégicas de grupos econômicos portugueses dominantes (Varela, 2014:123-132).

A avaliação dos movimentos sociais e ações coletivas após a Revolução dos Cravos, de acordo com José Mendes e Ana Seixas, descreve a sociedade civil portuguesa como forte, autônoma e autorregulada no espaço doméstico consignado no conceito de sociedade-providência¹⁶⁸. A avaliação ainda afirma que, como sociedade civil será forte e autônoma no denominado espaço da comunidade, mas também fraca e com pouca autonomia nos espaços da produção e da cidadania. Segundo os autores,

A grande heterogeneidade interna dos espaços estruturais na sociedade portuguesa, que os torna dependentes uns dos outros para a sua reprodução e conduz a relações instáveis entre os mesmos, origina, segundo Boaventura de Sousa Santos, a necessidade estruturante de um vínculo autoritário em Portugal. O Estado, heterogêneo e fragmentado, sendo autoritário, é incompleto e contraditório nas suas práticas e políticas, actuando de forma oscilante e imprevisível entre um Estado predador e um Estado protector (Mendes & Seixas, 2005:101).

¹⁶⁷ Consultado em 15 de abril de 2015, em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/arquivo/historia/>

¹⁶⁸ “Entendo por sociedade-providência as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreaajuda baseadas em laços de parentesco e vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação estudada por Marcel Musse” (Santos., 1995).

A democracia também se apresentou com fraca participação dos cidadãos em associações, movimentos ou instituições políticas, e com os inquiridos se revelando despreocupados com o seu próprio afastamento político e associativo. Os autores citam Philippe Shmitter, que igualmente apresentou uma avaliação de democracia “desapontadora”. A consideração, baseada em inquéritos junto à população portuguesa, investigava a qualidade da democracia a partir da teoria normativa e das aspirações desencadeadas pelo 25 de Abril de 1974. Essa democracia caracterizou-se por forte fragmentação de classe, com tendência centrista e moderada, sobretudo na geração revolucionária de 1974 (Shmitter, 1999).

A perspectiva menos negativa, obtida nas análises realizadas, descreve que a participação política em Portugal era de normalidade por maturidade democrática (Martins, 2004). A democracia “normal”, entretanto, baseada na orientação política prosaica dos inquiridos, poderá resultar num desajustamento estrutural entre os padrões institucionalizados de discriminação e na emergência de novas divisões e conflitos de interesse.

[...] a explosão da participação que se verificou ao longo da transição revolucionária, entre 1974-1976, traduziu mais uma súbita descompressão social e política do que uma profunda e consistente mudança de atitudes e comportamentos. A comprová-lo está o facto de, após alguns anos de grande efervescência e movimentação social e política, os portugueses terem regressado a hábitos que se inscrevem numa linha marcante de continuidade em matéria de participação. (Cruz, 1985)

Para Manuel Braga da Cruz, essa desmobilização da participação social, tanto eleitoral como institucional, demonstra uma relativa fraqueza da democracia portuguesa e que mesmo as novas manifestações coletivas, podem ser indicadoras de substituição de uma participação política orientada pelas elites e para as elites. Nesse contexto de crítica à participação portuguesa, e por decisão soberana da autarquia, a discussão e definição do processo do Orçamento Participativo na cidade de Lisboa tem início em 2007.

3.3.1 OP Porto Alegre

a) Construção e Definição

Em Porto Alegre, a vitória, nas eleições de 1988, da Frente Popular (PT – Partido dos Trabalhadores e PCB – Partido Comunista Brasileiro), promoveu um papel central do prefeito

Olívio Dutra com a palavra de ordem “A Coragem de Mudar”. Esse contexto possibilitou a criação de uma proposta de um novo e complexo processo que incorporava uma trajetória sócio-histórica e que possibilitava a constituição de novas relações e novas representações ainda não pensadas (Silva, 2001).

Essas mudanças instituíram o debate sobre o significado da participação popular, junto a uma inversão de prioridades de outro norteador da estratégia governamental, que redirecionou a ação governamental para locais e populações que apresentavam carência de bens e serviços. Esses processos e decisões revolucionaram e marcaram profundamente o início dessa nova administração (Silva, 2001:101).

A consequência da proposta resulta em 1989, na criação do primeiro Orçamento Participativo de Porto Alegre, que a prefeitura em 2014 define em seu *site* como “um processo dinâmico, pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal”¹⁶⁹. A comemoração dos 25 anos do OP, em 2014, incluiu a referência do OP como uma das 40 e melhores práticas definida pela ONU, de gestão urbana e referência de democracia participativa no mundo, e exemplo bem-sucedido de ação comum entre governo e sociedade civil a partir das relações representada pelo Banco Mundial.

A publicação de 2015 em comemoração aos 25 anos de OP, coordenada pelo Secretário Municipal de Governança Local, registrou que o OP teve 628 pessoas em 1990 e em 2014 17.359 participantes nas assembleias das 16 regiões definidas (Campos & Silveira, 2015). O aumento exponencial da participação foi atribuído à credibilidade no cumprimento das demandas pela prefeitura nos anos anteriores. Em entrevista¹⁷⁰, o secretário César Busatto referenda:

O OP é referência e identidade do Partido do PT – nacional e internacionalmente hoje. Bandeira do PT em que 80% da população valida o OP. O governo do Estado com o PT divulgou e implantou parcialmente, e só o governo federal com o PT não tentou. O OP se tornou marca da gestão PT, marca de Porto Alegre. Geralmente em outras cidades e locais, quando a Oposição assume (Espanha) o OP some. O motivo de não desaparecer em Porto Alegre, foi pelo nível de enraizamento do OP em Porto Alegre, a maneira como foi constituído aqui, a partir dos movimentos de bairros, das comunidades pobres, que queriam participar da decisão dos recursos públicos. Ações comunitárias, das periferias da cidade, associações de bairro, Fracab, movimento

¹⁶⁹ Consultado em 15 de janeiro de 2015, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg1/default.php?p_secao=86

¹⁷⁰ Anexo B2.4.- OP Porto Alegre – 2014 – Entrevista com César Busatto, Secretário Municipal de Governança do Partido PMDB realizada em sua residência de Porto Alegre no dia 09 de dezembro de 2014, por motivos de saúde. O secretário faleceu em agosto de 2018, aos 66 anos de idade, antes de conseguir realizar a segunda entrevista prometida.

social dos mais pobres, queriam decidir a destinação dos recursos públicos. Não era uma luta com este nome. O nome OP foi uma marca constituída. (Busatto, 2014)

O crescimento da participação, com isso, torna o aprimoramento parte do processo, com ajustes realizados a cada ano, sendo alguns aqui citados: em 1991, é criado um Fórum Regional do OP (FROP) para cada região, composto por delegados que fiscalizam as ações da prefeitura nas regiões; em 1992, é publicado pela primeira vez, pela prefeitura, o Plano de Investimentos e Serviços com apresentação ao Conselho do Orçamento Participativo (COP); em seguida, critérios são modificados, e a “mobilização popular”, que concentrava a disputa, é substituída por “prioridade da região” que estimulava o acordo entre regiões, surgindo um conceito entre os participantes de unidade solidária.

Nas metodologias de trabalho discutidas desde 1990 era assunto central, de acordo com Campos & Silveira (2015), a distribuição de recursos entre obras e serviços de forma democrática. O início do processo ocorreu com a definição dos critérios prioritários, para as demandas e a centralização dos investimentos. Na definição das cinco regiões pelo critério de carência, de 17 regiões demarcadas em 1991, foram priorizadas as regiões Norte, Cruzeiro, Partenon, Leste e Lomba do Pinheiro, cujos percentuais destinados foram de 70% dos investimentos, com os 30% restantes para as outras 11 regiões.

REGIONALIZAÇÃO DO OP



Plano de Investimentos e Serviços 2014/2015 | 23

Figura 4 – Divisão em Regiões OP na cidade de Porto Alegre

Fonte: Planos de Investimentos (PMPOA, 2014:23).

De acordo com Olívio Dutra em entrevista à imprensa local,

No fim do governo, havia 16 regiões com estrutura de OP. A regra era que a relação comunitária não podia ser exercida por funcionário público, CC ou função gratificada. Ninguém era remunerado, e a comunidade ficava livre para renovar as representações na hora que bem entendesse. As reuniões tinham que discutir receita e despesa. A discussão era sobre todo o orçamento da cidade (Dutra, 2017).

Em 1992, mais quatro critérios foram estabelecidos, aprimorando o processo com pesos e notas de importância que multiplicados referendava o percentual de investimento em cada

região: 1) nota 3 - carência de serviços ou infraestrutura urbana da região; 2) nota 2 - população em área de carência máxima de serviços ou infraestrutura da região; 3) nota 1 - população total da região; e 4) nota 3 - prioridades da região (Campos & Silveira, 2015:37-42). A criação dos Fóruns Temáticos, na sequência em 1993, foi realizada para atrair a classe média com suas entidades representativas como os profissionais liberais (engenheiros, arquitetos, economistas), estudantes, empresários entre outros. O OP, portanto, ao envolver toda a população foi se constituindo de forma coletiva e democrática, também critérios de definição das Tecnologias Sociais.

b) Estrutura: participantes e representantes, demandas, votação e ciclo do OP

A estrutura e as características que definiam o Orçamento Participativo de Porto Alegre em 2014-2015, período da pesquisa de campo, foram as regiões definidas com delegados e representantes eleitos formando o Conselho do OP (COP) para coordenação do processo nas regiões, definição de demandas específicas pela população em assembleias regionais e temáticas com temas envolvendo toda a cidade, e o critério de distribuição de recursos definidos através das prioridades por área de interesse e atribuição de notas e pesos.

A definição realizada e avaliada anualmente do Regimento Interno¹⁷¹, após assembleia geral, registrava a estrutura organizativa do OP como I) Conselho do Orçamento Participativo (COP); II) Regras Gerais do Orçamento Participativo; III) Critérios para as Demandas do Orçamento Participativo. A PROCEMPA (Processamento de Dados da Cidade de Porto Alegre), órgão centralizador da administração, logística e informática do município, exercia junto ao OP a função de: registrar e garantir o Regimento Interno atualizado; administrar o registro das assembleias, atas, resoluções e o cadastro dos participantes; gerenciar e conduzir os processos de formação dos cidadãos; executar a geração e execução das demandas na definição e escolha dos temas prioritários, sua votação, etc; disponibilizar e manter as informações nos *sites* da prefeitura.

O OP, cujo processo e estrutura não existia até então junto à administração pública, disponibiliza as informações aos cidadãos através dos meios digitais de informação e dos Planos de Investimentos da prefeitura. A construção da organização e metodologia do OP de Porto Alegre foi realizada durante os 25 anos de execução ininterrupta, consolidando-se no ano de 2014, em uma estrutura com características geográficas concentradas em regiões e temáticas de decisão coletiva.

¹⁷¹ Anexo A1 – Regimento Interno OP Porto Alegre.

A definição e a execução do OP de Porto Alegre em 2014 foram estabelecidas através de reuniões quinzenais nas regiões e em assembleias para apresentar os representantes eleitos, para definição e priorização das demandas, elaboração do ciclo anual do OP, todos deliberados e eleitos em assembleias coletivas, aqui apresentados de forma resumida.

1. **Participantes – Representantes:** Os Representantes das Regiões e Temáticas são delegados eleitos com a seguinte regra:
 - a) são necessárias 10 pessoas votantes nas assembleias da região para designar 1 delegado representante no Fórum Regional do OP (FROP) com reunião quinzenal;
 - b) a definição da priorização das 4 primeiras temáticas é realizada e decidida em assembleia de cada região e apresentada ao conselho (COP);
 - c) todo cidadão pode participar da discussão do OP na sua Região e/ou nas Temáticas, para definição dos investimentos e serviços específicos da Região, e nas Temáticas, para obras estruturais e grandes projetos para toda a cidade;
 - d) Conforme o artigo 1º do regimento interno de 2014, “o Conselho do Orçamento Participativo – COP é um órgão de participação direta da comunidade, com a finalidade de planejar, propor, fiscalizar e deliberar sobre a receita e despesa do Orçamento do Município de Porto Alegre (Artigo 116 da Lei Orgânica do Município)”¹⁷².
2. **Demandas:** Segundo os critérios definidos no Regimento Interno (2014-2015), as demandas poderão ser encaminhadas por associações, cooperativas, comissões de ruas, segmentos (movimentos sociais, representantes de classes, grupos religiosos etc.), com exceção dos órgãos públicos em qualquer esfera municipal, estadual ou federal. O demandante que se ausentar em 50% em seu fórum Regional ou Temático, sua demanda não será contemplada no novo PI, ficando a cargo dos fóruns Regionais ou Temáticos a decisão sobre o assunto. São ainda critérios do Regimento Interno:
 - a) *Gerais:* as demandas e propostas de prioridades para a Região ou Temática serão encaminhadas pessoalmente sendo obrigatória sua avaliação e deliberação nos fóruns de delegados do Orçamento Participativo;
 - b) *Regionais:* as Regiões poderão apresentar até 15 (quinze) demandas de obras e serviços nas suas 4 (quatro) prioridades temáticas, e até 5 (cinco) demandas nos demais temas, registrados em formulário e entregue no dia da Assembleia Municipal, contendo: descrição da solicitação; localização, em que para obras de

¹⁷² Anexo A1 – Regimento Interno OP Porto Alegre.

pavimentação e saneamento básico deve ser preenchido o mapa no verso do formulário; metragem estimada; indicação da vila e bairro no qual se localiza a demanda;

c) *Temáticas*: As Temáticas poderão apresentar até 15 (quinze) demandas para o eixo eleito em primeiro lugar e até 5 (cinco) demandas para os demais eixos.

A cidade de Porto Alegre no período analisado, concentrou suas demandas majoritariamente na infraestrutura da cidade e de suas regiões. As demandas, conduzidas pela definição das prioridades gerais em 1989, foram estruturadas nos critérios sociais equitativos e de justiça como população carente e porcentagem relativa à população total da região e geral, contribuição da demanda para organização da cidade, e carência de infraestrutura na região.

A inversão dos valores definidos pelos princípios sociais pelo governo Olívio Dutra no OP, e a definição de Regiões e Temáticas Gerais foram registradas no histórico de 1989 a 2014 das demandas por região, com atenção à organização da cidade em geral.

OP Porto Alegre	25 anos	1989-2014
Regiões	Totais	Temáticas / Prioridades
1-Humaitá/Navegantes	376 demandas, 299 finalizadas	1-saneamento básico, 2-organização da cidade, 3-pavimentação.
2 – Noroeste	231 demandas, 179 finalizadas	1-pavimentação, 2-organização da cidade, 3-circulação – transporte – mobilidade urbana.
3 - Leste	483 demandas, 389 finalizadas	1-saneamento básico, 2-organização da cidade, 3-pavimentação.
4 - Lomba do Pinheiro	362 demandas, 288 finalizadas	1-pavimentação, 2-saneamento básico, 3-educação.
5 – Norte	438 demandas, 357 finalizadas	1-saneamento básico, 2-pavimentação, 3-educação.

6 – Nordeste	337 demandas, 252 finalizadas	1-pavimentação, 2-saneamento, 3-educação.
7 – Partenon	351 demandas, 295 finalizadas	1-pavimentação, 2-saneamento básico, 3-organização da cidade.
8 - Restinga	335 demandas, 239 finalizadas	1-educação, 2-assistência social, 3-pavimentação.
9 – Glória	463 demandas, 372 finalizadas	1-saneamento básico, 2-pavimentação, 3-habitação.
10- Cruzeiro	410 demandas, 315 finalizadas	1-assistência social, 2-saneamento básico, 3-pavimentação.
11- Cristal	292 demandas, 205 finalizadas	1-pavimentação, 2-habitação, 3-assistência social.
12- Centro Sul	386 demandas, 326 finalizadas,	1-saneamento básico, 2-pavimentação, 3-organização da cidade.
13- Extremo Sul	266 demandas, 194 finalizadas	1-pavimentação, 2-habitação, 3-saneamento básico.
14- Eixo Baltazar	503 demandas, 382 finalizadas	1-saneamento básico, 2-organização da cidade, 3-pavimentação.
15- Sul	414 demandas, 290 finalizadas	1-pavimentação, 2-saneamento básico, 3-organização da cidade.
16- Centro	460 demandas, 369 finalizadas	1-organização da cidade, 2-saneamento básico, 3-habitação.

17- Ilhas	37	1-assistência social,
	demandas,	2-habitação,
	14	3-educação
	finalizadas.	

Quadro 4 – Regiões, Totais, Temáticas e Prioridades – OP POA 1989-2014
Elaborado pela pesquisadora. Fonte: Orçamento Participativo de Porto Alegre, 25 anos (2015).

3. **Votação:** de acordo com o Regimento Interno do Orçamento Participativo de Porto Alegre (2014-2015), dois são os processos de votação, dos Conselheiros e das Prioridades definidas.

a) *Eleição de Conselheiros:* são definidos nos Artigos 4º, 5º e 6º do Regimento Interno e seus parágrafos.

Artigo 4º – os(as) Conselheiros(as) das Regionais e Temáticas da Cidade serão eleitos(as) nas Assembleias Regionais e Temáticas, coordenadas pela Administração Municipal e a Organização Popular das mesmas.

§ primeiro – Os candidatos a conselheiros(as) para participação como Delegados(as) nos fóruns Regionais ou Temáticos, deve ter presença de 50% (cinquenta por cento) em 1 (um) dos últimos 5 (cinco) anos do OP;

§ segundo – As inscrições de chapas para Conselheiros(as) de Regiões são efetivadas nos Centros Administrativos Regionais (CARs) com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Regional, com 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;

§ terceiro – As inscrições de chapas para Conselheiros(as) das Temáticas são efetivadas na Gerência de Democracia Participativa Local, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Temática, com o registro de 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;

§ quarto – Para a eleição com duas chapas para Conselheiros(as), a proporcionalidade é da chapa mais votada com um(a) Conselheiro(a) a cada 25% dos votos, sendo que menos de 20% dos votos não indicam conselheiros;

§ quinto – Recursos referentes às eleições de Regionais e Temáticas serão entregues na referida assembleia e apreciado pelo COP até 10 (dez) dias antes da Assembleia Municipal (posse);

Artigo 5º – Não pode ser Conselheiro(a) (titular ou suplente), aquele que exerce mandato eletivo, cargo em comissão ou assessor político no poder Executivo,

poder Legislativo ou Judiciário (nas esferas municipal, estadual e federal), salvo quando renunciar ao cargo.

§ primeiro – O(a) Conselheiro(a) (titular ou suplente) só pode representar uma Plenária Regional ou Temática, sendo vedada a sobreposição de mandatos.

Artigo 6º – O mandato de Conselheiro(a) titular ou suplente é de 1 (um) ano de duração, com possibilidade de reeleição¹⁷³.

§ primeiro – Durante o transcorrer do mandato, o(a) Conselheiro(a) que for candidato(a) a Conselheiro(a) do Conselho Tutelar deve se afastar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da eleição; § segundo – Durante o transcorrer do mandato, o(a) Conselheiro(a) que for candidato(a) a cargo eletivo nas esferas municipal, estadual e federal nos poderes Executivo e Legislativo deverá se afastar 90 (noventa) dias antes da data da eleição.

b) *Votação das Prioridades Temáticas das Regiões*: todas as pessoas, no momento do credenciamento nas Assembleias gerais do OP, recebem em sua cédula para votar em quatro (04) prioridades escolhidas entre as 18 Prioridades Temáticas. Após os debates, no momento indicado, cada cidadão escreverá na cédula as quatro (04) prioridades que considera mais importante (1º, 2º, 3º e 4º lugares), conforme os códigos designados pelas Secretarias, adotadas pelas Temáticas.

4) Ciclo do OP¹⁷⁴: o Ciclo do OP se caracteriza por três grandes momentos prioritários: as reuniões preparatórias, a Rodada Única de Assembleias Regionais e Temáticas e a Assembleia Municipal. As reuniões preparatórias iniciam-se quando a prefeitura presta contas do exercício passado e apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham e prestam esclarecimentos sobre os critérios adotados e a viabilidade das demandas. As grandes Plenárias (500 a 1000 pessoas) ocorrem no centro da cidade na Casa do Gaúcho, Parque Harmonia, local conquistado pelo OP¹⁷⁵.

As Assembleias Regionais e Temáticas são realizadas para eleger seus conselheiros, determinar o número de delegados da cidade e definir as prioridades para o Município em seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas. As reuniões em

¹⁷³ Abordado no Capítulo 5.3 – Contextos estudados e as relações de poder existente.

¹⁷⁴ Consultado em 15 de janeiro de 2015, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smggl/default.php?p_secao=125

¹⁷⁵ Anexo C2.2 – Diários Reuniões e Assembleias – OP Porto Alegre 2014.

cada região acontecem de julho a agosto do ano vigente, em que discussões, votações e definições do OP são regidas por regras dentro do calendário anual.

Os Centros Administrativos Regionais (CARs)¹⁷⁶, que são os órgãos de descentralização político-administrativa da prefeitura, organizam regionalmente o processo do OP e demais instâncias participativas, atendendo demandas de serviços dos bairros e regiões. O final do processo anual do OP encerra com uma plenária, em que, cada participante recebe um volante para votar as prioridades eleitas por região. A cédula possibilita eleger as quatro (04) prioridades que considera mais importantes em ordem de precedência de prioridade das regiões e temáticas¹⁷⁷. O participante recebe também 1 volante para eleger a chapa de sua preferência, se houver eleição do COP.

¹⁷⁶ Consultado em 15 de janeiro de 2015, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sistemaglp/usu_doc/centros.administrativos.regionais.pdf

¹⁷⁷ Anexo C2.2 – Diários Reuniões e Assembleias – OP Porto Alegre 2014.

CICLO DO OP

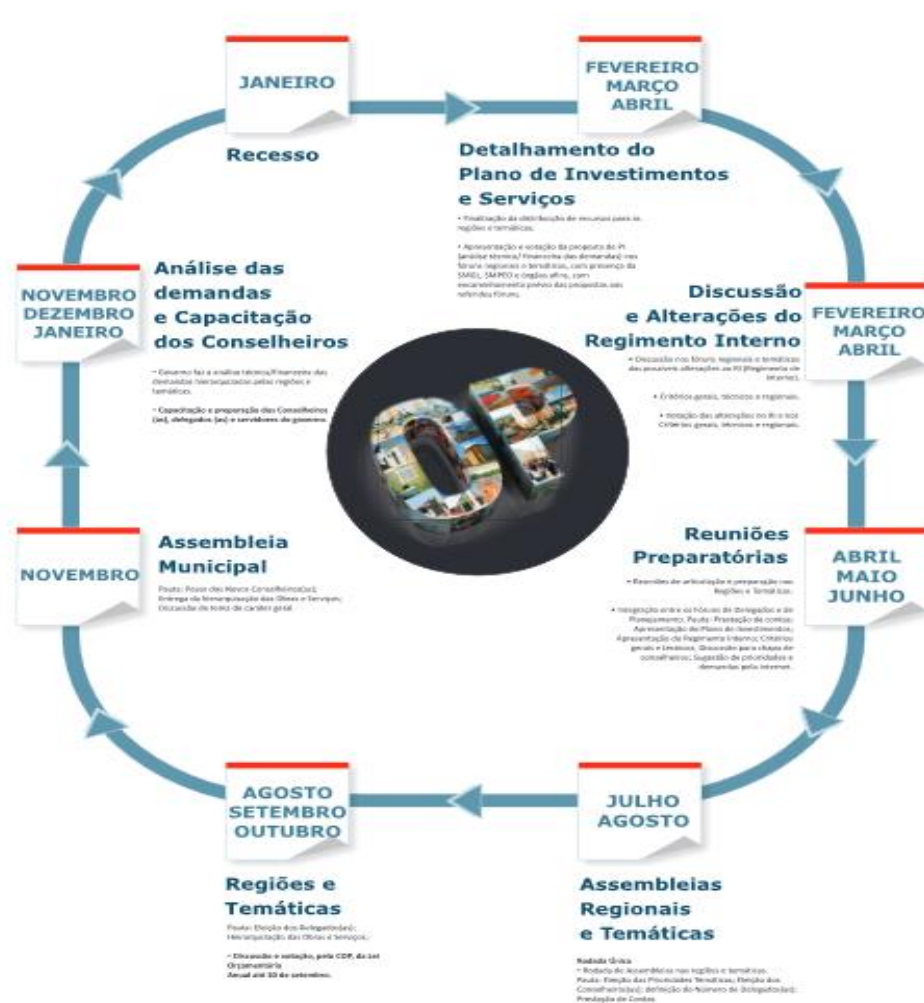


Figura 5 – Ciclo do OP da cidade de Porto Alegre em 2014
Fonte: Plano de Investimentos e Serviços (PMPOA, 2014).

Transcrição do texto da Figura 5:

Janeiro: Recesso;

Fevereiro-Março-Abril: Detalhamento do Plano de Investimentos e Serviços

(PI) = Finalização da distribuição de recursos para as regiões e temáticas; Apresentação e votação da proposta de PI (análise técnico/financeira das demandas) nos fóruns regionais e temáticos, com presença da SMGL, SMPEO e órgãos afins, com encaminhamento prévio das propostas aos referidos fóruns.

Fevereiro- Março-Abril: Discussão e Alterações do Regimento Interno

= Discussão nos fóruns das possíveis alterações ao RI (Regimento Interno); Critérios gerais, técnicos e regionais; Votação das alterações no RI e nos Critérios gerais, técnicos e regionais.

Abril-Maio-Junho: Reuniões Preparatórias

= Reuniões de articulação e preparação internas; Integração entre os Fóruns de Delegados e de Planejamento. Pauta: Prestação de Contas, Apresentação do Plano de Investimentos, Apresentação do Regimento Interno, Critérios gerais e técnicos, Discussão para chapa de conselheiros, Sugestão de prioridades e demandas pela Internet.

Julho-Agosto: Assembleias Locais administrativas e decisórias

= Rodada Única - Rodada de Assembleias internas. Pauta - Eleição das Prioridades Temáticas, Eleição dos Conselheiros (as), Definição do Número de Delegados(as), Prestação de Contas. Discussão e votação, pelo COP, da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 30 de julho.

Agosto-Setembro-Outubro: Assembleias Locais de Decisão

= Pauta - Eleição dos Delegados (as), Hierarquização das Obras e Serviços. Discussão e votação, pelo COP, da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 30 de setembro.

Novembro: Assembleia Municipal

= Pauta - Posse dos Novos Conselheiros (as), Entrega da Hierarquização das Obras e Serviços, Discussão de tema de caráter geral.

Novembro-Dezembro-Janeiro: Análise das demandas e Capacitação dos Conselheiros = Governo faz a análise técnica/financeira das demandas hierarquizadas pelas regiões e temáticas.

**Neste ano de 2014, excepcionalmente, as Assembleias Regionais e Temáticas do OP, estão sendo realizadas em novembro, dezembro e janeiro. Motivo: Eleições Gerais no Brasil.*

Em dezembro a Câmara Municipal também aprova a Lei do Executivo e dos valores destinados ao OP em Porto Alegre referentes ao orçamento municipal do ano vindouro, publicando em seu *site* os valores definidos.

Elaborado em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Plurianual 2014-2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as prioridades do Orçamento Participativo (OP), a proposta encaminhada em 13 de outubro estima a receita e fixa a despesa do município em R\$ 6,949 bilhões. Aprovado por unanimidade pelo Conselho do Orçamento Participativo, prevê 509 demandas, somando R\$ 310,7 milhões de reais de investimentos em 2017¹⁷⁸.

De acordo com o registro no *site*, os maiores investimentos em 2014 foram na orla (R\$ 176 milhões) e nas obras de mobilidade (R\$ 151 milhões), em que os gastos de aplicação em saúde superaram os percentuais constitucionais mínimos (18,90% ante 15%) e educação (25,33% ante 25%). À assistência social, embora não haja percentual definido em lei, foram destinados 6,7%. A previsão de destinação de R\$ 49,3 milhões para atendimento a novas demandas do Orçamento Participativo, significou um percentual na média de 5% do orçamento municipal.

As prioridades em Porto Alegre, concentradas nos problemas estruturais da cidade e em bairros da periferia, envolveu todos os participantes em sua deliberação. Os resultados foram que, demandas estruturais como pavimentação e saneamento básico foram apontados como prioritários 30 vezes pelas regiões; habitação, educação e assistência social 14 vezes, e organização, circulação e transporte na cidade 9 vezes. A avaliação foi que o surgimento das favelas nas periferias, resultado principalmente do êxodo da zona rural, foi ignorado pelos governos anteriores, tanto em Porto Alegre como nas outras grandes cidades do país. A discussão dos problemas reais da cidade, que refletem a vida diária das pessoas, foi o que movimentou o OP de Porto Alegre em que a construção do poder de decisão da população e

¹⁷⁸ Notícia no *site* da Câmara Municipal POA sobre orçamento de 2014-2017. Consultado em 06 de dezembro de 2016, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smpeo/default.php?p_noticia=190626&CAMARA+MUNICIPAL+APROVA+ORCAMENTO+DE+2017

respectivo empoderamento, tornou-se um caminho para a autonomia e emancipação dos indivíduos e do coletivo naquele período.

3.3.2 OP Lisboa

a) Histórico/definição do OP e perfil dos participantes

O motivo de adoção do OP em Lisboa iniciou em 2006 reforçado por dois elementos: uma crise política que atingiu a cidade com as demissões do presidente de Câmara, e as eleições intercalares com crescente e elevada taxa de abstenção¹⁷⁹. O ano de 2007, a partir dessas ocorrências e com o novo governo municipal eleito de coligação minoritária liderado pelo socialista António Costa, sentiu a necessidade da criação de consensos para além dos resultados eleitorais. O poder político iniciou organizando sessões públicas temáticas consultivas com participação popular, realizando várias Reuniões Descentralizadas abertas em algumas das 53 freguesias do município, para recolher contributos de munícipes e associações sobre planos, projetos e prioridades de intervenção camarária para os anos seguintes (Allegretti *et al.*, 2014).

A Câmara Municipal de Lisboa (CML), em 09 de julho de 2008, aprovou a “Carta de Princípios” do Orçamento Participativo, na sequência dos resultados das sessões públicas, reconhecendo a necessidade de “prosseguir rumo a um modelo alargado de participação cidadã, [...] emblemático de uma nova forma de governar a cidade”¹⁸⁰. A Proposta 833/P/2008b estruturou um sistema de decisão sobre parte dos investimentos, designando um montante de 5 milhões de euros, que correspondia a 5,4% da capacidade de investimento da autarquia (percentual similar de Porto Alegre). No *site* Lisboa Participa, de acordo com a carta, os objetivos do Orçamento Participativo eram:

- *Incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas tendo em conta os recursos disponíveis;*
- *Contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação;*

¹⁷⁹ Taxa de abstenção em 2009 de 62,2% (INE). Consultado em 07 de dezembro de 2019, em <https://www.publico.pt/2019/10/03/infografia/abstencao-octuplicou-40-anos-347>

¹⁸⁰ Anexo A2 – Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Lisboa.

- *Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida na cidade;*
- *Aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia;*
- *Ser mais transversal e inclusivo nas suas diversas vertentes, de forma a captar a participação de grupos de população tradicionalmente mais afastados deste tipo de processos de cidadania ativa;*
- *Envolver as Juntas de Freguesia nas Fases de Análise Técnica das Propostas e de Execução dos Projetos vencedores;*
- *Sensibilizar, no âmbito da distinção de Lisboa Capital Verde Europeia 2020, para a apresentação de propostas e consequentes projetos na área ambiental, que foquem, explorem demonstrem e valorizem a sustentabilidade ambiental, optimização de recursos energéticos, diminuição da utilização do plástico, etc., os quais serão identificados com o Selo Verde¹⁸¹.*

O OP-Lx de 2008, em seu princípio, derivou de experiências com outros municípios no âmbito do projeto “OP Portugal”. O projeto foi uma iniciativa apoiada pela linha de financiamento europeia “Equal”, coordenado pela Associação de desenvolvimento local In-Loce, em cooperação com o Centro de Estudos Sociais (UC) e o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) de Coimbra. As Câmaras e Freguesias, junto ao projeto em 2002, experimentavam modelos meramente consultivos de OP (Allegretti *et al.*, 2014). O site do OP Participa da Câmara Municipal de Lisboa, no primeiro ano do ciclo do OP-Lx de Lisboa-2008, registrava 1.732 pessoas e 247 propostas, mas ainda representando fração reduzida da população da capital de 564.650 habitantes (0,30%).

Os inquéritos de pesquisa, que foram aplicados pelo Projeto OPtar do CES da Universidade de Coimbra, obtiveram 599 de respostas (34,5%) do total de participantes. Essa pesquisa revelou dados sobre o perfil dos cidadãos indicando que o conhecimento do processo ocorreu em maior parte através de comunicação direta (42,7% através de amigos e familiares); que criou-se uma demanda de solicitação de participação presencial (72,6%) – reuniões territoriais ou temáticas com a intenção de diminuir a exclusão dos cidadãos com dificuldades no uso e/ou acesso às tecnologias informáticas, e que as repostas às questões de militância política apontaram uma população ativa, mas abaixo da média em relação à participação em manifestações, indicando pouca mobilização coletiva. A preferência em relação à discussão política assinalou em primeiro lugar, o contato direto e a informação através da imprensa (jornais e televisão), mas também revelou uma credibilidade e confiança para resolver problemas junto às autoridades locais.

¹⁸¹ Consultado em 05 de abril de 2019, em <https://op.lisboaparticipa.pt/o-que-e-o-op>

Os perfis identificados dos cidadãos permaneceram similares nos anos de 2008 e 2009, sendo primariamente residentes da capital (68%), na casa dos 26-45 anos, com predomínio do sexo feminino (53%) e grau médio ou elevado de escolaridade. A avaliação do OP realizado em inquérito pela Câmara, responderam 2.121 pessoas (cerca de 30% dos participantes), em que modificações realizadas em 2011 foram resultado das pesquisas, sendo o mais importante o abandono do modelo de OP centrado na proposta e na discussão apenas por via eletrônica (Cunha, Allegretti & Matias., 2010:179).

Os ciclos de 2008 e 2009, comparativamente e de acordo com os autores, registraram três modificações distintas: 1) a mudança da fase preparatória centrada na construção de conhecimento dos diversos atores do OP; 2) a alteração metodológica eliminando as 3 áreas temáticas de intervenção prioritária que atuavam como *gatekeeper*, “filtro” indesejado sobre a autonomia de proposta dos cidadãos; e 3) a definição de normas de participação claras, embora simples e de número reduzido.

A maior novidade do OP-Lx 2010 foi a criação das Assembleias Participativas – APs (espaços ainda somente para dúvidas e formulação e debate de propostas) e das Assembleias de Voto – AVs (para apoiar ou encaminhar o voto), assim como a ampliação da extensão do ciclo participativo, que passou para todo o ano civil, integrando as fases representadas no ciclo do OP. As mudanças relevantes, registradas no OP 2012, foram a redução de 50% no valor designado ao OP (em média de 5% para 2,5% do orçamento municipal), e o formato das assembleias realizadas em áreas de interesse e não por bairros ou freguesias.

b) Estrutura: participantes e representantes, demandas, votação, ciclo do OP

O nome homólogo de Lisboa designa a cidade capital do país e do distrito, em que, de acordo com o relatório LX2012 (OPtar LX, 2012), o distrito é uma divisão administrativa que inclui um conjunto de onze cidades no total¹⁸². De acordo com o censo da população de 2011, Lisboa contava com 547.631 habitantes em 2012 (INE)¹⁸³. O OP, junto com a autarquia de Lisboa, conduziu iniciativas distintas com participação popular, como OP Escolar, a Agenda 21 Local, o Plano Local de Habitação ou o Programa de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP).

¹⁸² A divisão federativa no Brasil, conforme a Constituição de 1988, se resume a 26 estados, 5.565 municípios e 1 distrito federal. Em Portugal essa divisão conta com 18 distritos, 308 concelhos e 4260 freguesias. Consultado em 05 de maio de 2019, em <http://www.conexaoportugal.com/2011/03/entenda-divisao-do-estado-portugues.html>

¹⁸³ INE – Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 05 de junho de 2019, em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=137333224&att_display=n&att_download=y

O OP de Lisboa, na definição da Câmara Municipal, é espaço de participação dos cidadãos na governação da cidade, em que “os cidadãos têm efetivo poder de decisão sobre uma parcela do Orçamento Municipal de Lisboa: os cidadãos apresentam propostas para a cidade, e os cidadãos votam nos projetos que querem ver incluídos no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa (CML) no ano seguinte”. A determinação da Câmara no OP 2011/2012 de reduzir a verba em 50% do valor designado, coincidiu com um polémico debate com a população para reduzir o número de 53 freguesias para 24, reforma implantada em 2013.

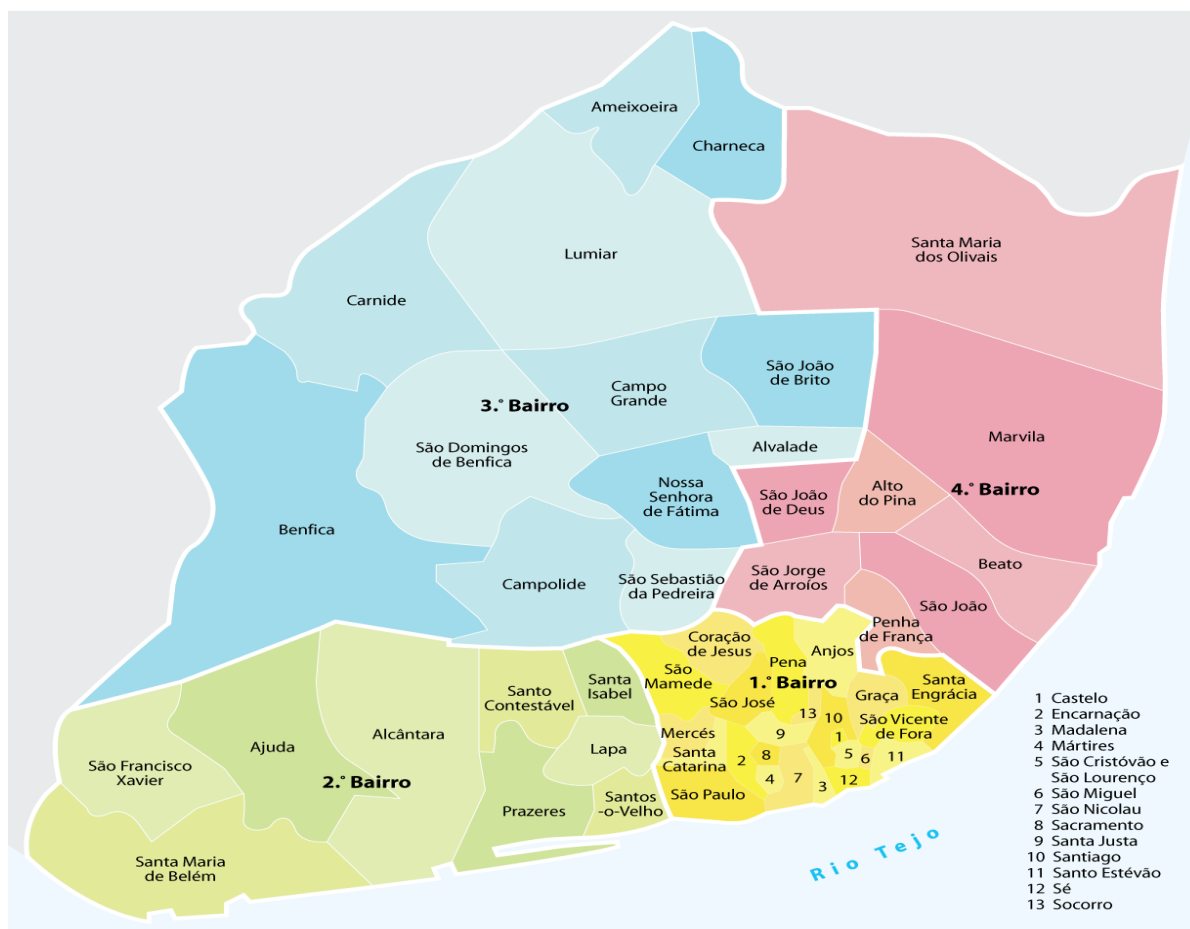


Figura 6 – Divisão da cidade – Freguesias de Lisboa
Fonte: OPtar LX (2012).

As regras definidas pelo OP e publicadas no *site* definiam que o OP abrange a totalidade do Concelho de Lisboa; as propostas deveriam contemplar os requisitos definidos nas Normas de Participação do OP de Lisboa; não havia quantidade limite para a apresentação de projetos; os projetos poderiam ser apresentados *on-line*, presencialmente ou nos respectivos eventos. As votações nos projetos determinavam que o cidadão poderia votar por SMS grátis (enviando SMS para o nº 4310, com o nº do projeto que escolheu), nas Sessões de Apoio ao Voto (AV) a partir do calendário disponível, e/ou presencialmente em locais e horários definidos.

A definição de formação e execução do OP em Lisboa ficou estabelecida, por determinação da autarquia, com ajustes de avaliação anual, de redefinição das demandas, da votação e do ciclo anual do OP. A estrutura do OP em 2012 foi registrada no formato abaixo, sendo que todas as informações se encontravam disponíveis no Portal da Participação da CML¹⁸⁴.

1. **Participantes e Representantes:** podem participar todos os cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, que se relacionem com o município (residentes, estudantes ou trabalhadores, representantes dos movimentos associativos, empresarial e organizações da sociedade civil). Segundo o projeto OPtar (2012), isso implica considerar as flutuações de população, como os indivíduos que não residem em Lisboa, mas exercem uma ocupação no município, ou de residentes temporários. Os destinatários da iniciativa, portanto, formam o grupo que constitui o universo de participantes no ciclo de OP.
2. **Demandas:** as demandas devem ser nas áreas de competência da Câmara de Lisboa como propostas individuais, ou de uma categoria, ou de um bairro pontual. Os projetos proibidos são os: de âmbito pessoal, de associação a marcas registradas ou patentes, de pedidos de apoio financeiro, ou relativos à cobrança de receita ou funcionamento interno da Câmara.

Apresentação das demandas: a proposta é apresentada *on-line* através do Portal da Participação, presencialmente nas Sessões de Participação ou em eventos em que o OP Lisboa esteja presente, sendo que as propostas presenciais são posteriormente inseridas no Portal pela Equipa OP. A elegibilidade da proposta e futuro projeto necessita da contemplação dos requisitos definidos nas Normas de Participação do OP de Lisboa.

Análise das Propostas: O âmbito das propostas, de acordo com o projeto Optar, reportou ao território dado pelo concelho de Lisboa abrangendo todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Lisboa. Os cidadãos são convidados a apresentar propostas enquadráveis nas temáticas e secretarias definidas. O limite de propostas é inexistente, e se o texto de uma proposta integra várias outras, apenas a primeira será considerada, pois cada proposta pode dar origem apenas a um projeto. As propostas apresentadas são analisadas tecnicamente pelos serviços municipais ou

¹⁸⁴ Consultado em 05 de abril de 2019, em <https://op.lisboaparticipa.pt>

pelas Juntas de Freguesia. A adaptação aos valores definidos é realizada junto à área financeira com os custos estimados e respectivos prazos de execução.

Valor limite do Projeto: O OP de Lisboa (2012) prevê uma verba global de 2,5 milhões de euros, que será repartida da seguinte forma: 1 milhão de euros para Projetos Transversais (abrange toda a cidade) e 1,5 milhão de euros repartidos de forma igual pelas 5 Unidades de Intervenção Territorial – UIT (unidades constituídas por equipas multidisciplinares de intervenção no espaço público).

O quadro abaixo, com o histórico das demandas do OP de Lisboa no período de 2008-2012, registra uma centralização nas áreas de lazer e bem-estar da população local e em seus locais de moradia, freguesias e bairros. Poucos são os projetos *transversais* que abrangem a cidade em geral, registrando o fato de que de 34 projetos vencedores até 2012, 15 registram temáticas ambientais e de mobilidade e 10 projetos para arte, cultura e educação.

OP LISBOA – 2008-2012		
2008	Temáticas	Demandas
-Propostas – 580 -Projetos a Votação – 89 -Vencedores – 5 -Valor em Euros – 5.130.176,00 - Total Votos – 1.101	Espaço Público e Espaço Verde Mobilidade, Infraestrutura Viária, Trânsito Estacionamento	1- Construção de Pistas Cicláveis/Ciclovias – Freguesias Belém e Cais do Sodré (p. 6-7) -244 votos – Valor 2.680.176,00 euros 2- Parque Urbano do Rio Seco – 2ª fase – Freguesia Ajuda (p. 8-10) -125 votos – Valor 600.000,00 euros 4- Criação Parque Verde e Parque Infantil – Freguesia São Domingos de Benfica – Quinta dos Barros (p.13-14) - 103 votos – Valor 350.000 euros 5- Corredor Verde Parque Eduardo VII – Monsanto – Freguesia Campolide e Avenidas Novas - 100 votos – Valor 1.000.000,00 euros 3- Acessibilidades para Bicicletas – Várias Freguesias (p.11-13) - 81 votos, Valor 500.000,00 euros
2009	Temáticas	Demandas
-Propostas – 533 -Projetos a Votação – 200 -Vencedores – 12	Espaço Público e Espaço Verde	1- 3ª Fase da Construção do Canil/Gatil – Monsanto – <u>Freguesia Alcântara</u> (p. 19-21) - 754 votos – Valor 375.000 euros

-Valor em Euros –
4.817.492,00 Euros

- Total Votos – 4.719

**Turismo,
Comércio e
Promoção
Econômica
Educação e
Juventude**

- Cultura

**Infraestrutura
Viária, Trânsito
e Mobilidade**

2-Qualificação do Largo do Coreto – Freguesia Carnide (p. 21-23)

- 178 votos – Valor 600.000 euros

3-Sistema de Iluminação Sustentável da Via Pública – Freguesia Arroios (p. 23-26)

- 89 votos – Valor 500.000,00 euros

8-Reforço Limpeza de Cartazes / Grafittis Bairro Históricos – Freguesia Misericórdia (p. 34-35)

- 77 votos – 150.000,00 euros

4-Incubadoras de Empresas – Freguesia Santa Maria Maior (p. 26-28)

- 123 votos – Valor 1.000.000,00 euros

5-Recuperação e Beneficiação da Escola EB1 Manuel Teixeira Gomes – Freguesia Marvila (p. 28-30)

- 137 votos – Valor 240.000,00 euros

6-POP-UP Lisboa 2010 – Freguesia – toda a cidade (p. 30-31)

- 95 votos – Valor 30.000,00 euros

7-Festival de Net Áudio de Lisboa – Freguesia – toda a cidade (p. 31-33)

- 74 votos – Valor 50.000,00

10 - Centro Local de Base Local – Cinema Europa – Freguesia Campo de Ourique (p. 37-41) – 475 votos – Valor – 960.000,00 euros

9-Melhoria das condições de tomada e largada de Passageiros junto às Escolas – Freguesia Avalade, Lumiar, Santo Antônio, São Domingos de Benfica e Estrela (p. 35-37)

- 114 votos – Valor 250.000,00 euros

2010

-Propostas – 927

-Projetos a Votação –
291

-Vencedores – 7

-Valor em Euros –
4.500.000,00

-Total Votos – 11.570

Temáticas

**Espaço Público e
Espaço Verde**

Demandas

1-Parque Urbano do Rio Seco – 3ª Fase – Freguesia Ajuda (p. 43-44)

- 714 votos – Valor 1.000.000,00 euros

2-Igreja de Santa Clara – requalificação da envolvente – Freguesia Marvila (p. 45-47)

- 600 votos – Valor 250.000,00 euros

4-Quinta do Bom Nome – Freguesia Carnide (p. 49-52)

- 408 votos – 1.000.000,00 euros.

	Desporto	3 -Espaço desportivo do Bairro do Cabrinha – requalificação e cobertura – <u>Freguesia Alcântara</u> (p. 48-49) - 506 votos – Valor 300.000,00 euros
	Ação Social	5 -Centro de Atividades Intergeracionais Quinta da Bela Flor – <u>Freguesia Campolide</u> (p. 52-54) – 520 votos – 250.000,00 euros.
2011	Temáticas	Demandas
-Propostas – 808 -Projetos a votação – 228 -Vencedores – 5 - Valor em Euros – 4.600.000,00 - Total Votos – 17.887	Ação Social	1 -Há Vida na Mouraria – Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria – <u>Freguesia Santa Maria e Arroios</u> (p. 56-58) – 1779 votos – 1.000.000,00 euros
	Infraestruturas Viárias, Trânsito e Mobilidade	2 -Alameda da Cidade Universitária – Freguesia Alvalade (p. 59-60) - 1672 votos – 800.000,00 euros 3 -Parques de Estacionamento Benfica – <u>Freguesia Benfica</u> (p. 61-63) - 1568 votos – 1.000.000,00 euros
	Espaço Público e Espaço Verde	4 -Parque Urbano Rio Seco – 4ª Fase – <u>Freguesia Ajuda</u> (p. 64-65) - 1539 votos – 800.000,00 euros
	Estrutura Verde, Ambiente e Energia	5 -Parque Urbano do Vale da Ameixoeira – 1ª Fase – <u>Freguesia Santa Clara</u> (p. 65-66) - 1053 votos – 1.000.000,00 euros
2012	Temáticas	Demandas
-Propostas – 659 -Projetos a votação – 231 -Vencedores – 15 -Valor em Euros – 2.375.000,00 -Total Votos – 29.911	Turismo, Comércio e Promoção Económica	1 -Centro de Inovação da Mouraria – <u>Freguesia Santa Maria Maior</u> (p. 68-70) - 2623 votos, 400.000,00 euros

	Desporto	2-Rocódromo Indoor – zona de escalada – <u>Freguesia Areeiro</u> (p.70-72) - 612 votos, 150.000,00 euros
	Cultura	3-Passeio da Amália – registro da assinatura – <u>Freguesia Campo de Ourique</u> (p. 72-75) - 272 votos, 5.000,00 euros 6- Monumento a José Afonso – <u>Freguesia Estrela</u> (p. 80-82) - 395 votos, 45.0000,00 euros
	Espaço Público e Espaço Verde	4-Parque Infantil da Quinta da Luz – <u>Freguesia Carnide</u> (p. 75-77) - 620 votos – 100.000,00 euros 5-Requalificação da Via Pública – Quinta da Luz – <u>Freguesia Carnide</u> (p. 77-80) - 355 votos – 130.000,00 euros
	Reabilitação Urbana e Espaço Público	7-Requalificação integrada do Largo da Graça e da Rua da Voz do Operário – <u>Freguesia São Vicente</u> (p. 80-85) - 509 votos, 120.000,00 euros
	Educação	8-Passaporte Escolar – <u>Freguesia toda cidade</u> (p. 85-87) - 289 votos – 150.000,00 euros 9 - Lisboa Acessível – <u>Freguesia Eixo Central de Lisboa</u> (p. 87-89) – 2079 votos – 500.000,00 euros

Quadro 5 – Totais, Temáticas e Demandas – OP Lisboa 2008-2012
Fonte: OP Lisboa (2013).

3. **Votação:** Cada cidadão pode votar em 2 Projetos (um voto por cada grupo de projetos) sendo estabelecido um número mínimo de 250 votos para que um Projeto seja considerado vencedor em cada um dos grupos referidos:
 - 1 voto para Projetos Transversais envolvendo a cidade em geral no valor até 300.000 €, com total de 1 milhão de euros;
 - 1 voto para Projetos Locais distribuindo o valor de 300.000€ para cada uma das 5 Unidades de Intervenção Territorial – UIT, com total de 1,5 milhão de euros. Esses projetos são agrupados pelas unidades, de forma a assegurar uma distribuição equitativa de projetos vencedores por toda a cidade. Os mais votados, até ao montante definido para cada grupo, serão implementados em Lisboa.
4. **Ciclo do OP:** são dois os ciclos de participação definidos neste ano:

- Ciclo de *Decisão* Orçamental: com a preparação dos processos, apresentação de propostas, fase de análise técnica e consulta pública, fase da votação nos projetos, e fase de apresentação pública dos projetos vencedores, assim descritos:

- a) Preparação do Processo – trabalho preparatório para implementação do OP, nomeadamente avaliação da edição anterior e elaboração do calendário do OP;*
- b) Fase de Apresentação de Propostas - os cidadãos apresentam propostas online, através do Portal da Participação da CML (op.lisboaparticipa.pt) e também presencialmente, nas Sessões de Participação em locais a definir pela Câmara;*
- c) Fase de Análise Técnica e Consulta Pública - As propostas dos cidadãos são analisadas pelos serviços municipais competentes ou em alternativa, pelas Juntas de Freguesia mediante protocolo geral que delegue esta fase do processo OP e caso existam propostas locais que se localizem na respectiva freguesia. As propostas consideradas elegíveis são adaptadas a projetos, os quais serão sujeitos a votação no Portal da Participação ou em locais definidos pela Câmara; Concluída a Análise Técnica, a CML torna pública a lista provisória de projetos e propostas excluídas e o fundamento de exclusão, para que possam ser apresentadas eventuais reclamações pelos interessados. O proponente de uma proposta excluída pode reclamar durante o prazo definido para o efeito, através do e-mail op@cm-lisboa.pt. Todas as reclamações serão apreciadas pelos serviços autárquicos competentes;*
- d) Fase de Votação nos Projetos - os cidadãos votam nos projetos OP através do portal da Participação, nos locais de apoio à votação e por SMS. Os projetos mais votados serão integrados na proposta de Orçamento Municipal e Plano de Atividades. O Orçamento e Plano serão depois formalmente aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal;*
- e) Apresentação Pública dos Projetos Vencedores OP – Os resultados da votação serão anunciados em Cerimônia Pública logo que possível após o fecho da votação e publicados no Portal da Participação. (<https://op.lisboaparticipa.pt>)*

- Ciclo de *Execução* Orçamental: com estudo prévio, projeto de execução, delegação de competências (Juntas de Freguesia), assim definido:

- a) Estudo Prévio – Esta fase corresponde ao trabalho de definição e preparação genérica dos projetos, respondendo sempre que possível às pretensões dos proponentes;*
- b) Projeto de Execução – Consiste na definição pormenorizada das etapas da realização do investimento até à sua fase de inauguração;*
- c) Delegação de Competências – Sempre que possível, o Município delegará na(s) Junta(s) de Freguesia a execução dos projetos aprovados no âmbito do OP, devendo as mesmas prestar informação de forma transparente e regular sobre o desenvolvimento da execução do(s) projeto(s);*
- d) Contratação Pública / Administração direta da autarquia;*
- e) Adjudicação / Execução;*
- f) Conclusão / Inauguração. (<https://op.lisboaparticipa.pt/o-que-e-o-op>)*

As seis Assembleias Participativas em Lisboa realizaram-se nos seguintes locais na edição de 2012:

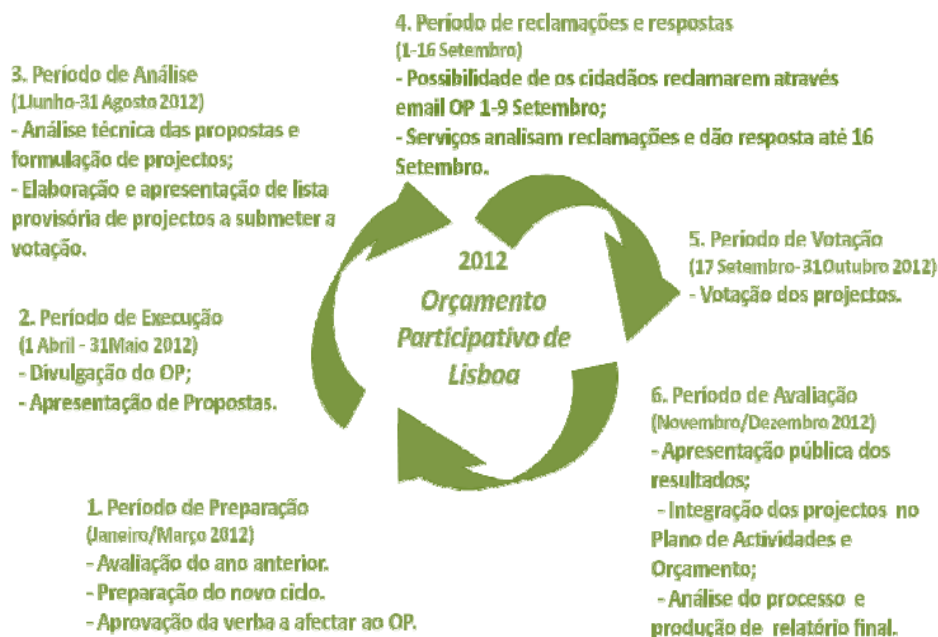
- 2 de maio | Participantes da Associação do Bairro da Boavista | Local – Salão Paroquial de São José;
- 15 de maio | “Criativos” | Local – The Independente;
- 16 de maio | “Dar voz à diferença” | Associação de Deficientes das Forças Armadas;
- 22 de maio | “Cowork Lisboa” | Lx Factory;
- 23 de maio | “Estrangeiros em Lisboa” | Pensão Amor;
- 25 de maio | “Lisboa em viagem” | Sala do Arquivo dos Paços do Concelho.

A participação da pesquisadora, a partir da investigação Observação Participante, ocorreu com a aplicação presencial dos questionários em todas as assembleias do OP junto aos participantes de Lisboa, e nas reuniões administrativas realizadas pelos técnicos da Câmara, que resultaram na geração dos Relatórios do OP LX (2012) e nos registros dos diários de campo, documentos utilizados como fonte relacionados ao OP de Lisboa:

Local da Assembleia Participativa	Data da Realização	Nº de Questionários Respondidos	Percentagem %
1. Câmara Municipal de Lisboa	2012.05.02	6	6,6
2. The Independent	2012.05.15	12	13,2
3. Bairro Boavista	2012.05.16	15	16,5
4. ADFA	2012.05.22	14	15,4
5. Cowork	2012.05.23	14	15,4
6. Pensão Amor	2012.05.25	30	33,0

Quadro 6 – Assembleias Participativas e Distribuição de Questionários – Lisboa 2012
Fonte: OPtar LX (2012).

O ciclo da quinta edição do OP de Lisboa 2012/2013 ocorreu entre 01 de abril e 31 de outubro de 2012, assim definido:



Relatório de Avaliação do OP Lisboa 2012|2013

© 2012 – Divisão de Inovação Organizacional e Participação



Figura 7 – Metodologia e Ciclo OP Lisboa 2012-2013
 Fonte: Relatório de Avaliação do OP 2012/2013 (OPLx, 2012).

Transcrição da Figura 7:

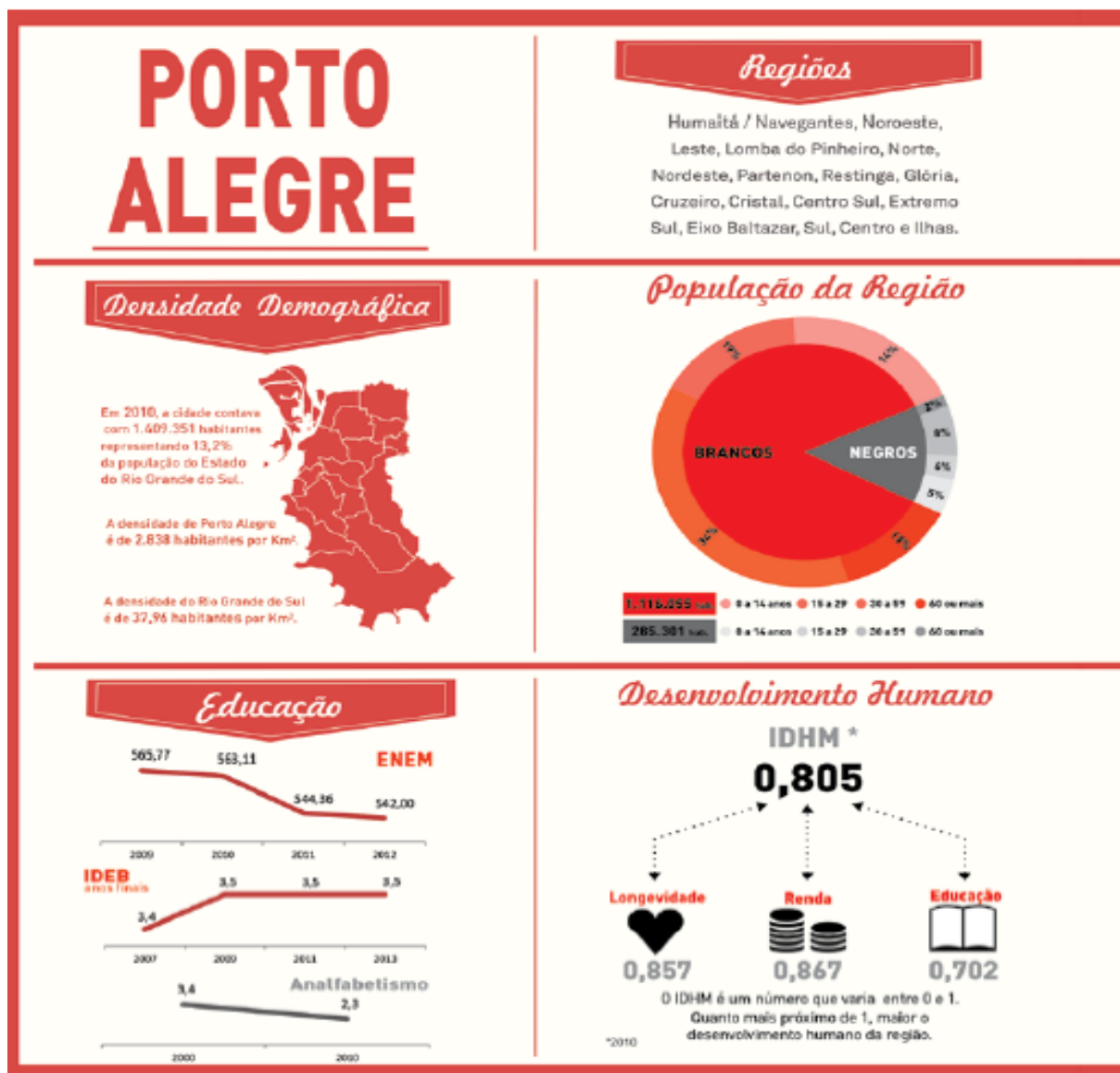
- 1. Janeiro / Março 2012: Período de preparação** - Avaliação do ano anterior; Preparação do novo ciclo; Aprovação da verba a afectar ao OP.
- 2. Abril /Maio 2012: Período de Execução** - Divulgação do OP; Apresentação de Propostas.
- 3. Junho /Agosto 2012: Período de Análise** - Análise técnica das propostas e formulação de projectos; Elaboração e apresentação de lista provisória de projectos a submeter a votação.
- 4. Setembro 2012: Período de reclamações e respostas** - Possibilidade de os cidadãos reclamarem através de *email* do OP de 1-9 setembro; Serviços analisam reclamações e dão resposta até 16 setembro.
- 5. 17/Setembro a 31/Outubro 2012: Votação dos Projetos**
- 6. Novembro / Dezembro 2012: Período de Avaliação** - Apresentação pública dos resultados; Integração dos projetos no Plano de Actividades e Orçamento; Análise do processo e produção de relatório final.

3.3.3 Síntese e quadros-resumo dos OPs Porto Alegre e Lisboa

Os quadros-resumo apresentam a seguir os resultados dos períodos de realização de OP em Porto Alegre de 1989 a 2014 e em Lisboa de 2008 a 2017. Os resumos de Porto Alegre foram retirados do livro *25 anos de OP em Porto Alegre*, editado em 2015, e as informações de Lisboa foram obtidas da página Lisboa Participa, com as informações resumidas nos quadros pela prefeitura de Lisboa.

a) Resumo OP Porto Alegre

O livro comemorativo de 25 anos do OP de Porto Alegre, projetado pelo Secretário Municipal de Governança Local da prefeitura em 2015, oferece os resumos e gráficos do Observatório da Cidade de Porto Alegre (Observa POA) aqui apresentados:



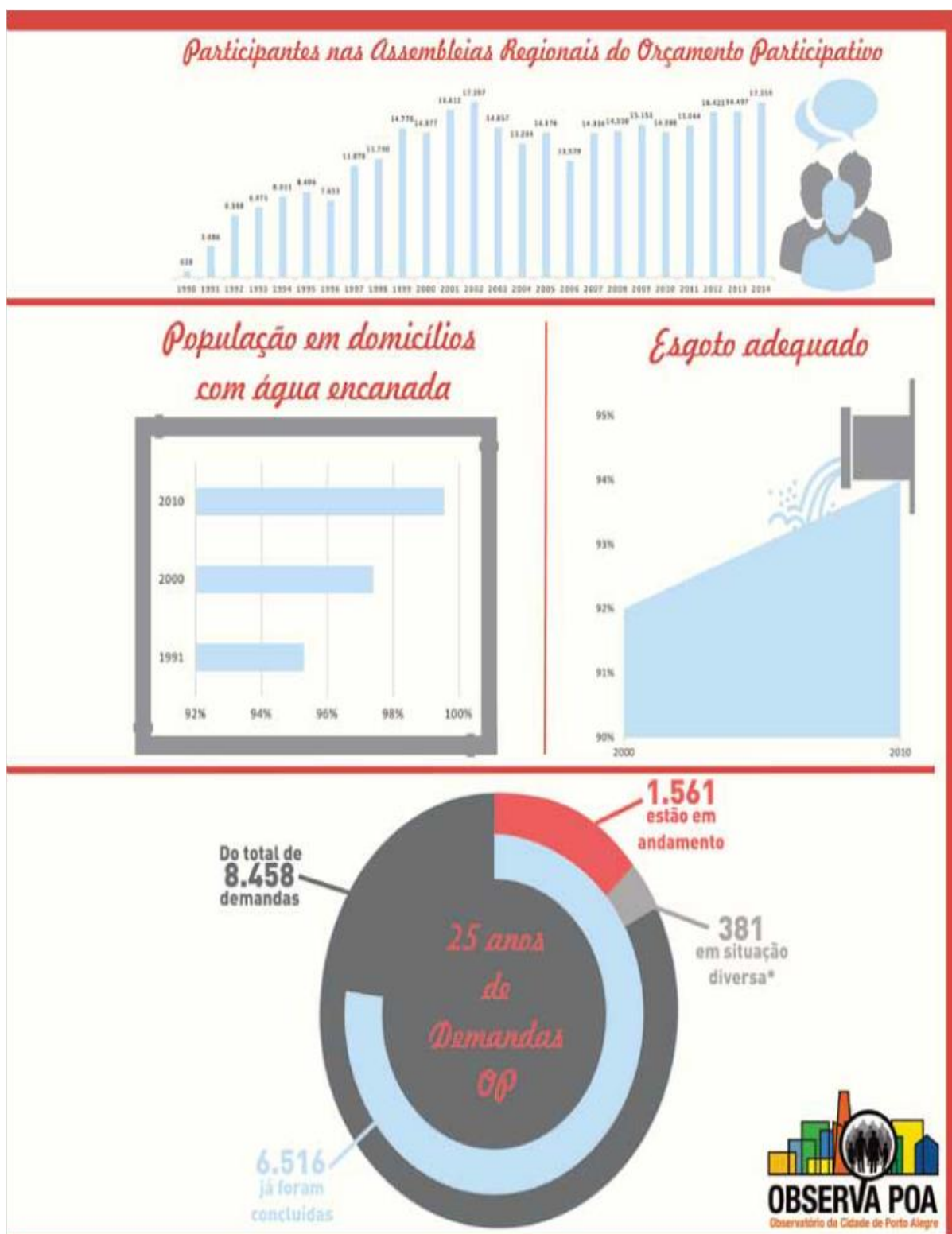


Figura 8 – Quadro-resumo OP Porto Alegre – 25 anos
Fonte: Campos e Silveira (2015:161).

Descrição quadro-resumo OP de Porto Alegre 25 anos – 1989 a 2014

Densidade Demográfica: Em 2010 a cidade contava com 1.409.351 habitantes representando 13,2% da população do Estado do Rio Grande do Sul. A densidade de Porto Alegre é de 2.833 habitantes por Km². A densidade do Rio Grande do Sul é de 37,96 habitantes por Km².

População da Região: Brancos 1.116.055 hab. Negros 285.301 hab.

IDHM – Municipal - Em 2010 = 0,805 - número que considera longevidade, renda e educação e varia entre 0 e 1. Próximo a 1, maior o desenvolvimento humano da região.

IDEB – de 3,4 para 3,5. Indicador da qualidade da Educação- proposta ideal de 5,0.

Demandas – Apresentadas 8.458 demandas neste período em Porto Alegre, em que 6.516 foram concluídas, 1.561 em andamento e 381 em situações diversas. Os temas mais votados pelas regiões em ordem prioritária foram: 1 - pavimentação, 2- saneamento básico, 3- assistência social, 4 - educação e organização da cidade empatados.

O que se confirma no crescimento dos dois índices abaixo.

Água encanada com 95% dos domicílios em 1991 e 100% em 2010.

Esgoto adequado com 92% em 2000 e 94% em 2010.

Participantes - Em 1990 foram 628 participantes, em 2002 foi o maior número com 17.397 participantes, em 2014, ano do campo de pesquisa em Porto Alegre, foram 17.359 participantes.

b) Resumo OP Lisboa

Os resultados abaixo foram gerados a partir do relatório do Orçamento Participativo de Lisboa com o resumo disponibilizado no *site*¹⁸⁵. pela autarquia.



Figura 9 – Quadro-resumo OP Lisboa de 2008-2017

Fonte: <https://op.lisboaparticipa.pt/home>

Descrição quadro-resumo OP Lisboa - 2008 a 2017

Propostas apresentadas – 6.204

Projetos a votação – 1.957

Projetos vencedores – 120

Valor total de projetos vencedores – 33.805.668,00 Euros

Votos nos projetos - 268.536

¹⁸⁵ Consultado em 01 de maio de 2018, em <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos/5703739b1780520900a73030>

OP 2012

- **Propostas apresentadas** – 659
- **Projetos a votação** – 231
- **Projetos Vencedores** – 15
- **Valor** – 2.375.000,00 Euros
- **Total de Votos** – 29.911

As informações dos quadros-resumo, com conteúdo diferenciado, de Porto Alegre e Lisboa divulgadas em sites, relatórios, livros, e mídia, projetam diferenças na condução e resultados dos processos. Os contrastes, além de refletirem os princípios definidos em ambas as cidades na condução do OP, registram a repercussão individual e comunitária dos participantes e também o impacto em outros territórios e municípios. As diferenças registram que, os resultados *qualitativos* apresentados em Porto Alegre foram alcançados em grande parte, pela deliberação das prioridades sociais definidas na instalação do OP pelos cidadãos.

Em Lisboa, a formatação do formato e a definição de parâmetros e delimitações realizadas pela autarquia no OP, se concentraram nas questões como, os limites dos valores designados, a definição do público participante, e o formato e abrangência dos projetos limitadas pelas temáticas vinculadas às secretarias. O resultado das demandas, em sua maioria, se concentrou nas necessidades locais da comunidade participante, e com seus resultados alcançados registrados *quantitativamente*.

A formação dos participantes, técnicos e cidadãos em Lisboa e conduzida pelo CES, foi realizada a partir da comparação entre um orçamento familiar e público¹⁸⁶, com o objetivo de reforçar os conceitos formadores do OP como poder de decisão, autonomia individual e coletiva, reforçando a concepção de participação, de democracia direta e deliberativa. Os resultados refletidos nos projetos, em sua maioria regionalizados e personalizados, demonstraram que os conceitos de OP como um processo coletivo democrático foram pouco assimilados, e entre outros motivos, foram as definições e delimitações efetuadas somente pelo poder público.

A apresentação de uma proposta pelos participantes na assembleia geral de avaliação em Lisboa, e registrada no diário de campo, requeria que a Câmara implementasse um filtro que rejeitasse projetos do OP que não fossem “relevantes”. A conduta realizada em um processo participativo revelou que para a comunidade, o poder de decisão não fazia parte do processo e que essa responsabilidade pertencia à autarquia. A proposta para interferência e rejeição de projetos pelo poder público demonstraram que, a falta de participação e de envolvimento dos

¹⁸⁶ Anexo D – Eventos para Pesquisa e Doutorado – 2012 e 2013 – Cidade de Condeixa.

participantes na construção do processo do OP, e a não apropriação dos conceitos democráticos apresentados em sua formação, conduziu a um afastamento no processo de decisão e consequente empoderamento cidadão.

O que se registrou no contexto do OP refletia a cidade de Lisboa no mesmo período, de um escasso ativismo e entendimento político e cidadão justificados, segundo Jorge Fontes e Pamela Cabreira, pela ausência de disfunções estruturantes graves. O problema relativo à infraestrutura, aparentemente inexistentes, havia sido assinalada na emergência da revolução de 1974, nas exigências de reparação prioritárias como os problemas de saneamento básico, habitação e pavimentação para uma população aglomerada nas periferias vinda principalmente das colônias portuguesas (Fontes & Cabreira, 2020).

A participação da pesquisadora, na Conferência Anual INURA em Lisboa¹⁸⁷ abordou temas como, o capitalismo global gerar dinâmicas urbanas irracionais em seus territórios (áreas desocupadas x áreas super valorizadas), o contexto pós colonial (comunidades de colonizados, ciganos, fugitivos de outros países, etc.) que levaram a (re)pensar sobre processos de participação cidadã criados apenas para aparência de governos “participativos” ou mesmo como apenas um instrumento de pacificação em áreas de conflito, sem mudanças profundas. A partir destes conceitos e de visitas/laboratório às áreas metropolitanas de Lisboa, ciceroneadas por entidades e projetos sociais de Lisboa, se desvelou uma ocupação territorial e aspectos sociais de uma população carente, periférica e de maioria imigrante, e que não estava representada no OP.

A ponderação em relação aos OPs avaliados nesta pesquisa, mesmo que conduzidos em formatos diferenciados, conduzem à constituição de emancipação cidadã almejada, como um caminho árduo, que:

[...] inevitavelmente, envolve conflitos e tensões, mas que faz parte do processo e leva as lideranças a ampliar sua capacidade de escuta da população, já que elas, assim como o poder público, são cobradas intensamente sobre os resultados esperados e devem repassar informações e buscar o consenso sempre por meio do diálogo. (Lima & Pini, 2014: 31)

¹⁸⁷ Anexo - Eventos 2013 – INURA _ - *International Network of Urban Reserch & Action*. Coordenado pelo CES e registrado em <https://www.ces.uc.pt/eventos/inura2013/pages/pt/home.php>

3.4 Tecnologia digital – inclusão social e construção da Tecnologia Social Digital

A complexidade dos processos de OP em Lisboa e Porto Alegre, de seus resultados e concretizações, expõem, entre outros, também o fato de que a comunicação e o diálogo são pilares das democracias participativas e deliberativas. A avaliação da capacidade de comunicação das tecnologias digitais como Tecnologias Sociais, na construção de processos e contextos participativos emancipatórios, foi outro objetivo desta investigação. As tecnologias digitais nas administrações públicas atuais estão concentradas, primordialmente, nos procedimentos administrativos, na organização e no controle de sistemas de informação e comunicação, justificados como exercício de cidadania e democracia, e motivados pela transparência para controle da sociedade¹⁸⁸.

A transparência, das contas públicas no Brasil e sua difusão, foi estabelecida na Constituição Federal de 1988¹⁸⁹, tanto do governo, quanto dos órgãos e entidades do setor público. A disponibilização e publicação dos dados da Administração Pública em Portugal é realizada através de portal oficial Mais Transparência¹⁹⁰, com informações sobre vários temas de gestão e recursos públicos da Administração Pública.

A transparência, entretanto, mesmo que dinamize e potencialize governos, não possui uma relação direta das características propagadas em relação à confiança. O impacto da transparência se modifica, de acordo com Peixoto (2013), a partir de algumas variáveis como contexto e cultura local, nas quais pesquisas indicaram que em países em desenvolvimento podem gerar desmobilização e em países altamente corruptos podem aumentar a resignação, e não a indignação.

A potencialidade da tecnologia digital nos contextos de participação com democracia, deliberação e cidadania, no entanto, pode significar muito mais. O conceito da Tecnologia Social de gerar a capacidade de controle pela população, na maioria dos processos dos governos eletrônicos/*e-government*, geralmente não propicia a participação pública e cidadã ao não disponibilizar canais de diálogo e debate com a população. A deliberação nesta área, quando disponível, geralmente é definida e conduzida pelo poder público. A construção praticamente exclusiva, do Marco Civil da Internet no Brasil¹⁹¹ proposto no Fórum Internacional de Software

¹⁸⁸ Abordado na Introdução.

¹⁸⁹ Consultado em 25 de maio de 2023, em <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas.htm>

¹⁹⁰ Consultado em 25 de maio de 2023, em <https://transparencia.gov.pt/pt/>

¹⁹¹ Marco civil aprovado pela lei 12.965 de abril de 2014. Consultado em 25 de março de 2015, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

Livre, foi exemplo para o mundo todo de discussão e participação coletiva aberta para definição e deliberação pela sociedade envolvida.

Outra questão, que entre outras definem uma TS, é o compartilhamento de informação através de formação e deliberação cidadã, pouco aplicados quando se trata de ferramentas digitais. A transferência de conhecimento e sua aplicação na área tecnológica, pela população envolvida, encontra obstáculos epistemológicos¹⁹² como, a autoestima e a alegada incapacidade técnica, uma desqualificação replicada na defesa da democracia representativa e pela maioria da comunidade que detém o conhecimento científico¹⁹³. Uma conjuntura histórica registrada desde a Revolução Industrial na criação de ferramentas para substituição do trabalho¹⁹⁴, e hoje replicada no desenvolvimento da Inteligência Artificial sem controle da sociedade (Feenberg, 2010, 2011; Tiburi, 2019; Rushkoff, 2022, Wright, 2011).

O registro de experiências de inclusão digital na área da educação aponta que, a maioria das decisões e definições foram realizadas pelas coordenações das instituições de ensino, desenvolvidos por especialistas da área de tecnologia, ou ainda por políticas públicas sem envolvimento da sociedade. A implantação de tecnologia nas escolas, geralmente são realizadas a partir de relações institucionalizadas de decisão. O foco, em sua maioria, centraliza a disseminação de computadores e formação técnica em programas educacionais adotados com pouco ou nenhum envolvimento dos profissionais e alunos das escolas, em sua maioria públicas, com ações realizadas por decisões políticas governamentais e não de políticas públicas (Menghini, 2014).

A tentativa de inclusão digital na área da educação, registrada nos projetos *Um Computador por Aluno- UCA* (Ramos *et al*, 2013) no Brasil¹⁹⁵ e *MAGALHÃES*, em Portugal¹⁹⁶, gerou discrepâncias, pois foram executados a partir de projetos político-pedagógicos realizados através do cunho regulatório, e não emancipatório. A avaliação foi que, não houve a integração da população envolvida na definição e decisão sobre o processo em todas as suas fases. A “inclusão digital” foi executada pelo poder público e especialistas no sistema hierárquico estabelecido, em que, computadores e formação técnica não foram apropriados por seus usuários. A exclusão digital na área da educação, resultado de políticas equivocadas e pela

¹⁹² Abordado no capítulo 1.1.2 Motivação de pesquisa e objetivo

¹⁹³ Abordado no capítulo 3.1.2 A Participação como Processo Democrático – c) Democracia Representativa

¹⁹⁴ Abordado no capítulo 2.1.1 – Breve evolução das ciências.

¹⁹⁵ Experiência registrada em relatório do Laboratório de Novas Tecnologias (LANTEC, 2012). Consultado em 18 de junho de 2022, em <http://www.uca.gov.br/institucional/projeto.jsp>

¹⁹⁶ Consultado em 01 de dezembro de 2013, em <http://www.publico.pt/educacao/noticia/governo-ainda-nao-decidiu-futuro-do-magalhaes-e-do-programa-e-escola-1505432>

omissão dos poderes públicos, ficou ainda mais exposta quando a população mais pobre ficou excluída da imprescindível educação virtual utilizada durante a pandemia.

A falta de acesso à internet, computadores ou mesmo celulares, tanto pela população como pelas escolas públicas carentes, causaram danos imensuráveis registrados principalmente nas estatísticas da evasão escolar após este período. As experiências de ensino e aprendizagem digital, a partir da Tecnologia Social e aplicadas no FISL, registraram a possibilidade de transformação social da tecnologia digital e de uma população com conhecimento e ciente de suas capacidades. A práxis dessa discussão foi executada e registrada pelo projeto Boquinha Livre (Rossal, 2017), e por projetos de escolas públicas em parceria com a Instituição Paulo Freire e também em escolas privadas no Rio grande do Sul no ensino de robótica.

As decisões nas áreas das ciências tecnológicas possuem mais um obstáculo difícil de mensurar, que são os componentes de poder e controle não só sobre as tecnologias, mas também sobre a comunicação, a informação e o conhecimentos. Esses impedimentos, geralmente regulados por *gatekeepers* controladores e responsáveis, tanto pelo fluxo e divulgação das informações, como também pela liberação, regulação e controle político dos processos definidos. A submissão, por vários motivos, da comunidade científica a esses controles, se transforma em impedimento para a aplicação das premissas das TSs que determinam que qualquer indivíduo é capaz de gerar conhecimento e de controlar este conhecimento de forma coletiva.

A transformação pela Tecnologia Social (TS) provoca a apropriação e aprendizagem das tecnologias digitais por parte da população, individual e coletivamente, e dos atores envolvidos. Essa transformação está na compreensão da realidade de maneira sistêmica, que só ocorre na medida em que há poder de decisão e respeito às identidades locais. O planejamento, a aplicação e a sistematização do conhecimento de forma organizada, bem como produção de novos conhecimentos a partir da prática, são todos componentes da TS. Esses elementos, se aplicados às tecnologias digitais, serão agregados como estratégias para mobilização da comunidade científica e participação da população.

A solução de demandas sociais concretas, vividas e executadas pela população, e identificadas pela ITS (2004), permite definir o Orçamento Participativo e suas ferramentas digitais como Tecnologias Sociais. A experiência de inclusão digital desenvolvida pelo governo federal no Brasil, a partir de 1992 através dos Telecentros, envolveu conceitos da Tecnologia Social, cuja instalação como demanda solicitada e realizada, estava registrada pelo OP de Porto Alegre em 2014. A inclusão social, através dos Telecentros, foi uma oportunidade para as

periferias e populações vulneráveis e/ou excluídas¹⁹⁷, ter acesso a serviços em diversas áreas contribuindo para exercer a cidadania e viver com alguma qualidade de vida em sociedade. A partir da aquisição de habilidades, necessárias para manipulação e acesso à comunicação e à informação digital, foram geradas possibilidades de participação, de combate à pobreza, e de desenvolvimento humano local e coletivo e, conseqüentemente, a possibilidade de inserção na sociedade da informação, a sociedade digital.

A inclusão digital, os Telecentros nas periferias e o OP em Porto Alegre.

A metodologia *Participatory Design* (no seu início *co-operative design*) surgiu como uma ferramenta de inclusão social, a partir dos anos 1960 e 1970 nos países escandinavos, envolvendo políticas públicas e a participação dos sindicatos como representantes nas decisões, conceito de Tecnologia Social, de implantação e definição de tecnologias de informática na substituição de trabalho humano. De acordo com Bratteteig,

[...] having a say is more than having your voice heard • the organization of the design process should facilitate user participation throughout the process emphasizing – mutual learning (problem setting and solving) – co-construction of the new solution in its real context. (Bratteteig, 2017:3)¹⁹⁸

No histórico dos Telecentros, originalmente designado como *Telestuga*, surgiu primeiramente na Suécia em 1985. O conceito de centralizar, compartilhar e dispor a tecnologia se expandiu pela Europa, com novas designações como *Community Teleservice Centers* (CTSC) ou Centros Comunitários de Tele serviços.

El primer telecentro se instaló en Härjedalen (Suecia) a principios del año 1985. La idea original y el concepto de telecentro fueron desarrollados por Henning Albrechtsen, viejo funcionario de las Naciones Unidas ya jubilado, con la finalidad de contribuir al desarrollo de las zonas rurales de su país natal mediante el uso de las TIC. Suecia es un país muy grande y relativamente poco poblado, con una extensión similar a la de España, pero con tan solo un quinto de la población. El clima es muy severo, especialmente en las áreas más septentrionales, donde la población vive dispersa en pequeñas poblaciones que quedan aisladas gran parte del año debido a las fuertes

¹⁹⁷ Propostas elaboradas e apresentadas pela pesquisadora à várias instituições, mas que foram rejeitadas. 1) Projeto de doutorado na UFRGS – 2002/2003 rejeitada porque envolvia a prática com moradores de rua sem referência teórica; 2) Projeto Tecnologia Social em 2008 na UFSC nas Ciências Exatas rejeitado porque seria da área da Sociologia, 3) E na Sociologia foi rejeitado porque envolvia Tecnologia, 4) e também projeto para a Prefeitura de Porto Alegre de um Telecentro na Praça da Redenção para moradores de rua, que foi rejeitada por sua administração.

¹⁹⁸ Tradução própria: “ter uma palavra a dizer é mais do que ter sua voz ouvida • a organização do processo de *design* deve facilitar a participação do usuário durante todo o processo, enfatizando a aprendizagem mútua (definição e solução de problemas) – co-construção da nova solução em seu contexto real” (Bratteteig, 2017:3).

nevadas. Este aislamiento, unido al poco desarrollo económico de estas áreas rurales, hacia que sufrieran un gran éxodo poblacional hacia las ciudades del sur del país. (Colomer, 2002:62)¹⁹⁹

O desenvolvimento dos Telecentros, que na Suécia surgiram para integrar populações isoladas no inverno e subdesenvolvidas, no Brasil se consolidou através de projetos de inclusão digital para inserção da população das periferias das grandes metrópoles, surgindo como política pública a partir de 2001. O objetivo era o acesso à tecnologia e à rede de internet para uma população sem poder aquisitivo, o que significava a instalação dos Telecentros preferencialmente em bairros de periferia (Falavigna, 2011).

O histórico dos Telecentros na Suécia, e a metodologia norueguesa *Participatory Design*, foram apresentados na Universidade de Hamburgo no ano 2000 em Seminário da IFU²⁰⁰, e incluídos no projeto de conclusão da especialização - *Kioski Information* - telecentro com foco em gênero/*gender*, e na pesquisa junto aos agricultores (Rossal, 2002). No Brasil, o Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) criado em 2006²⁰¹, registrou que em junho de 2010 contabilizou-se um total de 8.295 Telecentros espalhados pelo país.

O funcionamento dos Telecentros, de acordo com Maurício Falavigna, em geral era de 12 horas por dia, numa média de seis a sete dias por semana, em que ofereciam cursos de informática e atividades culturais, sociais e econômicas baseadas em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), além de livre acesso à internet e correio eletrônico para a comunidade onde se localizavam.

O Projeto TC-POA, o primeiro sobre Telecentros no Brasil, surgiu em Porto Alegre em 2000 quando as entidades de periferia Movimento Segurança, Cidadania e Paz (SECIPAZ) do Parque Chico Mendes e o Centro de Educação Ambiental (CEA) da Vila Pinto, com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), participaram da EXPO/2000²⁰² em Hannover/Alemanha. A participação do grupo TC-POA possibilitou a parceria com a ONG

¹⁹⁹ Tradução própria: “O primeiro Telecentro se instalou em Härjedalen (Suécia) nos princípios do ano de 1985. A ideia original e o conceito de Telecentro foram desenvolvidos por Henning Albrechtsen, antigo funcionário das Nações Unidas já aposentado, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento das zonas rurais de seu país natal mediante o uso das TICs. A Suécia é um país muito grande e relativamente pouco povoado, com uma extensão similar à da Espanha, mas somente com um quinto da população. O clima é muito severo especialmente nas áreas mais setentrionais, onde a população, dispersa em pequenos povoados, fica isolada grande parte do ano devido às fortes nevascas. Esse isolamento, unido ao pouco desenvolvimento econômico dessas áreas rurais, fazia com que sofresse grande éxodo populacional para as cidades do sul do país” (Colomer, 2002:62).

²⁰⁰ Anexo D – Eventos para pesquisa e doutoramento. IFU - International Female University (2000).

²⁰¹ Consultado em 17 de junho de 2015, em <https://agencia.fapesp.br/inclusao-digital-ganha-portal/5646/>

²⁰² No mesmo país e período de realização da *International Female University* (IFU), o que possibilitou conhecer a EXPO/2000, com participação do Brasil. Consultado 25 de maio de 2013, em <https://www.mrvdv.com/projects/158/expo-2000>

britânica *The Regency Foundation*²⁰³, na criação de uma rede de Telecentros no Rio Grande do Sul.

A ideia do Projeto TC-POA só se constituiu em 2001, quando a Frente Popular de governo composta pelo Partido dos Trabalhadores, assumindo seu quarto mandato, efetivou os telecentros na sua proposta junto a três eixos prioritários de governo: combate à pobreza absoluta, radicalização da democracia e incentivo às novas tecnologias (Macadar & Reinhard, 2002).

O Grupo de Trabalho (GT) do TC-POA, coordenado pelo Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA), já havia trabalhado com jovens que não possuíam acesso às TICs em projeto anterior, denominado “Projeto Capilaridade”. O GT, com base no conceito adotado pela *Regency* e também pelo Projeto Sampa.org²⁰⁴, define o Telecentro como “um espaço físico com equipamentos de informática que potencializa a democratização do espaço público, cultiva a solidariedade em todos os níveis, combate à exclusão social e o individualismo, prepara cidadãos e comunidades para melhorarem condições de vida e de trabalho” (Lacerda, 2006:188), mas principalmente alavanca a inclusão digital.

A desistência da *Regency* no projeto TC-POA, em julho de 2001, reuniu o OP no projeto, a partir de demandas e condições específicas de várias regiões, o que possibilitou a disponibilização de recursos em cinco localidades priorizadas durante o ano de 2002. O objetivo das demandas era implementar 16 Telecentros até o final de 2006, um em cada uma das microrregiões do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre. O primeiro Telecentro de Porto Alegre, projeto piloto do projeto TC-POA, foi instalado no Parque Chico Mendes por demanda do Orçamento Participativo no mês de julho do mesmo ano. O Telecentro foi inaugurado, dentro do Espaço Secipaz, ONG parceira na região do projeto (Macadar & Reinhard, 2002).

O desenvolvimento de Recursos Humanos e capacitação dos monitores do Telecentro foi realizado através de parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As negociações com o setor privado focadas no setor de telecomunicações e suas companhias (GVT e Telefônica), no entanto, não foram concretizadas. O Projeto TC-POA usufruiu da larga experiência nas escolas municipais com projetos multimeios desenvolvidos pelo setor de Informática Educativa da Secretaria Municipal de Educação (SMED), na realização de projetos complementares.

²⁰³ Consultado em 07 de outubro de 2017, em www.regency.org

²⁰⁴ A proposta da instituição da sociedade civil – ONG Sampa.org – é atuar nos bairros periféricos de São Paulo para combater a exclusão social através do acesso às tecnologias da comunicação (Lacerda, 2006:188).

O programa Telecentros.BR foi oficializado em 2009, de acordo com Falavigna, após a sistematização de nove oficinas para Inclusão Digital junto aos Telecentros, e de fóruns de debates reunindo pessoas e instituições que contribuíam para o acesso à tecnologia digital. Segundo o autor,

“o Sudeste foi a região com mais unidades, com 44% dos telecentros brasileiros, seguido pela região Nordeste com 25%, o Sul com 14%, Centro-Oeste 10% e a região Norte figura com 7% dos centros de Inclusão Digital”. Em meados de 2010 foi definido como obrigatório o uso de software livre nas unidades e o Plano Nacional de Banda Larga²⁰⁵, com objetivo de popularizar a internet rápida ((Falavigna, 2011:25)²⁰⁶.

A requisição por tecnologia digital pelo OP, além de pontos de acesso à Internet, de formação e computadores conquistados em parte através dos Telecentros em 2001, haviam os *tablets* solicitados para acompanhamento das demandas pelos conselheiros. A antiga reivindicação foi realizada durante a realização do campo de pesquisa em 2014 pela pesquisadora, com a entrega de um dispositivo para cada conselheiro, pela Governança do OP de Porto Alegre.

O evento, no entanto, registrou divergências pela falta de rede internet nas regiões de periferia. Os conflitos ocorreram no mesmo ano em que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e a PROCEMPA iniciaram a elaboração e a execução do projeto “Porto Alegre Livre” com o objetivo de democratizar gradativamente a internet, abrindo o sinal de Wi-Fi para os porto-alegrenses. Conforme entrevista do então presidente da PROCEMPA Mario Teza, o projeto teria

[...] o compromisso de abrir o sinal da Internet para a população utilizar livremente a partir de 2015, com a perspectiva de mudanças de paradigmas na utilização das tecnologias pela população em geral através do Projeto Porto Alegre Livre. E além da ampliação do WiFi livre com investimentos da prefeitura, nossa proposta é convidar o empreendedor local a fazer parte desse projeto, abrindo seu sinal WiFi para o cidadão²⁰⁷.

²⁰⁵ O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), proposto pelo governo por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 2010, pelo Decreto nº 7175, tinha a meta de chegar a 40 milhões de domicílios conectados à rede mundial de computadores em 2014, atuando na desoneração de redes e terminais de acesso, expansão da rede pública de fibra ótica (administrada pela Telebrás) e também desoneração de aparelhos *smartphones*. Também implementou a chamada banda larga popular com internet na velocidade 1 Mbps ao valor de R\$ 35,00 mensais (com impostos). O programa foi encerrado no final de 2016, ano do *impeachment* da presidenta do Partido dos Trabalhadores. Consultado em 20 de maio de 2018, em https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/texto geral/banda_larga.html.

²⁰⁶ Consultado em 26 de junho de 2015, em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12826165/inclusao-digital-brasileiras-vivencias>)

²⁰⁷ Anexo B2.3 – Entrevistas - OP Porto Alegre – 2014.

O fornecimento de internet livre em 49 pontos públicos iniciais divulgados e produzidos através de parceria público-privada da prefeitura de Porto Alegre, registravam a intensão futura de expandir para todas as regiões do município²⁰⁸. A internet aberta já acontecia na área central de Porto Alegre, onde uma população se aglomerava nas escadarias da prefeitura, e em praças e Mercado Público. O acesso livre à rede era disponibilizado pelos órgãos públicos e já disseminado em alguns bairros de periferia, conforme mapa abaixo.

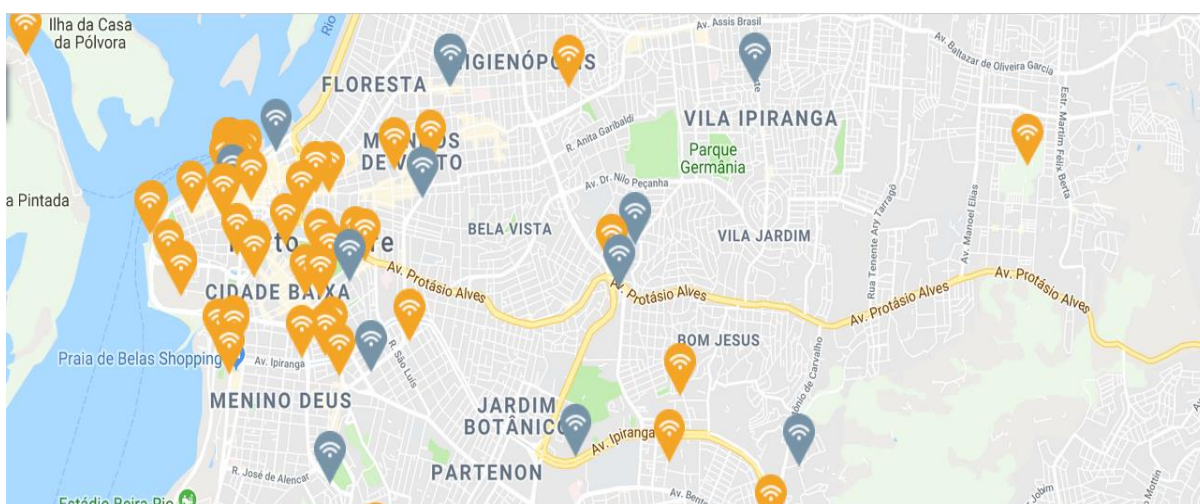


Figura 10 – Pontos de rede de internet Porto Alegre Livre – Centro do município
Fonte: Consultado em 25 de maio de 2019, em <http://www.portoalegrelivre.com.br/>

OP Lisboa – as tecnologias e a votação eletrônica

O histórico dos telecentros em Portugal, segundo Flavio Nunes (2005), registra o teletrabalho em rede, essencialmente de gestão empresarial privada, e precursor do home office / trabalho em casa / adotado no mundo todo a partir do isolamento forçado pela pandemia Covid. Em 2010, o Parlamento Europeu²⁰⁹ lançou *Uma Agenda Digital para a Europa*, para contribuir com a inclusão digital da população europeia.

Este plano foi utilizado como orientação para Portugal criar o *Programa Nacional de Inclusão e Literacia Digital* para o período 2015-2020, fomentando a participação e apropriação das TICs para a população mais vulnerável (Mateus *et al.*, 2021). O programa de incentivo à inclusão digital e à participação, através das tecnologias digitais, também foi base para a utilização pelas administrações públicas em todos os níveis.

²⁰⁸ Consultado em 05 de maio de 2016, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/poalivre/default.php?p_secao=26

²⁰⁹ Consultado em 30 de junho de 2023, em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/27a0545e-03bf-425f-8b09-7cef6f0870af/language-pt>

A utilização de tecnologia digital nos processos do OP, em Lisboa em 2012, estava centralizada na divulgação de informações e decisões da autarquia, no cadastramento dos participantes e de seus projetos, e na votação pela população. Os registros sobre os processos do OP realizados de 2008 a 2016 contabilizaram 5.770 propostas apresentadas, 1.829 projetos a votação, 23.0863 votantes, 105 projetos vencedores e investimento de 31.305.668,00€ (LisboaParticipa, 2017). O relatório do OP Lisboa 2012-2013 (OPLx, 2012), observada e analisada por esta pesquisa, registrou que o processo de votação *on-line* foi utilizado como canal de participação, com a justificativa de ser acessível, simples e cômodo.

A opção também foi decorrente da introdução de dois grupos de projetos OP – projetos com valores até 150.000 euros e projetos com valores de 150.000 até 500.000 euros, com direito a dois votos pelo cidadão, um para cada conjunto de projetos. A solicitação dos proponentes de manter as Assembleias de Voto (AVs) presenciais, com a justificativa que promoviam a mobilização dos cidadãos e a comunicação em nível local, foi acatada pela organização. Abaixo os resultados das Assembleias de Voto presenciais:



Realizaram-se cinco assembleias de voto:		
23 de Outubro	Grupo Desportivo da Graça	9 votos
24 de Outubro	Junta de Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço	21 votos
25 de Outubro	Escola Marquesa de Alorna	32 votos
26 de Outubro	Spacio Shopping Olivais Sul	98 votos
26 de Outubro	Lisbon Week Miradouro de S. Pedro de Alcântara	121 votos
30 de Outubro	Junta de Freguesia das Mercês	173 votos

Figura 11 – Assembleias de Voto em Lisboa – 2012
Fonte: OP Lisboa (2013:17).

O relatório apresenta também, o total da votação do processo *on-line* que decorreu de 17 de setembro a 31 de outubro de 2012. Registrando 29.911 votos, um aumento de 60% no número de votantes do processo anterior, de acordo com o quadro comparativo de todos os processos (OPLx, 2012). O relatório, porém, não cita se na totalização foi considerado que cada participante teria direito a dois votos em função dos dois grupos de projetos por valores, sendo 454 presenciais, o que poderia reduzir o número de votantes para a metade, uma média de 15 mil, número menor que 2011.

Ano	Nº de votantes
2008	1.101
2009	4.719
2010	11.570
2011	17.887
2012	29.911

Quadro 7 – Totais de números de votantes – OP Lisboa 2008-2012
Fonte: OPLx (2012).

Os espaços virtuais se apresentavam aos participantes como “um somatório acrítico de posições individuais, marcadas por fortes convicções e com pouca margem de flexibilidade para a negociação” (Cunha *et al.*, 2010:181). O espaço virtual, segundo os autores, é percebido como um lugar de dupla moderação, mas com reduzida criação de confiança entre cidadão e administração. E mesmo que o espaço visível para as propostas e os debates comporte uma ilusória neutralidade, percebe-se a mão de atores/técnicos que fazem não somente síntese, mas seleção dos conteúdos enviados pelos internautas, gerando protestos e modificação dos procedimentos.

Para os autores,

[...] a natureza essencialmente “electrónica” do OP dos anos de 2008 e 2009 não actuou como obstáculo à criação de uma forte dinâmica organizacional na sociedade lisboeta, e que a “competição” entre as propostas/projectos em votação foi dinamizada pela mobilização de grupos sociais, movimentos de base e algumas das freguesias da cidade (como a de Carnide, que já tinha experimentado um OP no âmbito das suas competências desde 2005) (Cunha et al., 2010:179)

A mobilização, entretanto, provocou a abertura de assembleias presenciais em 2011 para discussão dos investimentos, passando para uma arquitetura mista com as assembleias de diálogo presencial, real motor do processo. A inclusão desses espaços demonstra que, para o cidadão, as plataformas digitais não substituem o valor da assembleia presencial e direta de discussão.

Se por um lado, os governos podem utilizar as TICs como meio de aumentar a participação e legitimar decisões, a sociedade pode utilizá-las como meio de acesso às informações relevantes para a sua organização política e para a mobilização em torno de questões que considera relevante. Por outro lado, o uso das tecnologias pelos governos pode fortalecer a tecnocracia especializada nos sistemas de informação (ou infocracia), que pode ganhar peso e independência em relação ao próprio governo. (Hacker & Dijk, 2000:184)

As competências técnicas e políticas necessárias para o uso dessas plataformas necessitam ser pensadas e definidas coletivamente, como ferramentas de complemento do processo democrático deliberativo e participativo, consolidando as regras das Tecnologias Sociais. O fato, contra ou a favor, da tecnologia “ganhar peso em relação ao próprio governo” como afirmam Hacker e Dijk (2000), é realidade em várias instâncias determinadas pela urgência de definições e controle pela sociedade.

4 IMPACTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NA EMANCIPAÇÃO E NA DEMOCRACIA

A aplicação de um formato híbrido, presencial e virtual, nas esferas de deliberação cidadã, torna indispensável o domínio das ferramentas tecnológicas pela sociedade nos dias de hoje fundamental para a construção de Tecnologias Sociais Digitais. A necessidade de análise de todos os caminhos possíveis para alcançar este objetivo, conseqüentemente, leva esta pesquisa buscar possibilidades de controle humano e de emancipação dos sujeitos nas áreas tecnológicas aqui abordadas.

A investigação dos impactos das Tecnologias Sociais²¹⁰, sobre as atuais experiências democráticas de participação e de emancipação social, revela uma soberania exercida através da tecnologia e da técnica²¹¹, constituindo um domínio cognitivo que coloca a técnica como tácita no sentido de velado ou subentendido, e a tecnologia como explícita no sentido de ser exposta e manifesta (Laranja *et al.*, 1997).

Essa construção mental torna-se em obstáculo ao desenvolvimento científico e tecnológico, assinalado na América Latina, mas “que está também presente nos países avançados, derivado das percepções instrumental e determinista da C&T, a partir dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade - ECTS” (Dagnino & Fraga, 2010:143). A realização da presente análise, sustentada nas metodologias utilizadas, utilizou os registros de campo de pesquisa de ambas as cidades²¹² para a identificação desses domínios cognitivos através da análise qualitativa. As avaliações dos dados foram apoiadas na hipótese de que, ferramentas digitais não se restringem apenas a proporcionar inovações administrativas nas instituições encarregadas da gestão pública, mas também viabilizam o empoderamento de sua população de forma individual e coletiva, em diferentes escalas territoriais.

²¹⁰ Abordado no Capítulo 2.2.1 – A tecnologia como instrumento social.

²¹¹ Abordado no Capítulo 2.1.1 – Breve evolução nas ciências.

²¹² Abordado no Capítulo 1 – Percurso metodológico de pesquisa.

4.1 A emancipação social no campo de pesquisa do orçamento participativo e de suas ferramentas

A soberania cognitiva revelada nos espaços do OP, a partir do aporte teórico, identificou conquistas individuais e cidadãs concludentes de uma emancipação alcançada, maior objetivo desta tese. Segundo Moacir Gadotti, presidente de honra do IPF - Instituto Paulo Freire²¹³, o processo do OP é um procedimento organizativo que proporciona lutar pela qualidade de vida e que também ocorre no campo simbólico e na disputa ideológica, registrando a importância do conhecimento adquirido através da formação. O autor complementa que:

Discutir orçamento é também discutir o nosso futuro, discutir como intervir no governo das coisas, no nosso rumo, no “mundo como possibilidade”, como dizia Paulo Freire, e não como fatalidade. Quando fazemos “nossas contas”, estamos construindo o nosso futuro. Por isso o OP tem um caráter pedagógico. A metodologia do OP deve supor um aprendizado permanente. (Gadotti, 2014:10-11)

O OP, entretanto, possui limitações estruturais relacionadas ao poder político instituído na sua determinação. As restrições observadas foram relativas às designações da proporcionalidade da participação cidadã (compartilhada, paritária), na definição da estrutura do OP (administrativa, financeira e de controle), limites no processo tanto dos participantes (rotatividade, designação dos cargos, vínculo político), como do poder público (coparticipação, poder de decisão, filtros), entre outros. O processo nessa perspectiva, segundo Santos (2007), se concretiza em um espaço prático e concreto de diálogo entre sociedade e Estado, com possibilidade de descentralização e democratização de decisão do Estado não apenas estrutural, mas como um programa estratégico de governo no longo prazo. O OP, com isso, supera a discrepância entre teoria e prática social pois conceitos e práticas se entrelaçam em todo o seu desenvolvimento, e pode-se dizer que a qualidade da participação, com a consciência da importância do processo em suas vidas como participantes e de realização cidadã, pode ser uma medida da emancipação social alcançada coletivamente, nas circunstâncias dadas.

²¹³ O IPF – Instituto Paulo Freire foi criado em 1991 com o objetivo de aprofundar as reflexões, melhorar as práticas e fortalecer a luta pela construção de “um outro mundo possível”. Paulo Freire (1921-1997), pedagogo e defensor de uma educação libertadora orientada para a cidadania, e conectada com a cultura e o conhecimento da sociedade. Consultado em 15 de dezembro de 2019, em <https://www.paulofreire.org>

4.1.1 A Emancipação Social e a Ecologia dos Saberes

Os processos dos OPs foram analisados na sua composição e qualidade, a partir dos aportes teóricos de emancipação realizados²¹⁴. Um recorte, de acordo com a Ecologia dos Saberes da proposta de Emancipação Social de Santos (2007), foi efetivado pelo envolvimento concreto do coletivo nos espaços do OP. A avaliação desses espaços, a partir da deliberação pública, identificou os cinco saberes definidos para refutar as cinco monoculturas declaradas como conhecimentos únicos, que ignoram conhecimentos alternativos e se reproduzem como ausências reconhecidas.

A concepção definida pelo autor sugere inverter a Sociologia das Ausências em uma Sociologia Insurgente através da inclusão dos objetos ausentes e da rebeldia, ausências que resultam em submissão e desperdício de experiências e conhecimento. A transformação das cinco Monoculturas nas cinco Ecologias propostas (Santos, 2007:32) geraria mudanças nas relações dos seres vivos com seu meio natural, e transformação das formas estabelecidas.

A proposição é transformar as *cinco monoculturas* – Saber Científico, Tempo Linear, Naturalização das Diferenças, Escalas Dominantes e Produtividade Mercantil do Trabalho –, em *cinco Ecologias* – dos Saberes, das Temporalidades, do Reconhecimento, da “Transescala” e das Produtividades. A práxis destas transformações concretizadas nas relações e deliberações nos Orçamentos Participativos analisados são registrados abaixo:

1. O Saber Científico pela Ecologia dos Saberes – que postula um diálogo do saber científico com o saber popular e laico.

O OP instala uma nova esfera pública mesclando conhecimentos popular e técnico.

A ideia hoje estabelecida, segundo Santos, é que o único saber rigoroso é o saber científico, e que outros conhecimentos não possuem o mesmo rigor. A prática social baseada nesses conhecimentos, portanto, não possuem credibilidade, eliminando todo conhecimento que fica de fora permanecendo, desde a expansão europeia, apenas as concepções científicas preestabelecidas baseadas na ciência eurocêntrica ocidental. A proposta, para o autor, não significa “descredibilizar” as ciências, nem ser “anticiência”, mas incluir as experiências populares ausentes e tentar “um uso contra hegemônico de uma cultura da ciência hegemônica e a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes” (Santos, 2007:32).

²¹⁴ Abordado no Capítulo 2.3 Emancipações: na Educação, na Política e no Social.

- Os espaços dos Orçamentos Participativos subverteram e consolidaram uma transformação e imposição de saberes, que, segundo Carlos Castro ²¹⁵, “ampliou conhecimentos e discussões inexistentes nunca realizados na administração e participação cidadã de Porto Alegre”. Os conhecimentos gerados e registrados no Regimento Interno do OP²¹⁶, que definiram regiões e temáticas administrativas, repercutiram no Plano Diretor da cidade. A reforma do Plano Diretor de 1979, modificou a divisão territorial que isentava do pagamento de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) das Zonas Rurais compostas de 30% da área do município (14 mil hectares). O Plano Diretor de 2000 definiu as zonas *Rururbanas* criando a “Cidade *Rururbana*”²¹⁷ que incorporava todas as propriedades rurais à zona urbana de Porto Alegre com imposto diferenciado e justo.

- A discussão da territorialização acontece com as hortas comunitárias²¹⁸ para consumo próprio, desenvolvidas em terrenos públicos pela população local designados pela prefeitura nas periferias da cidade²¹⁹ pelo poder público de Lisboa. A discussão realizada através do OP, entretanto, ocorreu de forma indireta através da criação de projeto de um campo de *paintball* pelos jovens, que por ser inexistente na cidade tinha o objetivo de atrair a população de Lisboa para as periferias. Essa percepção e conhecimento coletivo torna-se um provocador de rediscussão de suas realidades territoriais.

2. O Tempo Linear pela Ecologia das Temporalidades – que consideram diferentes e contraditórios os tempos históricos.

O OP questiona um tempo das emergências sociais que não compactua com os tempos políticos de decisão definidos na Democracia Representativa.

De acordo com Santos, “o importante é saber que, embora haja um tempo linear, também existem outros tempos [...] os camponeses têm tempos estacionais [...] as comunidades da África, o tempo dos antepassados [...] os indígenas o tempo da lua, da natureza” (Santos, 2007:33). A característica da concepção ocidental de

²¹⁵ Anexo B2.6 – OP Porto Alegre – 2014.

²¹⁶ Anexo A1 – Regimento Interno OP Porto Alegre.

²¹⁷ *Cidade Rururbana* – espaço territorial conquistada na redefinição do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, com uma zona rural de 60% com ocupação urbana mesclada com produção primária.. Consultado em 06 de junho de 2016, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=15&p_secao=46

²¹⁸ Reportagem do Globo Repórter- “Hortas Comunitárias para consumo próprio são tradição em Lisboa – 08/10/2022”. Consultado em 4 de junho de 2015, em <https://globoplay.globo.com/v/11009225/>

²¹⁹ Anexo - Eventos 2013 – INURA _ - *International Network of Urban Research & Action*. Coordenado pelo CES e registrado em <https://www.ces.uc.pt/eventos/inura2013/pages/pt/home.phpreportagem>

racionalidade deve-se ao fato de contrair o presente por um lado e por outro expandir o futuro. A contração do tempo presente transformou-o num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. A concepção linear e a planificação da história, segundo Santos, permitiram expandir o futuro indefinidamente incluindo conceitos de modernização, progresso e agora de globalização, proporções de não concretização do presente, pois a definição de um país *em desenvolvimento* é sempre um país que ainda não alcançou seus objetivos futuros.

- O Orçamento Participativo polemiza o tempo entre eleições representativas, com uma média de duração de 4 ou 5 anos (Brasil e Portugal), que não são tempos das necessidades coletivas na vida diária. O tempo das eleições é de promessas e projeções futuras, cujo presente e futuro estão em construção e mudanças permanentes perpassadas pelo tempo imediato das tecnologias da comunicação e da informação. As assembleias presenciais em Porto Alegre registram mães e professores questionando o tempo sem prazo e urgência para demandas da segurança pública, da educação, viária ou de saúde. Um tempo irreparável no aguardo de obras para preservação e segurança da infância e juventude, enquanto vidas se perdem diariamente para as drogas e a violência, com crianças e adolescentes crescendo e morrendo sem esses serviços, conforme registro em assembleia temática no final do ano,

- As mesmas questões em relação a um tempo irreparável foram registradas no diário de campo, em assembleia do OP na Freguesia de Benfica. As solicitações dos idosos sobre a alteração ou extinção dos aluguéis sociais sem discussão com a população, e por segurança em seus espaços de convivência, de necessidade imediata, foram transferidas para as secretarias respectivas em Lisboa sem definição de tempo para uma solução. Um futuro ampliado e sem perspectiva de solução resulta em uma população deprimida em seu cotidiano, e também descrente nos políticos, cujo resultado é a abstenção.

3. A Naturalização das Diferenças pela Ecologia do Reconhecimento – que pressupõe a superação das hierarquias.

O OP provoca uma inversão da relação de hierarquia e subalternidade entre cidadão e classe política, perturbando uma divisão especialista de trabalho no espaço público.

A ocultação e “naturalização” de hierarquias estabelecidas, segundo Santos, são consequências da subjugação, e não sua causa, como as classificações sociais,

sexuais, raciais ou étnicas. As hierarquias forjadas nessas circunstâncias são definidas como inferiores, e “por natureza”, consequência da sua inferioridade. O procedimento proposto por Santos é:

[...] descolonizar nossas mentes para poder produzir algo que distinga, em uma diferença, o que é produto de hierarquia e o que não é [...], ou seja, mulher e homem são distintos depois que fizermos uma sociologia ecológica para ver o que está conectado com a hierarquia. As diferenças que permanecerem depois de eliminarmos as hierarquias são as que valem. (Santos, 2007:35)

- As relações criadas no OP de Porto Alegre, definidas por Baierle (2011) como “provocações do exercício de Emancipação”, revelam uma hierarquia social e horizontal estabelecida entre poder público e o OP a partir da deliberação na definição e execução dos processos pela população. A presença feminina em assembleias dos OPs confrontando a hierarquia masculina, também registra um exercício de cidadania determinante pela forte representação nas ações e demandas, principalmente quando abrange família, moradia, educação, segurança e infância. Os assuntos referentes aos direitos de cidadania, segundo declaração de Milton Santos em seu documentário registra que “O Brasil jamais teve cidadãos, nós a classe média não queremos direitos, nós queremos privilégios, e os pobres não têm direitos. Não há, pois cidadania neste país, nunca houve...” (Tandler, 2006).

- A interação da autarquia de Lisboa com os cidadãos, através de intervenções técnicas junto aos projetos definidos pelos participantes no OP, produziu um deslocamento do poder público para as assembleias realizadas em instituições, freguesias, bairros de periferia e em espaços especializados designados.

- As ações realizadas tanto nas assembleias regionais e gerais de Porto Alegre como nas assembleias de bairros e freguesias em Lisboa, registram uma definição social e econômica dos territórios das cidades, determinados como centros e periferias, que efetivamente definem a estrutura, os projetos e a ordenação dos OPs.

4. *A Escala Dominante centrada no universalismo e na globalização, pela Ecologia da “Transescala” que possibilita articular projeto de forma local, nacional e global.*
O OP como possibilidade de esfera pública surgiu nos países periféricos e em realidades locais com estruturas e experiências em diferentes escalas e áreas da administração pública.

A Escala Dominante, definida por Santos, insere o universal e o global que são hegemônicos e preponderantes, onde o universal transforma tudo como válido, independente do contexto. As entidades ou realidades rivais, no global, são definidas como locais para demonstrar que não há universalismo sem particularismo e não há globalização sem localização. Uma escala mantida pelo Estado com critérios sociais e de cidadania vinculados a uma percepção de pertencimento territorial extremamente centrada no universal e no global (Siqueira *et al.*, 2019). Para Santos, temos que “ser capazes de trabalhar entre escalas, articulando análises de escalas locais, globais e nacionais”, o que é muito difícil, porque nunca examinamos fenômenos nas ciências sociais, mas *escalas* de fenômenos, “diferente das escalas de executivos ou transnacionais, que não são as mesmas dos trabalhadores ou camponeses” (Santos, 2007:36).

- O local e o particular na universalização e globalização, na verdade, são descartáveis e invisíveis, sem dignidade nem crédito, como se verifica na incorporação de empresas multinacionais destruindo comércios locais. O Orçamento Participativo, contudo, tem sido uma ferramenta política metodológica utilizada para estabelecer diálogo entre sociedade e Estado, se projetando e se replicando globalmente. O período de existência do OP até 2018 registrou 4.000 diferentes experiências, em que Peru, Indonésia, República Dominicana, Coreia do Sul e Portugal criaram legislação específica, tornando obrigatório o desenvolvimento do OP em seus países (Dias, 2018).

- A transferência de recursos dos governos centrais para seus territórios administrativos, em diferentes nações segundo Núñez (2017), introduziu no debate dos orçamentos públicos a geração de vínculos de participação cidadã nas suas Constituições e a inclusão tanto das despesas como das receitas em diferentes escalas. Em Porto Alegre, a discussão da receita nos orçamentos públicos e participativos, foi recorrente desde a criação do OP, debate que foi expandido nas tentativas de implantação do OP no estado do RS.

. A possibilidade de deliberar nos orçamentos foi uma motivação para o OP surgir com tanta força, com determinação do indivíduo, do local, das freguesias, dos municípios ou estados, possibilitando a participação direta em decisões políticas consideradas como de interesse imediato (os bairros, as cidades) ou de longo prazo (meio ambiente, preservação da natureza).

5. *A Produtividade Mercantil do Trabalho e da Natureza pela Ecologia das Produtividades – centrada na valorização dos sistemas alternativos de produção da economia solidária, popular e auto gestionária.*

As cooperativas, associações, movimentos sociais, comissões de rua sob qualquer estrutura de produção são garantidos e incentivados pelo Regimento Interno de Porto Alegre e estabelecidos na Carta de Princípios de Lisboa.

O que não é produtivo ou lucrativo, no contexto do capital torna-se obsoleto ou “improdutivo”, ou produzido como não existente. A Ecologia das Produtividades, segundo Santos, contrapõe a ideia de que só o crescimento econômico e a produtividade medida em ciclos de produção, o produtivismo capitalista, determina a eficácia e eficiência do trabalho humano ou da natureza. Para o autor,

[...] na lógica produtivista, a Sociologia das Ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas auto gestionárias, da economia solidária, etc. que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditou (Santos, 2007:36-37).

- O Regimento Interno²²⁰ do OP de Porto Alegre, entretanto, define que as demandas podem ser realizadas por associações, cooperativas, comissões de ruas, segmentos (movimentos sociais, representantes de classes, grupos religiosos etc.), pelo Cooperativismo Habitacional discriminado como Cooperativas Habitacionais de Baixa Renda – *Ocupação*, Cooperativas Habitacionais Auto gestionárias – Baixa Renda, e de apoio às atividades Rururbanas²²¹. A maioria dos participantes nas assembleias observadas é conduzida a se organizar em movimentos populares e coletivos, possuindo sistemas alternativos de produção, cooperativas, auto gestionários e/ou de economia solidária, seguramente não reconhecidos em nenhuma outra relação com o poder público ou com a sociedade e, na maioria das vezes, marginalizados. O cooperativismo habitacional, concretamente, foi constituído a partir do cadastramento regular dessa população no Departamento de Habitação – DEMHAB de Porto Alegre, permitindo pleitear moradia ou obras de infraestrutura

²²⁰ Anexo A1 - Regimento Interno OP Porto Alegre – Capítulo I – Regras para apresentação de Demandas

²²¹ Consultado em 06 de junho de 2016, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=15&p_secao=46

nas respectivas áreas de ocupação ou representação de rua, como alternativa para redução do déficit no setor e inclusão das pessoas envolvidas²²².

- As assembleias em Lisboa estabelecidas por categorias no OP de 2012, também abrangeram vários grupos da sociedade em seus locais de estabelecimento. O calendário registrou assembleias de moradores participantes na Freguesia de Benfica, na comunidade da Arte reunida no The Independent, na Associação de Deficientes das Forças Armadas em sua sede, nos empresários do “*Cowork Lisboa*” no *Lx Factory* - antiga zona industrial de 1846 remodelada em Lisboa, no encontro dos “Estrangeiros em Lisboa” reunidos na Pensão Amor, e de moradores, idosos e imigrantes do Bairro Boavista em sua associação.

As subversões provocadas e reconhecidas nos processos do OP, registradas na proposta da Ecologia dos Saberes, geraram o diálogo entre saber científico, popular e laico, o respeito de diferentes tempos das sociedades, o reconhecimento e superação das hierarquias instaladas, a redefinição das escalas universalizadas e globalizadas individual e localmente, e a designação e definição de comunidades de produção não capitalistas como a economia solidária. A realidade e prática destes processos e de suas conquistas identificaram o objetivo e finalidade do coletivo, que era viver com liberdade e qualidade de vida em seus territórios. As conquistas se realizaram mesmo que o contexto estivesse estabelecido, de acordo com o autor, no conceito da Sociologia das Ausências de produção capitalista, de desprezo e desvalorização das questões coletivas e sociais.

4.1.2 A Emancipação nos contextos dos OPs e de suas tecnologias

A emancipação estabelecida nos processos do OP, construída a partir do poder de decisão conquistado coletivamente, possibilitou o reconhecimento das propostas da Ecologia dos Saberes na sua execução. A emancipação efetivou-se também através da qualificação e

²²² Cooperativismo e autogestão. Consultado em 11 de agosto de 2020, em file:///C:/Users/Marga%20Rossal/Downloads/6994-Texto%20do%20Artigo%20(Sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Autores)-23255-1-10-20181213%20(1).pdf http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=114.

política observadas e registradas nas falas dos participantes proporcionada pela participação presencial da comunidade e da pesquisadora. A avaliação foi focada no objetivo central de pesquisa, de investigar *em que medida o OP e suas ferramentas digitais poderiam configurar-se como Tecnologia Social* e de transformá-los em instrumentos de emancipação da sociedade civil. As tecnologias sociais, aqui definidas no seu conceito mais abrangente, seriam as tecnologias deliberadas e apoderadas a partir de sujeitos autônomos e emancipados neste contexto.

A inversão na relação com as estruturas de governo nos processos do OP, designada como provocação por Baierle (2011), foi construída principalmente a partir do poder de decisão conquistado gerando um exercício de Emancipação que se efetivou na execução dos seus procedimentos, que possibilitou reconhecer as propostas da Ecologia dos Saberes (Santos, 2007) nos espaços de participação do OP e transformar estas ferramentas em instrumentos de emancipação da sociedade civil. As tecnologias sociais, aqui definidas no seu conceito mais abrangente, seriam tecnologias deliberadas e apoderadas a partir de sujeitos livres e autônomos neste contexto.

A tecnologia como potencial revolucionário constitui-se essencialmente, a partir de sua projeção e adoção por seres humanos em seus contextos sociais e políticos (Wright, 2011). A organização e autoestima dos sujeitos se reflete na construção de suas atribuições, na exploração e constituição de suas ferramentas e na subversão do uso do espaço público.

A adoção ou apropriação coletiva dessas conquistas, depende da conscientização em se reconhecerem como cidadãos, que surge na identificação de si e de seus direitos como protagonistas de suas vidas. A partir de contextos com modelo horizontal e democrático como o OP, a emancipação segundo Paulo Freire, acontece na capacidade de transformar cada ser humano em sujeito através do processo da conscientização e organização política de uma práxis social transformadora²²³.

A delimitação do contexto de pesquisa proporcionou constatar que o processo de Orçamento Participativo pode transformar-se em espaço de decisão e interferência de políticas públicas, a partir da organização social e coletiva dos participantes. A consolidação das conquistas como cidadania, autonomia e emancipação, construídas a partir do poder de decisão conquistada, foi confirmada na análise qualitativa das informações obtidas e documentadas.

A base de dados para esta averiguação foi criada a partir do acervo histórico dos contextos analisados e dos registros e documentos gerados através da metodologia documental.

²²³ Abordado no Capítulo 2.3.1 - A Emancipações e a Liberdade.

As fontes foram as entrevistas e reuniões com representantes da sociedade civil e do poder público, os diários e grelhas resultantes da observação participante, os documentos oficiais como as resoluções e a Carta de Princípios em Lisboa (2012) e o Regimento Interno do OP e as Atas das Assembleias Gerais em Porto Alegre (2014).

As categorias de análise de pesquisa definidas a partir das palavras-chave *Emancipação, Tecnologia e Democracia* possibilitaram reconhecer poderes de decisão, controle, fiscalização e autonomia, identificando atributos de uma tecnologia social e viabilidade emancipatória. A classificação por categoria pela avaliação qualitativa selecionou registros relevantes nos documentos em que local, data, hora e autor da fala são identificados, qualificando os dados nas referências da ferramenta. A partir das seleções realizadas, os registros relevantes foram destacados com base nos objetivos da pesquisa e nos aportes teóricos realizados como os aqui discriminados.

A manifestação do representante do poder público na assembleia de 11 de março de 2014 em Porto Alegre, salientou as possibilidades do poder de decisão e de fiscalização com participação efetiva da população através de seus representantes, registrando uma consciência da transformação nas relações com o poder público. Uma consciência que Marx (1843), na definição de uma Emancipação Humana apontava como perspectiva de transformação da sociedade através da organização social e do proletariado²²⁴.

Quando está bem mais perto do cidadão, o poder é mais fiscalizado, é mais controlado, tem muitos olhos em cima dele, ele tem que prestar contas, ele tem que servir mais, ele tem que ser mais humilde, ele tem que ter uma relação mais horizontal, não tem que ficar olhando para cima, não, tem que olhar para o lado. O cidadão está aí do teu lado, o cidadão não está lá em cima, no palácio, está aqui perto de mim, na minha rua, é meu vizinho. A coisa funciona melhor quando é assim. Isto não é uma coisa que eu estou dizendo da minha boca, isto é uma evidência de toda a experiência histórica de constituição de poder. Não é por nada que a gente aqui tem essa história de democracia participativa. (Cezar Busatto, Secretário Municipal de Governança Local)²²⁵

A soberania política e social aqui definida entre poder público e a população, tem como base a formação e o desempenho coletivo e democrático de cidadania. A concepção teórica de emancipação na educação, no político e no social elaborada²²⁶ depende do exercício de uma sociedade de seres humanos autônomos e livres (Freire, 1996). A necessidade de repensar a

²²⁴ Abordado no Capítulo 2.3 – Emancipações na Educação, na Política e no Social.

²²⁵ Localizador e referência aos documentos do NVivo em sua base de dados nas Categorias pesquisadas. <Internas\OP Porto Alegre\OP 2014\Atas 2014\ata_cop_005_ordinaria_11mar2014_car - Referência 2 - 0,23% Cobertura

²²⁶ Abordado no Capítulo 2.3 – Emancipações na Educação, na Política e no Social.

emancipação do indivíduo, sujeito dessa vivência, é fator preponderante na preparação do ser humano para uma sociedade plenamente emancipada mesmo que atingida por constante transformação global (Laclau, 2007).

O debate de transformação das ferramentas tecnológicas em tecnologias digitais sociais, ainda era incipiente nos OPs nos períodos analisados em Lisboa e Porto Alegre. O indicativo desta realidade foi a utilização das tecnologias digitais pelo poder quase que exclusivamente na divulgação das informações administrativas e financeiras, no registro de princípios e execução dos processos, e de notícias e marketing político do governo nos meios de comunicação, geralmente omitindo como conquista coletiva do OP.

A participação no OP, restrita ao cadastramento, postagem e votação online dos projetos em Lisboa, e a experiência da plataforma *Portoalegre.cc*²²⁷ em 2014 e a adoção da plataforma digital na administração do OP em Porto Alegre em 2019²²⁸, pela mesma administração que interrompeu o OP em 2017 foi questionada. Uma aquisição tecnológica como a realizada em Porto Alegre, sem participação da sociedade, registra um objetivo ideológico e político de diluir ou retirar o poder de decisão conquistado pela população. A participação presencial é pilar primordial dos processos de OP para a autonomia e empoderamento do coletivo. A presença dos participantes nas assembleias públicas deliberativas é instrumento imprescindível na constituição do poder de decisão coletivo e gerador de conhecimento político e administrativo da estrutura representativa das autarquias.

A participação real e efetiva também é imprescindível na concretização das tecnologias digitais como sociais. A materialização desta transformação depende de uma ruptura epistemológica libertária do saber, do poder saber e do se permitir saber, questão diagnosticada junto aos agricultores ecológicos, que não se outorgavam a possibilidade de dispor da tecnologia digital (Rossal, 2002). A tecnologia social igualmente motiva a inclusão da diversidade de interesses dos atores envolvidos, pois, quando a perspectiva emancipatória é agregada, a articulação pode gerar um produto inovador com capacidade de provocar rupturas epistemológicas (Veiga, 2003:10) e empoderamento do coletivo.

Os cidadãos, que aprendem a fazer uso da informação e do conhecimento com autonomia, estão propensos a tomar decisões mais inteligentes e socialmente responsáveis que os cidadãos privados de informação, pois o veto cognitivo impede-os de integrar-se à cultura, e de assimilar, processar ou mesmo produzir novos saberes para mover-se na confusão informacional da aldeia global (Santos, 1989:11). A TS define que “a construção de um enfoque

²²⁷ Anexo B21 - Entrevistas – OP Porto Alegre – 2014.

²²⁸ Votação congelada em 2019. Consultado em 25 de maio de 2023, em <https://opdigital.prefeitura.poa.br/>

tecnológico para inclusão social está relacionada com o entendimento dos dois planos – conceitual e material – nos quais a tecnologia social se desenvolve e da necessária indissociabilidade entre eles” (Lima *et al*, 2008:119). A concepção de uma TS no plano material (tecnologia) e de intervenção social de inclusão (controle coletivo), contudo, se concretiza quando construída e difundida de acordo com as possibilidades e limitações de cada comunidade ou local.

4.1.3 As perspectivas sociais das tecnologias digitais nos OPs

O conceito de Democracia Virtual utilizado pelo poder público, nos contextos dos OPs pesquisados, para definir a utilização de ferramentas tecnológicas com interação social refletem na prática uma administração centralizada replicando processos administrativos realizados nas autarquias. As TICs, em ambas as cidades foram utilizadas no OP pelo poder público para divulgação de leis, normas e regras; para publicações de atas, notícias e registros históricos; ou ainda na administração do OP, como inscrições, avaliação técnica dos empreendimentos e supervisão das demandas, lembrando que a maioria da população de menor poder aquisitivo e de periferia possui grande dificuldade de acesso à internet, ou simplesmente não tem acesso.

A estrutura de governo utilizada por cada autarquia no OP se refletiu na condução e credibilidade do processo. As incertezas ou descréditos em relação ao processo surgiram a partir do momento que debates de ideias, demandas ou reivindicações eram relevadas ou não cumpridas pelo poder público, deflagrando a ausência de poder de decisão e de canais de diálogo coletivo em Lisboa, e de debates intensos por demandas não cumpridas em Porto Alegre²²⁹.

A comunicação aberta em Porto Alegre era realizada pelo COP e pelos participantes com o poder público, em assembleias presenciais regionais e gerais durante o ciclo anual do OP. Em Lisboa, a falta de um meio de comunicação e de informação direto, entre os participantes e o poder público, gerou a criação de redes pessoais e privadas, informais, com ferramentas como celular, *telemóvel*, tablets e internet. As informações locais do OP, por consequência, foram mantidas e registradas em páginas, *blogs* e *sites* das associações de bairros (Associação do Bairro de Boavista) das freguesias (Benfica) e das instituições representativas

²²⁹ Anexo C – Diários da Observação Participante do OP.

(deficientes) em Lisboa. Essa rede foi utilizada também pela pesquisadora para solicitar realizar a observação participativa, entrevistas, aplicar questionários, e registrar o processo em assembleias locais.

A internet e as relações interpessoais, contudo, foram apontadas como os meios mais utilizados para o reconhecimento do OP, registrado na pesquisa realizada nas assembleias de Lisboa em 2012 pelo projeto OPtar. As demandas por tecnologia digital e TICs também reforçam uma necessidade coletiva registradas em projetos de rede e de computadores em bairros de periferia como o Bairro Boavista, e no Concelho de Benfica em Lisboa em 2012.

O registro das demandas (números 4 e 11 na lista em negrito) aponta rede de computadores conectados à internet disponíveis e com acompanhamento na execução do projeto pela comunidade, colaborando com a formação e apropriação das tecnologias reivindicadas pelo coletivo. Abaixo, resultados da pesquisa e registros da observação participante na categoria Tecnologia e Participação nos documentos dos OPs Lisboa.

Relativamente aos meios de divulgação utilizados para promover o OP de Lisboa, 34,1% dos indivíduos teve conhecimento através de amigos, familiares ou vizinhos, sendo este o canal mais referenciado por todos. Porém, é importante referir que a Internet teve um papel também fulcral, uma vez que 28,8% dos respondentes afirmaram ter sido o meio da sua preferência. Isto parte do facto de estarmos perante uma população jovem, com acesso e bons conhecimentos da Internet. Será um canal promissor que poderá ainda ser melhor desenvolvido, abrangendo ainda mais participantes. (Relatório LX2012 v1.3)²³⁰

*Discussão das propostas de demandas no Concelho Benfica: 1-Morador de 65 anos dono do bar reclama da falta de segurança do bairro, roubos, quer mais policia e mais segurança (tempo de crise agrava, casas roubadas, mercados, etc...)- Presidente sugere proposta de 1 ano de guarda noturno para o bairro, ou convénio com a policia para colocar carro a disposição do bairro, diz que a crise está ainda no meio, que não chegamos no fundo da crise ainda. 2 – Proposta de Quiosque de flores vetado- não pode eleger uma empresa privada. OP só tem interesse publico, não tem interesse privado, não ferir a constituição. 3- Teatro na escola- 5 mil euros por projeto é pouco. Presidente da Junta esclarece que a verba é inicial, apenas para ver o funcionamento do OP. 4- **Projeto de instalação de computadores na associação de bairro será elaborado pela associação. Será feito levantamento dos custos de aquisição e instalação.**5- Via de transito para bicicletas e pedestres no bairro. Motos tem atropelado transeuntes. 6- Projeto de aula de ginástica para idosos. Local dos aparelhos está muito escondido. 7- Piscinas no bairro não são todos que podem utilizar. 8 - Pedaleiras para ginásticas. 9- Proposta cultural para quem gosta de fado no bairro. Realizar uma festa. 10- Colocação de bancos, parque para crianças, bebedouro, não tem agua no local publico, bairro tem vida de dia, muita criança e idoso. 11-*

²³⁰ Localizador e referência aos documentos da base de dados do NVivo na Categoria pesquisada. <Internas\OP Portugal\OP2012\LISBOA TEXTOS\RelatórioLX2012_v1.3-1.docx_> - § 9 referências codificadas [11,55% Cobertura] Referências 1-3 - 2,21% Cobertura.

*Acompanhamento na execução do projeto pela comunidade. (Diário de Observação no Concelho Benfica – 14 mar. 2012 – Apresentação OP)*²³¹

Os registros selecionados sobre perspectivas sociais em relação às tecnologias digitais foram quantitativamente superiores nas assembleias presencias do OP de Porto Alegre, em relação à Lisboa, provavelmente devido à possibilidade de definição e decisão pelos participantes sobre o processo e suas ferramentas. Em Porto Alegre forma apontadas demandas do coletivo representado pelo COP, por ferramentas tecnológicas solicitadas para auxílio, formação e qualificação na supervisão dos serviços e demandas executadas. A ata selecionada aponta a entrega sendo aclamada como conquista comunitária, mesmo com a demora de três anos para a realização da demanda, confirmando o processo do Orçamento Participativo como um exercício coletivo concreto de autonomia e democracia participativa e de construção permanente.

A realização da sessão solene de entrega pelo Prefeito e pelo Secretário Municipal de Governança Local registrou nas análises dos discursos o evento como um benefício *concedido* pelo poder público e não *conquistado* pelo OP²³². Os meios de comunicação, na divulgação desta e de outras conquistas, filtraram e replicaram somente a fala oficial, omitindo a concretização de projetos e serviços estabelecidos de forma coletiva, conforme os registros nas assembleias de entrega de *tablets*:

SRA. PATRÍCIA (CERIMONIAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE): “Na Presença do Senhor Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, e do Vice-Prefeito, Sebastião Melo. Início reunião extraordinária para a entrega dos tablets para o Conselho do Orçamento Participativo. Esse evento integra as comemorações dos 242 anos da cidade e dos 25 anos do Orçamento Participativo. Prestigiam este ato os senhores secretários municipais: de Governança Local, Cezar Busatto; da PROCEMPA, Maurício Gomes da Cunha; senhora coordenadora do ObservaPOA, Adriana Furtado; gerente de democracia participativa, Gabriel Santos; os senhores conselheiros, gestores e coordenadores temáticos do Orçamento Participativo.”

SR. CEZAR BUSATTO (SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA LOCAL): “... estamos efetivamente entregando para cada um e cada uma dos conselheiros e conselheiras os seus tablets ... não importa se são titulares ou suplentes, terão o mesmo acesso à rede mundial de computadores”.

- “interlocução permanente com a coordenação do OP, com os conselheiros, com os delegados, construindo a nossa relação orgânica com a democracia participativa”.

²³¹ Localizador e referência aos documentos na base de dados do NVivo na Categoria pesquisada. Grelha de observação em Lisboa em 14 de março de 2012, reunião de apresentação do OP no Concelho de Benfica, observadora Marga. Referência 2 (categoria), percentual de cobertura da categoria.

²³² Consultado em 26 de junho de 2014, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_noticia=168315&CONSELHEIROS+DO+OP+RECEBEM+TABLETS+PARA+ACOMPANHAR+DEMANDAS

- “cuidem deste bem como se fosse o seu bem mais precioso, porque foi comprado com dinheiro do povo de Porto Alegre, que está lhes dando essa possibilidade, através da Prefeitura, de deter essa tecnologia que vai servir em benefício do povo de Porto Alegre através do nosso Orçamento Participativo. Cada equipamento tem um número de série, portanto ele é individualizado e ele está vinculado a uma pessoa, o conselheiro ou a conselheira”.

A interferência de uma conselheira contrapondo o poder público atesta que a formação, o conhecimento adquirido e os resultados conquistados para a cidade em geral deveria ser oficialmente divulgado não como um marketing político, mas como um processo educativo. A informação desta forma seria transformadora, pois, como afirma Freire (1977), na educação-comunicação a informação, base do conhecimento, é conquistada como um processo que *se comunica* a outros sujeitos abertos ao conhecimento.

CONSELHEIRA LAURA ELISA MACHADO (Região Eixo Baltazar): “Nós somos os guerreiros e os vitoriosos desta noite, porque levou três anos para que esse objetivo fosse alcançado, três anos de espera para que esse dia de hoje chegasse e para que nós tenhamos uma parceria maior com a Prefeitura de Porto Alegre [...]. Com a nova estrutura que foi montada pela Prefeitura de Porto Alegre, que é uma ideia de melhora, de qualificação e de capacitação, que é os nossos CAR’s com o aumento efetivo de pessoal, a ideia é que cada vez mais melhore a questão do Orçamento Participativo, que nós vivemos reunidos, nos reunimos de 15 em 15 dias e quando temos que nos reunir extraordinariamente nós nos reunimos no Conselho do OP”.
(Reunião Ordinária do COP – Entrega dos Tablets)²³³

CONSELHEIRO ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS (Região Restinga): “[...] que em todas as reuniões do COP, nos últimos três anos, fizeram a mesma pergunta, sendo no COP ou em qualquer plenária: ‘E os tablets?’. Eternamente o camarada Paulista e Chiquinho: ‘E os tablets?’. E nós estamos aqui depois de três anos, em festa, no aniversário de 242 anos da cidade. Isto para nós é importantíssimo. E já na capacitação vai vim o 3G. Eu acho que é uma evolução depois de três anos de promessa a gente conseguir isso”.

A demanda essencial relacionada às tecnologias digitais de acesso à rede de Internet, entretanto, não estava contemplada. A observação da pesquisadora aos conselheiros, durante a assembleia final e festa dos 25 anos do OP em novembro de 2014, questionava sobre a ação registrada de recusa e devolução dos tablets por alguns conselheiros ²³⁴ logo após sua entrega. A restituição das ferramentas tecnológicas, segundo a conselheira da região Centro SUL de Porto Alegre, foi devida à inviabilidade de acesso à internet em várias regiões de periferia, o

²³³ Reunião Ordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. ENTREGA TABLETS; ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2014. Consultado em 14 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

²³⁴ Anexo C2.2 - Diários da Observação Participante do OP – OP POA – cronogramas e diários de campo - 2014.

que impossibilitava a utilização de tecnologias digitais no acompanhamento das demandas e utilização dos serviços ofertados pelas prefeituras.

A privação de rede na periferia contrapunha a informação registrada no discurso na sessão solene de março de 2014, de que haveria rede 3G para *qualquer lugar* da cidade, conforme Ata Extraordinária Nº 007/2014 - Pauta: 1. Entrega *Tablets*:

SR. CEZAR BUSATTO (SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA LOCAL): "Outra coisa: ele está, evidentemente, disponível na rede Wi-Fi, a partir de hoje aqui, no Mercado Público, no Parque da Redenção, em todos os parques da cidade, tem dezenas e dezenas de lugares que a PROCEMPA dispôs rede Wi-Fi. E eu posso aqui fazer um anúncio, Prefeito, que não estava previsto, mas hoje de tarde o seu governo parece que se movimentou todo para resolver ainda obstáculos que tinha. O Thiago acaba de me trazer a notícia que já posso anunciar aqui que a partir da capacitação de sexta-feira que vem, ele, além do Wi-Fi, terá 3G para que vocês possam se conectar em qualquer lugar da cidade sem restrições."²³⁵

A internet popular citada levou a investigação através da entrevista realizada em Porto Alegre na PROCEMPA, em que a diretoria apresentou o projeto Porto Alegre LIVRE– rede internet aberta. A proposta do projeto era de envolvimento da comunidade empresarial com participação conjunta da prefeitura, na abertura e acesso livre das redes públicas e privadas que circulam junto aos respectivos estabelecimentos, para a população em geral. A deliberação reforçaria o conceito de “inteligência coletiva”²³⁶ sobre a propriedade do conhecimento e sua difusão, em que Bravo (2015) sustenta que, cultura e conhecimento só se defendem compartilhando.

As ações ocorridas pela impossibilidade de uso de tecnologias digitais por falta de infraestrutura, no início do ano de 2014 no OP de Porto Alegre, relembram Santos (2007) e a “ação rebelde da população contra uma ação conformista do poder público”, retratando as relações conformistas e continuamente precárias do poder público com a população de periferia e sujeitos não valorizados. A infraestrutura, bem como a formação e competência técnica e política, é fundamental para o exercício de cidadania e utilização da tecnologia para o desenvolvimento de uma competência cidadã. A formação tecnológica foi preocupação do COP e do poder público registrada nas demandas e atas de Porto Alegre ²³⁷:

²³⁵ Consultado em 30 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

²³⁶ Abordado no Capítulo 2 – Concepção de Tecnologia, Tecnologia Social e Emancipação.

²³⁷ Consultado 25 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

SR. CEZAR BUSATTO (SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA LOCAL): “Nós teremos uma capacitação durante o mês de abril, e nos próximos meses, da utilização do tablet com toda disponibilidade de informações do ObservaPOA. Então, todas as regiões serão agendadas para capacitações para começar a usar o ObservaPOA [...] A Liane vai mostrar para vocês o aplicativo inédito, que nós estamos lançando hoje, das demandas concluídas do OP ao longo da nossa história, dos 25 anos, todas elas georreferenciadas no mapa de Porto Alegre. O aplicativo é o Porto Alegre em Mapas, que estará disponível a partir de hoje no tablet que vocês estão recebendo. Então, com a palavra o ObservaPOA para essa breve apresentação e seguimos depois a nossa solenidade”.

SRA. LIANE ROSE GARCIA BAYARD (ObservaPOA): “Esse é o site do ObservaPOA. Eu acho que muitas pessoas já acessaram ou acessam, né? E nele nós colocamos o acesso agora ao Porto Alegre em Mapas, no qual uma das primeiras informações que nós conseguimos, durante um trabalho bastante árduo de reunir e sistematizar as informações de toda essa história de 25 anos. Através do aplicativo vocês vão conseguir ver, em um primeiro momento, as demandas desses 25 anos georreferenciadas, ou seja, localizadas na sua região, no bairro, na rua [...]. Aqui neste link, em seguida, temos um passo a passo para que, assim que o 3G já estiver funcionando, vocês puderem entrar no tablet, vocês vão conseguir visualizar aqui um passo a passo de como se usa o aplicativo”.

A capacitação do aplicativo georreferenciado pela equipe ObservaPOA proporcionaria, além de localização, fiscalização geográfica e planejamento para elaboração das demandas nas regiões, um “exercitar das competências” assinaladas por Santos (2005:82)²³⁸. Um georreferenciamento das demandas disponível para a população, ao mesmo tempo inoperável pela falta de acesso à rede gera uma “falsa igualdade construída e suas diferenças excluídas” de Foucault (1999)²³⁹, neste caso, diferenças ignoradas.

SRA. LIANE ROSE GARCIA BAYARD (ObservaPOA): “Nós conseguimos, em algumas delas, já colocar até a imagem. No Google, por exemplo, quando tu queres marcar um ponto, tu podes colocar uma foto que tu tiraste daquela praça. Aqui nós temos a imagem de algumas das demandas. Mas esse era até um pedido que eu gostaria de fazer, que a partir de agora todos os conselheiros que tiverem a oportunidade de fotografar o local onde acontecem as demandas, que nos mandem para o ObservaPOA essa imagem, porque nós vamos conseguir qualificar cada vez mais.”

A definição realizada somente por técnicos, de aplicativos com tecnologia de ponta como o georreferenciamento, foi um provável motivo do desinteresse da população na capacitação realizada pelo ObservaPOA, como registrado nas atas seguintes, além da falta de rede. As ocorrências reforçam outro preceito da TS²⁴⁰ de que: aprendizagem e participação são

²³⁸ Abordado no Capítulo 2.2.1 – A tecnologia como instrumento social.

²³⁹ Abordado no Capítulo 2.3.1 – A Emancipação e a Liberdade.

²⁴⁰ Abordado no Capítulo 2.2.2 – Definição e construção do conceito de Tecnologia Social.

processos que caminham juntos; a transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica; a transformação social ocorre na medida em que há respeito às identidades locais, e de que, qualquer indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender. O investimento técnico nos aplicativos foi grande, mas com pouco envolvimento da população. O distanciamento ratifica o que Gehlen (2015) registrou no histórico realizado sobre as tecnologias, que, o conhecimento abstrato das tecnologias greco-romanas ficou centralizado em quem financiou e tinha sua posse, não ocorrendo transferência de conhecimento para a sociedade.

SRA. LIANE ROSE GARCIA BAYARD (ObservaPOA): “[...] essa ferramenta vai ser para a gente colocar também os equipamentos de serviços no futuro. Logo a gente estará disponibilizando camadas de informações para complementar. Então, nós vamos colocar as escolas, vamos colocar os hospitais, porque tudo isso faz com que a análise territorial fique melhor. Claro que esse trabalho de mais de três anos não foi muito fácil, encontramos alguns problemas no banco, no georreferenciamento, na informação ao longo de 25 anos [...]”²⁴¹.

Os conflitos e tensões também fazem parte do processo participativo e são inevitáveis, mas conduzem “as lideranças a ampliar sua capacidade de escuta da população, já que elas, assim como o poder público, são cobradas intensamente sobre os resultados esperados e devem repassar informações e buscar o consenso sempre por meio do diálogo” (Lima & Pini, 2014:31). O grande conflito e tensão ocorridos em 2014 em Porto Alegre, ocasionado pela falta de diálogo com a população em geral, foi o processo de licitação do transporte público. Este embate, em que o COP participou intensamente das discussões e definições técnicas da licitação, revelou uma ineficiência de comunicação e divulgação pelo poder público e pelo OP nas mídias digitais, públicas e privadas e a quase inexistência de conexão do OP²⁴² com a população.

As violentas manifestações dos estudantes em Porto Alegre em 2014²⁴³, contra o aumento das passagens, incluíram agressões físicas ao COP e registro como precursoras do mesmo movimento nacional que culminou na proliferação das *fake News*, no impeachment em 2016 e ascensão do conservadorismo e da direita no país (Paiero & Schwartz, 2020). As

²⁴¹ Reunião Ordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. ENTREGA TABLETS; ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2014. Consulta em novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf.

²⁴² Reportagem licitação do Transporte Público em Porto Alegre em 2014, sem menção ao COP. Consultado em 15 de outubro de 2017, em <https://www.ufrgs.br/jordi/161-transporte/2016/06/30/como-funcionou-a-licitacao-de-onibus-em-porto-alegre/>

²⁴³ Pancadaria na licitação do Transporte Público de Porto Alegre. Consultado em 15 de outubro de 2015, em <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=155444>

discussões do OP sobre o Transporte Público e também de suas ferramentas tecnológicas, foram registradas nas atas selecionadas a seguir²⁴⁴.

CONSELHEIRO FELISBERTO SEABRA LUISI (TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRIBUTAÇÃO, TURISMO E TRABALHO): Eu ousou a discordar do Tribunal de Contas, porque quando tomou a decisão, ele tomou a decisão dentro de um sistema errado e exige a licitação dentro de um sistema errado. Não é? Quando há processo de transformação e discussão de como deveremos ter o transporte coletivo, a uma discussão a nível nacional da mobilidade urbana e reforma urbana. Então, é necessário levar em conta estes fatores, e me estranha muito quem julga é quem menos usa ônibus. Não é? Então, quem usa o ônibus sofre dentro do ônibus. Então, assim, o ar condicionado é fundamental. Não é isto que encarece a passagem. Vamos trabalhar no lucro das empresas. Porque que não? Vamos analisar as isenções! Porque o oficial de justiça do Tribunal de Justiça tem que ter isenção? Não é? Porque carteiro também, porque isenção? Vamos discutir isto. Não é? Quem tem que ter isenção, é a população que usa o ônibus. Tem muita gente na periferia que não vai para a escola porque não consegue pagar a passagem. Então, nós temos que ter a consciência de ônibus é para quem precisa, horário, qualidade, ar condicionado, conforto nos ônibus. Não é? Florianópolis diminuiu e valorizou, tem R\$ 1,70 para a população mais pobre de Florianópolis. Como é que eles conseguiram isto lá? A gente tem que entrar no lucro das empresas, parar de financiar, porque depois esses ônibus ficam para as empresas, não retornam aquilo que nós pagamos para a comunidade. “[...] eu só queria agregar mais um tema que fosse discutido na região. É a criação de um fundo para bancar o sistema de transporte coletivo. É importante a criação desse fundo. Nós temos que parar de só os empresários darem as cartas do jogo. Nós temos que começar a dar as cartas também! Chega dos empresários lucrarem as nossas custas! Chega! Porque, depois, no final das contas, eles ficam com toda a frota, ainda tem um lucro de 15%, que é lucro, é lucro, porque eles já ganharam e ficaram 25 anos mamando sem licitação”.

A importância da divulgação de informação das conquistas sociais do OP, com os históricos registrados nos cadastros oficiais, também se comprovou quando somente a quantidade das ações pendentes foi utilizado como o motivo central para a suspensão do OP pelo governo em 2017. O uso dessas informações de forma tendenciosa, cujo percentual de pendências era insignificante em relação às demandas executadas, foi demonstrado no relatório do observatório. A utilização de informações parciais interromper o OP, além de gerar protestos dos participantes, registrou a importância da posse e utilização da informação e suas ferramentas pela população, que podem determinar a consciência política necessária para a

²⁴⁴ Reunião Extraordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Auditório SMED; DATA: 11 de fevereiro de 2014, às 18 horas; PAUTA: Licitação do Transporte Público Nº 003/2014. Consultado em novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_extraordinaria_cop_003_11fev2014.pdf

autodeterminação da população (Dagnino *et al.*, 2004:5). A ata da reunião do COP – Gestão 2013/2014²⁴⁵, registram a execução das demandas deste período utilizadas em 2017:

SRA. LIANE ROSE GARCIA BAYARD (ObservaPOA): “E o sistema agora que é o que alimenta a história do OP, de todos nós, ele tem 5.697 demandas cadastradas. Certo? Dessas cadastradas, 4.095 estão concluídas, 72% delas estão concluídas. Ainda não concluídas tem 1.602. E dessas todas conseguimos georreferenciar 3.748, que é 92%. Desse total que a gente conseguiu georreferenciar, nós não conseguimos encontrar a informação para 71 demandas. Em um universo de 5 mil, é um percentual muito baixo, mas realmente é um trabalho de pesquisa.”

A definição de TS²⁴⁶, que aborda princípios de autogestão, protagonismo social, respeito cultural, responsabilidade ambiental e solidariedade econômica, se extrai nas falas de questionamento se a tecnologia apresentada possibilitaria gerenciar as demandas atrasadas – a “bíblia” do OP – citada como a ferramenta mais importante para a comunidade para controlar o poder público. A importância da concretização das expectativas nas demandas é exposta pela frustração das promessas não cumpridas, cujas citações reproduzidas abaixo, sinalizam que a tecnologia não é central como ferramenta, mas sim sua possibilidade de intercomunicar e de dispor informações, como registrado na Reunião COP – Gestão 2013/2014.

CONSELHEIRA LAURA ELISA MACHADO (Região Eixo Baltazar): “[...] eu não esqueço da bíblia, Cezar Busatto. Eu gostaria de saber se o senhor virou ateu, porque a bíblia é a demanda de 2011 que nós todos, conselheiros e lideranças comunitárias, fomos lá e dissemos que aquilo ali era a nossa bíblia e que aquilo ali teria que ser executado. Quero saber se com isso, com esse sistema, nós vamos poder identificar também aquelas demandas de 2011, que nós todos hoje sofremos nas nossas comunidades, nós vamos poder referenciá-las e vê-las ali dentro. Esse é o nosso clamor, esse é o nosso anseio”.

CONSELHEIRO ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS (Região Restinga):

“Primeiro: nós vimos a nossa ferramenta, mas como a Laura falou, eu queria que essa ferramenta mostrasse efeito bola de cristal, quando, principalmente as demandas de 2011, vão ser concluídas, porque a alegação era em que 2012, início de 2013, seriam concluídas”²⁴⁷.

²⁴⁵ Reunião Ordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. ENTREGA TABLETS; ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2014. Consultado em 16 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

²⁴⁶ Abordado no Capítulo 2.2.2 – Definição e construção do conceito de Tecnologia Social.

²⁴⁷ Reunião Ordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. ENTREGA TABLETS; ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2014. Consultado em 30 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

A abertura para diálogo e a negociação presencial também foi frequentemente cobrada pelo coletivo ao poder público reivindicando a necessidade de colaboração/cooperação com o COP. O alinhamento do poder de decisão com o conhecimento individual e soberano que se constrói na interação do sujeito com o meio em que vive, reforçam os princípios da cooperação na formação de indivíduos autônomos e solidários de Piaget (1976)²⁴⁸.

CONSELHEIRA LAURA ELISA MACHADO (Região Eixo Baltazar): “Mesmo não sendo politizados, como muitos falam, sabíamos que não seríamos e aceitamos essa condição para nós. Nós somos conselheiros porque gostamos, é porque gostamos de trabalhar para as nossas comunidades em parceria. A palavra importante é parceria. É Orçamento Participativo em parceria com a Prefeitura e com as secretarias, Prefeito. E nós, enquanto conselheiros, enquanto coordenação, desejamos muito um diálogo constante até com a própria pessoa do nosso prefeito, porque é importante esse diálogo dos conselheiros, de coordenação, porque muitas vezes, Prefeito, o senhor tem muitas coisas para cuidar.... Todos têm que trabalhar em sintonia. E o que acontece é que muitas vezes o Prefeito não sabe que suas secretarias muitas vezes deixam a desejar conosco, conselheiros das regiões, e isso prejudica o nosso trabalho”.

“Eu acho que tentei representar da melhor forma possível os meus conselheiros, os conselheiros de todas as regiões e das 6 temáticas de Porto Alegre que estão aqui hoje, vieram receber esse tablet, que para nós vai ser muito grandioso e enriquecedor para o nosso trabalho como conselheiros, totalmente voluntário”.

A construção da autonomia acontece na satisfação da demanda coletiva concluída e no reconhecimento da importância do trabalho e da ferramenta na sua extensão, uma autonomia definida por Kant (1959)²⁴⁹ como a capacidade de autodeterminação em conformidade com uma lei interna, a lei da razão. O que se efetiva, de acordo com Santos (2009)²⁵⁰, é que cidadania não se consolida com sujeitos desprovidos de liberdade, sem direitos civis, sociais, econômicos, culturais, coletivos, e direito humano à democracia, à informação e ao pluralismo. Essas prerrogativas exercitadas nas assembleias pelas conquistas são realizadas pela solidariedade do coletivo, com reconhecimento por parte do poder público, reforçando a cogestão, como explicitado no registro abaixo.

CONSELHEIRO ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS (Região Restinga): “Eu queria agradecer ao Prefeito de Porto Alegre por ter aceitado uma reivindicação da nova coordenação do OP. Hoje, aqui, estariam recebendo os tablets todos os conselheiros titulares e suplentes na atual gestão, estariam recebendo os companheiros coordenadores dos CAR’s, os companheiros gestores de democracia participativa, os colegas gestores de serviços, mas tinham sido esquecidos os mais humildes, os que mais

²⁴⁸ Abordado no Capítulo 2.2.2 – Definição e construção do conceito de Tecnologia Social.

²⁴⁹ Abordado no Capítulo 2.3.2 – A Emancipação Política e a autonomia.

²⁵⁰ Abordado no Capítulo 2.2.3 – Evolução do conceito de TS no Brasil.

trabalham que é o pessoal da ponta, que são os gestores. E os gestores não receberam os tablets hoje, e nem sabemos quando. Nós encaminhamos um pedido ao Prefeito Fortunati e na mesma hora, quando soube desse pequeno equívoco, ele determinou que os membros do CAR só irão receber quando os conselheiros “E” gestores também receberem. Então, isso merece uma salva de palmas. Assim como todos nós conselheiros queremos o respeito desses gestores, desses coordenadores conosco, nós queremos respeito com todos os membros do CAR. Isso é uma parceria, isso é a cogestão da cidade de Porto Alegre”.

A afirmação, em tom de “brincadeira”, realizada pelo prefeito de que “a demanda dos *tablets* não é uma demanda para a cidade, mas para operacionalização da gestão”, registra a centralização das tecnologias digitais realizadas pelas administrações públicas para agilização de processos, incremento de práticas política, diminuição de custos e como informativo das realizações oficiais, como posto no início deste capítulo. A utilização da tecnologia digital, neste formato, significa um passo à frente na democracia representativa proporcionada pela transparência na prestação de contas, mas registrando uma ausência da população, cuja participação é garantida na Constituição de 1988 e que essas ferramentas poderiam proporcionar.

SR. JOSÉ FORTUNATI (Prefeito Municipal de Porto Alegre): "Temos que reconhecer, pessoal, que entre tantas demandas importantes, fantásticas, que a cidade, ao longo do tempo, lutou, batalhou, eu desconheço alguma que tenha recebido uma unanimidade tão forte por parte dos conselheiros quanto a dos tablets. Brincadeira. Mas, naturalmente, não é uma demanda para a cidade, somente é uma demanda para operacionalizar uma gestão. Eu não tenho dúvida que cada vez mais o poder público, ou seja, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem que criar as condições para darmos instrumentos adequados para os nossos conselheiros". (Reunião COP – Gestão 2013/2014).²⁵¹

A tecnologia como TS²⁵² é uma prática de intervenção social, construída e assimilada pelo coletivo, cuja transformação caminha junto com a aprendizagem, a participação e a compreensão da realidade de maneira sistêmica. E é um processo em construção com embates e reivindicações, em que Freire pondera que, mesmo que o diálogo não elimine o conflito, o conflito não pode eliminar o diálogo (Freire, 1977).

SR. JOSÉ FORTUNATI (Prefeito Municipal de Porto Alegre): “[...] vocês são escolhidos democraticamente e de forma voluntária exercitam esse papel de cidadania,

²⁵¹ Reunião Ordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. ENTREGA TABLETS; ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2014. Consultado em 20 novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

²⁵² Abordado no Capítulo 2.2.2 – Definição e construção do conceito de Tecnologia Social.

que é exemplar. E não exemplar em Porto Alegre, é exemplar para o mundo. Não é simples a gente utilizar recursos públicos exatamente com pessoas que não estão vinculadas ao serviço público. Infelizmente o Tribunal de Contas, o Ministério Público, nós temos contra nós várias leis e normas que procuram impedir que o dinheiro público seja utilizado dessa forma. Então, nós buscamos uma forma para reconhecer. Se vocês não têm, e não têm mesmo, um vínculo formal com a Prefeitura, vocês têm um vínculo formal com a cidade que vocês representam [...]”.

“[...] me orgulho muito de ser prefeito de uma cidade que respira democracia, onde a população se organiza, se mobiliza, pressiona, nos xinga muitas vezes, algumas vezes merecidamente, outras nem tanto, mas tudo bem, faz parte do jogo democrático, mas, acima de tudo, participa, o que é fundamental. Nós temos que compreender que o poder público tem que respeitar as manifestações plurais, porque a cidade é plural. Tem que respeitar as discordâncias, porque nem entre nós a concordância é absoluta”.

O eventual *medo* da comunidade com a tecnologia, explicitado abaixo pelo prefeito na mesma assembleia, remete ao mesmo *medo* da tecnologia indicado pelos agricultores de Santa Rosa de Lima no Mestrado em 1999, quando recomendavam os filhos e os mais jovens como únicos capazes de utilizar a tecnologia digital. A hipótese definida na dissertação pela investigadora foi que essa superação só poderia ocorrer com uma mudança epistemológica para construção emancipatória dos sujeitos²⁵³.

*SR. JOSÉ FORTUNATI (Prefeito Municipal de Porto Alegre): “É importante que vocês participem das oficinas. Não tenham medo, não tenham receio, porque é aquela estória: os nossos filhos pegam um tablet e nos dão um banho de bola. Nós temos que reconhecer isso, esse é o ponto de partida. Eles sabem mais do que a gente, então, não tenhamos medo ou receio de mostrar que nós somos realmente muito primários no uso da tecnologia, mas isto não deve nos envergonhar, ao contrário, deve nos incentivar para que a gente possa entrar em uma página como essa, navegar com tranquilidade, navegar em tantas outras e, mais do que isso, utilizar o tablet para aquilo que nós desejamos, que é realmente fazer com que a gestão de Porto Alegre possa ser cada dia mais aperfeiçoada. Encerram-se os trabalhos da Plenário às 20 horas. Taquígrafa: Patrícia Costa Ribeiro. Registro nº 225257/2003 – FEPLAM TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07”.*²⁵⁴

As mudanças dos participantes geradas nas assembleias refletem a definição de Adorno (1995), de uma emancipação que se movimenta a partir de uma educação para a contestação e resistência de sujeitos, transformando indivíduos em protagonistas. Essa mudança foi registrada nos eventos e manifestações²⁵⁵, quando a população questionava as informações

²⁵³ Abordado na Apresentação.

²⁵⁴ Reunião Ordinária do COP – Gestão 2013/2014; LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. ENTREGA TABLETS; ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2014. Consultado em 27 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

²⁵⁵ Atas 2014\ata_cop_009_ordinaria_22abr2014_car>: Atas de 2014, reunião ordinária número 9 do Conselho do OP – COP, em 22 de abril de 2014, auditório da SMA.

complexas nas licitações do governo divulgados pela internet, as dificuldades em relação à formação nas tecnologias disponibilizadas ou ainda, as contestações sobre leis regulatórias sancionadas e não cumpridas.

Uma dessas leis decretava a proibição do uso de carroças por catadores de lixo reciclável, meio de sobrevivência de uma população vulnerável, definindo sua retirada das ruas num prazo de oito anos e determinando ações da prefeitura que em princípio asseguravam alternativas de renda aos catadores. Os registros abaixo selecionados demonstram uma tensão gerada entre regulação e emancipação social descrita por Santos (2007),

CONSELHEIRA MARIA INÊS GARCIA HERMANN (REGIÃO EXTREMO SUL): “Então, nós queremos melhores informações sobre as demandas novas e antigas, como está a situação de cada uma e informações mais esclarecedoras no site do OP, porque invés de a gente ficar telefonando, a gente entra no site e sabe o que está acontecendo. Usar essa ferramenta. Que os gestores sejam bem informados pela administração para que possam levar melhores informações sobre as demandas e serviços aos delegados.”
SRA. ADRIANA FURTADO (COORDENADORA DO ObservaPOA): “Na segunda nós convidamos o Observa POA, que é uma ferramenta do governo, para que os conselheiros e delegados pudessem ter o conhecimento dessa ferramenta e usar melhor essa ferramenta que está a nossa disposição. E lá combinamos que durante o ano faremos vários encontros na temática para entender melhor essa ferramenta. Então, a gente tem um novo aplicativo no site, quem já entrou já viu, mas que a gente catalogou mais de 3 mil obras georreferenciadas.”²⁵⁶ (Qualificação para uso da tecnologia)
SR. VANDERLEI LUIS CAPPELLARI (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DIRETOR PRESIDENTE DA EPTC): “Nós vamos publicar o processo na internet, integral para que todo mundo possa acessar lá, analisar, eu sei que ainda é um processo complexo, mas a gente dentro do edital vai tentar melhorar a questão do modelo tarifário...”. (Secretário sobre o Edital dos Transportes)²⁵⁷
CONSELHEIRA LIANE ANTONIA SOUZA FARIAS (REGIÃO DAS ILHAS): “Eles deram curso para 40 pessoas, carroceiros, para poder trabalhar lá, e agora estão indo embora porque a SMAM não deu a liberação para fazer os dois galpões. Eu gostaria de saber se a Prefeitura tem uma posição para dar para nós, porque, querendo ou não, os carroceiros²⁵⁸ venderam as suas carroças, fizeram curso, estavam trabalhando, e agora tiraram empréstimo...”. (Qualificação dos carroceiros prometida, mas não implementada)²⁵⁹

²⁵⁶ Atas 2014\ata_cop_005_ordinaria_11mar2014_car>: Atas de 2014, reunião ordinária número 5 do Conselho do OP – COP, em 11 de março de 2014, Centro Administrativo Regional de Porto Alegre – Auditório da SMD. Referência 2 (categoria), percentual de cobertura da categoria.

²⁵⁷ Atas 2014\ata_cop_003_ordinaria_11fev2014_car>: Atas de 2014, reunião ordinária número 3 do Conselho do OP – COP, em 22 de abril de 2014, auditório da SMED – Licitação do transporte público.

²⁵⁸ Lei nº 10.531/2008 – Lei das Carroças – sancionada pelo prefeito em 2008 e parcialmente implementada em 2018. Consultado em 20 de outubro de 2020, em <https://www.sul21.com.br/cidades/2015/11/catadores-podem-ampliacao-de-prazo-para-retirada-de-carrocas-e-carrinhos-das-ruas-de-porto-alegre/>

²⁵⁹ Atas 2014\ata_cop_009_ordinaria_22abr2014_car>: Atas de 2014, reunião ordinária número 9 do Conselho do OP – COP, em 22 de abril de 2014, auditório da SMA.

O jogo histórico da emancipação ao Estado, provocador do distanciamento da população ao conhecimento, transforma-se em ocorrência regulatória apoiada na legalidade ou ilegalidade jurídica segundo Santos (2003) e impedimento maior a uma autossuficiência coletiva. As assembleias, chamam atenção a um discurso do Secretário da Governança, ao ressaltar a importância quase *ufanista* das tecnologias digitais disponibilizadas em Porto Alegre.

SR. CEZAR BUSATTO (SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA LOCAL):
 “[...] *a efetiva inclusão digital dessas lideranças no mais moderno mundo, da mais alta tecnologia, através da apropriação deste equipamento que nos permite entrar na rede mundial de computadores e ter acesso inesgotável a toda informação disponível, mas principalmente informação sobre a cidade de Porto Alegre que nos permita melhorar cada vez mais a nossa democracia participativa e a nossa gestão democrática da Prefeitura de Porto Alegre. (Entrega dos Tablets)* ²⁶⁰

As intenções e promessas relativas às tecnologias digitais, não cumpridas pelo poder público, podem provocar rejeição e distanciamento da população mais suscetível ou mesmo tornar a ferramenta algo inatingível. A intenção de reduzir custos e provocar amplitude na abrangência das TICs, sem participação popular, pode gerar decepções e frustrações relativas à centralização e a distribuição de poder da democracia representativa instalada. Os instrumentos tecnológicos aplicados neste contexto social e político também colaboram para esse distanciamento, pois as estruturas de um governo representativo não possibilitam processos com outras dinâmicas como a participação e a deliberação, que só se realizaram no processo do OP em Porto Alegre a partir da anuência do governo.

3.3 Os Orçamentos Participativos em Porto Alegre e Lisboa

A avaliação da mobilização social na revolução dos cravos em Lisboa, e na organização comunitária na história dos movimentos urbanos em Porto Alegre, levou à construção e formação de novas esferas públicas como os Orçamentos Participativos aqui pesquisados. As cidades estruturadas em secretarias organizadas em temáticas como saúde, educação, habitação, saneamento básico, mobilidade, segurança, entre outras, são base na estrutura e organização da

²⁶⁰ LOCAL: Paço Municipal; DATA: 27 de março de 2014, às 18 horas; PAUTA: 1. Entrega Tablets. Consultado em 30 de novembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ata_cop_007_27mar2014.pdf

vida urbana em sociedade. Um definidor estrutural do OP partilhado em ambas as cidades, Lisboa e Porto Alegre, são as Temáticas que espelham a estrutura das Secretarias, e consequentemente refletem a definição, formato, condução e resultados dos processos:

- As secretarias de Porto Alegre (2014) foram organizadas em temáticas reunidas em 6 grupos: 1) Educação, Esporte e Lazer; 2) Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; 3) Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; 4) Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho; 5) Cultura; 6) Saúde e Assistência Social. O grupo de temáticas são escolhidas por votação como preferenciais pela comunidade em cada região, em que “a população estabelece uma ordem de prioridade para os investimentos anuais de acordo com estes temas, e também classifica suas demandas nestas prioridades” (Atlas de Porto Alegre, 2014).
- Em Lisboa (2012), a Câmara definiu os temas para os projetos, também vinculados às secretarias assim estabelecidas: Desporto, Serviços Urbanos, Proteção Civil, Economia e Inovação, Habitação, Desenvolvimento Local, Planeamento, Urbanismo, Patrimônio, Obras Municipais, Recursos Humanos, Finanças e Sistemas de Informação, Educação, Direitos Sociais, Cultura, Relações Internacionais, Ambiente, Estrutura Verde, Clima, Energia, Mobilidade, Segurança (LisboaParticipa.pt., 2013).

O quadro abaixo registra as estruturas similares de ambos os OPs que foram organizados em 4 grupos: 1 - Secretarias e Divisões Administrativa; 2 - Propostas e Temáticas; 3 - Critérios e Prioridades; 4 - Quantidade de Demandas e Participantes. A partir das temáticas e suas secretarias, os critérios e as prioridades foram escolhidos nos anos 2012 e 2014 da pesquisa:

	LISBOA (2012)	PORTO ALEGRE (2014) ²⁶¹
SECRETARIAS / DIVISÃO ADMINISTRATIVA	Desporto, Serviços Urbanos Proteção Civil,	SME – Secretaria Municipal de Esportes,
	Economia e Inovação	SMF – Secretaria Municipal da Fazenda,
	Habitação, Desenvolvimento Local,	SMACIS – Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social,

²⁶¹ Em 2019 são *descontinuadas* as secretarias de cunho social como acessibilidade, inclusão, direitos dos animais, e principalmente de Governança Local específica para o Orçamento Participativo. Consultado em 04 de abril de 2019, em <https://prefeitura.poa.br/>

	<p>Planeamento, Urbanismo, Patrimônio, Obras Municipais, Recursos Humanos, Finanças e Sistemas de Informação, Educação, Direitos Sociais, Cultura, Relações Internacionais, Ambiente, Estrutura Verde Clima, Energia, Mobilidade, Segurança.</p>	<p>SMA – Secretaria Municipal de Administração, SMED – Secretaria Municipal de Educação, SMC – Secretaria Municipal da Cultura SMGL – Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, PGM – Procuradoria Geral do Município, *SECOPA – Secretaria Extraordinária Copa do Mundo 2014, *SEDA – Secretaria Especial dos Direitos Animais.</p>
<p>PROPOSTAS/ TEMÁTICAS</p>	<p>(2012) Urbanismo, 1. Reabilitação Urbana, 2. Habitação, 3. Espaço Público e Espaços Verdes, 4. Protecção Ambiental e Energia, 5. Saneamento e Higiene Urbana, 6. Infra-Estruturas Viárias, 7. Mobilidade e Tráfego, 8. Segurança dos Cidadãos, 9. Turismo, 10. Comércio e Promoção Económica, 11. Educação e Juventude, 12. Desporto, Acção Social, Cultura, 13. Modernização Administrativa</p>	<p>(2006/2007) 1. Educação, Esporte e Lazer; 2. Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; 3. Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; 4. Desenvolvimento Económico, Tributação, Turismo e Trabalho; 5. Cultura; 6. Saúde e Assistência Social.</p>
<p>CRITÉRIOS/ PRIORIDADES</p>	<p>(2012) Criativos, Diferenças, Cowork, Estrangeiros, Viagem</p>	<p>(2014) Definição das prioridades: 1. Pavimentação,</p>

DEMANDAS / PARTICIPANTES	1. Espaço Público e Espaço Verde, 2. Reabilitação Urbana e Espaço Público, 3. Educação, 4. Turismo, Comércio e Promoção Econômica, Desporto, Cultura	2. Saneamento Básico, 3. Assistência Social, 4 e 5. Educação e Organização da cidade, 6. Habitação.
	(2012)	(2014)
	659 propostas 231 votações 15 vencedores	8.458 demandas 6516 concluídas
	29.911 Votos	17.359 Participantes

Quadro 8 – Secretarias, Propostas, Critérios Prioridades e Demandas – Lisboa / Porto Alegre
Elaborado pela pesquisadora com base em páginas oficiais OP Lisboa e OP Porto Alegre.

A similaridade das secretarias estruturadas em temáticas em ambas as cidades, não resultou na igualdade de condução dos processos e seus resultados. O Regimento Interno do OP de Porto Alegre, estabelecido pelo coletivo no seu início em 1990, definiu parâmetros sociais utilizados para distribuição do orçamento público e privilegiando cinco das 16 regiões mais carentes existentes em 1991.

Os critérios sociais eleitos pelos participantes foram definidos em ordem prioritária como: 1) População Carente; 2) População Total; 3) Contribuição e Organização da Cidade; 4) Mobilização Popular; 5) Carência de Infraestrutura. A inexistência ou carência de infraestrutura foi introduzida nas prioridades em Porto Alegre, sendo que em Lisboa, serviços básicos da população eram orientados para encaminhamento junto à autarquia e às respectivas secretarias (bairros de periferia, idosos, etc.) e registrados na observação participante.

A aplicação de princípios sociais e a eleição das prioridades temáticas pelos participantes nas assembleias no final do ciclo e do ano, utilizados como fios condutores do orçamento participativo em Porto Alegre, foram identificados como componente de definição de uma Tecnologia Social. Os critérios gerais e similares nos OPs pesquisados, e a constatação de que diferenciais destes parâmetros influenciaram a condução e resultados dos processos, tornou necessária a realização de uma descrição detalhada de cada Orçamento Participativo em Porto Alegre e Lisboa.

4.2 Semelhanças e diferenças nos contextos dos OPs analisados

A importância das tecnologias, nas perspectivas sociais digitais nos OPs, foi registrada na leitura de pesquisa da Constituição de ambos os países, Brasil e Portugal. A abordagem constitucional nos dois países incluiu referências às Ciências, à Educação e ao Desenvolvimento Científico, e encontradas em textos semelhantes de apoio do Estado “à promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológicas” (Brasil, 1988)²⁶² e “de incentivo e apoio à criação e investigação científicas, bem como a inovação tecnológica” (Portugal, 1976)²⁶³.

Os objetivos registrados em ambas as Constituições apresentam “o bem-estar da população e a autonomia tecnológica” (Brasil, 1988) e “a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva” (Portugal, 1976). As identificações apuradas indicam que esta pesquisa se constituiu ajustada aos objetivos fundamentais constitucionais, com foco nos processos e tecnologias designados sociais e emancipatórios.

As definições de espaços públicos em ambas as cidades, como o OP, concretizam o conceito de território de Milton Santos (1994), de que novos funcionamentos ocorrem através de horizontalidades da continuidade territorial e de verticalidades ligadas por formas e processos sociais. Esses funcionamentos mesmo que apresentem magnitudes diferentes, as semelhanças apontam a relevância das mudanças que espaços como os OPs provocam no coletivo. As dimensões territoriais e populacionais, neste contexto de pesquisa, se registram *semelhantes* em escalas *diferentes*, como assinalado no Estado do Rio Grande do Sul/Porto Alegre e no País Portugal/Lisboa.

Dados Demográficos /Territorial	Porto Alegre/Brasil*	Lisboa/ Portugal**
População	1.409.351 / 200 milhões habitantes	506.892 / 10.283 milhões habitantes
Região		2,810 milhões – metrópole

²⁶² Consultado em 26 de junho de 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

²⁶³ Consultado em 26 de junho de 2014, em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Metropolitana	4 milhões – metrópole (34 municípios)	(18 municípios)
Extensão Territorial	496,682 km ² / 8.515.767,049 km ²	100,05 km ² / 92.212 km ²

Quadro 9 – Dados Demográficos e Territoriais – Porto Alegre – Brasil / Lisboa – Portugal
Fontes: IBGE (estimada em 2018). Consultado em 30 de novembro de 2019, em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/porto-alegre.html> ; Fontes PORDATA e INE: Consultadas em 30 de novembro de 2020, e em <https://www.ine.pt/xportal/> em <https://www.pordata.pt/Portugal>

Os Orçamentos Participativos nas duas cidades, mesmo em países e contextos com escalas distintas, possibilitaram a criação de processos com semelhanças em seus objetivos gerais, mas com diferenças estruturais marcantes²⁶⁴. Em Portugal, os OPs foram criados pelo poder público com o objetivo de buscar a participação de um indivíduo ausente (abstenção em eleições) e para participar de um valor do orçamento designado pela autarquia em sua cidade para projetos definidos pelo(s) participante(s).

O Brasil, entretanto, como havia uma pressão histórica de participação pelas associações da cidade, os espaços do OP criados pelo poder público ratificou a participação e decisão coletiva da população. A semelhança, em ambas as cidades, foi o estabelecimento dos processos do OP como espaço e canal de comunicação da população com o poder público, mesmo diferenciados em suas estruturas e procedimentos.

As diferenças apontadas na origem e formatação entre os OPs²⁶⁵ de Lisboa e Porto Alegre registram-se no estabelecimento dos processos, a partir de vários aspectos estruturais distintos identificados como: o histórico de mobilização coletiva, o grau de decisão e cooperação cidadã dos participantes, a definição da representação e do poder de deliberação, a organização, definição e votação das demandas individuais e/ou coletivas, o ciclo e composição dos procedimentos, entre outros. Os processos foram diferenciados quanto às metodologias de formação e de intercâmbio de conhecimentos nos espaços democráticos e participativos, tão importantes quanto decisivos, interligados à comunicação.

A relação de apoderamento das tecnologias digitais pela população mais carente e de periferia, se realizou de forma autônoma a partir do seu celular/telemóvel como indivíduos e sujeitos, em redes privadas ou coletivas de seus interesses, mesmo com a impossibilidade de

²⁶⁴ Abordado no Capítulo 3.3 - Os Orçamentos Participativos em Porto Alegre e Lisboa

²⁶⁵ Abordado no Capítulo 3.2 – A Constituição do OP – história e contextos de pesquisa.

acesso às redes de comunicação instaladas. A dedução foi que a ausência parcial de comunicação do poder público com a população através das TICs, ou o desinteresse na utilização das redes digitais como canal de comunicação, ocorreu muito mais por omissão política e administrativa do que por impedimento ou dificuldade tecnológica.

O estabelecimento de semelhanças e diferenças nas comparações, de acordo com a definição de George Bereday (1964), os registros históricos são classificados como o período de *pegar emprestado* com o objetivo de “disponibilizar as melhores práticas de um determinado país e poder copiá-las em outros lugares”. As outras etapas de estudos de Bereday acrescentaram o período de predição e de análise desses dados, sistematizando o processo como um todo. As comparações que buscam relações de causa e efeito, a identificação dos parâmetros de comparabilidade é levada adiante, na medida em que se enfatiza sua relevância causal para a questão analisada (Bereday, 1964).

A “unidade de análise” (indivíduos, grupos, organizações, artefatos sociais e interações sociais) utilizado nas pesquisas em ciências sociais como parâmetro, se refere a uma resposta de “quem” ou “o que” está sendo analisado. A distinção adicional nas pesquisas é que as unidades de análise podem ser classificadas como observacionais ou explicativas (Manzon 2011), em que as unidades observacionais são usadas nos processos de coleta e análise de dados, enquanto as explicativas são utilizadas para explicar os padrões constatados nos resultados obtidos. Os dois casos não realizam apenas a identificação de similaridades ou diferenças entre dois ou mais lugares, mas examinam o contexto subjacente e suas inter-relações para a formulação de uma explicação geral (Bray *et al.*, 2015:127-130).

4.2.1 Leitura cruzada dos processos dos OPs nas cidades de Porto Alegre e Lisboa

Os atributos definidos pelo método comparativo foram utilizados para análise e seleção de especificidades, características e componentes dos OPs de Porto Alegre e de Lisboa. O intuito foi visualizar semelhanças e diferenças entre os processos que possibilitaria identificar as hipóteses e respostas para a pergunta da pesquisa. As deduções, apontadas pela investigação, foram que as diferenças encontradas nas estruturas dos procedimentos administrativos de

participação nas duas cidades, foram guiadas pela definição e adoção de regras e formatos distintas.

A comparação possibilitou concluir que a constituição dos OPs foram fundamentais para a construção da emancipação da sociedade envolvida. A condução do processo em Porto Alegre com participação social e autonomia e poder de decisão coletiva, e Lisboa com a adoção de um procedimento mais restrito foi resultado de uma definição com delimitações à participação e deliberação coletiva e de gestão conduzida quase que exclusivamente pelo poder público,

A instrumentalização de políticas públicas e escolha de suas ferramentas a partir da eficácia e eficiência, de acordo com Lascoumes e Le Galès (2007), revelam uma teorização da relação entre governantes e governados. A consideração é que instrumentos adotados para a administração pública deveriam constituir formas concretas de conhecimento e controle social e das medidas para o exercício e manutenção deste controle.

Os instrumentos no trabalho não são dispositivos neutros, pois produzem efeitos específicos, independentemente do objetivo perseguido e das finalidades que lhes são atribuídas. A estruturação das políticas públicas a partir deste contexto é realizada de acordo com sua própria lógica, incrementando, muitas vezes de forma equivocada, o número de atores e instrumentos como exemplo nas áreas da saúde, de riscos ambientais, de regulamentação de mercado ou de serviços e reformas do Estado de bem-estar social (Lascoumes & Le Galès, 2007).

A implementação de novas relações e instrumentalização, segundo os autores, exigem uma flexibilização entre governantes e governados, cujo formato e realização da maioria das decisões são políticas e realizadas através da centralização e manutenção das informações. O formato de uma participação paritária nas relações públicas poderia reconhecer reivindicações dos cidadãos, ao estabelecer nova relação entre o direito de expressão política e o direito à informação. Os contextos fundamentados em governos neoliberais, para os autores, consolidaram Estados com base participativa em estados reguladores consolidados, a partir da transferência de fórmulas de gestão privada para a gestão pública e consequente fragmentação dos instrumentos de políticas públicas.

A crescente especialização e competição entre diferentes tipos de instrumentos torna-os deslegitimados à medida que caem em desuso, uma estratégia útil construída para despolitizar questões fundamentalmente políticas. A consideração, entretanto, é que, através de instrumentos de políticas públicas, as representações serão estabilizadas e compartilhadas em torno das questões sociais (Lascoumes & Le Galès, 2007:17).

A utilização de instrumentos para informação sobre os processos de OP, foi também realizada a partir do potencial dos observatórios para concentrar e armazenar dados e informações de análise. Essa ferramenta não foi desenvolvida pelo OP em Lisboa, em que os dados estavam dispersos e com acesso complexo. A instalação do observatório ObservaPOA em Porto Alegre, entretanto, contribuiu de forma contundente na instrumentalização do conhecimento e de vínculo entre a população e o poder público, bem como na transformação da tecnologia digital em social.

A transformação foi possibilitada através do apoderamento pela população desses instrumentos de informação. A inclusão de todos os dados históricos do OP, pelo observatório em sua base de dados, possibilitou evidenciar os territórios através de georreferencia, as demandas e situação de conclusão, ligando a produção de conhecimento com seus participantes. A consolidação de geração e de produção do conhecimento, em conjunto com a população, gerou um vínculo e necessidade de consulta aos dados fornecidos pelo observatório, colaborando fortemente para a transferência do conhecimento à sociedade.

1) Porto Alegre – Brasil

O período analisado de 2014-2015 registrou que o Brasil avançou uma posição no *ranking* do desenvolvimento humano alcançando a posição 79^a no geral²⁶⁶. Os espaços democráticos no Brasil, no entanto, foram historicamente atravessados por embates equivocados contra a corrupção com monopolização política das populações alienadas de todas as classes e gêneros. O auge deste conflito foi registrado em 1990 a partir da conquista do voto direto após o regime militar de 30 anos, foi eleito um político que tinha como plataforma central o combate a corrupção e intitulava-se “*caçador de marajás*”²⁶⁷ impactando no futuro democrático do país.

A corrupção geralmente originada por uma parcela da sociedade individualista que ignora o coletivo segundo Paula Fernando, em tempos de crise e aprofundamento das desigualdades “passa a ser reconhecida como uma das mais relevantes causas da destruição dos pilares de um Estado de direito democrático, e o seu combate como uma forma de restaurar a confiança social e institucional” (CES, 2012:65). O impacto de um corrupto eleito com prisão

²⁶⁶ Registrando que em 2020, o Brasil perdeu cinco posições e ficou em 84^o entre 189 países. Consultado em 18 de agosto de 2020, em <https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-15/indice-de-desenvolvimento-humano-2020-revela-como-o-planeta-sustenta-os-paises-mais-ricos.html>

²⁶⁷ Consultado em 05 de julho de 2020, em <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/o-caccedilador-de-marajaacutes-8952245>

decretada em 2023²⁶⁸ após uma ditadura militar de 30 anos no Brasil, sintetiza a retórica de uma democracia que se conduz através de ataques, desgovernos e da instalação de um latente fascismo político e social²⁶⁹ no Brasil, perigosamente se projetando e se refletindo no futuro do Estado.

O registro da análise do período político dessa pesquisa foi no contexto de um país no auge de um governo democrático, que, a partir da reforma da Constituição em 1988, instaurou a participação popular em todas as instâncias e espaços. A instituição da carta constitucional foi o que proporcionou a criação do primeiro Orçamento Participativo institucional em Porto Alegre. A adoção do OP foi implementada como incentivadora da sociedade a um exercício cidadão de uma democracia participativa e deliberativa, junto aos interesses coletivos de sua cidade.

A formatação do processo utilizando conceitos da Tecnologia Social a partir da aprovação pelo coletivo, de um poder deliberativo e paritário dos representantes com o poder público, foram as características que distinguiram OP de Porto Alegre em um processo de constituição da autonomia e emancipação de sua população, O registro de afinidades e contrastes dos processos em duas cidades, através dos extratos selecionados pela pesquisa qualitativa, foi o que possibilitou as respostas para as hipóteses registradas nos objetivos da pesquisa.

a) A representação

O espaço democrático do OP de Porto Alegre se constituiu a partir da definição coletiva no segundo artigo do Regimento Interno do OP que estabeleceu a eleição direta de delegados locais nas assembleias locais, e a formação de um Conselho do OP (COP) paritário de autônomo. Os conselheiros conduzidos e eleitos pelas comunidades foram a garantia e exigência fundamental para que discussões e decisões não se de vinculassem de suas bases. Segundo o Regimento Interno (2014/2015)²⁷⁰:

Artigo 2º - O Conselho do Orçamento Participativo será representado por uma coordenação de Conselheiros titulares e suplentes de acordo com o que estabelece este

²⁶⁸ Consultado em 30 de maio de 2023, em [https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fernando-collor-e-condenado-a-8-anos-e-10-meses-de-prisao-pelo-stf/#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,um%20esquema%20na%20BR%20Distribuidora](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fernando-collor-e-condenado-a-8-anos-e-10-meses-de-prisao-pelo-stf/#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,um%20esquema%20na%20BR%20Distribuidora)

²⁶⁹ Descrição de Fascismo Social por José Manuel Mendes, “As situações de crise ao fragilizarem as instituições do Estado e o direito a ter direitos, ao hegemonizarem discursos marcados pela análise custos-benefícios, pela rentabilidade, pela mercadorização de todas as coisas e relações sociais favorecem e reforçam as lógicas subjacentes aos processos de fascismo social”. (CES, 2012:101):

²⁷⁰ Anexo A1 - Regimento Interno – Critérios Gerais, Técnicos e Regionais – 2014/2015.

regimento. Doravante neste regimento serão denominados COP (Conselho do Orçamento Participativo) e OP (Orçamento Participativo), respectivamente.

Artigo 3º - *O COP será composto por um número de membros assim distribuídos:*

a) 2 (dois) Conselheiros(as) titulares e 2 (dois) suplentes eleitos em cada uma das 17 (dezesete) Regiões e 6 (seis) Temáticas da Cidade;

b) 1 (um) conselheiro(a) titular e 1 (um) suplente da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre)

c) 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes do Executivo Municipal das seguintes áreas de atuação: 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da SMGL (Secretaria Municipal de Governança Local), 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da SMPEO (Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento). § primeiro - Os(as) representantes do Poder Público Municipal serão indicados(as) pelo Prefeito Municipal, tendo direito a voz, e não tendo direito a voto. § segundo - Os(as) Conselheiros(as) da UAMPA serão indicados(as) pela mesma, por escrito, para este fim específico, tendo direito a voz e voto, obedecendo aos mesmos critérios dos(as) Conselheiros(as) eleitos(as). § terceiro - Todos os Conselhos Municipais de Porto Alegre onde o COP possuir assento também terão assento no COP (com direito a voz).

A participação em Porto Alegre, com uma representação coletiva eleita, proporcionou e garantiu o exercício democrático de escolhas, debates, tomadas de decisão e capacitação, características das Tecnologias Sociais e propulsoras da emancipação. Os impedimentos para uma emancipação no processo, no entanto, se registraram nas exclusões invisíveis, como o posicionamento feminino mascarado em assembleias participativas, registradas por Fraser (1990) ou os impedimentos de ordem pessoal, como o estado civil, registrado por Fedozzi *et al.* (2013:25).

b) A gestão

A discussão da gestão de governo surgiu como uma necessidade da população entender o processo e o modelo administrativo executado em Porto Alegre. O debate fez com que o grupo da Temática de Desenvolvimento Econômico solicitasse formação sobre o assunto, conforme ata número 5 da assembleia de 11 de março de 2014.

CONSELHEIRO FELISBERTO SEABRA LUISI (TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRIBUTAÇÃO, TURISMO E TRABALHO):

“E, por fim, na semana passada a gente se reuniu com o Portela, o João Portela, que foi o Secretário que no primeiro ano da gestão do José Fogaça fez parte da programação orçamentária e junto com outros técnicos da prefeitura criou a Gestão por Programa. Então, eu acho que o conselheiro, se puder, deve convocar o João Portela para que venha explicar o que é gestão por programa, porque é a forma como a Prefeitura hoje tem os seus programas. E é importante que os conselheiros entendam

*como funciona isso, até para que aprimore o pedido das suas demandas e conheçam melhor o processo.*²⁷¹

O entendimento do significado da solicitação realizada nas assembleias, necessita de um histórico resumido de modelos de gestão no Brasil, pois as divisões administrativas são vinculadas ao modelo federal. Os modelos de gestão são direcionadas pelo modelo de gestão pública, em que ética e eficiência são diretamente e historicamente relacionados definidos em três grupos: patrimonialista, burocrático e gerencial. A Política de C&T no Brasil e na América Latina também é avaliada na percepção da ética mas de forma distorcida como forma de controle social do conhecimento, pois não leva em conta uma construção social necessária e uma pluralidade para seu controle democrático, conduzindo a um desvio das Políticas Científicas e Tecnológicas (PCTs) adotadas (Dagnino & Dias, 2007:374- 386).

O Modelo Patrimonialista no Brasil, replicado a partir do Estado Absolutista da Europa e implantado por D. João VI em 1808, foi extensão do poder centralizador de governo e de seus administradores (indicados). O Modelo Burocrático da Europa do século XIX surgiu com a intenção de reduzir a *corrupção* e tornar impessoal a administração pública. Esse sistema foi adotado no Brasil em 1930 pelo então presidente Getúlio Vargas, mas com modificações progressitas ao eliminar discriminações de estado civil e sexo imputada aos administradores.

A lentidão e o custo do padrão burocrático geraram o modelo de Administração Gerencial que visava resultados mais imediatos e aumento da governança do Estado. O autor destaca ainda que foram implementados nos últimos anos, os mecanismos de ações de agentes e políticas estatais para maior controle social no Brasil. Esses expedientes garantidos pela Constituição de 1988 se registram na Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000.

A divulgação disponibilizado na internet através de Portais de Transparência, são utilizados para prestação de contas e responsabilização (*accountability*), os controle são efetuados pelas controladorias (CGU – Controladoria Geral da União) e pelos cidadãos através de plebiscitos, referendos e voto no exercício do controle social. Os artifícios foram criados para exercer princípios explícitos na Constituição de 1988 de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência para garantir a ética do serviço público (Batista, 2015).

O modelo de gestão de Porto Alegre divulgado em 2014 foi definido na estrutura abaixo e disponibilizado no Portal da Prefeitura²⁷². O diferencial se identifica pela inclusão da

²⁷¹ Localizador e referência ao documento na base de dados do NVivo na Categoria pesquisada Atas 2014\\ata_cop_005_ordinaria_11mar2014_car (Atas do 2014; COP 005

²⁷² Consultado em 02 de novembro de 2019, em <https://portalgestao.procempa.com.br/portalgestao/homeConvidado.seam?cid=133> - Acesso como convidada sem senha.

participação inserindo a Cidade da Participação no Eixo Gestão, e discriminando, no detalhamento estratégico, a Cidade Solidária Participativa, o Orçamento Participativo e a Governança Solidária Local e seus indicadores de desempenho.

Eixos de Atuação e Programas Estratégicos		
Exercício 2014		
Eixo Ambiente	Eixo Social	Eixo Gestão
CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO	INFÂNCIA E JUVENTUDE PROTEGIDAS	CIDADE DA PARTICIPAÇÃO
DESENVOLVER COM INOVAÇÃO	PORTO ALEGRE MAIS SAUDÁVEL	GESTÃO TOTAL
NOSSA COPA	PORTO DA IGUALDADE	VOCÊ SERVIDOR
QUALIFICA POA	PORTO DA INCLUSÃO	
	PORTO VIVER	
	SEGURANÇA INTEGRADA	

Figura 12 – Modelo de Gestão – Porto Alegre, 2014

Fonte: Consultado em 25 novembro de 2016, em

<https://portalgestao.procempa.com.br/portalgestao/homeConvidado.seam?cid=133>

Detalhamento do Programa Estratégico		
Programa Estratégico	CIDADE SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA	
Eixo Atuação	Eixo Gestão	
Órgão responsável	SMPG	
Gerente	Nome	Angela Bolsson de Moraes
	Email	angelabm@smpeo.prefpoa.com.br
	Telefone	(51) 3289-1450

Projetos Especiais	
Nome	
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	
GOVERNANÇA SOLIDÁRIA LOCAL	

Indicadores do Programa Estratégico		
Nome	Certificado	Desemp.
Crianças Atendidas Pelo Repasse de Recursos do FUNCRIANÇA	SIM	●
Demandas do PI-2011 Concluídas	SIM	●
Demandas do PI-2012 Concluídas	SIM	●
Demandas Iniciadas no PI-2011	SIM	●
Demandas Iniciadas no PI-2012	SIM	●
Execução dos Planos de Investimentos de 2011 e de 2012	SIM	●
Participação da População nas Plenárias do OP	SIM	●

Figura 13 – Detalhamento Programa Estratégico – Porto Alegre, 2014

Fonte: Consultado em 25 de novembro de 2019, em

<https://portalgestao.procempa.com.br/portalgestao/homeConvidado.seam?cid=133>

A mudança de contexto registrada, a partir do novo governo neoliberal instalado em 2017, foi registrada no modelo de gestão apresentado e consultado no mesmo site no período de 2018/2019²⁷³. A substituição do programa no Eixo de Gestão social das Figuras 12 e 13 foram substituídos pelo programa Gestão de Pessoas gerando a centralização e afastamento da participação coletiva da administração. A suspensão e desmobilização no OP em Porto Alegre em 2017 refletiam a instalação de um governo neoliberal no governo a partir do desmonte de programas sociais e participativos no país todo realizados a partir do impeachment de 2016.

c) A tecnologia

A utilização de tecnologias pelo poder público em Porto Alegre no OP, em 2014, estava centralizada na divulgação da gestão de governo e dos serviços realizados para gerenciamento organizacional das secretarias e conselhos, incumbidas na assistência direta ao prefeito e de representar o governo junto ao COP. O controle e manutenção administrativa dos registros do OP como, o Regimento Interno, as atas oficiais das assembleias, o cadastro dos participantes e o registro das decisões e votação de forma presencial eram executados pela PROCEMPA, centro oficial de tecnologia do município.

O exercício de uma tecnologia digital nas prerrogativas da Tecnologia Social, entretanto, foi efetivado na aquisição e entrega de tablets para o COP em março de 2014, durante a pesquisa de campo. A demanda requerida em 2011 tinha como objetivo o controle dos registros dos processos e das assembleias do OP, e a disponibilização das informações sobre a situação de todas as demandas realizadas e pendentes. O cadastro foi gerado com dados históricos registrados desde o início do OP incluindo georreferenciamento, com programas para o acesso, divulgação e de formação técnica dos participantes.

A tecnologia digital deliberada e conquistada pelo coletivo no OP de Porto Alegre estabeleceu um caminho para a efetivação das tecnologias digitais como sociais, hipótese registrada po esta pesquisa. A possibilidade para esta conquista foi a aplicação das mesmas regras utilizadas para a criação do processo do OP, também referendado como tecnologia social. As regras de participação coletiva, segundo os autores, partiriam de um enfoque não neutro e não instrumental, mas portador de valor social intrínseco, cuja aplicação se tornará fortemente condicionada por esses valores (Lima *et al.*, 2008:119).

²⁷³ Consultado em 25 novembro de 2019, em <https://portalgestao.procempa.com.br/portalgestao/homeConvidado.seam?cid=133> - Acesso com convidada sem senha.

d) Território e emancipação

A primeira assembleia ordinária do OP em março de 2014, campo de pesquisa em Porto Alegre, registrou uma autonomia exercitada a partir de vários fatores conquistados como: a autogestão dos processos, o reconhecimento coletivo da necessidade de formação e de entendimento técnico, a criação dos CARs e a importância da descentralização da estrutura da cidade com a divisão em regiões, ao longo de sua existência. Esse registro retoma uma das premissas de Boaventura de Sousa Santos²⁷⁴ sobre uma renovação da teoria democrática para a criação de novas oportunidades para o exercício da cidadania e de uma reformulação das formas e espaços de participação para além do ato de votar.

As assembleias regionais em Porto Alegre foram realizadas junto às comunidades, e todo cidadão poderia participar em suas regiões estabelecidas pelo o OP, 17 regiões e seis Temáticas definidas para abranger a cidade como um todo. As reuniões eram realizadas para registrar demandas, para definir as prioridades com preferência às emergências e risco à vulneráveis, para designação dos investimentos, entre outros. As diretrizes discriminadas nas Temáticas geralmente são de obras estruturais e grandes projetos, registrados e referendados em assembleia geral. As características da territorialização e da representação do coletivo indicam um processo democrático com gestão paritária possibilitando mobilizações autônomas e emancipatórias de seus participantes.

A *Categoria Emancipação e Democracia*, destacou, na pesquisa qualitativa realizada, um conselheiro realçando conquistas de autonomia e emancipação em relação ao poder público, a partir de uma cogestão democrática componente de uma democracia deliberativa.

CONSELHEIRO FELISBERTO SEABRA LUISI (TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRIBUTAÇÃO, TURISMO E TRABALHO):
“Porque nós estamos iniciando uma mudança completa na qualidade da forma de governar a cidade. Eu preciso que vocês percebam isso com clareza aqui. Nós territorializarmos a cidade em 17 regiões e se começou empoderar os CARs (Centros Administrativos Regionais) significa nós reduzirmos o poder central do governo. Vocês se deram conta disso? Nós estamos repartindo o poder, pouco a pouco, em 17 territórios. Evidente que o poder central continua sendo o prefeito e os secretários, mas na medida em que nós estamos começando a estruturar os CARs e fortalecendo os CAR’s, na medida em que nós estamos começando a montar os comitês gestores de território, cada uma dessas estruturas começa a ficar com uma partezinha do poder

²⁷⁴ Abordado no Capítulo 2.3.3 – A Emancipação Social.

*central. E uma partezinha mais outra, mais outra, mais 17, é uma parte importante do poder da Prefeitura”.*²⁷⁵

As tentativas de superação nos espaços do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre, de acordo com Baierle, originaram três provocações fundamentais em relação ao governo, identificadas como exercício de Emancipação. Foram elas: a provocação relativa à Divisão de Trabalho no espaço público, a Relação de Hierarquia e Subalternidade entre cidadão e classe política e a Relação da Circulação do Poder (Baierle, 2011:431). Essas provocações ocasionaram o surgimento de um conhecimento coletivo jamais disponibilizado e de uma cidadania participativa que possibilitava “controlar o controlador”. Para Ubiratan de Souza²⁷⁶,

[...] a autorregulamentação do processo do Orçamento Participativo é elaborada pelos próprios participantes. O orçamento público é uma lei de iniciativa do executivo por previsão constitucional. O governante eleito adquire o direito de elaborar a proposta orçamentária para depois encaminhá-la ao Legislativo. Por isso, para se implementar o OP, não se precisa de nenhuma lei específica, basta a vontade política do governante eleito pela democracia representativa. (Souza, 2015)

e) O governo

O OP de Porto Alegre no Brasil se tornou uma grande ferramenta democrática de decisão e de avanço na história da República, de acordo com o diretor da Câmara Municipal de Porto Alegre, em entrevista registrada em 2017²⁷⁷. Esse dispositivo, em sua verdadeira definição de Tecnologia Social, é um instrumento de emancipação cidadã. O questionamento, entretanto, sobre motivos de não se transformar em lei, emancipando-se das estruturas políticas administrativas para não sofrer adulterações a cada governo eleito, o diretor coloca que, além de ele próprio não ter pensado nessa hipótese, o OP ainda é um instrumento orçamentário em que a população consegue apenas definir propostas ou prioridades, pois, para mudar mesmo, só com mudança profunda constitucional, visto que no Brasil quem elabora e produz as leis é o Parlamento²⁷⁸, e estas se refletem em todas as instâncias do país ao município.

²⁷⁵ Localizador e referências ao documento na base de dados do NVivo na Categoria pesquisada *Atas 2014\ata_cop_005_ordinaria_11mar2014_car*

²⁷⁶ Ubiratan de Souza (Bira) é economista, foi Secretário de Orçamento e Finanças do OP-RS do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Governo de Olívio Dutra (1999-2002), Coordenador Geral do Gabinete de Planejamento (GAPLAN) do OP da Prefeitura de Porto Alegre (1993-1998) Consultado em 25 de agosto de 2015, em <https://democraciasocialista.org.br/orcamento-participativo-nacional-ubiratan-de-souza-bira/>

²⁷⁷ Anexo B2.5 – Entrevistas - Assembleias – OP Porto Alegre – 2014.

²⁷⁸ Consultado em 05 de setembro de 2015, em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/p/parlamento-brasileiro>

A Constituição Federal de 1988, segundo o diretor, define o modelo orçamentário brasileiro composto de três instrumentos²⁷⁹: o Plano Plurianual (PPA), com vigência de quatro anos e a função de estabelecer diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com valor anual, que enuncia as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), com objetivo de estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

O OP em Porto Alegre em seu princípio, segundo o entrevistado Carlos Castro²⁸⁰, evoluiu de um procedimento de gestão para um processo de governo com desenvolvimento participativo. A maior diferenciação, que são as Temáticas, as Regiões e a definição de prioridades, inclui “uma referência política com forma radicalmente participativa e fortíssima consistência e coerência técnica”. As Temáticas definidas com temas prioritários e de abrangência de todo o município, segundo o entrevistado, possibilitaram ter, além de líderes comunitários, a participação de sindicalistas, profissionais liberais, acadêmicos, dirigentes empresariais e outros perfis de cidadãos interessados nas questões municipais.

2. Lisboa – Portugal

O ano de 2012 em Portugal registrou um governo neoliberal gerando embates com a sociedade pelas propostas de privatizações na saúde, na educação, entre outros. O período analisado constatou espaços e processos de participação democrática em Portugal em crise pelo desinteresse e abandono pela população. As estatísticas das eleições portuguesas confirmavam um declínio social declarado e o crescimento das taxas de abstenção nas eleições pela população²⁸¹. O reflexo das políticas implantadas resultou em uma das maiores taxas de desemprego, registrada no gráfico abaixo, no aumento da pobreza, no agravamento dos problemas de moradia e na redução da qualidade de vida de seus cidadãos.

As estatísticas sociais negativas, resultantes das políticas neoliberais aplicadas, refletiram-se nas populações mais carentes e de periferia com registro nos diários da pesquisa de campo, a partir da observação participante das assembleias do OP de Lisboa e outras cidades pesquisada pelo projeto OPtar.

²⁷⁹ Consultado em 05 de junho de 2015, em <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>

²⁸⁰ Anexo B2.5 – Entrevistas - Assembleias – OP Porto Alegre – 2014.

²⁸¹ Taxa de Abstenção em Portugal nas eleições legislativas: 1975 = 8,5%; 1991 = 32,6%; 2015 = 44,1%. Fontes/Entidades: Sigmal, Pordata. Última atualização: 16 de outubro de 2015. Consultado em 18 de janeiro de 2018, em <https://www.pordata.pt/Portugal/>

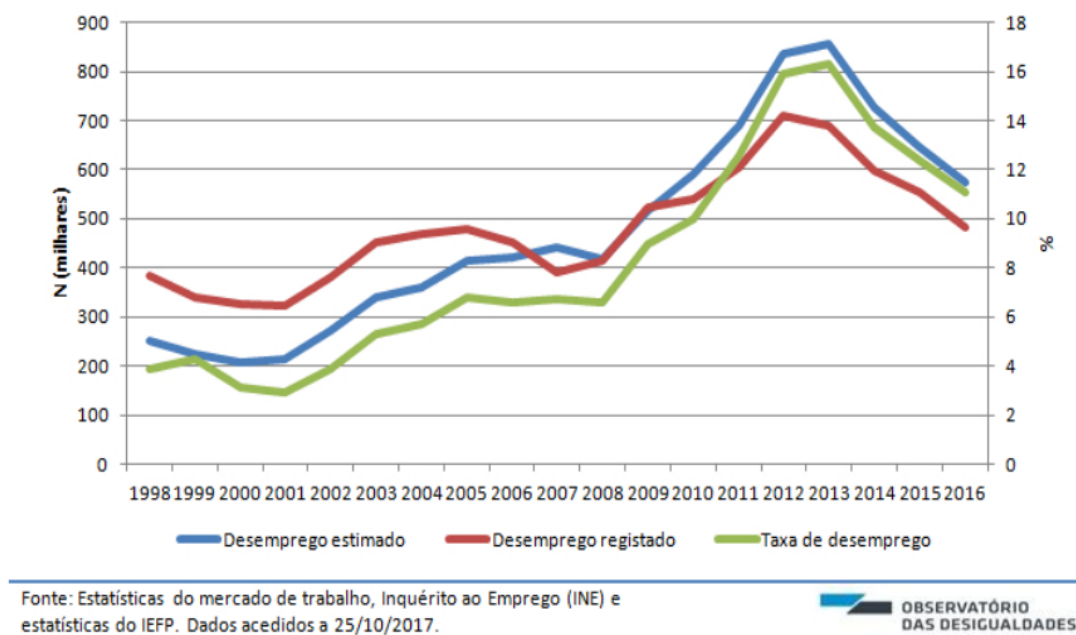


Figura 14 – Evolução do desemprego em Portugal 1998-2016

Fonte: Observatório das Desigualdades Portugal²⁸².

A autarquia de Lisboa, como representante institucional de seus cidadãos, já havia registrado em 2008, a Carta de Princípios do OP²⁸³ que designava a sua adoção como ferramenta e canal de aproximação com a população. A participação foi designada como representativa, para elaboração do seu formato, das estruturas do poder de decisão, da aplicação do orçamento financeiro e das responsabilidades administrativas e técnicas dos processos, e como deliberativa para propor demandas através de projetos com a supervisão do poder público. As características, descritas a seguir, fundamentaram e conduziram a construção do OP de Lisboa até os dias de hoje.

a) A Representação

As definições elaboradas pela Câmara Municipal registraram que as intervenções junto ao orçamento do município seriam realizadas através de projetos com formato e caracterizações também elaborados pela autarquia. Os projetos deveriam ser encaminhados como propostas individuais ou coletivas de uma categoria, associações e instituições representativas, ou freguesias como a de Benfica e bairros como o Bairro Boavista, com definição da demanda pelo autor (res) aplicando o valor designado aos projetos.

²⁸² Consultado em 25 de outubro de 2017, em <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/>

²⁸³ Anexo A2 – Carta de Princípios OP Lisboa (p.348).

Os projetos de autoria dos participantes, até a data desta investigação, seriam avaliados por uma comissão de representantes e especialistas designados pela autarquia para os OPs, sem representação popular. A função técnica significa uma representação com poder de interferência e de filtro dos projetos. A execução de alterações e filtros realizada pelo comitê da autarquia, sem consentimento dos autores, gerou protestos e pressão dos participantes resultando no retorno da definição original. Os projetos, após avaliação e seleção técnica, eram disponibilizados na página da autarquia para votação de seus participantes realizada na plataforma elaborada para esse fim ou de forma presencial.

Um fator determinante para o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos participantes nos espaços do OP é concretizado através do poder de decisão do coletivo. O controle do poder público registrado em Lisboa na definição da estrutura do OP, na determinação das regras, na concepção dos processos e na determinação dos projetos e suas demandas registram-se como fatores que não conduzem à liberdade e emancipação dos sujeitos. O registro de participação coletiva para reformulação do processo, para rediscussão das regras ou mesmo protestar o controle técnico e administrativo exercido pelo poder público, ainda não é significativo, mas se constitui como um movimento coletivo e exercício democrático a cada ano de realização do OP.

b) A gestão

A definição da gestão do OP de Lisboa, registrada no artigo 3º – Partilha do Poder na Carta de Princípios de 2008, foi com referendo, configuração, e detalhamento de seus processos e funções pela Câmara Municipal.

Item 1. O Orçamento participativo é um processo de carácter consultivo e deliberativo através da instituição progressiva de mecanismos de co-decisão.

Item 2. Na dimensão consultiva, os cidadãos são consultados sobre a definição das prioridades de investimento para o orçamento e plano de actividades da Câmara Municipal de Lisboa.

Item 3. Na dimensão deliberativa, os cidadãos podem apresentar e priorizar, através de votação, propostas de investimento a serem integradas no plano de actividades e orçamento municipal.

Os Orçamentos Participativos em Portugal foram modificados e classificados, ao longo do tempo, como grupos de geração. O primeiro grupo formado de processo consultivo, presencial, executado no último trimestre do ano e sem prestação de contas não sobreviveu, de acordo com Allegretti & Alves (2012). A ausência de participação na definição e reavaliação do processo anterior, registrou a próxima geração com deliberação parcial e processo

desenvolvido ao longo do ano, com a obrigatoriedade de prestação de contas, mesmo com a deliberação conduzida através de projetos fiscalizados pela autarquia (Allegretti & Alves, 2012).

c) A participação

O debate sobre participação dos cidadãos em Lisboa iniciou primordialmente para combater a crescente abstenção nas eleições em Portugal. A discussão iniciada em 2003 pela Câmara Municipal, de criação de um Conselho Participativo se transformou em 2007 no Conselho Participativo da Cidade, que determinava a criação de uma “Metodologia para Orçamento Participativo” com progressiva participação de instituições e cidadãos na elaboração do orçamento da cidade²⁸⁴.

O *site* do OP de Lisboa registra os participantes como “cidadão com mais de 18 anos, que exerce uma ocupação no município”. A definição discriminava o grupo constituinte formados por trabalhadores, estudantes, representantes de movimentos associativos, representantes do mundo empresarial e demais organizações da sociedade civil, residentes e não residentes, mas com vínculos com o município de Lisboa. A possibilidade, também, de qualquer cidadão, bairro, ou associação inscrever ou enviar seu projeto, sobre qualquer área ou assunto, nas regras definidas, com gerência de entidades ou setores públicos.

No OP de Lisboa em 2012 surgiu uma nova forma de estrutura de assembleias dos OPs, definida pela Câmara Municipal, designadas como Assembleias Temáticas. E aconteceram: a assembleia dos artistas (no espaço Independent), dos estrangeiros (Pensão Amor), na ADFA (associação de deficientes), área comercial e empreendedorismo (Cowork Lisboa), Lisboa em viagem (Arquivo dos Paços do Conselho) e um único bairro cuja Associação de Bairro solicitou a assembleia, o Bairro de Boavista. No mesmo ano em Lisboa foi realizada uma votação através de postits (55 mil pessoas realizaram a postagem) na parede do Museu de Arte Moderna em que qualquer pessoa (incluindo turistas) poderia dar recados, propostas, junto ao processo. (Definições OP de 2012)²⁸⁵

O exercício maior de autonomia ou deliberação no OP de Lisboa, embora não concretizado nos espaços do OP de Lisboa no ano da pesquisa, provocou o resgate da cidadania que foi se estabelecendo pela prática da participação na avaliação do processo e parceria na gerência de recursos com o poder público, nunca acontecido antes.

²⁸⁴ Anexo A2 - Carta de Princípios OP Lisboa.

²⁸⁵ Consultado em 01 de maio de 2016, em <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos>

Segundo a percentagem média das respostas obtidas, os indivíduos consideram na sua grande maioria que o OP é um processo que permite expor os problemas que afetam as pessoas. Logo de seguida é considerado como um processo útil e que permite em terceiro lugar um espaço de debate e interação entre os cidadãos. Pode concluir-se que o OP não só favorece o debate público, bem como o conhecimento das necessidades locais das populações. O OP de Lisboa é um processo que foi avaliado positivamente em todos os parâmetros. Porém, avaliado menos positivamente ficou a questão de conhecer-se melhor o funcionamento da CML, ficando assim a percepção de que há um distanciamento da orgânica institucional aos cidadãos. (OP Lisboa – Relatório de Síntese dos Resultados do Ciclo 2011-2012 – CES/UC. (Optar LX, 2012)

As reuniões presenciais em Lisboa, registradas como semelhantes a Porto Alegre, geraram referências às mudanças implementadas em junho de 2010. Segundo Cunha (2010), A cidade de Lisboa, com isto, recuperou a tradição inaugurada em 2007 de “reuniões descentralizadas” em várias partes da cidade, possibilitando um maior envolvimento dos cidadãos sem acesso à internet ou com poucos conhecimentos de informática.

A disponibilização de “autocarro/ônibus especial do OP”, equipado com computadores conectados à internet também colaborou nesta integração, em que funcionários da Câmara ficaram à disposição dos munícipes nestes espaços. A organização de reuniões com atores específicos, como idosos e estudantes de escolas da cidade, também colaboraram na aproximação da população com o governo (Cunha *et al.*, 2010:180).

d) A tecnologia

A *Categoria Tecnologia Digital* da pesquisa qualitativa apontou diferenças nas duas cidades. A cidade de Lisboa iniciou o processo do OP junto aos cidadãos incentivando a tecnologia digital e, posteriormente, introduziu o processo presencial. As cidades em Portugal, que promoveram o OP constituíram debates do processo digital a partir da utilização do celular/telemóvel em 2012. A avaliação de inclusão de ferramentas tecnológicas pessoais e sua utilização foram avaliados e referendados grupo Consultivo de Ética e Proteção de Portugal²⁸⁶, que resguarda o uso do número do celular/telemóvel. A utilização do telefone móvel em Lisboa e algumas cidades, neste período, foi realizada através do serviço de mensagens *Short Message Service (SMS)*, para votação, divulgação e no trânsito de informações referentes às agendas das assembleias presenciais.

²⁸⁶ Grupo Consultivo de Ética – grupo consultivo externo sobre as dimensões éticas da proteção de dados, junto da Autoridade Europeia da Proteção de Dados (AEPD). Decisão de 2016/C 033/1 da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, publicada no JOC nº 33, de 03.12.2015. Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro. Consultado em 05 de outubro de 2016, em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=963090#.WDF-uH2NDKg>

O trabalho de campo realizado junto ao OP de Lisboa, pelo viés do projeto OPtar, constatou grande fluxo de informações e comunicação sem interlocução do poder público com seus participantes. As informações e comunicações, centradas na gestão do governo e do OP, utilizavam-se de *sites*, portais e ferramentas tecnológicas de informação e comunicação para divulgar notícias e registros administrativo.

A pesquisa registrou também nos diários e no Relatório OPLx (2012), problemas de informações contraditórias, divulgadas por diferentes ferramentas digitais como portais, sites e *Facebook* relativas a locais, dia e hora das assembleias. A desinformação administrativa causou, além de grande confusão, insegurança e incerteza entre os participantes em relação às ferramentas tecnológicas utilizadas. Os obstáculos geradores de frustrações e embaraços, também registrados em Lisboa, estavam relacionados ao compartilhamento de conhecimento requisito de uma Tecnologia Social.

As barreiras foram geradas a partir da omissão ou exposição de informações cruciais de forma fragmentada, da falta de formação administrativa e técnica do funcionamento da autarquia, e na dificuldade financeira e impossibilidade de acesso às redes Internet e ferramentas tecnológicas nos territórios distantes ou de periferia dos participantes. As dificuldades geraram impedimentos e entraves na participação do processo, provocando o afastamento por parte do cidadão comum. Os resultados destes registros indicam que um processo digital democrático e participativo seria possível através da adoção dos preceitos das Tecnologias Sociais, principalmente gerando autonomia e poder de decisão para definir canais de diálogo e interlocuções entre o poder público e a população, ausentes na maioria dos processos institucionais.

e) Território e Emancipação

O início dos ciclos dos OPs acompanhados pelo projeto OPtar em Lisboa, e em alguns municípios em Portugal, apresentava um cronograma indicando um período inicial de informações e formação resumida e ministrada pelo CES. A formação, direcionada aos técnicos e à população participante do município, consistia na explanação teórica sobre a motivação social e política do OP. A explanação do funcionamento e objetivo de uma administração pública iniciava com a comparação hipotética de um planejamento financeiro familiar com despesas e receitas, e o planejamento, execução e previsão do orçamento da cidade utilizando informações publicadas oficialmente pela autarquia.

A formação encerrava com a apresentação das regras e normas do OP sobre o âmbito, a abrangência dos projetos e sua execução administradas e definidas pela autarquia. O processo

de formação incluía as restrições técnicas apresentadas pelos funcionários competentes e os procedimentos dos participantes para definição, inscrição, seleção, votação e execução dos projetos. O encerramento do ciclo do OP era assinalado por um período de avaliação e debate com os participantes e a indicação de alterações e correções das normas estabelecidas pelo processo encerrado. A observação dos OPs realizados registrou um entusiasmo por parte dos participantes, inicialmente pela novidade, e no decorrer do processo pela função de elaboração, avaliação e competição por projetos vencedores.

A formação realizada pelo CES, em municípios abrangidos pelo projeto OPtar²⁸⁷ para técnicos e população incluindo escolas e seus estudantes e professores, ocorriam através da parceria e convênio da universidade com financiamento pelas Câmaras Municipais. Os municípios Condeixa e Trofa utilizaram tecnologias digitais para criação dos cadastros a partir das inscrições, definições e votação dos projetos, processo similar ao de Lisboa. Os ciclos iniciais do OP registraram nas assembleias, mesmo nos OPJovens, a participação de uma população em sua maioria idosa, residente em vilas e freguesias distantes, e geralmente não possuíam telefonia móvel ou internet.

A frustração registrada no primeiro ciclo no município de Condeixa, onde os projetos vencedores foram de jovens com acesso a computador e internet, foi exposta nas reuniões de avaliação final, em que a população exigia uma alteração na definição das normas pela autarquia, que considerassem carências e necessidades dessa população, já no segundo ciclo, que definiu dois processos separados pela idade dos participantes.

A finalidade do relato desses processos foi registrar que, apesar do OP ser um espaço social e emancipatório, as ferramentas tecnológicas utilizadas não registram e não revelam participantes excluídos pela vertente eletrônica que só são visíveis nas assembleias presenciais. O processo controvertido registrado em Lisboa, relacionado às tecnologias digitais, foi que o sucesso do OP vinculado à maioria dos votantes virtuais tornavam uma parcela de participantes invisíveis.

Os direcionamentos e procedimentos dos processos identificam características das Tecnologias Sociais, mesmo desconhecendo a sua teoria. A maior característica da TS observada e praticada pelo município foi a realização do OP em contexto de gestão social e propagação da participação, e mesmo que de forma parcial, com formação técnica e poder de

²⁸⁷ Municípios de Condeixa e da Trofa com participação da pesquisadora em projetos de impacto não acadêmico do CES como “O Orçamento Participativo e a Promoção da Cidadania”. Consultado em 21 de novembro de 2017, em <https://ces.uc.pt/pt/formacao-extensao/impacto-nao-academico/inicio/o-orcamento-participativo-e-a-promocao-da-cidadania> e em <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/o-orcamento-participativo-no-municipio-da-trofa>

decisão em projetos da comunidade envolvida. Os atributos assinalados indicam possibilidade de autonomia e emancipação realizadas através de práticas determinadas pela solidariedade, pelo aprendizado e diálogo coletivo, definida na teoria emancipatória de Paulo Freire (1996).

f) O governo

A definição da Constituição Federal em Portugal registra que, o Plano Orçamentário é constituído com “carácter imperativo para o sector estadual e é obrigatório por força de contratos-programas para outras actividades de interesse público “. O Plano se constitui com prazos anuais, longo e médio prazo, em que compete a Assembleia da República aprovar as grandes opções e relatórios de execução. O registro relativo à elaboração indica a participação das populações através das autarquias, organizações de trabalhadores e entidades representativas de atividade econômica, e que seu implemento “deve ser descentralizado regional e setorialmente”, mas que compete em última instância ao Governo²⁸⁸.

As observações realizadas no OP de Lisboa, em relação à definição da estrutura administrativa e orçamentária do processo, provocaram questões relevantes em seus resultados. Uma consequência, do formato adotado, foi o afastamento formal do poder público com os participantes no OP envolvendo decisões sobre a estrutura administrativa do processo sem participação e formação técnica dos cidadãos. A omissão no compartilhamento, principalmente do conhecimento, reflete a restrição de participação e decisão coletiva para utilização do orçamento designado, que foi formatado em projetos restritos em seus objetivos, formatos, valores e temas designados.

As consequências atingem todos os envolvidos, pois o poder público perde a oportunidade de utilizar o espaço do OP para expor dificuldades e limitações na gestão dos recursos e discutir soluções para receitas e despesas, e uma população subjetivamente frustrada e desiludida que se afasta pela falta de compartilhamento de decisão e de conhecimento. O processo de participação e de legitimação das políticas públicas, portanto, é tão importante quanto a política em si mesma, pois passa obrigatoriamente tanto pela formação e instrumentação contínua de seus participantes, como pelo diálogo direto.

Os controles e filtros (*gatekeeper*) utilizados para controlar as informações nas assembleias presenciais do OP de Lisboa de 2012 pela autarquia, também é uma questão a ser avaliada. O exemplo foi a omissão de divulgação da redução dos 5 milhões de euros designados desde o início do OP em 50% do valor, cujo motivo alegado foi a crise econômica europeia.

²⁸⁸ Título II – Plano – Artigo 91.º Consultado em 15 de maio de 2023, em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

O corte só foi divulgado através da imprensa²⁸⁹, após questionamento do Partido Comunista Português e com protestos pela aprovação da Câmara no aumento de 2,5 para 5 milhões de subsídio público para um festival de *rock* na mesma ocasião. A omissão de informação pela Câmara refletiu nos participantes, que, por falta de informação ou mesmo por alienação política, apenas um cidadão na assembleia “*Cowork Lisboa*” | Lx Factory solicitou esclarecimentos da autarquia.

O debate em Lisboa em relação às demandas, no geral ocorre de forma pouco coletiva, pois a maioria delas representam interesses de grupos de indivíduos ou mesmo de uma região. Os pleitos dizem respeito a uma rua, uma praça, uma passadeira/faixa de segurança, um esporte ou um conforto localizado. O motivo possível foi devido à inexistência de um processo de discussão, definição e apresentação dos projetos coletivamente, que em sua maioria não alcançava a cidade como um todo.

O projeto enviado, inicialmente, passou por uma revisão e por filtros da equipe técnica para determinar sua viabilidade ou para aglutinar projetos similares, que mesmo assim resultou em um número expressivo de projetos inscritos. A excessiva quantidade de projetos foi um empecilho / filtro pois impossibilitou a leitura e a escolha por comparação de qualidade ou interesse, ou mesmo o voto pela internet. O número excessivo também originou outro “filtro” nas escolhas dos participantes que selecionavam demandas de interesse local ou de amigos e conhecidos, predominando votos a grupos articulados, independente se o projeto representava o global ou não.

4.2.2 Descrição das semelhanças e diferenças nos processos dos OPs analisados como Tecnologias Sociais

A leitura cruzada realizada anteriormente possibilitou a consolidação das aplicações práticas, nos processos definidos para os OPs de Porto Alegre e Lisboa nos períodos observados, a partir dos formatos, regras e teorias adotadas como referência. As diferenças na realização dos dois processos registram até 2014, ano da análise de campo em Porto Alegre, a implicação direta das decisões políticas na construção de participação e decisão no OP em

²⁸⁹ Consultado em 10 de dezembro de 2015, em <https://www.publico.pt/2012/11/07/local/noticia/mouraria-e-novamente-a-grande-vencedora-do-orcamento-participativo-1570514>

ambas as cidades e no processo de participação cidadã da população. As características de maior impacto para a pesquisa foram selecionadas no quadro comparativo abaixo, de autoria da pesquisadora, em que algumas diferenças foram assinaladas em negrito.

Características principais do processo OP	Porto Alegre/Brasil	Lisboa/Portugal
Definição dos processos OP no Portal	O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta , a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a prefeitura presta contas do exercício passado e apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte.	O Orçamento Participativo (OP) é uma das formas de participação dos cidadãos na governação da cidade de Lisboa. Através do OP, os cidadãos têm efetivo poder de decisão sobre uma parcela do Orçamento Municipal de Lisboa: os participantes apresentam propostas para a cidade nos valores estipulados, e os cidadãos votam os projetos que querem ver incluídos no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa (CML), no ano seguinte.
Fases da Participação	Nas 17 Assembleias Regionais e 6 Temáticas, que se realizam de abril a maio no OP, a população vota define e vota nas prioridades para o município/Temáticas e de sua região/regionais, elege seus conselheiros e define o número de delegados da cidade e os representantes em seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas.	O OP decorre ao longo de um Ciclo de Participação, que inclui 6 fases, sendo, 3 de apresentação e análise, e 3 decisão e votação. As <i>fases (1 a 3)</i> de apresentação e análise: Fase 1 – Apresentação de Propostas (abril a junho), quando cidadãos apresentam propostas através do Portal e presencialmente nas Sessões de Participação em locais a definir pela Câmara; Fase 2 – Fase de Análise Técnica (junho a setembro) em que as propostas dos cidadãos são analisadas pelos serviços municipais competentes ; Fase 3 – Resultados Provisórios/Reclamações (28 de setembro a outubro)
Instâncias de Decisão	Os Fóruns de Delegados eleitos são responsáveis pela definição , por ordem de importância, das obras e serviços que serão discutidas no período de maio a julho e pela análise e	Os cidadãos decidem e participam nas últimas <i>3 fases</i> (4 a 6) de decisão e votação: Fase 4 – Fase de Votação nos Projetos (outubro a novembro), em que os cidadãos votam nos projetos ; Fase 5 – Apresentação

	aprovação do Plano de Investimentos e Serviços da sua Região ou Temática.	Pública de Projetos Vencedores do OP (em data a definir); Fase 6 – Análise da edição anterior e preparação da nova edição do OP.
Papel do Poder Público no processo de decisão	As secretarias municipais e autarquias ²⁹⁰ acompanham as reuniões de decisão, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas. Conforme cap. III do Regimento Interno, ao COP compete: Appreciar, emitir opinião, alterar no todo ou em parte a proposta do PPA (Plano Plurianual) do governo a ser enviada à Câmara Municipal de Vereadores no 1º (primeiro) ano de cada mandato do governo municipal.	A definição das regras e formato dos projetos são realizados pela Câmara Municipal, bem como do Processo do OP no ciclo designado. Os projetos criados pelos participantes são avaliados e aprovados ou não pelos técnicos da autarquia quanto à sua viabilidade de execução. Os mais votados serão integrados na proposta de Orçamento Municipal e Plano de Atividades, que serão formalmente aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal.
Tempo histórico	1989-2019 (30 anos)	2008-2020 (12 anos)
Demandas	O processo de definição das demandas inicia com decisão em cada região e temática e eleição geral das prioridades definidas para o município por parte da população em assembleias específicas das regionais do OP e das Temáticas organizadas.	O processo de definição das demandas é por elaboração de projetos específicos dos participantes que apresentam suas propostas para a cidade. Todos os cidadãos participantes ou não no processo do OP podem votar nas propostas.
Participantes e Votantes	Qualquer cidadão pode participar na sua região, votar em todas as instâncias e ser indicado para delegado, a partir da indicação de 10 participantes, e eleito conselheiro na assembleia geral.	Todos os cidadãos , com idade igual ou superior a 16 anos, que se relacionem com o município de Lisboa, sejam residentes, estudantes ou trabalhadores e representantes do movimento associativo, do mundo empresarial e das restantes organizações da sociedade civil.
Assembleias/ciclos de decisão	Assembleias em 17 Regiões e 6 Temáticas e Assembleias Gerais de votação de prioridades e/ou	Ciclos de decisão orçamental incluem 5 fases: fase de preparação, implementação e avaliação do OP;

²⁹⁰ Autarquia no Brasil. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei (Di Pietro). Consultado em 25 de julho de 2020, em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarTesouro.asp?txtPesquisaLivre=AUTARQUIA>

	com eleições do conselho. Nas regiões também são realizadas assembleias presenciais quinzenais com a presença de secretários da prefeitura (ou representantes) em que são deliberadas as pendências das demandas de suas regiões.	apresentação das propostas pelos cidadãos <i>on-line</i> no portal ou presencialmente nas Sessões de Participação com formatos e locais definidos pela Câmara; análise técnica e consulta pública pelos serviços municipais ou Juntas de Freguesia; votação nos projetos aprovados realizada pelos cidadãos; e fase de apresentação pública dos vencedores.
Coordenação	Delegados Eleitos nas regiões e temáticas são indicados para compor o Conselho do OP (COP), em eleição dos representantes das regiões em assembleia geral, de acordo com o estatuto.	A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal criam o Conselho Municipal Participativo integrado por Presidente da Câmara, o Executivo municipal, o presidente da Assembleia Municipal, os presidentes das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal, dois representantes de cada conselho municipal temático e dois representantes de cada conselho territorial ²⁹¹ .
Estrutura Física	Prefeitura e CARs – Centros Administrativos das Regiões, que foi demanda do OP, sendo que as assembleias regionais ocorrem em associações, escolas ou espaços definidos pelos delegados.	Espaços em associações e locais dos grupos sociais definidos e organizados pela Autarquia.
Duração do Ciclo do OP	1 ano	1 ano
Votação das demandas	Votação em Assembleia Geral presencial das prioridades eleitas por temas nas Regiões e nas Temáticas.	Votação em Assembleia ou pela internet dos projetos definidos e selecionados pelos cidadãos.
Execução das demandas	Acompanhamento dos delegados e do COP , com georreferenciamento <i>on-line</i> .	Acompanhamento e execução técnica do poder público , sem acompanhamento dos participantes.

²⁹¹ Anexo A2 – Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Lisboa.

Valor	Valor percentual do Orçamento do município – percentual de acordo com o Plano de Investimentos (PI) ²⁹² . Até 10% (até 2003) +- 5% orçamento (até 2016) +- 3% previsão 2020	Valor fixo definido pela Câmara – variação de valor, sendo que na edição do OP de 2018/2019 está prevista uma verba global de 2,5 milhões de euros ou média de 0,4% do orçamento municipal ²⁹³ . 5 M euros (até 2011) 2,5 M euros (após 2012) 5 M euros (após 2019) retornou
Autonomia dos participantes no processo das demandas	Definição, votação e fiscalização das demandas inseridas no PI.	Definição e votação das demandas para projetos definidos.

Quadro 10 – Tabela e destaques explicitados e elaborados pela pesquisadora.

O formato registrado na definição e decisão do processo do OP em Lisboa mostra uma diferença na concepção e estruturação do OP de Porto Alegre, principalmente quanto a participação e construção da autonomia consequências do poder de decisão da população. A partir da visualização da descrição dos OPs, as diferenças de formação dos processos se destacam, e os tópicos como Participação e Emancipação, definidores das Tecnologias Sociais, ficam evidenciados como os principais diferenciais entre os OPs.

A seleção de alguns tópicos relevantes como, canal de comunicação coletivo, formação e informação técnica, representação, autogestão, deliberação e processos decisórios coletivos eleitos a partir das comparações realizadas, foram utilizados para avaliar os processos em Lisboa e Porto Alegre como Tecnologias Sociais, A presença registrada em quase sua maioria no OP de Porto Alegre, conduziu e referendou uma emancipação alcançada no OP de Porto Alegre, objetivo desta pesquisa.

²⁹² Consultado em 05 de maio de 2020, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1130

²⁹³ Cameira (2019) e relatórios dos OPs. Consultado em 10 de junho de 2020, em <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos>

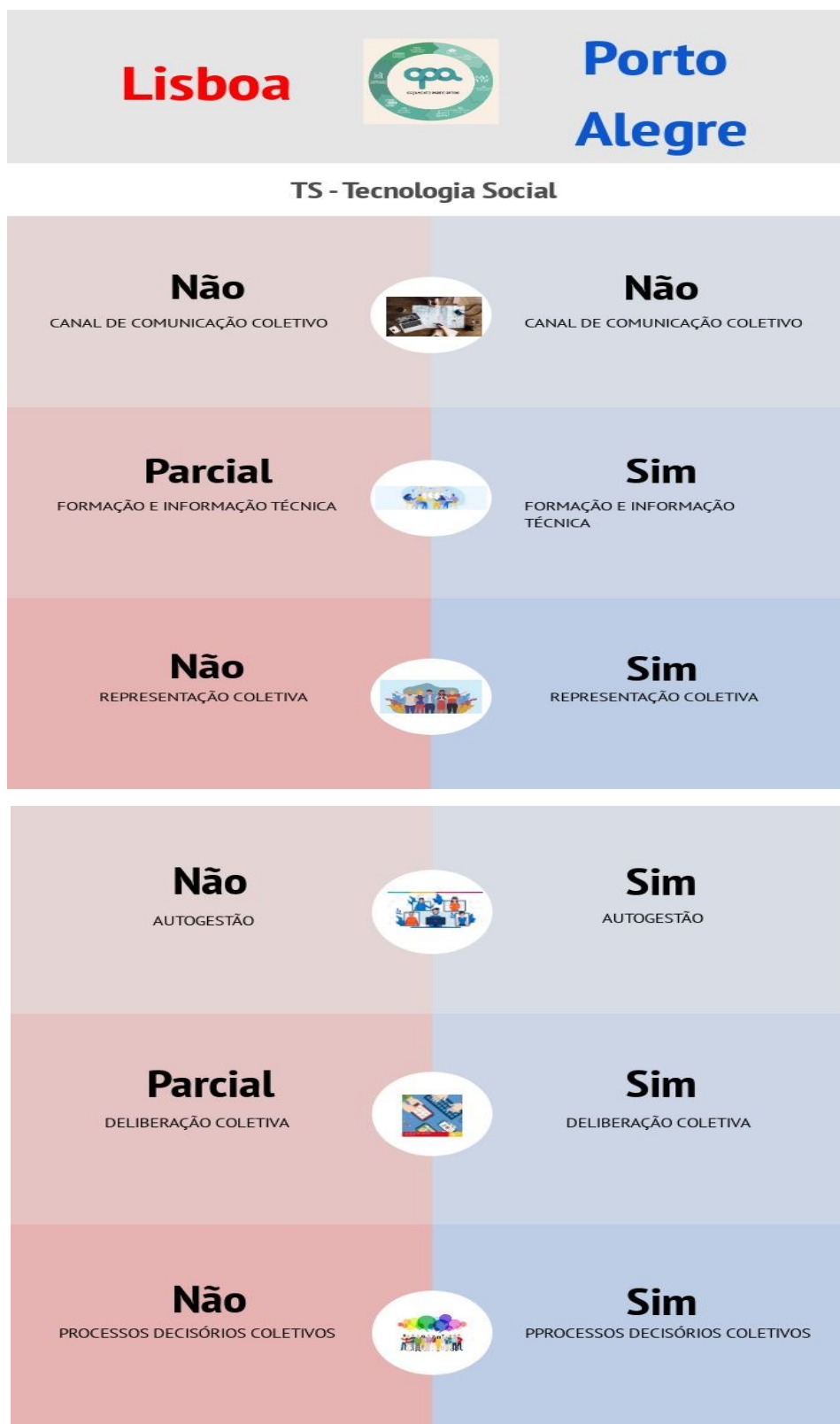


Figura 15 – Demarcadores de TS nos OPs Lisboa – Porto Alegre
 Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

O que se registrou no formato do processo do OP de Porto Alegre foi um grau superior de poder de decisão coletiva em relação a Lisboa. A revisão histórica realizada²⁹⁴ registrou um nível de participação nunca exercitado neste grau de autonomia e decisão por parte dos cidadãos no município de Porto Alegre. Os controles exercidos em Lisboa pela autarquia no processo participativo registraram um Estado com duas faces contraditórias, segundo Santos, em que “o Estado, heterogêneo e fragmentado, sendo autoritário, é incompleto e contraditório nas suas práticas e políticas, actuando de forma oscilante e imprevisível entre Estado-predador e Estado-protector” (Santos, 1994:101). A O processo em Lisboa, mesmo sendo um modelo regulatório que prejudica o envolvimento autônomo e de deliberação da população, indiscutivelmente cria espaços democráticos de atuação cidadã.

A conjuntura antagônica entre Estados predadores e protetores, de acordo com Milton Santos (1994), define-se na aplicação, ou não, de políticas públicas para as camadas mais pobres e populações periféricas. A aplicação dessas políticas, que ocorre principalmente na organização social e territorial das cidades de forma desigual, se vê refletida na maioria dos países. A pesquisa em duas cidades distintas e de novos espaços públicos democrático, indica o OP como, uma contestação de espaço de resistência da sociedade civil de acordo com o autor.

O debate sobre “territórios usados e o uso dos territórios” (M. Santos, 1994) indica que a dimensão do território não é importante pois são espaços do acontecer solidário, cuja solidariedade é o que define usos e gera valores de múltiplas naturezas culturais, antropológicas, econômicas, sociais, financeiras, para citar alguns. As aplicações citadas, se confluíssem na reciprocidade do princípio de comunidade e de cidadania própria do Estado, convocariam a uma autonomia cidadã reforçando características como diversidade, comunidade, deliberação, autogestão, experimentação e pluralização (Barragán, Romero & Sanz, 2010:46).

²⁹⁴ Abordado no Capítulo 3.2.1 – A cidade de Porto Alegre, a história e sua organização comunitária.

4.3 O orçamento participativo, o poder e a reinvenção da democracia

A certificação de construção da emancipação, através de processos participativos como o OP, registra a capacidade de empoderamento do coletivo e/ou de instituições ou mesmo de indivíduos, a partir da estruturação do processo. As estruturas devem ser registradas, como no Regimento Interno em Porto Alegre e na Carta de Princípios em Lisboa, pois referendam medidas de poder que possibilitam o exercício democrático, bem como os níveis desempenhados nessas esferas.

Os níveis e conceitos de exercício de poder podem ser definidos no lado comportamental como um exercício entre atores poderosos e impotentes ou uma competição entre vencedores e perdedores, lado negativo para quem está sob controle, ou ainda como algo estrutural. O lado comportamental desses exercícios, segundo o autor, o poder pode ser visto como difundido e incorporado nos relacionamentos e discursos, como poder fluido ou poder acumulativo, positivo e necessário para uma ação positiva, ou sendo utilizado para reconhecimento de compatibilidades e convivências (Gaventa, 2017).

O modo estrutural é determinado por John Gaventa em 4 ações de poder, que podem ser classificadas como: 1- Poder sobre (*Power On*), como uma capacidade de afetar os mais frágeis; 2- Poder para (*Power To*), como uma capacidade de agir; 3- Poder com (*Power with*), como uma sinergia de energia coletiva; e 4- Poder dentro (*Power within*) como um senso de dignidade e consciência individual. Os Orçamentos Participativos proporcionam o exercício de poder tanto na forma estrutural como comportamental, por ser um espaço de convivência e embate entre cidadãos, entre cidadãos e poder público instituído, e entre todos com relativo poder de decisão sobre seus espaços, e com reconhecimento de identidades, relações e direitos.

A vinculação entre Direitos e Poder, relações de poder que mediam as realidades dos direitos, envolve a capacidade de reivindicar (inclusão) ou de obstruir (exclusão) direitos (Gaventa, 2017), em que uma participação transformadora do coletivo, como dos OPs, implica em envolvimento com relações de poder e com geração de direitos e deveres. Os direitos incluem a prerrogativa de ser ouvido, de ter poder sobre sua vida, de formação de opinião pública, de negociação e de gerar mobilização e ação tais como, tomada de decisão, debate, protesto, articulação, entre outras.

Para John Gaventa, o poder junto aos Orçamentos Participativos pode ser identificado nas três dimensões como, os *Espaços* – exercidos e criados pelos participantes, originados por convite ou em espaços oficiais, na dimensão do *Poder* – visível, invisível ou velado, e dos *Lugares* – locais, nacionais e globais. As dimensões apresentadas, de acordo com o autor, serão

definidoras do grau de exercício da autonomia e de possibilidades de emancipação do coletivo (Gaventa, 2017).

As mudanças que o Poder pode exercer nesses espaços geram alterações no coletivo na percepção de uma governança designando novos moldes de governo, novos espaços de engajamento e participação, e a circulação de novas relações públicas (Guerra, 2006). Uma governança que também significa em mudanças nas relações locais, nacionais e globais, alterando o entendimento de onde o poder está localizado e onde ele pode ser exercido. A nova forma de governo constitui uma transição no papel do conhecimento e da experiência, criando novos limites que afetam as vozes que entram nos processos de política e cujo conhecimento e formação são extremamente relevantes. De acordo com Walter Rodrigues,

“Os princípios da governança exigem, justamente, que o planeamento seja participado, isto é, que seja realizado em parceria pelos actores que o vão colocar em prática, executando-o, na concretização dos objectivos e acções planeadas. Do mesmo modo que ele deverá permitir, também, a participação alargada dos actores directamente afectados por essas acções, enquanto decisores, técnicos ou população-alvo. Acresce que para ser efectivamente estratégico o planeamento terá de implicar convenientemente, desde o primeiro momento, a generalidade dos actores” (Rodrigues, 2005:26).

O conceito expõe também, uma proposta de reinvenção democrática que demanda urgência em novas formas de participação política. A execução de poder popular e de exercício democrático coletivo realizado pelo OP, confronta a ideia central da crise das democracias e de um pensamento hegemônico das ciências sociais, centrada em uma razão eurocêntrica e indolente incapaz de renovar e reinventar a teoria e a Emancipação Social (Santos, 2007)²⁹⁵. As experiências dos processos, observadas em Porto Alegre e Lisboa, foram atestadas como caminhos para uma nova concepção democrática e como realidade efetiva e diferenciada de uma Tecnologia Social emancipatória. A proposta que Michael Burawoy apresenta em sua metodologia de Caso Alargado²⁹⁶ é registrada no processo do OP quando aborda etapas individuais e coletivas em pequenos (micro) e grandes territórios multiplicando-se no mundo todo (macro).

²⁹⁵ Abordado no Capítulo 2.3.3 – A Emancipação Social.

²⁹⁶ Abordado no Capítulo 1 – Curso Metodológico de Pesquisa.

O estabelecimento de uma nova constituição da democracia para enfrentar a crise estabelecida, também escopo desta pesquisa, foi constituir uma concepção de Democracia ajustada, que fornecesse “as bases para o desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e valores, que criam e reproduzem práticas de solidariedade, participação e busca efetiva da igualdade” segundo Antoni Aguiló (CES, 2012:72), e ainda, assegurasse a garantia dos direitos consolidados para uma cidadania plena como direitos civis, sociais, econômicos, coletivos, e o direito da humanidade à democracia, à informação e ao pluralismo²⁹⁷ (Santos, 2009).

O conceito de Democracia, junto com a participação, a deliberação e o exercício de uma cidadania plena, tornou-se sustentação e fio condutor na análise dos contextos dos OPs, requisito para a intenção emancipatória que a pesquisa tencionava. A investigação, para isso, necessitou de uma avaliação de toda conjuntura da investigação. A pesquisa analisou instâncias como os processos de OP, que se concretizavam como novas esferas públicas em uma democracia liberal representativa instalada, e as democracias deliberativas e participativas que se exercitavam e se impunham desde o final do século passado, como também o contexto das ferramentas das Tecnologias de Informação e Comunicação, utilizadas e declaradas como ferramentas soberanas e democráticas deste novo século.

A classificação dos OPs em Plenos (*Full*) e Simbólicos (*Symbolic*), realizada por Dan Williams, Thad Calabese e Samuli Harju (2018), reforça a importância do acesso à tomada de decisão orçamentária para controle de uma parcela dos recursos públicos pela população. A classificação do efeito desse redirecionamento acrescenta o engajamento cidadão como mudança transformadora, cujos processos variam da consulta à decisão direta. As *Dimensões do Orçamento Participativo* registradas nos processos e nas democracias instaladas classifica os processos do OP como *Full & Symbolic*

A figura abaixo registra as dimensões dos Orçamentos Participativos através de escalas como, reflexo, significância, influência, e impacto da alocação e realocação das quantias designadas, e a influência e mudanças analisada e efetivadas nas Democracias Consultivas e Diretas.

²⁹⁷ Abordado no Capítulo 2.2.3 – Evolução do conceito de TS no Brasil.

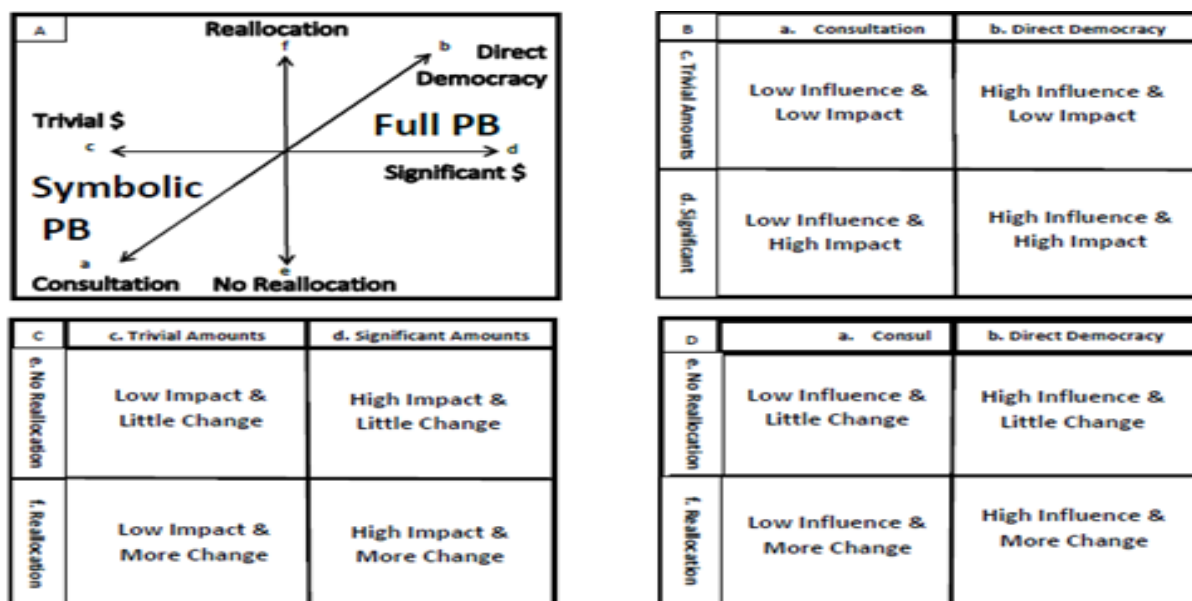


Figura 16 – Dimensões do Orçamento Participativo
Fonte: Williams, Calabese & Harju (2018).

Os processos no formato consultivo, segundo os autores, com recomendações (simbólicas) de alteração para os atores políticos e especialistas tradicionais, geram impacto mínimo e mudança reduzida. A democracia direta, entretanto, que envolve poder de decisão compartilhada e classifica o OP como Pleno/*Full*, define a função das autoridades eleitas para implementação das deliberações coletivas, um indicativo de alto impacto, influência e de mudança real aos beneficiários dos fundos.

A constituição dos espaços coletivos dos Orçamentos Participativos, com valores democráticos estabelecidos como contexto de pesquisa, tinha como objetivo identificar a construção da emancipação pelos espaços e ferramentas tecnológicas utilizadas a partir da definição das Tecnologias Sociais. O contexto de relevância política, pontual, histórico e condutor da definição e construção das ferramentas digitais em todas as esferas, sempre teve como base o capitalismo e seu conceito determinista de eficiência e eficácia dos processos, e de exclusão social.

A condução de uma análise do caminho das ciências tecnológicas a partir do conceito de cibernética (Wiener, 1968), da teoria crítica das tecnologias (Feenberg, 2002) e da filosofia dos modernos (Rossi, 1992), foi base para a adoção das Tecnologias Sociais como ferramenta fomentadora de poder de decisão e autonomia da sociedade. A partir da definição teórica e da práxis da Tecnologia Social registrada e mantida pela Fundação Banco do Brasil (2017) em sua base de dados, os exercícios e processos do Orçamento Participativo se consolidaram como

concepção de circunstâncias democráticas em territórios diferenciados, e como processo emancipatório pelo percurso de construção registrado até o período analisado pela pesquisa.

A tecnologia social foi definida como ferramenta com possibilidade emancipatória individual e coletiva, e também com capacidade de “ampliar os limites da cidadania, ao aproximar os problemas coletivos das soluções, aperfeiçoar as práticas sociais, e de possibilitar e contribuir para que novos significados de produção de conhecimento seja construída” (ITS, 2004:121-123). O OP, como tecnologia social, além de experiência política de reinvenção da democracia, se transformou numa esfera com competência para fomentar as Tecnologias digitais de Informação e de Comunicação (TICs) como Tecnologias Sociais²⁹⁸, uma das hipóteses desta pesquisa.

O OP, enquanto Tecnologia Social, tem o protagonismo de configurar processos que possibilitam a promoção e formação de colaboradores, participantes, com consciência democrática coletiva e poder de decisão. Os processos possuem a capacidade de não reproduzir os distanciamentos presentes em modelos não participativos neoliberais, como do poder público *vs* população; do patrão *vs* empregado; do político *vs* cidadão; do representante *vs* representados; dos especialistas *vs* leigos; entre outros. O OP, portanto, como ferramenta e tecnologia social constituída, possui uma capacidade que passa pelo “envolvimento de cidadãos, atribuindo-lhes capacidade de decisão em processos que envolvem dimensões técnicas e que actuam na esfera de intervenção estatal, numa área tradicionalmente configurada como domínio de regulação do Estado” (Cunha *et al.*, 2010:185).

As incoerências da globalização e do neoliberalismo²⁹⁹ colocaram em xeque o mundo e a democracia nos tempos atuais. O cenário, segundo Conti (2010), deve ser coordenado entre os protagonistas-pessoas, e não entre objetos, mercadorias ou produtos. A intenção de coletivamente reinventar as relações é definida em três eixos contrapostos da gestão social e do Estado, do setor produtivo privado e do trabalhador, e dos empresários e da Sociedade Civil organizada. A definição dessas novas relações indica um Estado-social definido como um Estado das Tecnologias Sociais.

Este Estado-social como Tecnologia Social, de acordo com Carlos Castro³⁰⁰ pode se constituir a partir das estruturas institucionalizadas, da seguinte forma: um Executivo como uma Tecnologia da Convivência – que coordena a ampliação do conhecimento, a governação e políticas públicas; uma sociedade configurada pelo Legislativo – que detém a Tecnologia da

²⁹⁸ Abordado no Capítulo 3.4 – Tecnologia digital – inclusão social e construção da Tecnologia Social Digital,

²⁹⁹ Abordado no Capítulo 2.1.2 – Panorama da tecnologia no século XX e o contexto atual.

³⁰⁰ Anexo B2.6 – Entrevistas OP Porto Alegre – 2014.

Aprendizagem, concentrando-se em conservar a vida, o meio ambiente, a civilização; uma população representada pelo Judiciário – significando a Tecnologia da Comunicação, que dinamiza, amplia e difunde as competências, como a educação; e uma Cultura – centrada na Tecnologia da Informação, que propague as mudanças nos processos, nas práticas organizacionais.

A prerrogativa de um Estado-social como um Estado das Tecnologias Sociais possui a capacidade de produzir processos como os do OP e ferramentas como as plataformas de participação cidadã. As tecnologias desenvolvidas como TSs são motivadoras da comunicação, da autoridade compartilhada, do exercício de poder com deliberação coletiva efetiva, da formação de espaço público com interesses comuns, e de facilitar a transformação e apoderamento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação pela sociedade. Os estudos, entretanto, afirmam que ainda existe a falta de instrumentos adequados na *e*-participação para as funções de deliberação pública e tomada de decisões, e de ferramentas de análise técnica principalmente para garantir a privacidade, a segurança e para incrementar a confiança dos cidadãos nos processos de participação digital (Rodriguez-Bolivar *et al.*, 2018).

As plataformas de participação cidadã (Penteado *et al.*, 2019) são importantes instrumentos de ampliação da participação política em consequência da articulação entre governos, partidos e sociedade civil que atuam em busca de tal objetivo, mobilizados pelo interesse comum. Os exemplos já ratificados são as plataformas *Decide Madrid* (2015) e *Decidim Barcelona* (2016) desenvolvidas pelas respectivas prefeituras na Espanha, e a plataforma *Cultura Digital ponto BR* (2011) utilizada para definição do Marco Civil³⁰¹ pela sociedade envolvida no Brasil.

A plataforma *Decide Madrid*³⁰² disponibiliza formas de participação como Debates, Propostas, Orçamento Participativo, Seção de votação, Debates em processos legislativos, etc. A plataforma *Decidim Bracelona*³⁰³ disponibiliza, além de consulta cidadã, funções com regras de quórum mínimo para: incluir um ponto em uma “ordem do dia” da Câmara Municipal, realizar propostas, convocar audiência pública, solicitar a criação de um novo órgão de participação, iniciar a aprovação de uma lei, convocar conselho de bairro, entre outras (Penteado *et al.*, 2019). A plataforma do Marco Civil no Brasil, com outro objetivo, disponibilizou uma ferramenta de debate virtual e de expressão pública dos atores e grupos

³⁰¹ Consultado em 18 maio de 2023, em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/cultura-digital-e-o-marco-civil-da-internet-no-brasil/1427100937>

³⁰² Consultado em 18 maio de 2023, em <https://decide.madrid.es/>

³⁰³ Consultado em 18 maio de 2023, em <https://www.decidim.barcelona/?locale=es>

sociais, como os representantes da academia, da sociedade, do governo e do setor empresarial (Andrade, 2014). A participação da sociedade civil ficou registrada pela entrega de mais de 340 mil assinaturas em favor da aprovação do Projeto de Lei 2126/2011.

A classificação das tecnologias digitais, com tal grau de importância de ação, se estabelece com as características da TS de proporcionar participação e autonomia entre sujeitos e instituições. As tecnologias digitais sem domínio do coletivo, entretanto, tornam-se ferramentas de poder e controle sobre tudo e todos, como a Inteligência Artificial nos dias de hoje. O controle inserido na própria concepção técnica, revista de Wiener (1968)³⁰⁴, define a cibernética com o objetivo de desenvolver linguagens e procedimentos para monitorar a comunicação em geral entre pessoas ou máquinas. O processo de comunicação é executado tecnicamente através da transmissão por mensagens, do retorno do entendimento da mensagem recebida, e acrescida de informações originadas no receptor e na realimentação.

Os autores Hacker e Dijk (2000)³⁰⁵ reafirmam essa definição, de comunicação tecnológica, ressaltando a importância de individualizar uma *dimensão espacial* (comunicação de mão dupla, ação e reação), uma *dimensão temporal* (comunicação sincrônica), uma *dimensão de ação* (grau de controle da comunicação pelos atores envolvidos com possibilidade da troca de papéis conforme o tempo e o conteúdo da comunicação) e uma *dimensão mental* (que diz respeito à inteligibilidade dos contextos e à compreensão partilhada). A última dimensão parece ser o único nível que combina de maneira simétrica a interação face a face com o uso de TIC.

O desenvolvimento das tecnologias conforme históricos registrados, como os artefatos gregos e da Revolução Industrial no século XVIII, geraram consequências na classe trabalhadora pela falta de controle registradas e questionadas por Marx (1996)³⁰⁶. A evolução das ferramentas tecnológicas a partir do século 20, certificadas pela sociedade e registradas pela experiência pessoal e profissional da pesquisadora desde os anos 80, assinalou um desenvolvimento centralizado na eficiência e eficácia e exclusão da população nos processos de decisão. O contexto desse desenvolvimento, similar ao de Karl Marx, fundamentou-se na produtividade alcançada na redução de custos pela substituição da mão de obra. Os serviços diários, administrativos e repetitivos como folha de pagamento, contabilidade, serviços especialistas como os de chão de fábrica das indústrias, foram se instalando e se consolidando chegando hoje à uma Inteligência Artificial, sempre sem o controle da sociedade.

³⁰⁴ Abordado no Capítulo 2.1.1 – Breve evolução das Ciências.

³⁰⁵ Abordado no Capítulo 3.4 – Tecnologia digital - inclusão social e construção da Tecnologia Social Digital.

³⁰⁶ Abordado no capítulo 2.1.1 Breve evolução das ciências.

A área de administração pública, instalada na concepção neoliberal da visão cliente / mercado e da eficiência da administração pública, adotou a tecnologia digital nas práticas administrativas para agilizar processos, oferecer serviços, dispor informações, e incrementar práticas políticas à população. A utilização dos meios de comunicação e informação produzidas pelas tecnologias digitais, como a internet, declaram uma intenção de dar agilidade e transparência às administrações públicas e de incrementar a confiança nos governos. A consolidação, sempre em evolução, dos serviços administrativos tanto públicos como privados através das tecnologias digitais, cria a possibilidade de avançar no potencial de comunicação e participação democrática através dessas ferramentas, pela sociedade. A evolução das tecnologias digitais, numa perspectiva da TS depende essencialmente de uma sociedade democrática consolidada política e socialmente.

A falta de acesso às redes de comunicação e das tecnologias digitais, além de gerar dificuldades e frustração individual e coletivamente, também reproduz uma desqualificação subjetiva cidadã que gera uma incapacidade cognitiva³⁰⁷ já diagnosticada com os agricultores (Rossal, 2012). A possibilidade de inverter a baixa autoestima e a autodesqualificação social, segundo Bobbio, ocorre através da educação, da informação, do conhecimento de direitos e deveres, individuais e coletivos, da emancipação como um objetivo que contribui com a própria sobrevivência (Bobbio, 1997:18).

A agregação das potencialidades de participação e cooperação disponibilizadas ou ainda em desenvolvimento para ferramentas digitais e processos participativos, sob o conceito da Tecnologia Social, é uma possibilidade em várias áreas e praticamente em todas as fases dos processos de decisão. A constatação é que os processos e ferramentas possuem potenciais de construção da autonomia e da emancipação muito maiores do que são desenvolvidos.

A criação de espaços digitais de formação de opinião e de decisão em redes e *on-line* é sítio em teste e discussão, e tem como objetivo possibilitar relações democráticas entre todos e em todos os territórios. As tecnologias sociais possibilitam repensar a Emancipação Social, requisito fundamental de uma democracia, em que a eterna vigilância representa o maior requisito para sua manutenção. A vigilância como diligência transformadora só pode ser exercitada, em princípio, a partir de processos e ferramentas referendadas como Tecnologias Sociais.

³⁰⁷ Em países como a Coreia do Sul, esse aspecto torna-se central na construção dos OPs, sempre acompanhados por “Escolas de OP” que visam formar as pessoas participantes em paralelo ao desenvolvimento dos processos (ver Sintomer, Herzberg e Allegretti, 2010).

5 CONCLUSÃO

A partir das lentes epistemológicas ancoradas na teoria Crítica – em concreto, estudos críticos da tecnologia e as Epistemologias do Sul – esta tese analisou dois processos de Orçamento Participativo, os OPs de Lisboa e de Porto Alegre. Para tal, o conceito de emancipação foi fundamental, tendo sido operacionalizado levando em conta várias dimensões, especificamente: a validação de vários saberes (Ecologia de Saberes de Santos, 2007), a contra-hegemonia transescalar (Santos e Meneses, 2010), a participação, autonomia e a liberdade conquistadas através da Educação (Freire, 1974, 1996, 1977), e as várias dimensões de análise das ferramentas tecnológicas (Wiener, 1968; Feenberg, 2002; Dagnino, 2008; Rossi, 1992). Assim, esta tese pôde identificar as conquistas realizadas individual e coletivamente e, assim, avaliar a caracterização do OP como nova experiência democrática e renovada Esfera Pública. Apesar das diversidades de cada conjuntura, este estudo conseguiu identificar conquistas abstratas e estruturais convergentes e que permitem extrapolações interessantes na construção do conhecimento sobre OP.

O surgimento do Orçamento Participativo ao sul do Brasil em 1989 concretizou, além de práticas das propriedades da Tecnologia Social e de seu sentido filosófico, o desenvolvimento e a possibilidade teórica de reinvenção da emancipação na perspectiva de Santos (2007). Para Santos e Meneses (2010), esse processo ocorre de forma *transescalar*, em que manifestações surgem de países periféricos e de suas bases sociais – Sul global. Do mesmo modo, Paula Meneses (CES, 2012:200), já dizia que os processos que se definem como espaços de soluções alternativas e de novos desafios contra-hegemônicos, são respostas para “as crises” que passam pela apropriação e invenção de esferas públicas que ganham forma e outros modos de pensar a sociedade e habitar o mundo. Esses estudos de caso, portanto, mostram que, além das conquistas epistemológicas irrefutáveis, os processos são movimentos revolucionários com possibilidade de questionar o capitalismo estrutural instaurado.

Assim, esta tese pôde identificar as conquistas realizadas individual e coletivamente e, assim, avaliar a caracterização do OP como nova experiência democrática e renovada Esfera Pública. Apesar das diversidades de cada conjuntura foram reconhecidas conquistas abstratas e estruturais convergentes, que permitiram extrapolações interessantes na construção do conhecimento sobre OP. Os exemplos de espaços significativos como os Orçamentos Participativos (OPs), trabalhados nesta tese, foram utilizados para identificar como *as Tecnologias Sociais e as suas ferramentas Digitais atuam na Construção de Espaços de Emancipação*. A justificativa para esta avaliação foi a tendência de aplicação das tecnologias

De forma crescente, na última década, os processos de OP vem sendo acompanhados e facilitados pelo uso de ferramentas digitais relacionadas com as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Assim, a presente tese tem analisado os contextos a partir da centralidade do conceito de Tecnologia Social, que definimos como uma ferramenta que proporciona aplicar conhecimentos populares e científicos buscando gerar impactos sociais como, ampliação democrática, redução de desigualdades e melhoria das condições de vida.

A análise das conquistas e do empoderamento social nos contextos do OP de Lisboa e Porto Alegre, objetivo central desta investigação, registrou três componentes fundamentais à emancipação em espaços públicos de participação cidadã: um contexto político democrático que possibilita o exercício da deliberação, o compartilhamento do conhecimento que só é possível a partir da formação dos seus sujeitos, e a autonomia que só ocorre quando os cidadãos estão envolvidos no processo por dominarem o conhecimento.

5.1 Síntese da pesquisa

O propósito desta pesquisa foi verificar *em que medida o OP e suas ferramentas digitais poderiam configurar-se como Tecnologias Sociais*, identificando se a aplicação das ferramentas digitais de comunicação e informação em esferas públicas ocorre com potencial para a emancipação democrática e cidadã. Buscou-se também, averiguar se as tecnologias digitais, utilizadas fundamentalmente como instrumentos técnicos administrativos e designadas como democracia virtual ou *e-democracy*, constituem-se como processo e instrumento democrático nos contextos e períodos analisados. A estrutura da pesquisa utilizada conduziu, a partir dos alicerces teóricos³⁰⁸, a realização dessa investigação nas áreas do conhecimento da tecnologia e da emancipação, e tiveram como base o conceito de Cibernética de Norbert Wiener, da Teoria Crítica de Andrew Feenberg, da escola da Educação Libertária de Paulo Freire e da proposta de Renovação da Emancipação Social de Boaventura de Sousa Santos.

O conceito de Tecnologia Social (ITS,2004) foi sustentado também no debate em torno das questões filosóficas das tecnologias de Andrew Feenberg e pela proposta da Tecnociência Solidária de Renato Dagnino. O suporte das práxis com TS efetuado pela pesquisadora foi construído a partir do levantamento e cadastramento das aplicações efetivadas no início do ano

³⁰⁸ Abordado no Capítulo 2 – Concepção de Tecnologia, Tecnologia Social e Emancipação.

2000 pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil, 2004), e na administração, seleção e certificação das tecnologias identificadas como TSs pela Fundação Banco do Brasil (FBB, 2017)).

As práticas, que também consolidaram o conceito de Tecnologia Social, foram as experiências estabelecidas em Santa Catarina com os agricultores, a administração do Jornal Boca de Rua e a constituição e execução do projeto Boquinha Livre. A identificação da construção da emancipação foi respaldada pelas metodologias aplicadas nos espaços dos Orçamentos Participativos em Lisboa (2012) e em Porto Alegre (2014), consolidadas nas hipóteses elencadas³⁰⁹, e de um conceito de Tecnologia Social já consolidado.

As tecnologias no contexto de uma abordagem à cibernética³¹⁰, geradas em um universo organizado e determinista da física (Wiener, 1968), foram investigadas a partir dos mecanismos de comunicação e controle entre máquinas e humanos, formulando as teorias das máquinas chamadas digitais. Na relação entre ciência e tecnologia, em que a ciência questiona e a tecnologia busca o controle e a utilidade, a discussão se relaciona à aspectos libertadores, cuja racionalidade está sedimentada nos sistemas de dominação. Esse debate coloca em questão a promoção de uma eficácia e eficiência (Benini *et al.*, 2011; Santos, 2007; Lascoumes e Les Galès, 2007), disseminada por uma tecnologia desenvolvida e controlada quase unilateralmente pelo poder de decisão dos proprietários e dos especialistas, quando o presente e futuro da própria vida é afetada³¹¹.

As respostas às perguntas desta investigação, relativas às possibilidades de propiciar formas de emancipação através dos objetos de pesquisa aqui propostos, formalizaram os espaços do OP como tecnologia social e espaço propício para o empoderamento cidadão. A realização destas conquistas, em ambas as cidades, foi claramente registrada no crescimento da participação, intervenção e contestação das mulheres (Fedozzi *et al.*, 2013), de uma população feminina desejosa de participar, aprender e decidir sobre suas realidades³¹². Estes movimentos foram registrados nos depoimentos realizados em Porto Alegre (Matos, 2009), como consequência da autonomia conquistada e de construção de emancipação. O processo se realizou em uma conjuntura de desagregação causada pela expansão global da economia, e na vigência de um sistema de despolitização da participação que não propiciava nem corroborava com a emancipação (Dagnino, 2004).

³⁰⁹ Abordado na Introdução – Pergunta de pesquisa.

³¹⁰ Abordado no Capítulo 2.1 – A evolução da ciência e da tecnologia.

³¹¹ Abordado no Capítulo 4.2.1 Leitura cruzada dos processos dos OPs nas cidades de Porto Alegre e Lisboa

³¹² Abordado no Capítulo 3.1.2 – A participação como processo democrático.

A pergunta central que norteou esta tese questionava se o Orçamento Participativo e suas ferramentas digitais poderiam configurar-se como Tecnologia Social³¹³. A procura da resposta se articulou em torno de hipóteses que questionava se o OP, enquanto Tecnologia Social, possuía a capacidade de fomentar “novas esferas públicas”, espaços públicos e coletivos criados através de decisão democrática e da promoção de elementos emancipatórios em seus participantes (Freire, 1996). A indagação abrangeu também, a expansão do uso das ferramentas digitais para potencializar, não apenas uma tecnologia centrada na promoção do seu uso social, mas com perspectivas e potencialidades públicas, democráticas e coletivas em todas as suas fases, da concepção ao controle e gerenciamento³¹⁴.

Os contextos políticos e democráticos, que marcaram as duas cidades nos períodos da pesquisa de campo, possibilitaram a criação de um processo de OP assinalado por elementos de empoderamento da população participante. A predisposição dos governos locais, para a democratização das decisões e distribuição dos recursos orçamentários³¹⁵, foram fundamentais para o estabelecimento e fundamentação dos OPs como Tecnologia Social. Esse empoderamento pode ser também confirmado por outros estudos sobre OPs, cujas principais variáveis incluíram o acesso da sociedade civil à informação considerada vital para a participação ativa, bem como a presença de fatores de capital social e humano no âmbito da sociedade civil (Alsop, Bertelsen & Holland, 2006)³¹⁶, aspectos que o processo do OP realiza em sua essência.

5.2 A pesquisa e a dinâmica das tecnologias sociais no contexto do OP

A escolha pelo estudo de processos democráticos na contemporaneidade tornou o Orçamento Participativo o espaço ideal para o propósito de pesquisa definido, tanto por utilizar conceitos da Tecnologia Social em sua estruturação, como por possibilitar o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas no mesmo conceito potencializador da emancipação social. Os

³¹³ Abordado na Introdução – Pergunta de pesquisa.

³¹⁴ Abordado na Introdução – Justificativas e hipóteses.

³¹⁵ Abordado no Capítulo 3 – O Orçamento Participativo como Tecnologia Social (Regimento Interno de POA).

³¹⁶ Estudo realizado pelo Banco Mundial a partir das experiências no Brasil, EUA e África Subsaariana (Alsop et al., 2006).

parâmetros definidos para a condução da pesquisa possibilitaram a constituição do processo do OP como, nova Esfera Pública e campo de pesquisa realizado no contexto dos OPs, identificou as propostas para uma Emancipação Social registradas nos estatutos e nos princípios de instalação dos OPs que refletiam conceitos sociais emancipatórios.

A reinvenção da emancipação social (Santos, 2017) identificada no espaço do OP de Porto Alegre foi praticada durante toda a constituição do processo e valorizada, entre outras, por ações propiciadas pela participação inclusiva da maioria das organizações sociais representantes da sociedade como, associações de bairro, cooperativas, comissões de rua, movimentos sociais, classes profissionais, grupos religiosos, agregando o poder decisão de todos os participantes referendado nas assembleias em todas as instâncias³¹⁷. O estudo resultou o fato, de que a ampliação da participação e da capacitação civil de suas populações nos OPs, foi proporcionado a partir do envolvimento das regiões de periferia em Porto Alegre, assim como, das freguesias e bairros periféricos em Lisboa. A certificação de referências encontradas nos processos permite afirmar que, o Orçamento Participativo e suas ferramentas avaliadas nas cidades de Porto Alegre e Lisboa, contribuíram na produção de autonomia e emancipação cidadã dos participantes. Os procedimentos das duas cidades, mesmo que assimétricos nas suas definições e execução, geraram ações capazes de ampliar os benefícios produzidos para a sociedade.

A confirmação do OP, como fomentador emancipatório dos sujeitos e do seu entorno, foi registrada nas falas dos participantes e na análise qualitativa³¹⁸ do material de pesquisa. A potencialização, e o empoderamento das/dos participantes, foi identificada e registrada nas manifestações presenciais das mulheres nas assembleias, pelos representantes de vários setores da sociedade, pela população vulnerável das periferias e da sociedade em geral. A validação foi realizada também por experiências concretas que se articularam com o OP, como o Programa SOMOS – Programa Municipal de Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos, promovido pela Câmara Municipal³¹⁹ de Lisboa desde 2015, assim como – no caso de Porto Alegre – pela promoção de Cooperativas Habitacionais pelo Departamento de Habitação da Prefeitura³²⁰, cujo trabalho se articulou de forma eficiente com o processo do OP.

A participação estabelecida pelos direitos dos cidadãos, registrada em ambas as Constituições³²¹, foi realizada por uma população que manteve uma atenção crítica e um nível

³¹⁷ Anexo A1 – Regimento Interno OP Porto Alegre

³¹⁸ Abordado no Capítulo 4.1.3 – As perspectivas sociais da Tecnologias Sociais nos OPs.

³¹⁹ Consultado em 01 de junho de 2021, em <https://www.ves.pt/post/162129708313/o-programa-somos>

³²⁰ Consultado em 01 de maio de 2020, em <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/incentivo-ao-cooperativismo>

³²¹ Abordado no Capítulo 4.2 - Semelhanças e diferenças nos contextos dos OPs analisados.

de exigência proporcionada pela democracia vigente. No trajeto dos processos de OP observados se constata que, os avanços políticos conquistados em Porto Alegre, foram constituídos nos conceitos da Tecnologia Social e que, em Lisboa, a sua construção progredia e se consolidava a cada ciclo realizado. As respostas à pergunta central da pesquisa, e a averiguação das hipóteses relacionadas com a proposta de pesquisa, podem ser sintetizadas em referência a alguns questionamentos norteadores através dos seguintes pontos:

- 1. Compreender em que medida as tecnologias digitais potencializam ou não processos democráticos participativos como o OP e em que condições são capazes de contribuir para uma cultura política democrática que favoreça o envolvimento concreto da população nas decisões políticas.*

A análise realizada permitiu averiguar que as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação têm capacidade técnica de potencializar processos sociais democráticos, quando utilizam as prerrogativas da Tecnologia Social para sua definição e implementação que praticamente não transcorreu em ambas as cidades. Em Lisboa, por exemplo, o suporte inicial do OP ocorreu através da utilização das TICs centradas na gestão administrativa, mas com uma interação limitada dos participantes. A falta de compartilhamento do poder de decisão com a população resultou na limitação de vínculos dos participantes com o poder público. Em Porto Alegre, a limitada utilização de ferramentas tecnológicas como canais de integração com os participantes, foi sustentada e justificada por uma participação presencial massiva da população comprovadamente muito mais eficiente.

- 2. Compreender como se dão as práticas de comunicação e coparticipação durante os processos de OP, verificando se a posse ou a troca de comunicação e de informação digital pelo cidadão auxilia na efetivação democrática dos interesses dos participantes.*

O formato digital de comunicação utilizado nas administrações pelo poder público, designado como canal de transparência democrática em sua maioria centralizado na Internet, geralmente replica a organização da democracia representativa, em que a população exerce o seu poder de decisão através da eleição dos seus representantes. A representatividade utilizada em Lisboa através da eleição de projetos definidos por seu(s) auto(res) e a falta de rotatividade dos conselheiros em Porto Alegre é identificada como prática pouco democrática, transparente

e eficiente. As assembleias presenciais instituídas para debate e confronto da população com o poder público, entretanto, realizam além da votação, a troca de informações, a exposição das demandas, cobranças administrativas, entre outros.

Nos casos analisados, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação não foram empregadas como canais de intercâmbio com a população nos processos de OP, contradizendo as concepções que definem os componentes da cidadania digital como pertencimento, exercício de direitos e participação (Moro, 2020). A cidadania digital se constrói a partir de uma população apoderada e produtora de ação coletiva, para gerar capacidade de participação e condução de debates a partir de sua formação técnica, e da deliberação das demandas definidas em seus territórios. O poder de decisão sobre o conhecimento potencializa a conscientização sobre os direitos sociais, civis e políticos, e o discernimento para uma emancipação individual e cidadã necessária para a superação da dependência social e dominação política, confirmada por pesquisa sobre empoderamento³²² e na definição de Tecnologias Sociais.

3. Verificar como processos participativos podem se caracterizar como processos emancipatórios.

O Orçamento Participativo de Porto Alegre se concretizou como Tecnologia Social na maioria das prerrogativas aqui definidas, e conseqüentemente como processo emancipatório (Freire, 1996; Marx, 1996; Santos, 2007). A ressalva importante é que a metodologia de Porto Alegre foi diferenciada em sua constituição também a partir do antecedente histórico de organização social, base que foi fundamental no envolvimento das instituições sociais e do próprio processo fundamentado na participação da comunidade e na adesão do governo³²³. As características históricas de Porto Alegre, por estes motivos, definiram uma prática de intervenção social junto ao OP construída e assimilada pela população, que se distingue pela construção de soluções na realidade local e na melhoria da vida comunitária contidas na definição das Tecnologias Sociais (ITS, 2016).

A formação da consciência dos participantes, a partir do poder de decisão conquistado, criou uma evolução política possibilitando uma libertação *freireana* individual e coletiva (Freire, 1974). O surgimento da confiança e autoestima no processo do OP, se realizou com a consciência de que ninguém conseguiria sozinho, de inclusão e de cidadania de novos sujeitos. Na teoria de Freire (1996), a participação se desenvolve efetivamente quando os sujeitos estão

³²² Pesquisa do Banco Mundial (Alsop *et al.*, 2006).

³²³ Abordado no Capítulo 3.2.1 – A cidade de Porto Alegre, a história e sua organização comunitária

diretamente envolvidos na prática social, e organizados para as lutas emancipatórias e de transformação coletiva, e com conhecimento do contexto em que estão inseridos³²⁴.

O processo se realizou de forma diferenciada em ambos os processos com conquistas efetivadas e proporcionadas, principalmente, pelo acesso às informações através de instrução técnica e administrativa do OP e da cidade. O empoderamento alcançado, a partir do conhecimento e autonomia para decisão e deliberação sobre o seu município, concretizou características das tecnologias sociais transformando espaços públicos em espaços de exercício e vigilância da democracia.

4. Verificar a importância da comunicação e da informação como mediadora do diálogo entre o poder público e o cidadão.

As limitações na utilização das tecnologias digitais, no contexto da investigação, aconteceram no momento que os potenciais de mediação da comunicação e do diálogo entre poder público e cidadão não foram incrementados, desenvolvidos e nem utilizados. As suposições emancipatórias para as TICs nos processos do OP elencadas, portanto, se concretizaram de forma parcial durante o período da pesquisa. Ressalta-se que a participação efetiva e a potencialização democrática de decisão, deliberação e emancipação, como o registrado no exemplo das mulheres a partir das assembleias presenciais, poderia ter sido intensificada pelas Tecnologias de Comunicação e Informação como fomentadoras e intermediadoras de diálogo nos espaços públicos. Em Portugal em 2012, período de observação desta investigação, o Eurobarômetro registrou que cerca de 60% das pessoas não reconheciam seus direitos³²⁵. O mesmo período e contexto em que o Orçamento Participativo de Lisboa se instalava como espaço de participação e de decisão sobre parte do orçamento da cidade, na construção de um exercício democrático emancipatório. E que em Porto Alegre, com o OP em construção desde 1989 até o período de análise desta investigação, com um processo se constituindo com o potencial de emancipação e estrutura de uma Tecnologia Social.

A concretização da TS e a conquista da emancipação pretendida, a partir da mudança de postura dos participantes em relação ao poder público, provocou uma soberania na vida privada e social da comunidade. A transformação ocorreu principalmente, pela participação presencial nas assembleias locais de definição das demandas, e dos fóruns abertos para a população de debate e discussão das realidades sociais em seus territórios. A população

³²⁴ Abordado no Capítulo 2.3.1 – A Emancipação e a Liberdade.

³²⁵ Eurobarômetro 2012, em “A crise e a governação económica na Europa”. Consultado em 05 de julho de 2020, em <https://data.europa.eu/data/datasets/2012-crisis-and-economic-governance-v?locale=pt>

organizada e posicionada nas suas necessidades, com conhecimento dos seus processos e discutindo com autonomia de igual para igual com o poder público, foram os componentes da emancipação conquistada ³²⁶.

5.3 Os contextos estudados e as relações de poder existentes

A pergunta central da tese, formulada se, o Orçamento Participativo e suas ferramentas digitais podem configurar-se como Tecnologia Social³²⁷ possibilitando a construção de espaços de emancipação, admite respostas definidas nos objetos de pesquisa como os espaços democráticos e as relações de participação social dos sujeitos participantes nos processos observados. O exercício para incrementar e manter a democracia nesses espaços públicos, reflete a medida da natureza e da validade do conhecimento adquirido, que auxilia na objetivação do exercício de liberdade, de autonomia e de emancipação social e política (Freire, 1974; Marx, 1996; Santos, 2007; Baiocchi *et al.*, 2014).

Acompanhando e observando o comportamento dos participantes nas assembleias dos OPs, e da participação incisiva da população em Porto Alegre, constatou-se uma mobilização ativa de contestação ao poder público, a partir do conhecimento adquirido. As assembleias presenciais, com os representantes do governo e do OP, foram geralmente tensas e com muita cobrança por parte da população denotando uma consciência cidadã dos participantes. Um comportamento que surpreendeu, pois em Lisboa, a pesquisa de campo indicou que as assembleias de 2012 não geraram reações ou cobranças dos participantes, nem sobre a redução pela autarquia de 50% do valor designado para o OP nos anos anteriores, confirmando uma alienação dos participantes talvez por falta de informação, ou a hierarquização do processo de decisão.

As diferenças nas características e definições dos processos de OP, em Lisboa e Porto Alegre, ficaram evidentes na avaliação das *semelhanças e diferenças* discriminadas³²⁸. A estruturação, identificada na definição dos processos e na diferença de comportamento dos participantes nas assembleias, registraram a composição de uma Tecnologia Social a partir da demarcação de componentes relevantes. A conclusão remete ao fato que, entre outros fatores,

³²⁶ Abordado no Capítulo 4.1.2, nos registros das assembleias realizadas.

³²⁷ Abordado na Introdução – Pergunta de pesquisa.

³²⁸ Abordado no Capítulo 4.2.2 – Descrição semelhanças e diferenças nos processos de OPs analisados como TS.

a formação e a divulgação das informações técnicas relativas às propostas e às políticas imaginadas pelos participantes, aconteceu parcialmente em Lisboa, pois a autarquia e o corpo técnico mantiveram um papel forte de “gatekeeper” em relação aos cidadãos participantes. Em Porto Alegre ocorreu de forma mais abrangente, a partir da participação do COP nas determinações junto ao poder público. Além disso, a força da representação coletiva e da autogestão dos espaços do OP de Porto Alegre demonstraram que a deliberação foi realizada em Porto Alegre, através da fusão da representação e participação democrática nas decisões, enquanto em Lisboa o controle do processo do OP e das suas decisões finais manteve-se mais centralizado na representação do poder público e na participação parcial dos participantes.

O registro da observação realizada nos processos de ambas as cidades confirmou a existência de figuras mais ativas (que a literatura anglo-saxônica define como “usual suspects” (Smith, 2009), cujo protagonismo vai além do OP e envolve o exercício de funções em projetos ou conselhos de diferentes políticas públicas e sociais. O comportamento individual dos sujeitos provocou uma limitação para a participação já que muitas pessoas, por dificuldade de se expor nos grupos de discussão, simplesmente aderiam às decisões de grupos por amizade ou filiação partidária.

A presença de formas democráticas, intercaladas entre decisão direta e representativa, foi registrada nos OPs em ambas as cidades. O processo, na dimensão consultiva em Lisboa, referia-se à possibilidade dos cidadãos decidir as suas demandas alocando os investimentos definidos pelo Poder Público eleito, em seus projetos. O processo na dimensão deliberativa relacionava-se ao fato que, “os cidadãos poderiam apresentar e priorizar, através de votação, as propostas a serem integradas no plano de actividades e orçamento municipal”³²⁹. Apresentadas nos projetos definidos pelos participantes. As linhas para todo o processo seguiram a Carta de Princípios do OP, que registrava em seu artigo 3º, que o Orçamento Participativo era um processo ao mesmo tempo consultivo e deliberativo.

Ambos os processos foram alvos de críticas, em que as reclamações em Lisboa eram geradas pelo formato de decisão hierárquica apenas pelas autarquias. Uma outra crítica contundente em relação à crise do OP de Porto Alegre, no período da pesquisa, era relacionada à modificação do regimento interno realizada pelo conselho do OP em 2004, que, em ano de eleições e mudança de governo³³⁰, possibilitava a reeleição de conselheiros, o que no princípio não era permitido. A análise de artigos acadêmicos (Fedozzi, 2009; Núñez, 2010), assim como

³²⁹ Anexo A2 - Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Lisboa.

³³⁰ Em 2004, nas eleições para prefeitura de Porto Alegre, o PT perdeu após 16 anos de governo. Consultado em 15 de agosto de 2019, em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65438.html>

as entrevistas realizadas durante a investigação de campo em Porto Alegre ³³¹, evidenciou que a alteração paulatina das regras possibilitou uma reeleição, depois duas, e a seguir se consolidou indefinidamente. As mudanças foram alvo de fortes críticas, já que, além da perpetuação dos cargos, as lideranças das comunidades eleitas em assembleias tornavam-se sujeitos de manipulação pelos partidos políticos, em função da base que representavam. Neste sentido, Porto Alegre evidencia como os “gatekeepers” de um processo participativo podem formar-se também junto aos participantes, e não ser – necessariamente – realizado através de atores do âmbito administrativo-institucional.

No caso de Porto Alegre, a permanência dos conselheiros populares nos cargos por muitos períodos, além de replicar a lógica de um governo vigente em sua temporalidade, produziu processos propensos a retornar ao controle partidário, passando a ser vigiados por lideranças permanentes que utilizavam as estruturas políticas para manutenção do poder. A rotatividade dos conselheiros, no passado, tinha demonstrado capacidade de impedir a consolidação do controle exercido pela representação então vigente no Estado. A manutenção dessa prerrogativa gerou tanto a disponibilização de bens materiais como “benesses” pelo poder público, como o fornecimento de transporte da periferia para as assembleias gerais no centro da cidade, como no apoio do COP para a suspensão do OP em Porto Alegre em 2017³³².

A existência de diferentes formas de manipulação, nos processos dos OPs analisados, resultaram em intervenções como: políticos (na definição do OP em Lisboa ou na modificação da alternância dos conselheiros em Porto Alegre), técnicos (as modificações dos projetos pelos servidores ou o cancelamento do OP em Porto Alegre pelo COP e prefeitura), os epistemológicos (a influência na disponibilização das ferramentas tecnológicas como canais de comunicação em ambos os OPs) ou ainda na formação e controle do conhecimento (limitação e interdição do poder de decisão e de autonomia através dos processos realizados). As ações citadas confirmaram a presença de diferentes formas de controle político e social no âmbito do OP, que limitaram a possibilidade de fiscalização e controle dos governos pela comunidade e o empoderamento dos sujeitos, objetivo do Orçamento Participativo.

Como expressa Karl Polanyi em seu livro publicado ainda em 1944³³³, os controles são danosos quando os vínculos sociais são invertidos, no momento em que as relações sociais estão dominadas pelo sistema econômico. Essa inversão, que resultou em constituir uma sociedade

³³¹ Anexo B2.4 – Entrevistas – OP Porto Alegre - 2014;

³³² Consultado em 13 de julho de 2017, em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/suspensa-o-das-assembleias-coloca-em-xeque-orcamento-participativo-de-porto-alegre-9762659>

³³³ Abordado no Capítulo 3.1.1 – A democracia e suas transformações na sociedade.

como um produto do mercado (Polanyi, 1996), é reconhecida no controle de grandes corporações, como os sistemas financeiros, que dominam a sociedade atualmente. Nesse sentido, procedimentos de participação como os Orçamentos Participativos, funcionam como um contraponto político e social ao sistema econômico capitalista vigente, atenuando danos decorrentes do domínio das corporações devido à controles exercidos nos governos e nos seus processos.

5.4 As crises políticas e econômicas e os limites democráticos

O controle político das instituições em Portugal em 2012 com tendência neoliberal, e a crise democrática a partir de 2014 no Brasil, certificaram a instalação de um fascismo social em Estados democráticos, conceito divulgado por Boaventura de Sousa Santos já em 1998³³⁴ mas atual até os dias de hoje. Esse processo também foi realizado nas dinâmicas sociais pela eliminação compulsória das instituições e de canais ou métodos participativos. Os registros foram de enfraquecimento de espaços e esferas públicas (como o OP, as privatizações e o desmonte do estado), na segregação social (proliferação da miséria, de moradores de rua, precarização das relações de trabalho) ou, ainda, no controle dos meios de comunicação e ferramentas tecnológicas (propagação de informações fabricadas e manipuladas), segundo Santos (CES, 2012). A constatação nos períodos analisados, tanto no Brasil como em Portugal, foi que, a eliminação e limitação do diálogo com a população foi justificada pela crise e o desequilíbrio econômico-financeiro como provocadores da desordem, do medo e da insegurança.

A vulnerabilidade da população em vários países, incluindo os europeus, foi instalada como reflexo da situação econômica, em que Portugal em 2012³³⁵ registrava uma queda de 7,6% no crescimento nacional, de 4% do PIB, desemprego de 15,4 da população ativa, previsão de recessão de 3.1% ao ano, e de privatizações anunciadas na saúde e educação estimuladas

³³⁴ Publicado na sessão Opinião do Jornal Folha de São Paulo – Consultado em 11 de outubro de 2019, em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz06099808.htm> e em https://ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7738

³³⁵ Consultado em 25 de julho de 2015, em <https://www.rfi.fr/pt/geral/20120918-crise-financeira-portugal>

pela Troika / UE³³⁶. A alegação de crise também foi utilizada em Lisboa, para reduzir o número de freguesias da capital apesar dos protestos da população, e também como motivo para o corte de 50% no valor destinado ao OP. A conjuntura socioeconômica também foi utilizada no Brasil em 2014, para justificar a extinção de instituições participativas e de fomento à pesquisa estabelecidas na Constituição de 1988, para entre outras, suspender o financiamento nas áreas das ciências a partir de 2017 (CNPQ, FNDC), interromper o processo do OP (gestão de 2017-2020), e cortar subsídios ao FISL que vinha ocorrendo de forma ininterrupta desde o ano 2000 (que tornou a cidade polo de discussão internacional do *Software Livre*).

As crises utilizadas para justificar tais retrocessos democráticos, em todos os níveis, agravaram situações de instabilidade, como também, segundo Mathias Thaler (CES, 2012:68), fomentaram a incidência de uma autoridade especial, designando poderes a favor dessa mesma autoridade. O tempo dos movimentos sociais, ou as temporalidades de Santos (2007) definidas na proposta da Ecologia dos Saberes, não pressupõe que um revés administrativo e político de gestão como do OP de Lisboa e de Porto Alegre, destrua a soberania individual e coletiva conquistada pela população ao criar e constituir um poder de decisão ímpar nos processos dos Orçamentos Participativos nos últimos anos, ou mesmo que não se possa reverter as desconstruções alegadas pela crise e impostas pelo poder público.

As tecnologias digitais, outro objeto de pesquisa, comprovam que somos uma sociedade marcante nas conquistas, mas vulnerável em administrá-las e dominá-las. O exemplo atual, da Inteligência Artificial a que estamos sendo submetidos, é uma prova concreta da necessidade do controle destas ferramentas com e pela sociedade. A confirmação do descontrole dessas tecnologias, que chamou a atenção do mundo em abril de 2023, foi registrado pelo alerta emitido pela EUROPOL - *European Union Agency for Law Enforcement Cooperation*, que corrobora sobre o controle humano das tecnologias digitais também registrado na discussão desenvolvida nesta pesquisa sobre um comando exercido sob viés da Tecnologia Social.

O documento da EUROPOL (2023) adverte sobre a Inteligência Artificial – IA – que é a capacidade da máquina reproduzir raciocínio humano - salientando o uso criminoso através de *chatbots* (“robôs que conversam”) ³³⁷. Um debate também registrado por Rushkoff (2011),

³³⁶ Consultado em 03 de março de 2015, em <https://exame.com/mundo/portugal-conclui-privatizacoes-exigidas-pela-ue-e-pelo-fmi/>

³³⁷ De acordo com a EUROPOL, o uso de *Chatbots* registram três desregramentos 1) golpes de *Pishing* – crime cibernético de fraude e manipulação dos usuários; 2) *Fake News – Desinformação* – notícias falsas ou manipuladas; e 3) *Crimes Cibernéticos* – invasão de dados, extorsão e *Ransomware*- software de extorsão, bloqueio e pedido de resgate para desbloquear dados e sistemas. Consultado em 30 de março de 2023, em https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/europol_en

que afirma que o ser humano tem que ser a prioridade nas definições para a era digital pela sociedade. O autor também, a partir de seu recente livro, de debates e de entrevistas, expõe os bilionários proprietários das grandes empresas tecnológicas ao recomendar à sociedade para rechaçar suas fantasias como forma de sobrevivência (Rushkoff, 2022), cujo manifesto em contrapartida desta classe³³⁸ gerou desconfiança na sociedade e precaução na comunidade científica.

A análise realizada sugere que as tecnologias submetidas, tanto nos espaços democráticos do OP como em toda a sociedade, devem envolver o poder humano de forma urgente de todos os componentes como artefatos, sistemas, *hardwares* (máquinas) e *softwares* (programas tecnológicos). O domínio destes elementos abrange os sistemas como a *inteligência artificial*, as licenças de *softwares* proprietários, o *software* livre, a criação de *hardware* e estruturas, e em sua maioria, dominadas pelas indústrias. O controle coletivo envolve também, os filtros de manipulação e fiscalização da Informação e da Comunicação, que necessitam de regulamentação e fiscalização da sociedade.

Uma necessidade imediata, que surgiu a partir da divulgação de informações de interesse e segurança da população por ativistas das tecnologias, é a gerencia de informações de ações que submetem nações e controlam vidas, bem como da geração em grandes proporções de *fake News*³³⁹. Nesse sentido, podemos afirmar que estamos sendo *colonizados* nos moldes das Epistemologias do Sul, num colonialismo que também se supera em suas formas de dominação e eliminação dos saberes de povos e civilizações (Santos & Meneses, 2010), tornando-nos novamente subalternos ao saber-poder instituído³⁴⁰, agora através do conhecimento digital. Uma submissão que se realiza através do domínio do conhecimento e produção tecnológica de várias as formas e em quase todas as esferas.

O contexto, como o dos OPs analisados no Brasil e em Portugal, e o poder dos governos e consequentes ocorrências políticas locais e globais, impactaram as populações na sua história e no seu tempo. A transformação política em Portugal em 2015, contrária à movimentação antidemocrática no Brasil em 2016, registrou a saída de uma crise no seu auge em 2012 para uma conjuntura de coalizão política e de sustentação democrática. O país, com isso, retoma o

³³⁸ Carta aberta em que “solicitam pausa no avanço de sistemas com IA ” em que Elon Musk cita o software GPT-4 da concorrente OpenAI. Consultado 19 de março de 2023, em <https://olhardigital.com.br/2023/03/29/seguranca/efeito-europol-elon-musk-pede-pausa-no-avanco-de-sistemas-com-ia/>

³³⁹ Abordado no Capítulo 2.2.1 – A tecnologia como instrumento social.

³⁴⁰ Abordado no Capítulo 2.2.4 – Relevâncias políticas e estratégicas nas TICs.

crescimento e, com ele, a tomada de decisão local como de Lisboa, de retornar o valor dotado para o Orçamento Participativo na instalação do OP até 2012, de 2,5 para 5 milhões de euros³⁴¹.

Os procedimentos registram uma forma de democracia simbólica verificada em Lisboa no período da investigação, e plena como o OP de Porto Alegre, atestados como processos emancipatórios pelo exercício de poder de decisão em suas esferas pela sociedade. As classificações dos OPs, como plenos e simbólicos, foram realizadas por Williams, Calabrese e Harju (2018)³⁴². Os OPs, segundo os autores são Plenos (*Full*) quando as decisões são tomadas a partir do engajamento cidadão e se refletem em mudanças transformadoras, e são Simbólicos (*Symbolic*) quando não alcançam as transformações fundamentais da decisão e suas consequências. O que realmente importa do ponto de vista orçamentário, de acordo com os autores, é a decisão de realocar os fundos de propósito, a princípio definidos por elites e especialistas, para aqueles preferidos pela população recém-capacitada.

Os processos designados como Plenos (*Full*) possuem caracterizações, em relação aos participantes, similares aos definidos pela Tecnologia Social como, poder de decisão em várias instâncias, definição de regras, de deliberação de valores designados, funções encontradas no processo de Porto Alegre, mas desreguladas a partir de 2017. O OP, desde esta época, realiza o processo com demandas interrompidas e com valores irregulares, em que a revisão das regras é esparsa e a cooperação no seu *design* praticamente descontinuada³⁴³. Por estes motivos, em que as funções fundamentais para uma TS e de um processo Pleno (*Full*) foram interrompidos, é que os OPs analisados oscilam entre Plenos e Simbólicos dependendo da situação política e de governos democráticos predispostos a compartilhar o poder de decisão. A execução da deliberação em processos dos OPs provou que a população tem capacidade de construir uma autogestão, contrariando as administrações de especialistas e de governos elitistas, segundo os autores

O caminho democrático vislumbrado após a desconstrução de processos de OP, como em Porto Alegre em 2016³⁴⁴, foi de consolidar a participação coletiva como ferramenta política em processos democráticos, de forma constitucional. A sua definição, também como

³⁴¹ Consultado em 01 de novembro de 2021, em <http://portugalparticipa.pt/News/Details/f571b641-8657-4022-b971-683f693e75bf>

³⁴² Abordado no Capítulo 4.3 – O Orçamento Participativo, o poder e a reinvenção da democracia e na Figura 16 – Dimensões do Orçamento Participativo.

³⁴³ As informações da situação do OP, a partir de 2017, foram obtidas de antigos ativistas do OP, das redes de discussão do OP, e de informações publicadas na imprensa local de análise de dados (Dias *et al.* 2019). Consultado em 18 de dezembro de 2021, em https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/pensar_a_cidade/2021/12/824553-atlas-mundial-ve-extincao-do-op-em-porto-alegre.html

³⁴⁴ Abordado no Capítulo 4.2.1 – Leitura cruzada dos processos dos OPs nas cidades de Porto Alegre e Lisboa (1-b).

instrumentalização das políticas públicas para inclusão da população nos planos de administração pública, e de incrementação de suas leis orçamentárias através da representação direta e paritária, deve ser registrada e defendida como projeção futura. O que se efetivou, nesta pesquisa, foi que processos de OP concretizados como Tecnologia Social, possuem a capacidade para se consolidar e se estabelecer como ferramenta de controle e deliberação do orçamento de um município ou mesmo do estado.

A participação coletiva, segundo Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès, se reitera quando a sociologia política dos instrumentos reforça relações de poder associadas a questões de legitimidade, de politização até mesmo de despolitização da coletividade. As sociedades com mobilidade crescente e motivadas pela busca de autonomia revelam que, instrumentos participativos tem capacidade de fornecer modos adequados de regulação (Lascoumes & Le Galès, 2007:12). Os acordos incentivados indicam um Estado em retirada de suas funções tradicionais, renunciando ao seu poder, e tornando-se envolvido em modos de troca contratual. A conclusão dos autores³⁴⁵ e dessa investigação foi que, a partir das novas modalidades e funções definidas, o direito à formação, informação e comunicação através de todos os canais disponíveis são essenciais para a democracia. As estruturas nas quais são efetivadas o acesso às informações e as obrigações das autoridades públicas de informar os cidadãos, junto à crescente utilização de instrumentos de informação e comunicação, registram situações de obrigações instituídas num conceito particular de relação política.

As possibilidades políticas, sociais e econômicas do OP a partir desta investigação, surgiram também, nas reflexões realizadas na 13^a Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) em 2013 em Cascais³⁴⁶, Portugal. O seguimento das considerações teve seguimento em 2014, na 14^a Conferência OIDP em Canoas³⁴⁷, Brasil, no retorno à Porto Alegre para a pesquisa de campo. Em ambas as conferências Olívio Dutra (2017)³⁴⁸, mentor do Orçamento Participativo em Porto Alegre, reforçou uma falha na implementação do OP por sua composição ter sido apenas com as despesas sem as receitas orçamentárias. Um dos motivos apontado pelo palestrante foi que a inclusão das receitas³⁴⁹

³⁴⁵ Abordado no Capítulo 4.2.1 – Leitura cruzada dos processos dos OPs nas cidades de Porto Alegre e Lisboa (Porto Alegre f – O Governo).

³⁴⁶ Conferência Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), realizada anualmente para refletir sobre o estado da democracia participativa no mundo. A Conferência é organizada pela cidade que detém a presidência da organização, reunindo políticos locais e outras áreas responsáveis, técnicos, acadêmicos e ativistas políticos. Consultado em 30 de setembro de 2019, em <https://oidp.net/pt/conference.php>

³⁴⁷ Anexo D – Eventos – OIDP Canoas (p.375).

³⁴⁸ Prefeito de Porto Alegre 1998-1994, Governador RS 1999-2003, Ministro das Cidades 2003-2005.

³⁴⁹ O processo de inclusão da receita foi utilizado em experiência nos Estados Unidos relatada no fórum dos BRICS, em que a cidade de Vallejo na Califórnia abriu a discussão das receitas com a população devido à situação de crise financeira no município (Núñez, 2017: não paginado).

fracassou por decisão da população. Em entrevista a um jornal local em 2017, Olívio Dutra, além de repudiar a suspensão do processo do OP em Porto Alegre por motivação política, fez a avaliação sobre a tributação registrando que,

Sempre houve um tensionamento entre despesa e receita, e a discussão conjugada nunca foi aperfeiçoada em Porto Alegre. Ela se deteriorou mais. Virou uma discussão sobre as demandas, e não sobre estrutura tributária, que proporciona crescimento econômico, social e político. (Dutra, 2017)

5.5 Indicações de possibilidades futuras

A partir da análise conclusiva realizada dos contextos, das relações de poder existentes e dos limites democráticos apontados, a primeira questão a ser abordada como possibilidade futura para o OP sugerida pela pesquisa realizada é, incentivar o poder de decisão cidadã, incrementar a democratização da gestão pública, e consolidar a participação e a comunicação efetiva e direta da população com o poder público. Assim como esta pesquisa, autores como Wrangler *et al.* (2021), concluíram que as eficiências e mudanças observadas a partir do início dos processos do OP, vão desde participações mais abertas e mais próximas da sociedade civil, até o formato de tomada de decisão que se tornou consensual, gerando mais unidade e solidariedade no processo.

A primeira questão relativa ao OP é que, uma definição cidadã de regras que contribui para que a gestão pública melhor atenda às necessidades da população, especialmente daquela marginalizada e de baixa renda, é definitivamente essencial para a efetivação democrática do processo. As perspectivas, remetem também, à uma melhoria da administração do próprio processo do OP, com o aumento da transparência dos recursos utilizados e das condições de trabalho dos envolvidos. Ainda, segundo os autores e esta pesquisa, o incentivo a uma maior competitividade na área política deve ser incrementada através da participação de vários partidos políticos e de diferentes movimentos sociais, possibilitando a instalação de governos mais abertos com maior ressonância das demandas da população.

A continuidade do processo do OP, segundo Carolin Hagelskamp, Josh Lerner e Nikhil Kurnarn, também depende da implementação de instrumentos necessários à ampliação de todos os elementos que o compõem. Os componentes destas ferramentas são definidos como *inputs* (dinheiro alocado, plano gerencial), *atividades* (propostas, ideias, revisões e prestações

coletivas), *resultados* (comunidade civil envolvida, conhecimento adquirido, interlocução entre os atores), *impactos* (educação contínua e de longo prazo, confiabilidade no governo, participação ativa), *evidências dos resultados* (envolvimento da comunidade de baixa renda, atração das periferias, aprendizado e empoderamento emancipatórios) e os *impactos a longo prazo* (organização da sociedade, importância dos contextos nos processos políticos e econômicos, modelos de gestão, centralização etc.) (Hagelskamp *et al.* (2021).

Os instrumentos discriminados, registrados pela *Theory of Change*³⁵⁰, são também sistematizados pela Organização *People Powered*, uma organização global focada na democracia participativa que verifica e analisa os impactos e reflexos de novas teorias potenciais do OP. As ponderações realizadas por organizações, autores e investigadores, convergem para a necessidade de um contínuo aprimoramento e evolução de todo o processo. O que essa investigação complementa, é que, a intensificação na implementação das tecnologias digitais como sociais e emancipatórias, deve necessariamente unir a participação presencial (de extrema importância para o exercício democrático e cidadão) e o virtual (facilitador em grandes populações e distâncias), criando um canal híbrido de comunicação, debate e principalmente de decisão entre o poder público e a população. A eficiência do processo, referendado nos OPs, torna obrigatório assinalar questões analisadas na investigação que demonstram que períodos selecionados e casos analisados, não alcançaram um desenvolvimento de tecnologias digitais com os potenciais teóricos apontados pela literatura de uma ferramenta que provoca participação autônoma e emancipatória.

Uma das conclusões da presente tese é que, a análise e o estudo contínuo do processo do OP são indispensáveis para sua revisão e retomada futura como ferramenta de fortalecimento da democracia. A necessidade é de desenvolvimento de dispositivos que acompanhem a sua natureza como instrumento evolutivo e incremental, e que no tempo vai modificando as suas regras e arquitetura de funcionamento. A permanente monitorização e avaliação do processo participativo, também é essencial para a evolução e realização de exercícios autônomos e libertários (Freire, 1996), ressaltando o momento atual de incertezas políticas nos processos democráticos, com julgamentos pragmáticos, desvantajosos e de desconfiguração de instituições de participação. Essa análise é apropriada, também, para avaliação das falhas, das soluções e das manipulações políticas das metodologias executadas, ou em parâmetro maior, como a constituição do OP em resistência à perspectiva Sul global da lógica capitalista

³⁵⁰ Consultado em 25 de outubro de 2021, em <https://www.peoplepowered.org/news-content/introducing-a-global-theory-of-change-for-participatory-budgeting>

impessoal e devastadora, causadora de uma ordem política e econômica injusta e desigual (Santos & Meneses, 2010).

Outra conclusão, inquirida pela investigadora, seria a institucionalização do processo do OP como Lei com as prerrogativas emancipatórias das Tecnologias Sociais, identificadas na teoria e na prática da pesquisa realizada. A evolução neste caso, segundo Renato Dagnino, seria no campo da *policy* (das políticas públicas) e não no campo vigente das *politics* (em que projetos e coalizões políticas em disputa, através de um processo decisório, determinam as políticas públicas), cujo controle orçamentário do Estado está, até a presente data, garantido pelas Constituições de ambos os países (Dagnino, 2010:16). A proposta inédita da pesquisadora, segundo o diretor da prefeitura de Porto Alegre entrevistado³⁵¹, esbarra na estrutura constitucional, cuja elaboração e produção das leis em todas as instâncias é vinculada ao Parlamento. A análise da Constituição de Portugal também especifica a mesma estrutura, ao registrar que o implemento do plano orçamentário “deve ser descentralizado regional e setorialmente”, mas que em última instância a competência é do Governo. As Constituições em ambos os países também registram a participação cidadã em várias instâncias do governo, mas que, no âmbito orçamentário, restringem a divisão do poder de decisão com a sociedade³⁵².

As restrições comprovam que todo poder, tanto do Estado como no modo de produção (Marx, 1996), está sedimentado no controle do capital. O que a participação decisória conquistada no contexto orçamentário, torna o OP por si só um processo revolucionário. O poder de decisão, compartilhado com a população, é fundamental e base para um OP autônomo e emancipatório indicados nesta investigação, em que “Machiavel já afirmava no livro O Príncipe que, para manter o poder, a atividade política, tal como arquitetara, era uma prática do homem livre de freios extraterrenos, do homem sujeito da história” e que “esta prática exigia virtú, o domínio sobre a fortuna” (Machiavel, 1955:10-167). A dependência da *disposição dos governos*, para a instalação do OP como ferramenta de emancipação e de autonomia individual e coletiva, torna a proposta de implementação do OP como lei constitucional inusitada, mas não impossível, segundo o diretor entrevistado³⁵³.

A segunda questão a ser analisada, também objetivo desta pesquisa, consiste na constituição dos processos de comunicação e de informação como Tecnologias Sociais e canais institucionalizados através das TICs. A observação das redes informais, formadas pelos

³⁵¹ Anexo B2 – Entrevistas - Porto Alegre

³⁵² Abordado no Capítulo 3.2 A constituição do OP – história e contextos de pesquisa

³⁵³ Abordado no Capítulo 4.2.1 Leitura cruzada dos processos dos Orçamentos Participativos nas cidades de Porto Alegre e Lisboa

participantes nos contextos dos OPs, registrou um potencial e capacidade das tecnologias digitais para estimular a participação da população e a articulação entre os movimentos sociais. A partir da experiência e das condições elencadas das Tecnologias de Informação e Comunicação, principalmente nos contextos da gestão pública, torna-se cada vez mais essencial a comunicação e o diálogo com a população. O debate filosófico e ético sobre as tecnologias digitais como Tecnologias Sociais (Feenberg, 2010) incorpora os movimentos da Reinvenção da Emancipação Social (Santos, 2007) e da Educação Emancipatória e Libertária (Freire, 1996). A esses movimentos somam-se o desafio e mobilização para controle da informação pela sociedade que se espalha pelo mundo, bem como de organizações coletivas que se estabelecem para alterar e fortalecer as relações de trabalho através de plataformas digitais de informação e comunicação, e no compartilhamento da informação³⁵⁴.

A possibilidade de controle e domínio do conhecimento da inteligência cultural e cognitiva e da informação política e econômica, como previsões futuras, pode instituir a tecnologia digital como um instrumento de novo marco da sociedade. A previsão e o controle de suas consequências ou possibilidades – a análise de risco – em que Ulrich Beck (2002) coloca que uma ciência do risco é cega em época de incertezas fabricadas, e sem construção e contestação sociológica. E mais grave é que o risco construído neste formato deliberadamente, ignora valores éticos e morais básicos, provocando um retrocesso da humanidade e da vida (Conti, 2010). O controle das tecnologias digitais com definição de previsões e ameaças, portanto, requer uma nova ordem estabelecida e fortalecida de democracia deliberativa, compatibilizando a participação e os problemas de complexidade e pluralismo da sociedade moderna (Cohen, 1989)³⁵⁵. A deliberação, a participação e o controle devem ser garantidas em todas as áreas da vida como a natureza, a política e o Estado. As novas definições e formas de relações, entretanto, são urgentes a partir de indivíduos fortalecidos, autônomos e livres, que se permitam sonhar e ser utópicos projetando uma vida cidadã e coletivamente, essencial e vital para a efetivação da emancipação desejada.

Outra perspectiva futura seria a implementação de um Estado como Tecnologia Social³⁵⁶ a partir da reorganização das estruturas institucionalizadas do Executivo (concentrando o conhecimento, governação e políticas públicas), do Legislativo (gerindo o aprendizado para preservação da vida), e do Judiciário (gerando tecnologias da Informação para

³⁵⁴ Abordado no Capítulo 2.2.1 – A tecnologia como instrumento social

³⁵⁵ Abordado no Capítulo 2.2.2 – Panorama da Tecnologia da Informação e Comunicação no Século XX – Contexto atual: econômico, social e político.

³⁵⁶ Abordado no Capítulo 4.3 – O orçamento participativo, o poder e a reinvenção da democracia.

mudanças dos processos e práticas organizacionais). Esta estrutura constituiria um Estado-social de produção de ferramentas e processos como TSs de comunicação e participação cidadã, de autoridade compartilhada e de exercício de poder com deliberação coletiva efetiva e facilitadora de apoderamento e transformação da sociedade (Castro e Jacques, 2015).

A reflexão central sobre a Tecnologia Social aqui realizada, define a TS como uma gestão social na qual a propagação se realiza com o poder de decisão da comunidade envolvida, a solidariedade e confiança a ela vinculadas, e princípios ideológicos semelhantes³⁵⁷. A amplitude do termo Tecnologia Social aqui empregado permite questionar, desde sistemas políticos, sociais e econômicos como o capitalismo e as democracias representativas e deliberativas, até as ferramentas tecnológicas e os processos participativos coletivos vigentes. As tecnologias, ainda que designadas para uso social, raramente agregam o que a constituição de uma TS aqui proposta constrói como: a instituição destas ferramentas com processos de elaboração social e colaborativa, a construção cidadã comunitária da decisão majoritária, e a ausência de intolerância ou submissão de ninguém de formato solidário e autônomo de negociação, todos requisitos fundamentais para uma condução cidadã da sociedade.

A prática de construção de uma Tecnologia Social, de acordo com suas definições, ocorre como um processo enigmático, como nos exemplos de experiências realizadas pela pesquisadora na coordenação dos projetos com população em vulnerabilidade social de 2002 a 2019³⁵⁸. A conquista de uma emancipação se realiza através de um processo lento, árduo e dependente de uma consistente construção de consciência individual e coletiva, que só se efetiva a partir de uma constituição diária. A efetivação ocorre também a partir do sentimento de pertencimento, de adaptação dos indivíduos às regras auto geradas e formadoras do convívio social, e da elaboração do procedimento pelo próprio coletivo na evolução do processo, componentes difíceis de serem dimensionados.

Um fato inusitado a destacar, que se revelou no final da investigação, foi que as tecnologias digitais se fortaleceram nos moldes das Tecnologias Sociais durante a Pandemia COVID, quando redes de comunicação e informação foram construídas individual e coletivamente na perspectiva da solidariedade, da significação, na identificação e no compartilhamento do sofrimento do outro. A TS, com isso, além de gerar instrumentos para a identificação de processos autônomos e emancipatórios, significa uma verdadeira reinvenção democrática em sua essência e definição, cujos recursos e ferramentas aqui analisados como o OP e as TICs digitais estão inseridos. Esses processos e ferramentas, como são dinâmicos e

³⁵⁷ Abordado no Capítulo 2.1 – Uma Tecnologia Social (TS).

³⁵⁸ Abordado na Introdução.

multidimensionais, estão em construção e contradição permanentes, transformando relações desiguais de poder em possibilidades de decisão partilhada, e fortalecimento das relações humanas solidárias.

Concluindo as perspectivas futuras nesta pesquisa, mas não as expectativas da investigadora, registra-se a proposta de Renato Dagnino, de agregar a concepção da Tecnologia Social à Economia Solidária, em uma concepção do conceito de uma plataforma cognitiva para uma Tecnociência Solidária³⁵⁹. Uma evolução das TS, segundo o autor, com possibilidade de combate à exclusão social e à economia capitalista, cujo conceito de tecnociência proposto evidencia o fato de que só irá ocorrer se “o ator tiver alguma garantia de que o produto resultante possa ser por ele apropriado ou dividido com o seu interesse” (Dagnino, 2019:59).

O conceito define soluções de sustentabilidade, entre outros, através de subsídios do Estado e acesso às compras públicas gerando o aumento da produtividade, para originar produtos melhores e mais baratos mediante o desenvolvimento tecnológico que o subsídio também abrangeria. Uma geração de política cognitiva que, atualmente, está hegemonicamente controlada pela comunidade científica. A geração de conhecimento necessário para produção de bens, serviços e demandas materiais da maioria da população, atualmente, fica inviabilizada pela falta de recursos (Dagnino, 2019:23-25).

A conclusão final desta pesquisa com seu objetivo alcançado de evidenciar a capacidade das TICs na construção de espaços de participação, e de confirmar o OP como um grande modelo de Tecnologia Social, em que ambos são verdadeiramente potencializadores e geradores de emancipação³⁶⁰. Esta investigação só foi possível porque se realizou a partir de um processo diário, com consciência política e interação social da pesquisadora com a sociedade envolvida. O OP idealizado como ferramenta de transformação cidadã coletiva, didática e autônoma a partir das ações realizadas, é o que determina seu sucesso ou fracasso como fomentador e mantenedor da democracia. As possibilidades de relações sociais através das ferramentas tecnológicas nesses conceitos nos remetem à nossa realidade em que tecnologia e ciência, hoje distanciadas da sociedade, devem incorporar premissas como as projetadas para uma Tecnologia digital Social, e de um OP como espaço cidadão e de constituição, de emancipação e de ampliação da democracia. O conhecimento alcançado nesta pesquisa é essencial para indivíduos e coletivos constituírem a construção de um corpo social mais humano, solidário e libertador, imprescindíveis para a sobrevivência da sociedade, do meio ambiente e da natureza, da democracia e da própria vida.

³⁵⁹ Abordado no Capítulo 2.2.2 – Definição de construção de Tecnologia Social

³⁶⁰ Abordado no Capítulo 3 – O Orçamento Participativo como Tecnologia Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, Nicola, (1998), *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª edição por Alfredo Bosi. Copyright 1998, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, São Paulo. Brasil. Consultado em 25 de janeiro de 2013, em <https://docs.google.com/file/d/0B-f2lWjUB2ejaFdWOVIYRnBTNHFLV3N1Q2dtVjZBQQ/edit?pli=1&resourcekey=0-LMnb21MyXV1Z-4-JreavGA>
- Abers, Rebecca, (2000), *Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil*. Lynne Rienner Publisher. Colorado. USA.
- Adorno, Theodor W, (1995), *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Editora Paz e Terra. São Paulo. Brasil.
- Allegretti, Giovanni, (2011), From Scepticism to Mutual Support: Towards Structural Change in the Relations between Participatory Budgeting and the Information and Communication Technologies? Paper for Workshop “*Legitimacy 2.0 E-Democracy and Public opinion in the digital age*” on IVR World Congress Special Workshop, Frankfurt, August 18th, 145-182. Frankfurt. Germany.
- _____, (2011), Desafios da democracia deliberativa. *Le Monde Diplomatique, Brasil*, 1º de outubro. São Paulo. Brasil. Consultado em 05 de abril de 2012, em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1024>
- Allegretti, Giovanni e Alves, Mariana Lopes, (2012), (In)stability, a key element to understand participatory budgeting: Discussing Portuguese cases. *Journal of Public Deliberation*. 8(2), 3. University of Westminster Press. UK. Consultado em 12 de outubro de 2016, em <http://doi.org/10.16997/jdd.147>
- Allegretti, Giovanni e Antunes, Sofia, (2014), The Lisbon Participatory Budget: results and perspectives on an experience in slow but continuous transformation. *Field Actions Science Reports*. Veolia Institute. Paris. France. Consultado em 05 de abril de 2016, em <https://journals.openedition.org/factsreports/3363>
- Allegretti, Giovanni, Tang, Audrey, e Secchi, Michelangelo, (2016), Escalas híbridas de engajamento social: como a integração de tecnologias pode ampliar os processos participativos? In: Renato Balbim (org.), *Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas*. pp. 213-245, IPEA. Brasília. Brasil.
- Allegretti, Giovanni, (2020), Riflessioni sul princípio di trasparenza: verso una fertilizzazione incrociata con la partecipazione? *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*. 10(25),

- 76–111. Fortaleza, Ceará. Brasil. Consultado em 05 de novembro de 2021, em <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3823>
- _____, (2022), “Giovanni Allegretti: Investigador da Universidade de Coimbra”, entrevista no número especial sobre Participação da revista “*Diagrama*” da AMA; Nº 14. Coimbra. Portugal. Consultado em março de 2022, em <https://diagrama.ama.gov.pt/w/giovanni-allegretti-investigador-da-universidade-de-coimbra>
- Alsop, Ruth, Bertelsen, Mette, e Holland, Jeremy, (2006), *Empowerment in Practice: From Analysis to Implementation*. The International Bank for Reconstruction and Development. The World Bank. Washington. USA. Consultado em 15 de novembro de 2020, em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6980/350320Empowerm1ctice01OFFICIAL0USE1.pdf;sequence=1>
- Ambrosini, Tiago Felipe, (2012), Educação e Emancipação Humana: uma fundamentação filosófica. *Revista HISTEDBR – On-line*. (47): 378-391. Campinas, SP. Brasil.
- Andrade, Simone Caixeta de, (2014), Trajetória legal do marco civil. Apresentado no VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), UNB – Universidade de Brasília. Consultado em 13 de maio de 2023, em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000400004&lng=en&nrm=is
- Appolinário, Fábio, (2012), *Metodologia da Ciência. Filosofia e Prática de Pesquisa*. Ed. Cengage Learning BR, 2ª Edição. São Paulo. Brasil.
- Aragón, Rosane Nevado, (2015), Ambientes Virtuais de Aprendizagem de Rosane Rosado. Publicado na plataforma de publicação aberta – Scribd. São Francisco. USA. Consultado em maio de 2023, em <https://pt.scribd.com/document/263186751/Ambientes-Virtuais-de-Aprendizagem-de-Rosane-Nevado#>
- Arendt, Hannah, [1958] (2001), *A Condição Humana*. Ed. Forense Universitária, 10ª edição. São Paulo, Brasil.
- Asimov, Isaac, [1950] (1982), *Eu, Robô*. Editora Doubleday, Nova York. USA.
- Atlas de Porto Alegre, (2014). OP – Porto Alegre, 2014. Porto Alegre, RS. Brasil. Consultado em 15 de junho de 2015, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1134
- Aubry, Andrés, (2011), Otro modo de hacer ciencia. Miseria y rebeldía de las ciencias sociales. *In: Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo e Richard Stahler-Sholk (Orgs.), Luchas "muy otras". Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapa*. pp. 59-79. UAM-

- Xochimilco. CIESAS. México. Consultado em 08 de novembro de 2015, em <https://zapatismoyautonomia.wordpress.com/capitulos/>
- Avritzer, Leonardo e Navarro, Zander, (Orgs.), (2003), *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. Cortez Editora, São Paulo. Brasil
- Avritzer, Leonardo, (2007), *Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimação da ação*. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 50 (3): 443-464. Rio de Janeiro. Brasil.
- Azevedo, Fausto Antônio de, (1996), *A era do conhecimento, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento*. *TECBAHIA: Rev. Baiana Tecnol.* 11(3): 37-52. Bahia. Brasil.
- Azevedo, Sergio, Ribeiro, Luiz Cesar, e Junior, Orlando Alves (Orgs.), (2012), *Cultura Política, Cidadania e Voto: desafios para a governança metropolitana*. Letra Capital Editora. Rio de Janeiro. Brasil.
- Baierle, Sergio, (2011), *Porto Alegre neoliberal: la decapitación social-capitalista de líderes comunitarios y los límites del Nuevo Gerencialismo Público inclusivos*. In: André Flack e Pablo Paño Yáñez (Eds.), *Manual Docente de la Escuela de Políticas de Participación Local*. Democracia Participativa y Presupuestos Participativos: Acercamiento y Profundización sobre el debate actual. pp. 421-448. Parlocal. Comunidade Europea. Málaga. Espanha.
- Baiocchi, Gianpaolo, e Ganuza, Ernesto, (2014), *Participatory Budgeting: As if Emancipation Mattered*. *Politics and Society*. 42(1): 29-50. Research Gate, Berlin. Germany. Consultado em 10 de novembro de 2020, em <https://www.researchgate.net/publication/260075784>
- Barragán, Vicente, Romero, Rafael, e Sanz, José M., (2010), *Fundamentos Políticos y Tipología de los Presupuestos Participativos*. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*. 8(8): 31-64. Unibrasil – Faculdades Integradas do Brasil. Curitiba, Paraná. Brasil.
- Barros, Paulo Fernando de, (2020), *Paradigma Newtoniano-Cartesiano*. Duna Press Jornal e Magazine. Oslo. Noruega. Consultado em 05 de outubro de 2021, em <https://dunapress.com/2020/05/11/paradigma-newtoniano-cartesiano/>
- Batista, Vagner de Souza, (2015), *Gestão pública no Brasil: modelos e formas de controle na busca pela ética e eficiência*. *Portal Conteúdo Jurídico*. Brasília-DF. Brasil. Consultado em 27 de setembro de 2019, em <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/43438/gestao-publica-no-brasil-modelos-e-formas-de-controle-na-busca-pela-etica-e-eficiencia>
- Beck, Ulrich, (2002), *La sociedad del riesgo global*. Siglo XXI. Madrid, Spain.
- Benelli, José Silvio, Costa-Rosa, Abílio, (2012), *Conselhos Municipais: Prática e Impasses no cenário contemporâneo*. *Revista Psicologia em Estudo*, 7(4): 577-586, Maringá, Paraná.

- Brasil. Consultado em 05 de maio de 2023, em <https://www.scielo.br/j/pe/a/sD4MJPY9BxgLzdZZnsrFVrN/?format=pdf&lang=pt>
- Benini, Édi A., Faria, Mauricio Sardá de, Novaes, Henrique., e Dagnino, Renato. (Orgs.). (2011), *Gestão Pública e Sociedade – Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Volume 1 - 1ª edição. Outras Expressões. São Paulo. Brasil. Consultado em 05 de dezembro de 2014, em https://base.socioeco.org/docs/livro_13.pdf
- Bento, Cláudio Moreira, (1976), *O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul 1935-1975*. Editora Grafosul RS - Instituto Estadual do Livro, pp. 51-75. Porto Alegre, Brasil.
- Bereday, George, (1964), *Comparative Method in Education*. Holt, Rinehart and Winston, Inc. New York. USA.
- Blas, Asier, Ibarra, Pedro (2006),” La participación: Estado de la cuestión”. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional, Cuadernos Hegoa, n. 39, 5–35. Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU), País Basco. Bilbao, Spain.
- Bobbio, Norberto, (1997), *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, Brasil.
- Bobbio, Norberto, (2004), *A era dos direitos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Editora Campus. Rio de Janeiro. Brasil.
- Braga, Ruy, (2010), Entrevista – Michael Burawoy. *Revista Cult*. São Paulo. Brasil. Consultado em 10 de maio de 2016, em <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-michael-bratteteig>
- Bratteteig, Tone, (2017), *Methods & Techniques in Participatory Design. Department of Informatics*. University Oslo. Norway. Consultado em 16 de maio de 2018, em <https://www.uio.no/studier/emner/matnat/ifi/INF5722/h17/lectures/pd-metoder-teknikker-inf5722-2017.pdf>
- Bray, Mark, Adamson, Bob, e Mason, Mark (Orgs.), (2015), *Pesquisa em Educação: abordagem e métodos*. Liber Livro. Brasília. Brasil.
- Burawoy, Michael, (2014), *The Extended Case Method*. Sociological Theory @American Sociological Association. University of California. Berkeley, Washington DC. USA.
- Cameira, Ana Catarina P. F., (2019), *Rumo ao Orçamento Participativo de Portugal: Isomorfismo, adaptação ou inovação institucional?* Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. Consultado em 05 de junho de 2021, de https://run.unl.pt/bitstream/10362/86982/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AnaCameira.pdf

- Campos, Poti S., e Silveira, Nubia, (2015), *Orçamento Participativo de Porto Alegre 25 Anos*. Centro Municipal Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues. Editora da Cidade. Porto Alegre. Brasil.
- Cardon, Dominique, (2012), *A democracia Internet: promessas e limites*. Tradução Nina Vicent e Thiago Coutinho. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro. Brasil.
- Carvalho, Alexandre de, Santos, Sofia José, (2017), A Internet como Espaço Económico e de Segurança. *Espaços Económicos e Espaços de Segurança*. pp. 693-726. Publicação UAL, OBSERVARE. Lisboa. Portugal. Consultado em 15 de novembro de 2019, em <https://www.researchgate.net/publication/343821676>
- Castro, Carlos Alberto Jacques de, e Jacques, Sady, (2015), *Projeto Software Livre (PSL) 2.0 - Ação Territorial Estruturante da Economia do Desenvolvimento. Consórcio Social (CS) de Comunicação e Informação do GDF (Governo do Distrito Federal) – Para desenvolver em bases democráticas a Comunicação e a Informação no Distrito Federal*. Apresentado no FISL 16, Porto Alegre. Brasil. Consultado em 05 de dezembro de 2016, em <https://www.youtube.com/watch?v=zYGYiibllks>
- CES, (2012), *Dicionário das Crises e das Alternativas*. CES – Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado. Universidade de Coimbra. Edições Almedina. Coimbra. Portugal.
- Chadwick, Andrew, (2009), Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. *I/S: A journal of law and policy for the information society*, 9-42. The SAGE Handbook of Digital Journalism. SAGE Publications Ltd. London. UK.
- Chauí, Marilena, (1994), *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. Editora Brasiliense 6ª edição. São Paulo. Brasil.
- Cellard, Andre, (2012), A análise documental. In: A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Coleção Sociologia, pp. 295-313. Tradução Ana Cristina Nasser. 3. ed. – Vozes, Petrópolis. Rio de Janeiro. Brasil.
- CM_Lisboa, (2013), Arquivo Municipal. *Site da Prefeitura Municipal, Lisboa*. Portugal. Consultado em 15 de abril de 2015, em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/arquivo/historia/>
- Cohen, Joshua, (1989), Deliberation and Democratic Legitimacy. In *The Good Polity: Normative Analysis of the State*, Alan Hamlin and Phillip Petit, editor. SLS – Stanford Publications. California. USA.
- Conti, Diego de Melo, (2010), Uma abordagem do tema: Gestão Social. *Revista Iuminart do IFSP*. 1(4). São Paulo. Brasil.

- COP_PMPOA, (2000), Atas do Conselho do Orçamento Participativo – COP. Site da Prefeitura Municipal, Porto Alegre. Brasil. Consultado em 15 de abril de 2015, em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1134
- Cruz, Manuel Braga da, (1985), A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Portugal. Consultado em 05 de novembro de 2023, em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223480202Y7eVG2cq8Cn79OV1.pdf>
- Cunha, Eleonora Schettini Martins; Allegretti, Giovanni; Matias, Marisa (2007), "As Tecnologias de Informação e Comunicação na gramática dos Orçamentos Participativos: tensões e desafios de uma abordagem essencialmente subordinada". Florença. Itália. Consultado em 15 de maio de 2007, em <https://www.regione.toscana.it/documents/10180/23652/Allegretti%20Matias%20Cunha/1e0ad038-72bf-4270-b0d9-fd29150903db>
- Cunha, Eleonora Schettini M., Allegretti, Giovanni, e Matias, Marisa, (2010), Orçamentos Participativos e o recurso a tecnologias de informação e comunicação: Uma relação virtuosa? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (91): 169-188. CES, Universidade de Coimbra. Portugal. Consultado em 20 de outubro de 2015, em <https://journals.openedition.org/rccs/4194>
- Dagnino, Evelina, (1994), Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo. Brasil.
- _____, (2004), Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. *Revista Política & Sociedade*. 3(5): 139-164, UFSC. Santa Catarina, Brasil. Consultado em 05 de outubro de 2020, em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>
- Dagnino, Renato, (2002), Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo. *Data Gram Zero - Revista de Ciência da Informação*. V 3(6) sem paginação. Cedap, UFRGS. Porto Alegre. Brasil. Consultado em 05 de dezembro de 2019, em https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_22f5fee30a_0007497.pdf
- Dagnino, Renato, Brandão, Flávio Cruvinel, e Novaes, Henrique Tahan, (2004). Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Antonio E. Lassance Júnior *et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. FBB - Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 09 de setembro de 2016, em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_110.pdf

- Dagnino, Renato, e Dias, Rafael, (2007), A Política de C&T Brasileira: três alternativas de explicação e orientação. *Revista Brasileira de Inovação*. 6(2): 373-403. Rio de Janeiro. Brasil.
- Dagnino, Renato, (2008), *Neutralidade da Ciência e do determinismo tecnológico*. Editora Unicamp, Campinas. São Paulo. Brasil.
- Dagnino, Renato, e Fraga, Lais, (2010), Os Estudos Sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e a Educação: Mais Além da Participação Pública na Ciência. *Redes*. 16: 123-144. Universidad Nacional de Quilmes. Buenos Aires, Argentina.
- Dagnino, Renato, (2010), *Tecnologia social – Ferramenta para construir outra sociedade*. 2ª edição. Komedi, Campinas. São Paulo. Brasil.
- _____, (2014), *Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas*. EDUEPB, Campina Grande. Paraíba. Brasil. Consultado em 11 de dezembro de 2015, em <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>
- _____, (2014), Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* [online]. EDUEPB, 2014, pp. 113-152. ISBN 978-85- 7879-327-2. Available from SciELO Books. Campina Grande, Paraíba. Brasil.
- _____, (2019), *Tecnociência Solidária. Um manual estratégico*. 1ª edição. Biblioteca Básica de Tecnologia Social. Editora Lutas Anticapital. Marília, São Paulo. Brasil. Consultado em 01 de maio de 2021, em <https://base.socioeco.org/docs/2019-10-dagnino-final-v8.pdf>
- _____, (2020), A hora e a vez da Tecnociência Solidária. *Outras Palavras, Jornalismo de Profundidade e Pós-capitalismo*. São Paulo. Brasil. Consultado 01 de maio de 2021, em <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-hora-e-vez-da-tecnociencia-solidaria/>
- Dantes, Maria Amélia M., (2005), As Ciências na História Brasileira. *Ciência e Cultura*. 57(1). SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo. Brasil. Consultado em 12 de outubro de 2018, em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000100014
- Davis, Kelly, (2020), W3C Workshop on Web and Machine Learnig. A virtual event with pre-recorded talks and interactive sessions. W3C - World Wide Web Consortium. USA. Consultado em 30 de junho de 2021, em <https://www.w3.org/2020/06/machine-learning-workshop/index.html>
- Deleuze, Gilles, (1990), O Devir Revolucionário e as Criações Políticas – Entrevista de Gilles Deleuze a Toni Negri. Tradução de João H. Costa Vargas. *Revista Novos Estudos*

- CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Nº 28, pp 67-73. São Paulo, Brasil. Consultado em 23 de julho de 2015, em <https://www.academia.edu/31388865/>
- Deluchey, Jean François, (2012), A sociedade civil organizada e a administração governamental dos interesses: o exemplo dos Conselhos Paritários. *Revista Estudos Políticos*, (5):77-101. UFF – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 25 de setembro de 2014, em https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38656/22161
- Dias, Nelson (Org.), (2018), *Hope for Democracy. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide*. Epopeia Records. Lisboa. Portugal. Consultado em 20 de maio de 2019, em <https://www.oficina.org.pt/hopefordemLisboa.ocracy.html>
- Dias, Nelson, Enriquez, Sahsil, e Júlio, Simone (Orgs.), (2021), *Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos*. Editora Epopeia Books – Make It Happen e Oficina. Lisboa. Portugal. Consultado em 17 de outubro de 2022, em <https://www.oficina.org.pt/atlas-mundial-orcamentos-participativos-2020.html>
- Dickson, David, (1980), *Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico*, Blume Ediciones, pp. 11-15. Madrid. Espanha.
- Dutra, Olívio, e Benevides, Maria Victoria, (2001), *Orçamento Participativo e Socialismo*. Editora Perseu Abramo. São Paulo. Brasil.
- Dutra, Olívio, (2017), O OP não cria dinheiro, cria algo mais valioso. Entrevista ao Jornal Zero Hora de Porto Alegre, RS. Brasil. Consultado em 08 de outubro de 2017, em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/o-op-nao-cria-dinheiro-cria-algo-mais-valioso-diz-olivio-dutra-9762661.html>
- Eco, Humberto, [1999] (2005), *Como se faz uma tese*. Fonte da apostila compilada pelos professores Flávio Marcos Silva Sarandy e Alberto Tosi Rodrigues. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, de Antônio Carlos Gil, e texto de circulação interna ao IUPERJ. Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 05 de novembro de 2015, em <http://www.schwartzman.org.br>
- Ellul, Jacques, (1964), *The Technological Society*. Editora Vintage Books. Londres. UK.
- EUROPOL, (2023), *The Impact of Large Language Models on Law Enforcement*. EUROPOL - Agência da União Europeia para a Cooperação Policial - força de aplicação da lei da União Europeia (UE). Haia. Holanda. Consultado em 30 de maio de 2023, em <https://www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/Tech%20Watch%20Flash%20->

%20The%20Impact%20of%20Large%20Language%20Models%20on%20Law%20Enforcement.pdf

- Falavigna, Maurício Serrano, (2011), *Inclusão Digital: vivências brasileiras*. IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas. São Paulo. Brasil. Consultado em 15 de dezembro de 2015, em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12826165/inclusao-digital-brasileiras-vivencias>
- Faria, Claudia Feres, (2000), *Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman*. Lua Nova (50): Revista de Cultura Política, CEDEC. São Paulo. Brasil. Consultado em 25 de junho de 2023, em <https://www.scielo.br/j/ln/a/VH5sdwRWmTZFXm9dFYCzKDM/?lang=pt#>
- FBB – Fundação Banco do Brasil, (2017), *O que é Tecnologia Social*. Vídeo. Brasília. Brasil. Consultado em 10 de outubro de 2017, em <https://transforma.fbb.org.br/>
- FCT – Fundação Ciência e Tecnologia, (2017), *História da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*. Lisboa. Portugal. Consultado em 16 de fevereiro de 2017, em <https://www.fct.pt/historia/>
- Fedozi, Luciano, (2009), *Cultura política e Orçamento Participativo*. *Cadernos Metrópole*. 11(22): 385-414. São Paulo. Brasil.
- Fedozi, Luciano, Furtado, Adriana, Bassani, Valéria, *et al.*, (2013), *Orçamento Participativo de Porto Alegre. Perfil, avaliação e percepções do público participante*. Gráfica Editora Hartmann. Porto Alegre. Brasil. Consultado em 05 de dezembro de 2014, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/livro_op.pdf
- Feenberg, Andrew, [1948] (1991), *Critical Theory of Technology*. Oxford University Press. New York. USA.
- _____, [1948] (2002), *A Teoria Crítica da Tecnologia*, In *Transforming technology. A critical Theory revisited*. Cap.7:162-190. Oxford University Press, New York. USA.
- _____, (2003), *What is Philosophy of Technology?* Conferência em Komabaem sob tradução de Agustín Apaza, revisão de Newton Ramos de Oliveira. Texto original San Diego University. Califórnia. USA. Consultado em janeiro de 2019, em https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf
- _____, (2010), *A Teoria Crítica da Tecnologia – Racionalização democrática, poder e tecnologia*. *Ciclo de Conferências da Teoria Crítica da Tecnologia*. FBB – Fundação Banco do Brasil. Brasília. Brasil. Consultado em 15 de janeiro de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=2ofaot-XAsw>
- FIOCRUZ, (2020), *Agrotóxicos: um mercado bilionário e cada vez mais concentrado*. Publicação Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio

- de Janeiro. Brasil. Consultado em 18 de maio de 2023, em <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/agrotoxicos-um-mercado-bilionario-e-cada-vez-mais-concentrado>
- Fonseca, Rodrigo Oliveira, (2005), *Dos fins aos meios, da história ao discurso. Enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil.
- Fontes, Jorge Filipe Figueiredo, Cabreira, Pamela Peres, (2020), Entre a autogestão e o controlo operário: os casos da Setenave e Sogantal durante o período revolucionário português (1974-1975). Dossier Temático. Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2019) pp. 123-135. Universidade de Lisboa, Lisboa. Portugal. Consultado em 13 de dezembro de 2023, em https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/19865754/Entre_a_autogest_o_o_controlo_oper_rio.pdf
- Foucault, Michel, [1926] (1999), *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. Brasil.
- Fraser, Nancy, (1990), Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. Source: Social Text. (25/26):56-80. Duke University Press. Carolina do Norte. USA.
- Freire, Paulo, [1968] (1974), *Pedagogia do Oprimido*. Instituto Paulo Freire. Editora Paz e Terra (1974). São Paulo, Brasil.
- _____, (1992). *Pedagogia da Esperança – Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, Brasil.
- _____, [1996] (2004). *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*. Coleção Leitura. Editora Paz e Terra. São Paulo, Brasil.
- _____, (1977), *Extensão ou Comunicação?* Tradução do espanhol Rosiska Darcy de Oliveira. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, Brasil.
- Gadotti, Moacir, (2014), Uma Tecnologia Social genuinamente brasileira e um direito humano fundamental. In: Kátia Cacilda Pereira Lima e Francisca Rodrigues de Oliveira Pini (Org.), *Orçamento Participativo: múltiplos olhares*. Instituto Paulo Freire. São Paulo. Brasil. Consultado em 05 de fevereiro de 2018, em https://www.paulofreire.org/Livro_OP_guarulhos_final.pdf
- Gaventa, John, (2005), “Reflections of the uses of the ‘power cube’”. CFP Evaluation Series, 4, pp. 1-46

- Gaventa, John, (2017), *Exploring Power for Change*. Novib Workshop. IDS – Institute of Development Studies. Brighton. England.
- Gehlen, Ivaldo. (2015), *Evolução das Tecnologias Sociais. Tecnologias Sociais: ciências políticas (parte 1)*. Conferência em vídeo do ILEA – Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, UFRGS. Porto Alegre. Brasil. Consultado em 07 de julho de 2016, em <http://videos.ufrgs.br/ufrgstv/conferencias-ilea/tecnologias-sociais-ciencias-e-politica-parte-1-ttttt>
- Georgen, Pedro, (2014), Tecnociência, pensamento e formação na Educação Superior. *Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba*. 19(3): 561-584. Sorocaba, São Paulo. Brasil.
- Goldberg, David Theo, (1993), Modernity, Race, and Morality. *Cultural Critique*. (24): 193-227. University of Minnesota Press. Minnesota. USA. Consultado em 20 de setembro de 2012, em <https://racismandnationalconsciousnessresources.files.wordpress.com/2008/11/david-theo-goldberg-modernity-race-and-morality.pdf>
- Greenfield, Adam, (2006), *Everyware: the dawning age of ubiquitous computing*. New Riders Publishing. San Francisco. USA.
- Guareschi, Neuza, Scisleski, Andrea, Reis, Carolina dos Dhein, Gisele, e Azambuja, Marcos Adegas de (Orgs.), (2014), *Psicologia, formação, política e produção em saúde*. Editora Universitária da PUC. Porto Alegre, RS. Brasil.
- Guareschi, Pedrinho, Amon, Denise, e Guerra, André, (2017), *Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade*. ABRAPSO Editora. Porto Alegre. Brasil.
- Guareschi, Pedrinho, (2018), Psicologia e Pós-Verdade: a emergência da subjetividade digital. *PSI UNISC*. 2(2): 19-34. Santa Cruz do Sul. Brasil. Consultado 27 de janeiro de 2019, em <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/download/12242/7402>
- Guerra, Isabel Carvalho, (2006), *Participação e Acção Colectiva. Interesses, Conflitos e Consensos*. Editora Principia. Lisboa. Portugal.
- Gutmann, Amy, e Thompson, Dennis, (2004), *Why Deliberative Democracy?* Traduzido e adaptado por Vítor João Oliveira. Princeton University Press. New Jersey. USA.
- Habermas, Jürgen, (2014), *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 3ª edição. Editora Unesp. São Paulo. Brasil
- Hacker, Ken, e Dijk, Jan van, (2000), *Digital Democracy, Issues of Theory and Practice*. Sage Publications. London, England.

- Hagelskamp, Carolin, Lerner, Josh, e Kumar, Nikhil, (2021), Introduzindo uma Teoria Global da Transformação para o Orçamento Participativo. *People Powered – Associação Global para a Democracia Participativa*. USA. Consultado em 01 de outubro de 2021, em <https://pt.peoplepowered.org/news-content/introducing-a-global-theory-of-change-for-participatory-budgeting>
- Ibarra, Pedro, (Org.) (2003), *Social movements and democracy*. Palgrave. Nova York.USA.
- IBGE, (2017), *Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*. Síntese de indicadores sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 05 de novembro de 2018, em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>
- ITS – Instituto de Tecnologia Social, (2004), Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. *In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. pp. 117-133. FBB. Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 05 de setembro de 2017, em https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/livros/tecnologia_social.pdf
- ITS Brasil, (2004), *Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil*. ITS. São Paulo. Brasil. Consultado 25 de setembro de 2018, em <https://www.itsbrasil.org.br/tecnologia-social>
- Jornal Boca de Rua, (2000), *Projeto Jornal Boca de Rua – Comunicação das Ruas de Porto Alegre*. Coordenação Ong ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação. Porto Alegre. Brasil. Consultado 25 de setembro de 2014, em <https://alice.org.br/category/boca-de-rua-2/>
- Kant, Immanuel, [1788] (1959), *Crítica da Razão Prática*. Tradução de Afonso Bertagnoli. Versão digital eBooksBrasil.com. Edições e Publicações Brasil Editora. São Paulo, Brasil.
- ____ [1788] (2009), Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo? *In: Immanuel Kant. A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Mourão. Edições 70. Lisboa, Portugal.
- Kelsen, Hans, [1955] (1995), *Foundations of Democracy: Ethics*. 66 (1). Part 2. The University of Chicago Press. Chicago. USA.
- Kira, Gustavo, e Merkle, Luiz Ernesto, (2016), O Design Participativo pela Perspectiva da Teoria Crítica da Tecnologia: Um Estudo do Contextual Design. Academia.edu – Share research. Paraná. Brasil. Consultado 25 de novembro de 2017, em https://www.academia.edu/28382582/O_Design_Participativo_pela_Perspectiva_da_Teoria_Cr%C3%ADtica_da_Tecnologia_Um_Estudo_do_Contextual_Design
- La Bradbury, Leonardo Cacau Santos, (2006), Estados liberal, social e democrático de direito: noções, afinidades e fundamentos. *Revista Jus Navigandi*, 11(1252). Teresina. Brasil. Consultado em 05 de agosto de 2019, em: <https://jus.com.br/artigos/9241>

- Lacerda, Flávia, Lima-Marques, Mamede, (2015), Da necessidade de princípios de Arquitetura da Informação para a Internet das Coisas. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*, 20(2) pp.158-171. Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Brasil. Consultado 13 de julho de 2018, em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22999>
- Lacerda, Juciano, (2006), Estudo comparativo dos ambientes digitais Sampa.org e Telecentros.com.br: interatividade, hipertextualidade, multimídia. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 8(3), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. Brasil.
- Laclau, Ernesto, (2007), *Emancipation(s)*. Radical Thinkers (Book 19). Publisher Verso. London. England.
- LANTEC, (2012). Projeto UCA BRASIL – Estado de Santa Catarina. *Relatório da Implantação do Projeto UCA em SC*. Centro de Ciência da Educação – LANTEC – Laboratório de Novas Tecnologias. UFSC. Florianópolis. Brasil. Consultado em 25 de março de 2021, em <https://docs.google.com/document/d/1RDp7OcPB6yGtlm3PxIZ8EqWBYy9BFYSWP28NbzaVttA/edit>
- Laranja, Manuel Duarte, Simões, Vitor Corado, Fontes, Margarida, (1997), Conceito de Ciência, Tecnologia e Inovação. In: M. Laranja, V.C. Simões e M. Fontes. *Tecnologia: Dimensões e Disponibilidade*. pp. 15. São Paulo. Brasil. Consultado em 10 de outubro de 2016, em <http://www.itsbrasil.org.br/conceito-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao>
- Lascombes, Pierre, e Le Galès, Patrick, (2007), Introduction: Understanding Public Policy through Its Instruments—From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 20(1):1–21. Paris. França. Consultado em 05 de abril de 2021, em https://www.sciencespo.fr/centre-etudes-europeennes/sites/sciencespo.fr/centre-etudes-europeennes/files/Governance_Legales-Lascombes_2007.pdf
- Leite, Denise, e Pinho, Isabel Gomes, (2015), *Ferramentas de Apoio à Pesquisa Qualitativa*. UFRGS e Universidade de Aveiro: Seminário Especial intitulado Ferramentas de Apoio à Pesquisa Qualitativa: WebQda e NVivo. UFRGS. Porto Alegre, Brasil.
- Lima, Karina Medeiros de, (2001), Determinismo Tecnológico. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Brasil.
- Lima, Katia Cacilda Pereira, e Pini, Francisca Rodrigues de Oliveira (Orgs.), (2014), *Orçamento Participativo: Múltiplos Olhares*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

- Câmara Brasileira do Livro. São Paulo. Brasil. Consultado em 05 de abril de 2018, em https://www.paulofreire.org/Livro_OP_guarulhos_final.pdf
- Lima, Márcia, Dagnino, Renato, e Fonseca, Rodrigo, (2008), Um enfoque tecnológico para Inclusão Social. *Perspectivas em Políticas Públicas*. 1(2): 117-129. Belo Horizonte, MG. Brasil.
- LisboaParticipa.pt., (2013), *Orçamento Participativo*. Lisboa, Portugal. Consultado em 09 de janeiro de 2013, em http://www.lisboaparticipa.pt/pages/orcamentoparticipativo.php/A=1___collection=cml_article
- Lopes, Wendell Evangelista Soares, (2015), Andrew Feenberg e a bidimensionalidade da tecnologia. *Revista Filosofia Aurora*. 27(40): 111-142. PUCPRESS, Curitiba, Paraná. Consultado em 15 de março de 2018, em <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/550>
- Lüdke, Menga, André, Marli, (1986), *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU - Editora Pedagógica e Universitária. São Paulo, Brasil
- Mahroum, Sami, (2016), *The New Brain Drain in Science*. Project Syndicate, The World's Opinion Page. Tchecoslováquia World. Praga, Tchecoslováquia. Consultado em 10 de novembro de 2016, em <https://www.project-syndicate.org/commentary/academic-journals-brain-drain-by-sami-mahroum-2016-11>
- Manzon, Maria, (2011). *Comparative education: the construction of a field*. [Dordrecht]: Springer and Comparative Education Research Center, the University of Hong Kong. China.
- Maquiavel, Nicolau, [1532] (1955), *O Príncipe*. Tradução de Mário e Celestino da Silva. Ed. Vecchi, 3ª ed., p 10-167. Rio de Janeiro. Brasil.
- Marcondes, Danilo, (1999), *Textos básicos de Filosofia – dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 3ª edição Editora Zahar. Rio de Janeiro. Brasil.
- Marcuse, Herbert, [1964] (1991), *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. Publishers Group, Beacon Press, Second Edition. Boston, England.
- Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação política e democracia. O caso português (1976-2000)*. Parte I, Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, Portugal.
- Marx, Karl, 1843, *A Questão Judaica*. Transcrição cedida por Alexandre Linares. HTML por José Braz para The Marxists Internet Archive. Londres. England. Consultado em 18 de março de 2015, em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>
- _____, [1885] (1996), *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital*. Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo. Brasil.

- Mateus, Delfina Lazaro, Ortiz-Repiso, Virginia, e Mangue, Manuel Valente, (2021), Inclusão Digital em Portugal: referências para a inclusão em Moçambique. *Inf. Prof. Londrina* 10(3), p. 103-121. Paraná, Brasil.
- Matos, Liziane Gonçalves de, (2009), *As mulheres na democracia participativa: Etnografia da participação feminina no Orçamento Participativo de Porto Alegre a partir das lideranças comunitárias*. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, RS. Brasil. Consultado em 01 de setembro de 2019, em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/62022>
- May, Tim, (2004), *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Editora Artmed. Porto Alegre. Brasil.
- Mazoni, Marcos, (2017), *Software Livre. Uma História de Resistência*. Editora Rigel, Porto Alegre. Brasil.
- McLuhan, Marshall, (1965), *Understanding media: the extensions of man*. McGraw-Hill. New York. USA.
- Meirinho, Manuel, (2004), *Participação Política e Democracia. O Caso Português (1976-2000)*. Editor ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Mendes, José Manuel, (2003), Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficina do CES*. (194). CES-UC. Coimbra. Portugal. Consultado em 15 de maio de 2015, em <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-194>
- Mendes, José Manuel e Seixas, Ana Maria, (2005), Acção coletiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (7):99-127. CES, Coimbra. Portugal. Consultado em 25 de maio de 2013, em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/72/RCCS72-099-128-JMMendes-AMSeixas.pdf>
- Menghini, Raúl Armando, (2014), *Formación de profesores. La concreción de la utopía: una realidad latinoamericana: Menghini y Misuraca*. 1ª edição. Universidad Nacional del Sur. Buenos Aires. Argentina. Consultado em 20 de abril de 2020, em http://bc.uns.edu.ar/pdfs/ebook_form_prof.pdf
- MSF – Médicos sem Fronteiras, (2019), 6 coisas que a indústria farmacêutica não quer que você saiba. MASF, Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 20 de maio de 2023, em <https://www.msf.org.br/noticias/6-coisas-que-industria-farmaceutica-nao-quer-que-voce-saiba/>

- Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.), Deslandes, Suely Ferreira, e Gomes, Romeu, (2007), *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 15 de setembro de 2020, em <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%3%A9todo-e-criatividade.pdf>
- Morel, Carlos M., (2005), A internacionalização de agendas de pesquisa: desafios e perspectivas. *Ciência e Cultura*. 57(1). São Paulo. Brasil. Consultado em 24 de abril de 2017, http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-7252005000100019&script=sci_arttext
- Moro, Giovanni, (2020), *Cittadinanza*. Entrevista La Republica com Giovanni Moro. Editora Mondadori Università. Milão. Itália. Consultado em 15 de maio de 2020, em <https://www.youtube.com/watch?v=lb1-O95DBT0>
- Nitzsche, Philipp; Pistoia, Adriano; Marc, Elsaßer, (2012), "Development of an Evaluation Tool For Participative E-Government Services: A Case Study Of Electronic Participatory Budgeting Projects In Germany," *Revista Administratie Si Management Public*, Academy of Economic Studies, vol. (18), pp. 6-25. Bucharest. Romania.
- Nunes, Flavio, (2005), Telecentros virtuais em duas cidades portuguesas: a configuração territorial do teletrabalho em rede. X Colóquio Ibérico de Geografia "A geografia Ibérica no Contexto Europeu". Évora. Portugal.
- Nunes, João Paulo Avelãs, e Freire, Américo (Coord.), (2013), O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais. In: João Paulo Avelãs Nunes (Org.), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX. Olhares Cruzados*. pp. 53-79. Bibliotecas Digitais. Imprensa da Universidade de Coimbra. Editora Pombalina, Coimbra. Portugal. Consultado em 16 de fevereiro de 2017, em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38574/1/O%20estado%20a%20historiografia%20e%20outras%20ciencias%20tecnologias.pdf>
- Núñez, Tarson, (2010), *Participação e mudança política: a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. Consultado em 20 de maio de 2015, em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115769>
- _____, (2017). *Enquanto o Orçamento Participativo se espalha no mundo, em Porto Alegre....* Artigo publicado no Jornal virtual de Notícias - Sul21 em 30/09/2017. Porto Alegre. Brasil. Consultado em novembro de 2019, em <https://sul21.com.br/colunastarson->

- nunez/2017/09/enquanto-o-orcamento-participativo-se-espalha-pelo-mundo-em-porto-alegre/
- Nygaard, Kristen, *et al.*, (2011), *Commanders of the Order of St. Olav*. Editora Books LLC, Wiki Series. Memphis. USA.
- Okuno, Emico, (2015), As bombas atômicas podem dizimar a humanidade – Hiroshima e Nagasaki, há 70 anos. *Estudos avançados*. 29(84). São Paulo. Brasil. Consultado em 29 de setembro de 2017, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200209
- OPLx, (2012), *Relatório de Avaliação – Orçamento Participativo Lx*. Site da Camara Municipal de Lisboa. Portugal. Consultado em 30 de novembro de 2015, em <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos>
- OPtar, (2009). *Orçamento Participativo Transfers Adaptações e Redes*. Projecto FCT – PTDC/CS – SOC/099134/2008. CES-UC. Coimbra. Portugal. Consultado em 15 de julho de 2013, em <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/optar>
- OPtar LX, (2012), *OP Lisboa – Relatório de Síntese dos Resultados do Ciclo 2011-2012*. Relatório LX2012 versão 3.1- Projeto OPtar. CES-UC. Coimbra. Portugal.
- OPtar, (2012), *Grelhas de Observação - Projeto OPtar*. Anexos C1. CES-UC. Coimbra. Portugal.
- Paiero, Denise, Schwartz, Rosana, (2020), *Atos que viram fatos: Olhar do jornalismo e da história sobre os protestos de 2013 a 2016*. Editora Mackenzie. São Paulo. Brasil.
- Pateman, Carole. (1970), *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press. London. England.
- PDC, (2002), *Participatory Design Conference*. Organizado por CCSR – Computer Professionals for Social Responsibility. Malmo. Sweden. Consultado em 20 de outubro de 2015, em <http://cpsr.org/issues/pd/pdc2002/index.html>
- Peixoto, Tiago, (2013), Does transparency lead to trust? Some evidence on the object. *DemocracyNet – Studying and Discussing Democracy*. Washington, DC. USA. Consultado em 25 de Agosto de 2016, em <https://democracyspot.net/2013/06/19/does-transparency-lead-to-trust-some-evidence-on-the-subject/>
- Piaget, Jean, (1976), *A equilibração das estruturas cognitivas*. Problema central do desenvolvimento. Trad, Álvaro Cabral. Editora Zahar. Rio de Janeiro. Brasil.
- Piana, Maria Cristina, (2009), *A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional*. Scielo Books. Editora Unesp. São Paulo.

- Pinch, Trevor J., Bijker, Wiebe E., (1984), "The Social Construction of Facts and Artefacts: Or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology Might Benefit Each Other." *Social Studies of Science*, 14 pp: 399-441. Sage Journals, California. USA.
- Penteado, Claudio Luis de Camargo, Souza, Roberto Elias de, (2019), E-PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO “COMUM”: Análise das plataformas “Decide Madrid” e “Decidim Barcelona”. *Compólitica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. FAC, UNB. Brasília. Brasil. Consultado em 25 de maio de 2023, em http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Penteado_Souza.pdf
- PMPOA, (2009), *Políticas de democracia participativa em Porto Alegre: Orçamento Participativo e Governança Solidária Local*. Módulo do Sistema de Capacitação em Planejamento Local e Gestão Participativa. Prefeitura Municipal de Porto Alegre com colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil.
- PMPOA, (2014), *OP Plano de Investimentos e Serviços 2014/2015*. Edição Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Brasil. Consultado em 20 de junho de 2016, em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2014-2015.pdf
- Polanyi, Karl, (1996), *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Editora Campus. Rio de Janeiro. Brasil.
- Pont, Raul, (2003), *Democracia, igualdade e qualidade de vida: a experiência de Porto Alegre*. Editora Veraz. Porto Alegre. Brasil.
- Porto, C.M e Porto, M.B.D.S.M, (2008), A evolução do pensamento cosmológico e o nascimento da ciência moderna. *Revista Brasileira de Ensino de Física e Ciência* 30(4). Editora Scielo, São Paulo. Brasil. Consultado em 25 de novembro de 2015, em www.scielo.br/j/rbef/a/KmH6PRLNwhVd4gCchSkDLzb/?format=pdf&lang=pt
- Postman, Neil, (1993), *Technopoly: The Surrender of Culture to Technology*. Editora Vintage Books, Londres. UK.
- Ramos, Edla, Santos, Sandro da Silva, Mariani, Antônio Carlos, Rossal, Maria Margareth Lins, Oliveira, Rafael, Timmerman, Jorge Alberto, e Cord, Denise, (2002), Designing for an ecological agricultural association – A PD case study. *Proceedings of The Seventh Biennial Participatory Design Conference*. pp. 84-93. Malmo. Sweden.
- Ramos, Edla *et al.*, (2013), *Curso de especialização em educação na cultura digital: documento base*. MEC. Brasília, DF. Brasil. Consultado em 18 de março de 2021, em <http://educacaonaculturadigital.mec.gov.br/downloads/documento-base.pdf>
- REPER, (2018), *História de Portugal*. Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia – (REPER), Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. Portugal. Consultado

- em 09 de outubro de 2018, em <https://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/portugal/sobre-portugal/historia>
- Rocha, Tião, (2014), *TICs e TACs: Tecnologias de Informação e Comunicação e Tecnologias de Aprendizagem e Convivência*. Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD. Belo Horizonte, Minas Gerais. Brasil. Consultado em 10 de agosto de 2018, em <http://www.cpcd.org.br/portfolio/tics-e-tacs/#prettyPhoto>
- Rodrigues, Walter, (2005), Planeamento e Governança Territorial. Uma Reflexão Sociológica a Partir do Terreno. *Cidades, Comunidades e Territórios*. (10):25-34. ISCTE – IUL, Lisboa. Portugal. Consultado em 17 de junho de 2023, em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3415/1/Cidades2005-10_Rodrigues.pdf
- Rodríguez-Bolívar, Manuel Pedro, Alcaide-Muñoz, Laura, Cobo, Manuel Jesús, (2018), Analyzing the scientific evolution and impact of e-participation research in JCR journals using science mapping. *International Journal of Information Management*, Vol. 40 No. 2, p. 111-119. London, England. UK.
- Rollo, Maria Fernanda, Meireles, Paula, Ribeiro, Madalena, e Brandão, Tiago, (2012), *História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal*. Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra. Portugal.
- Rossal, Maria Margareth Lins, (2002), *Modelagem de uma Base de Dados de suporte à uma Organização Cooperativa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Computação, na linha da Informática na Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Brasil. Consultado em 05 de maio de 2014, em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84345>
- _____, (2017). *Boquinha Livre. Um jogo de reflexão, pesquisa e imaginação*. ALICE/ ASL – Editora Evangraf. Porto Alegre, Brasil.
- Rossi, Paolo, (1992), *A ciência e a filosofia dos modernos: Aspectos da Revolução Científica*. Tradução de Álvaro Lorencini. Editora UNESP. São Paulo. Brasil.
- Rousseau, Jean-Jacques, (1757), O contrato social. In: *Oeuvres completes*, tome III. Collection “Pléiade”. Gallimard, Paris. France.
- Ruivo, Fernando, (2000), *O Estado labiríntico: o poder relacional nas relações entre poderes local e central em Portugal*. Edições Afrontamento. Porto. Portugal.
- Rushkoff, Douglas, (2011), *Program or Be Programmed: Tem Commands for a Digital Age*. Soft Skull Press, New York. USA.

- Rushkoff, Douglas, (2022), *Survival of the richest: escape fantasies of the tech billionaires*. Editora W. W. Norton & Company, New York City. USA.
- Sampaio, Rafael Cardoso (2018), *Orçamentos participativos digitais: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e-participação e e-democracia*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA. Bahia. Brasil.
- Sampaio, Rafael Cardoso, Braga, S. S., Carlomagno, M. C., Marioto, D. J. F., Alison, M. B., e Borges, T. P. F. S., (2019), “Estado da arte da democracia digital no Brasil: oferta e sobrevivência das iniciativas (1999-2016)”. *Revista do Serviço Público*, v. 70, pp. 693-734
- Santos, Boaventura de Sousa, (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Edições Afrontamento. Coimbra. Portugal.
- _____, (1994), O Estado e os modos de produção de poder social. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Afrontamento, 104-118, Porto. Portugal.
- _____, (2001), Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. *Site Fundação Perseu Abramo*. São Paulo. Brasil. Consultado em 02 de maio de 2011, em <https://teoriaedebate.org.br/2001/06/01/boaventura-de-sousa-santos/3/>
- _____, (2003), Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 65: 3-76. CES-UC. Coimbra. Portugal.
- _____ (Org.), (2003), *Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa*. Coleção Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos – Introdução: para ampliar o cânone democrático. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. Brasil.
- Santos, Boaventura de Sousa, e Avritzer, Leonardo, (2003), Introdução para ampliar o cânone democrático. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Eurozine. Lisboa. Portugal.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2005). Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. *Sociologias*. 7(13): 82-109. Porto Alegre. Brasil.
- _____, (2007), *Renovar a Teoria Crítica, e reinventar a Emancipação Social*. Boitempo Editorial. São Paulo. Brasil.
- Santos, Boaventura de Sousa, e Meneses, Maria Paula (Orgs.), (2010), *Epistemologias do Sul*. Editora Cortez. São Paulo. Brasil.
- Santos, Edison Luís dos, (2009), *Tecnologias sociais: dispositivos informacionais significativos para a reinvenção do cotidiano*. ECA-USP. São Paulo. Brasil.
- Santos, José António, (1995), *As Freguesias: História e actualidade*. Celta Editora. Oeiras. Portugal.

- Santos, Milton, (1994), *Território, Globalização e Fragmentação*. Editora Hucitec. São Paulo. Brasil.
- Sá-Silva, Jackson Ronie, Almeida, Cristóvão Domingos de, e Guindani, Joel Felipe, (2009), Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. 1(1). UFRGS. Porto Alegre. Brasil.
- Schmied-Kowarzik, Wolfdietrich, (1983), Karl Marx as a Philosopher of Human Emancipation. In: Allan Smith. *Poznan Studies in the Philosophy of the sciences and the Humanities*. (60): 355-368. University of Kassel. Germany. Consultado em 18 de março de 2015, em <http://www.philosophicum.de/emanc.htm>
- Schmitter, Philippe, (1999), *Portugal: Do autoritarismo à democracia*. Análise Social, vol XXXV. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa. Portugal.
- Schmidt, David, (2000), “A ‘desidiotização ‘da cidadania. A dimensão pedagógica do Orçamento Participativo”. Comunicação apresentada no Seminário *O OP visto pelos seus pesquisadores*. Porto Alegre: PMPA. Porto Alegre. Brasil.
- Schumacher, Ernst Friedrich, (1974), O trabalho do grupo de desenvolvimento de tecnologia intermediária. *Revista de Administração de Empresas*. 14(3). São Paulo. Brasil.
- Schumacher, Ernst Friedrich, (1977), *O negócio é ser pequeno (Small is Beautiful)*. Editora Zahar. Rio de Janeiro. Brasil.
- Schumpeter, Joseph A., (1961), *Capitalism, Socialism, and Democracy*. Editado por George Allen e Unwin Ltd. Tradução de Ruy Jungmann. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. Brasil.
- Silva, Carlos Roberto Almeida da, (2003), Princípio da transparência na Administração Pública. Hub São Paulo. Brasil. Consultado em 20 de outubro de 2019, em <https://ralmeidasgc.jusbrasil.com.br/artigos/113024627/principio-da-transparencia-na-administracao-publica>
- Silva, Luiz Etevaldo, (2013), O sentido e significado sociológico de Emancipação. *Revista e-Curriculum*. 3(11). Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC. São Paulo. Brasil.
- Silva, Marcelo Kunrath, (2001), *Construção da “Participação Popular”*: Análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre. Brasil.

- Silva, Rogério Bezerra da, Tait, Márcia, Novaes, Henrique Tahan, e Fraga, Lais Silveira (Orgs.), (2018), *Suleando a retomada com tecnociência social: O pensamento de Renato Dagnino*. Série Tecnologia Social, volume 6. Editora Insular. Florianópolis. Brasil.
- Singer, Paul, (2001), *Economia Solidária versus Economia Capitalista. Sociedade e Estado*. 16(1-2). São Paulo. Brasil. Consultado em 15 de maio de 2017, em <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>
- Siqueira, Estela Cristina Vieira de, Junior, Pedro dos Santos Portugal, Silva, Guaracy, Gomes, Celso Augusto dos Santos, (2019), *Globalização e universalidade: O paradoxo entre cidadania e desenvolvimento dos espaços em um mundo globalizado. Espacio Abierto*, 28 (4): 100-111. Universidad del Zulia, Maracaibo. Venezuela. Consultado em 03 de junho de 2021, em <https://www.redalyc.org/journal/122/12264392005/html/>
- Sloterdijk, Peter, (2019), “A vida atual não convida a pensar”. Entrevista ao Jornal El País da Espanha por Jacinto Antón, publicada em El País. São Paulo. Brasil. Consultado em 25 de janeiro de 2021, em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/internacional/1556893746_612400.html
- Smith, Graham, (2009), *Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation*. Cambridge University Press. Cambridge. UK.
- Sousa, Alana, Henrique, Leonardo, e Coelho, Penélope, (2019), *Lula x Collor: como a mídia influenciou as eleições de 1989*. Publicado em AH Aventuras na História. São Paulo. Brasil. Consultado em 25 de maio de 2023, em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/lula-x-collor-como-midia-influenciou-eleicoes-de-1989.phtml>
- Souza, Herbert de, (2005), *Democracia e cidadania. Democracia Viva Nº 28*, IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro. Brasil. Consultado em 25 de Agosto de 2015, em http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Direitos%20Humanos/dv28_especial_ibasenet.pdf
- Souza, Ubiratan de, (2015), *Proposta para implantação do Orçamento Participativo Nacional. Jornal Sul*. 21 de junho de 2015, Porto Alegre. Brasil. Consultado em 13 de outubro de 2016, em <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2015/06/proposta-para-implantacao-do-orcamento-participativo-nacional-por-ubiratan-de-souza>
- Talpin, Julien, (2011), *Schools of democracy: how ordinary citizens (sometimes) become competent in participatory budgeting institutions*. ECPR Press - European Consortium for Political Research. Europa.

- Telles, Vera da S. (1994), *Sociedade Civil e a construção de espaços públicos*. In: Dagnino, Evelina (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Brasiliense, São Paulo. Brasil.
- Tendler, Silvio, (2006), *Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá*. Filme-documentário de Sílvio Tendler. 89 min. São Paulo. Brasil. Consultado em 15 de março de 2005, em <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>
- Tenório, Fernando G., (2007), *Gestão Social: Metodologia, Casos e Práticas*, 5ª edição. Editora Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. Brasil.
- Tiburi, Marcia, (2019), *Discernimento: Sobre a importância de um aprendizado orgânico*. *Revista Cult*. 250 (ano 22). Editora Bregantini. São Paulo. Brasil.
- UNDESA, (2022), *CEPA Strategy Guidance Note on Participatory Budgeting*, UNDESA/CEPA. United Nations Department of Economic and Social Affairs and Committee of Experts on Public Administration. Barcelona. Spain. Consultado em 13 de junho de 2023, em <https://www.oidp.net/docs/repo/doc1198.pdf>
- Williams, D. et al., (2018), *A Theory of Participatory Budgeting Decision Making as a Form of Empowerment*, Cuny University Academic Works. New York. USA.
- UN-Habitat, (2004), *72 Perguntas frequentes sobre orçamento participativo*. Série caixa de ferramentas de governação urbana. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. AH Editorial. Quito. Equador.
- Valladares, Lícia, (2007), *Os dez mandamentos da observação participante*. Resenha de William Foote Whyte – *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 22(63). São Paulo. Brasil. Consultado em 12 de setembro de 2016, em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDbCRcfcPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt>
- Varela, Raquel, (2014), *Movimentos Sociais na revolução Portuguesa*. Instituto de História Contemporânea Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Portugal. Consultado em 05 de abril de 2019, em <http://historiadelpresente.es/sites/default/files/congresos/pdf/38/varela.pdf>
- Veiga, Ilma Passos Alencastro, (2003), *Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?* *Cadernos CEDES*. 23(61). Campinas, SP. Brasil.
- Vieira, Armando, e Fiolhais, Carlos, (2015), *Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995-2011)*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa. Portugal.
- Vilalba, Hélio Garone, (2013), *O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos*. Universidade Estadual Paulista. *Revistas Eletrônicas* 6(2). São Paulo. Brasil. Consulta em 13 de dezembro de 2015 em <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/heliovilalba.pdf>

- Wiener, Norbert, [1948] (1968), *Cibernética e Sociedade: O uso humano de seres humanos*, 2ª Edição. Tradução de José Paulo Paes. Editora Cultrix. São Paulo. Brasil.
- Williams, Dan, Calabrese, Thad, e Harju, Samuli, (2018), *A Theory of Participatory Budgeting Decision Making as a Form of Empowerment*. Publications and Research Baruch College. City University of New York – CUNY. New York. USA. Consultado em 09 de outubro de 2020, em https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2201&context=bb_pubs
- Wrampler, Brian, McNulty, Stephanie, e Touchton, Michael, (2021), *Participatory Budgeting in Global Perspective*. Oxford University Press. New York, USA.
- Wright, Scott, (2011), Politics as usual? Revolution, normalization and a new agenda for online deliberation. *New Media Society*. 14:244-261. SAGE Publications. California. USA. Consultado em 12 de fevereiro de 2013, em <http://nms.sagepub.com/content/14/2/244>
- Young, Iris Marion, (2006), Representação política, identidade e minorias. Tradução de Alexandre Morales. *Lua Nova*, 67:139-190. São Paulo, Brasil.
- Zenker, Mirtha da Rosa, Silva, Marcelo Kunrath, Medeiros, Isabel Leticia, Machado, Frederico *et al.* (Orgs.), (2021), *Conselhos Municipais de Porto Alegre: histórico e desafios na gestão democrática da cidade*. Editora Redeunida. Porto Alegre, RS. Brasil. Consultado em 25 de julho de 2021, em <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Livro-Conselhos-Municipais-de-Porto-Alegre.pdf>
- Zitkoski, Jaime José, (2000), *Horizontes da Refundamentação em Educação Popular*. Editora URI. Frederico Westphalen, RS. Brasil.

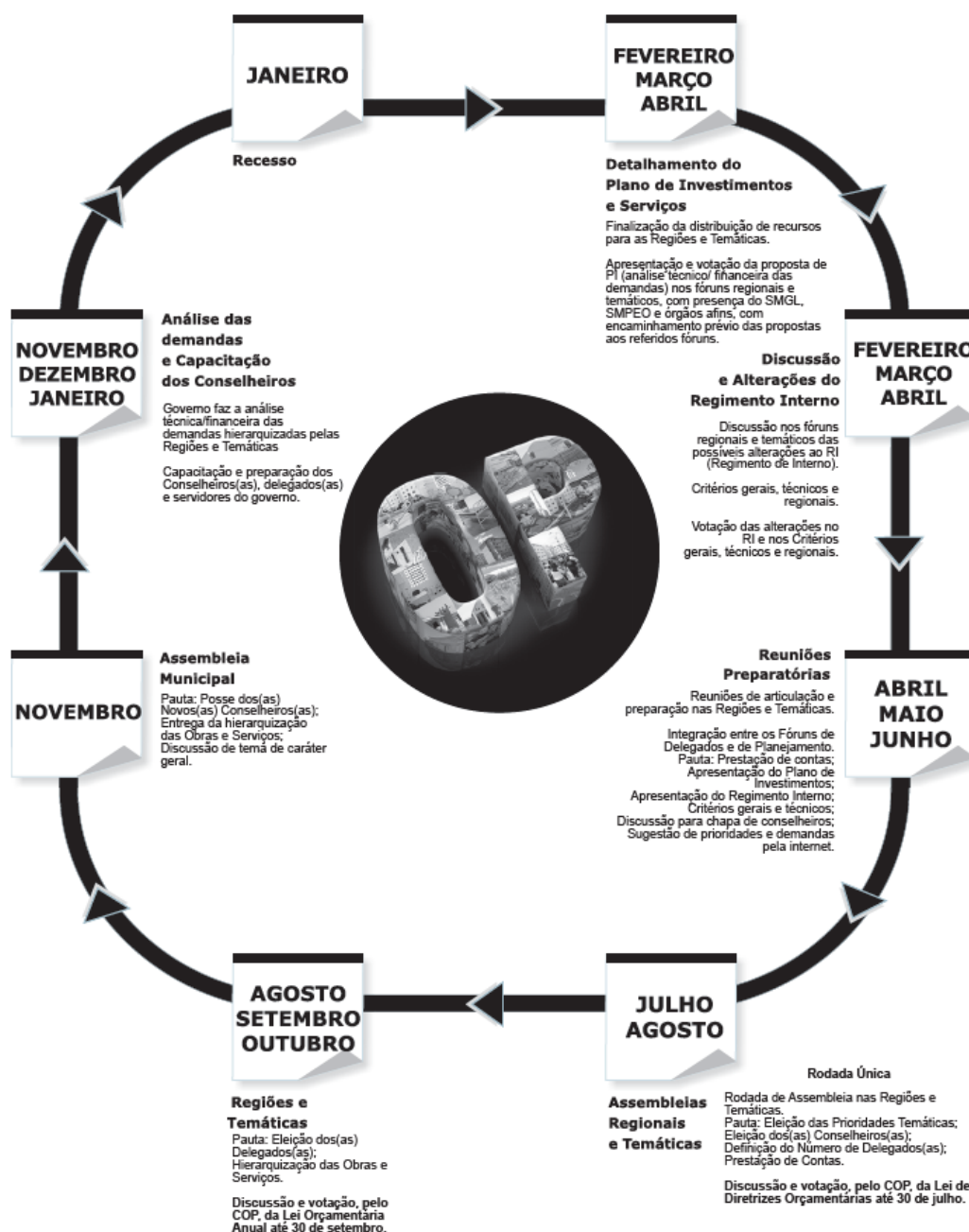
ANEXOS

ANEXO A – OP PORTO ALEGRE E LISBOA

A1 – Regimento Interno OP Porto Alegre

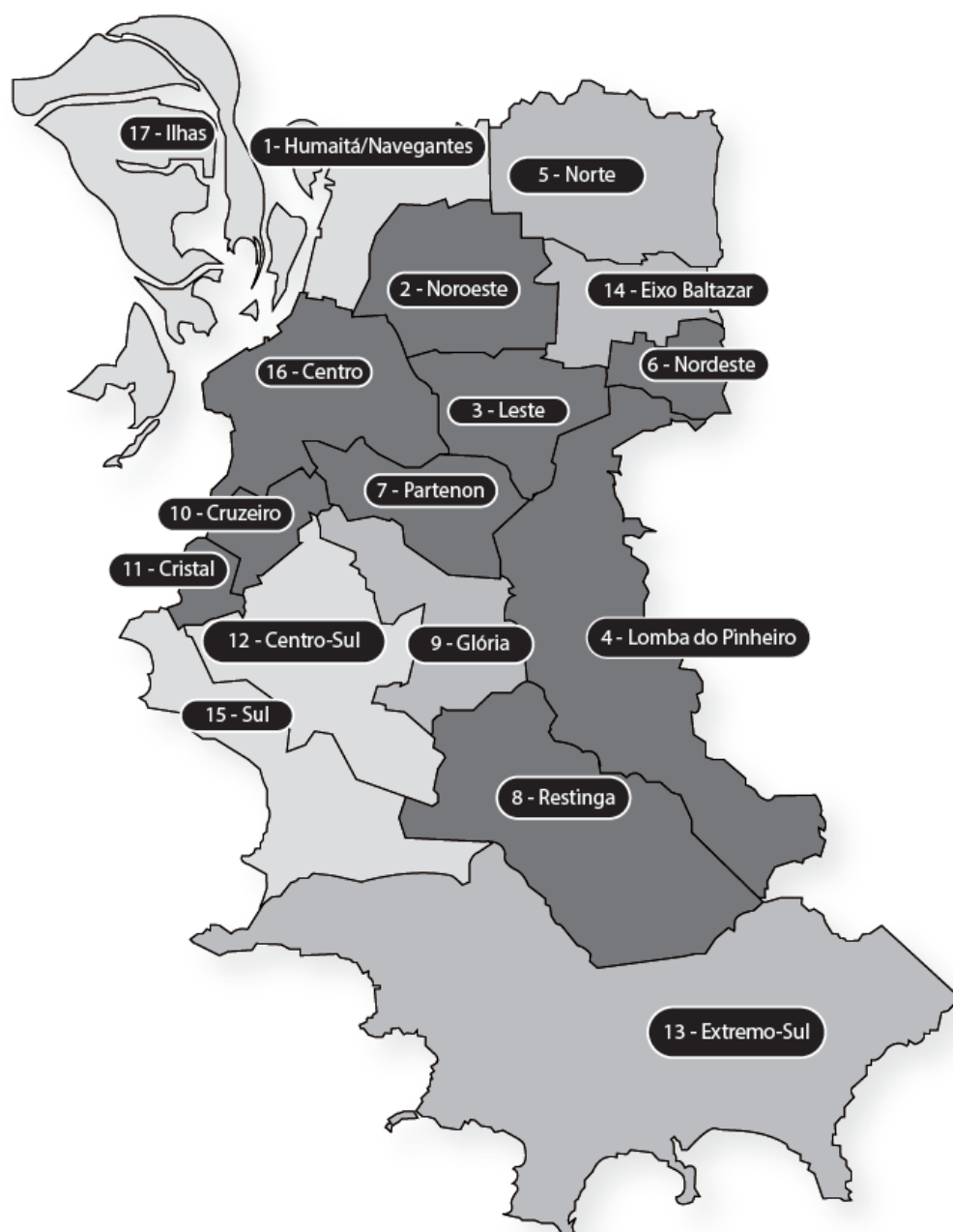


CICLO DO OP



Neste ano de 2014, excepcionalmente, as Assembleias Regionais e Temáticas do OP estão sendo realizadas em outubro e novembro.
Motivo: Eleições Gerais.

REGIONALIZAÇÃO DO OP



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo foi implantado em 1989. Trata-se de um processo dinâmico que se ajusta periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população.

Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP é referência para o mundo. Conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. O Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil.

Esse reconhecimento manifesta-se de outras formas. Todo ano, representantes de prefeituras brasileiras e estrangeiras, entre estudiosos do mundo inteiro, chegam à Capital com o objetivo de conhecer o OP, falar com lideranças comunitárias e conhecer obras decididas pela população. Muitas dessas prefeituras adotaram a participação popular, como é o caso de Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC) e Belo Horizonte (MG).

Neste ano de 2014, o OP está completando 25 anos de prática ininterrupta em Porto Alegre. O Regimento Interno é discutido todos os anos, quando são propostas alterações que visam à qualificação do processo. Esse caderno determina a atuação dos conselheiros delegados na discussão do Orçamento Participativo.

A cidade de Porto Alegre está dividida em 17 regiões e seis temáticas. Todo cidadão pode participar da discussão do OP na sua região e nas temáticas. Enquanto na região são discutidos e definidos os investimentos e serviços específicos de sua base geográfica, nas temáticas são definidas as diretrizes, investimentos e serviços para toda a cidade, ou seja, obras estruturais e grandes projetos. Veja na próxima página, os bairros que compõem as 17 regiões do OP e os seis fóruns temáticos.

Consultado em 25 de outubro de 2016, em
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/2014-rp-0025-14a_orcamento_participativo_2014_regimento_interno_15x21cm.pdf

A2 – Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Lisboa



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA Nº 506/2008

Considerando que:

1. Os orçamentos participativos tornaram-se um símbolo da importância da participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação integradoras dos cidadãos nos seus processos decisórios e a quem prestam contas da sua actividade;
2. Estes projectos participativos contribuem para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorar a qualidade de vida na cidade, promover o exercício de uma cidadania informada, activa e responsável e, porque incentivam o diálogo e a responsabilização dos eleitos, contribuem para reforçar a credibilidade das instituições públicas e a qualidade da democracia;
3. A Câmara municipal e a Assembleia Municipal têm vindo, ao longo dos anos, a discutir a questão da participação dos cidadãos e, em particular, do orçamento participativo, nomeadamente mediante as deliberações tomadas sobre as propostas n.º 541/2002, aprovada em sessão de Câmara de 5 de Fevereiro de 2003, que previa a criação do Conselho Participativo e a proposta nº 226/2007, aprovada a 22 de Agosto de 2007, que previa a criação do Conselho Participativo da Cidade e o estabelecimento de uma "Metodologia para Orçamento Participativo", prevendo uma progressiva participação das instituições e dos cidadãos de Lisboa na discussão e elaboração do Orçamento;
4. O orçamento participativo é um processo contínuo que permite acolher as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

adequar a própria metodologia utilizada às características e necessidades da população participante em Lisboa, uma população assimétrica em termos económicos, sociais, habilitacionais e de acesso às novas tecnologias da informação e das comunicações;

5. Os primeiros passos dados em 2007 permitiram extrair algumas lições e apoiar a elaboração de um modelo mais ambicioso, que será utilizado já este ano na preparação do Plano e do Orçamento para 2009 embora com um calendário condensado relativamente ao ciclo anual que fica agora definido e que será integralmente aplicável no próximo ano;
6. A metodologia que baliza a realização do próximo orçamento participativo em Lisboa não representa, ainda, um modelo consolidado, formalizado em regulamentos municipais, na medida em que as experiências desenvolvidas noutros municípios, nacionais e internacionais, aconselham a definição progressiva dos modelos adoptados por cada autarquia, de uma forma amplamente discutida e publicitada, para incentivar, de forma pedagógica, a intervenção da própria sociedade civil na definição das regras;
7. O modelo agora definido procura reforçar as relações entre a Câmara e os cidadãos, através de princípios coerentes e regras claras, de procedimentos simples e da adopção de instrumentos adequados à realidade lisboeta;
8. A aprendizagem resultante desta experiência servirá para aprofundar a participação em todas as áreas de governação e desenvolver um modelo alargado de participação cidadã que seja emblemático de uma nova forma de governar a cidade que seja, no futuro, materializável num regulamento formal;

Temos a honra de propor, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do art.º 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

§ único: Aprovar a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Lisboa, nos termos do documento anexo e que faz parte integrante da presente proposta.

Lisboa, 3 de Julho de 2008

O Presidente

António Costa

As Vereadoras

Helena Roseta
Manuela Júdice

O Vereador

José Sá Fernandes

ANEXO B – ENTREVISTAS

B1 – OP Lisboa – 2012

As reuniões / sessões do OP de 2012 - registradas nos diários e no Relatório OPtar 2012

B1.1 - 02/05/2012 - Ativista Social - Associação Benfica – Lisboa.

B1.2 - 15/05/2012 - Técnico - Evento Artistas - The Independent.

B1.3 - 16/05/2012 - Ativista social - Associação Deficientes Forças Armadas.

B1.5 - 22/05/2012 - Empreendedor - *Cowork LX Factory*

B1.6 - 23/05/2012 - Técnico - Pensão Amor - espaço cultural Câmara Municipal de Lisboa.

B2 – OP Porto Alegre – 2014

As reuniões e entrevistas Prefeitura e OP Porto Alegre ano de 2014.

B2.1 - 07/11/2013 - Técnico - portoalegre.cc no conceito *wikicidade*.

B2.2 - 10/03/2014 - Cargo Político - Governança Local OP - POA Secretário Municipal POA.

B2.3 - 24/10/2014 - PROCEMPA – Tecnologias, Telecentros e Porto Alegre Livre.

B2.4 - 09/12/2014 - Cargo Político - Secretário do Governo Municipal - Governança Local

B2.5 - 06/04/2017 - Técnico - Diretor da Câmara Municipal e Diretor Jurídico.

B2.6 - 15/05/2017 - Ativista - PT e ASL. <http://softwarelivre.org/asl/conselho>

B2.7- 20/06/2017 - Ativista - Conselheiro OP - Temática Econômica.

ANEXO C – DIÁRIOS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DO OP

C1 – OP Lisboa – cronograma Assembleias e grelhas 2012

- 02/05 - Concelho - BAIRRO BOAVISTA
- 15/05 - Concelho - ARTISTAS - *The Independent*
- 16/05 - Concelho - ADFÁ
- 22/05 - Concelho - *LX-FACTORY*
- 23/05 - Concelho - ESTRANGEIROS

As grelhas com observações foram preenchidas pela pesquisadora em todas as assembleias realizadas.

C2 – OP Porto Alegre – cronograma e diários de campo – 2014

C2.1 – CRONOGRAMA OP Porto Alegre – 2014 – Observação Participante

Conforme Ciclo do OP registrado no Regimento Interno 2014 (Anexo A).

C2.2 DIÁRIOS REUNIÕES E ASSEMBLEIAS –

- Assembleias Temáticas OP - 2014/2015 - Datas - 13/10 a 16/11
- Assembleias Regionais OP - 2014/2015 – Datas - 23/10 a 01/11
- Assembleia Geral OP - 25 ANOS DO OP – Porto Alegre - Data - 21 e 22/11

ANEXO D – EVENTOS DOUTORAMENTO

2000

International Women's University (IFU). <http://www.wifu.org/>

2011

I Oficina Teatrão de Coimbra (2011), "Fóruns Participativos CES-Teatrão".

2012

OP Jovem em Condeixa. <https://www.noticiasaminuto.com/pais/773141>

OP Jovem em Trofa, ciclo 2012 nas escolas. Educação de Trofa. <https://mun-trofa.pt>

Seminário Internacional Madrid. <https://www.fundacionalalternativas.org/>

Conference "Cities are Interventions" <https://www.ces.uc.pt/eventos/citiesareus.html>

Curso de Verão "América Latina Hoje". <https://casadamericalatina.wordpress.com/>

Observatório "PEOPLES". <https://peoples.ces.uc.pt/pages/pt/quem-somos/equipa.php>

II Oficina Teatrão de Coimbra (2012), <http://oteatrao.com/forum/>

III Colóquio de Doutorando "Coimbra". <http://www.ces.uc.pt/coimbrac/>

I Encuentro Ibérico de Presupuestos Participativos <https://www.encuentroiberico.com>

Seminário OP "Projetos de Orçamento Participativo". OPtar - CES Lisboa

2013

Curso SSPS – FEUC <https://www.ibm.com/br-pt/products/spss-statistics>.

OP Jovem e Adultos - Condeixa. CES e Câmara Municipal de Condeixa.

OP Jovem em Trofa nas escolas. CES, Secretaria da Educação de Trofa.

III Oficina Teatrão de Coimbra. <http://oteatrao.com/forum/>

WSF World Social Fórum Túnis. CES <https://wedo.org/world-social-forum-2013/>

XIII Conferência OIDP. Cascais, <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/>

PLED-CCC, "Democracia Participativa, Gestión Urbana y Capitalismo de Crisis".

OPtar no Ciência Viva - <https://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>

Biennale Democrazia, Città di Torino. o CES <http://2013.biennaledemocrazia.it/>

Seminário Internacional, OPtar - CES Lisboa <http://desafios2.ipea.gov.br>

Congresso e Seminário. <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/>

INURA - Action Lisboa <https://www.ces.uc.pt/eventos/inura2013/pages/pt/home.php>

CES / ESCOLA, "Orçamento Participativo" <https://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>

OP Condeixa, <https://ces.uc.pt/pt/formacao-extensao/impacto-nao-academico>

OPJ - Jovem de Trofa - CES. <http://www.opjdatrofa.yolasite.com/o-que-%C3%A9-o-opj.php>

IV Colóquio de Doutorando CES <https://www.ces.uc.pt/colouquiodoutorandos2013/>

FINAL OPtrar, CES. <https://ces.uc.pt/pt/>

2014

VIII Congresso Português de Sociologia, Évora - <https://associacaoportuguesasociologia.pt/>

XIV. "Cidadania para a Sustentabilidade". <http://oldsite.canoas.rs.gov.br/>

ALICE - CES "Epistemologias do Sul. Universidade de Coimbra.

II Congresso Filosofia Brasileiro da Libertação – Paulo Freire. <https://www.ufrgs.br/cbfil/>

2015

ASL - "Boquinha Livre no FISL". PUC, RS.

WebQda e NVivo QSR. Dra. Denise Leite – UFRGS e Dra. Isabel Gomes de Pinho – Aveiro.

2016

ASL - "Boquinha Livre no FISL". PUC, RS. <https://softwarelivre.org/fisl17>

2017

II International Congress Sevilha, Espanha - <https://idus.us.es/handle/11441/70721>

ASL - "Boquinha Livre no FISL". PUC, RS.

FEIRA LIVRO - Livro *Boquinha Livre – Um jogo de reflexão, pesquisa e imaginação* na feira

2018

FISL - "Boquinha Livre no FISL". PUC RS <http://fisl18.softwarelivre.org/>

FEIRA LIVRO - *Exposição Boquinha Livre* Porto Alegre <https://feiradolivro-poa.com.br/>

2019

FEIRA LIVRO – *Boquinha Livre no FISL*". <https://feiradolivro-poa.com.br/>

2022

FSM Resistências - "*Boquinha Livre*" ASL Sindipetro – POA -RS

2023

FSM "Oficina aberta Metodologia *Boquinha Livre*". Assembleia Legislativa de POA.